Asa-PalavrA

Faculdade Asa de Brumadinho - Ano XX - Número 39 - 2023





EXPEDIENTE

(C)

Conceição Maria Parreiras Geraldo Newmann Barros Pereira Glaucia Lucia de Sales Alves Jeovânio José da Rocha Jéssica Andrade Gobira João Paulo da Silva Cruz Lorena dos Anjos Lourenço Lúcio Alves de Barros Marcelo Moreno Gomes Lisboa Mariana Magalhães Silva Micaele de Oliveira Abreu Rafael Barros Pereira Pinheiro Raphael Faria da Costa Rudieres Augusto da Silva Stefane Amorim Ribeiro Vagner Luciano de Andrade Vanessa Elaine Soares da Silva

Colaboradores

Textos

Conceição Maria Parreiras Geraldo Newmann Barros Pereira Glaucia Lucia de Sales Alves Jeovânio José da Rocha Jéssica Andrade Gobira João Paulo da Silva Cruz Lorena dos Anjos Lourenço Lúcio Alves de Barros Marcelo Moreno Gomes Lisboa Mariana Magalhães Silva Micaele de Oliveira Abreu Rafael Barros Pereira Pinheiro Raphael Faria da Costa Rudieres Augusto da Silva Stefane Amorim Ribeiro Vagner Luciano de Andrade Vanessa Elaine Soares da Silva

Organização e Coordenação Editorial

Sofia Martins Moreira Lopes – Doutora em Estudos Linguísticos – professora universitária E-mail: sofiammoreira@hotmail.com

Comissão Editorial

Sofia Martins Moreira Lopes

Conselho Editorial

Huener Silva Gonçalves Lúcio Alves de Barros Maria Lúcia Resende Chaves Teixeira Sofia Martins Moreira Lopes

Revisão Geral

Sofia Martins Moreira Lopes

Revisão Específica

Responsabilidade de cada autor

Projeto Gráfico

Cristina Baía Marinho

Concepção de capa e folhas de seção

Sofia Martins Moreira Lopes Huener Silva Gonçalves

https://asapalavra.faculdadeasa.com.br

Asa-Palavra/Faculdade ASA de Brumadinho.

v. l. n. 39 ago./dez. 2023: Faculdade ASA, 2023.

Ano XX

ISSN impressa18062857

ISSN eletrônica: 26753685

I. Ensino Superior-Periódicos, I. Faculdade ASA

de Brumadinho.

CDU: 378

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO5
ENTÃO É NATAL6
SEÇÃO I – POLÍCIA – CONTROLE – JUSTIÇA – COMUNISMO – DEMOCRACIA 7
A CULTURA "QUASE MILITAR" DA PMMG E A QUESTÃO DO CONTROLE DEMOCRÁTICO8 Lúcio Alves de Barros
O POSITIVISMO DE HANS KELSEN E A JUSTIÇA COMO BASE PARA UMA JUSTIÇA OBJETIVA 45 Marcelo Moreno Gomes Lisboa
COMUNISMO: sinônimo de ditadura ou uma democracia plena?
SEÇÃO 2 – ENFERMAGEM – INICIAÇÃO CIENTÍFICA – SAÚDE – DIAGNÓSTICO I 17
A IMPORTÂNCIA DA INICIAÇÃO CIENTÍFICA NA VISÃO DOS GRADUANDOS DO CURSO DE ENFERMA GEM DA FACULDADE ASA DE BRUMADINHO NO PRIMEIRO SEMESTRE DE 2023118 Conceição Maria Parreiras João Paulo da Silva Cruz Mariana Magalhães Silva
CONTRIBUIÇÕES DO ENFERMEIRO E OBSTÁCULOS PARA A ASSISTÊNCIA INTEGRAL À SAÚDE DO HOMEM144
Glaucia Lucia de Sales Alves
Jeovânio José da Rocha
Jessica Andrade Gobira
Vanessa Elaine Soares da Silva

DIAGNÓSTICO SITUACIONAL COMO FERRAMENTA ADMINISTRATIVA NA APS1	55
Raphael Faria da Costa	
Lorena dos Anjos Lourenço	
Micaele de Oliveira Abreu	
Stefãne Amorim Ribeiro	

APRESENTAÇÃO

Passado mais de um ano do início da guerra entre Rússia e Ucrânia, a estabilidade mundial se vê abalada por mais um conflito: em 07 de outubro o Hamas efetuou um grave ataque terrorista contra o povo de Israel, ocasionando um grande contingente de mortos e reféns. Fundado no princípio da legítima defesa, o governo Israelense avançou sobre Gaza com fins de capturar os promotores e executores do ato como também de libertar os sequestrados. Contudo, como na terra dos Judeus, um grande saldo de mortos foi contabilizado. Infelizmente, poucas têm sido as vozes de lideranças mundiais que defendem a busca por uma solução pacífica para findar as contendas. A ONU, criada após a Segunda Guerra Mundial, com a finalidade de preservar a paz mundial, serviu de inspiração para a série de desenhos produzidos naquela época por Pablo Picasso, intitulados *Pomba pela Paz*, como o de 1961, que estampa a capa desta edição.

Essa esperança ecoa na letra de *Então é Natal*, de Simone, de 1995 - tradução de *Happy Xmas (War Is Over)* de John Lennon e Yoko Ono. A letra lembra que o natal é uma festa inclusiva, que congrega diferentes classes sociais, etnias e gêneros. Porém, ela faz mais sentido ainda para aqueles que promovem o bem, o amor e a paz. Pois Aquele cujo aniversário é comemorado é sinônimo de tudo isso e muito mais.

Assim, é alimentando a esperança de Picasso, Simone, Lenon e Ono pelo fim das guerras, que desejamos um mundo de paz: que amemos mais e façamos o bem, como o próprio Cristo. Que o espirito de natal traga esses presentes para todos os povos em 2024.

Esses são os votos do corpo editorial desta Revista que alcança a número 39, valorizando o diálogo dos diversos conhecimentos expostos em suas páginas.

Sofia Martins Moreira Lopes Huener Silva Gonçalves

Sumário > >

ENTÃO É NATAL

Simone

Então, é Natal Então, é Natal E o que você fez? O que a gente fez? O ano termina O ano termina E começa outra vez E nasce outra vez

E então, é Natal Então, é Natal A festa Cristã A festa Cristã Do velho e do novo Do velho e do novo Do amor como um todo Do amor como um todo

Então, bom Natal Então, bom Natal E um Ano Novo também E um Ano Novo também Que seja feliz quem Que seja feliz quem Souber o que é o bem Souber o que é o bem

Harehama, há quem ama Então, é Natal Harehama, ah Pro enfermo e pro são Pro rico e pro pobre Então, é Natal

Num só coração O que a gente fez? O ano termina Então, bom Natal E começa outra vez

Pro branco e pro negro Amarelo e vermelho Hiroshima Pra paz, afinal Nagasaki

Mururoa, ah Então, bom Natal E um Ano Novo também É Natal

É Natal Que seja feliz quem É Natal Souber o que é o bem

SEÇÃO I

POLÍCIA – CONTROLE – JUSTIÇA – COMUNISMO – DEMOCRACIA



A CULTURA "QUASE MILITAR" DA PMMG E A QUESTÃO DO CONTROLE DEMOCRÁTICO

Lúcio Alves de Barros¹

RESUMO

O artigo é uma análise sobre a cultura (quase) militar da Polícia Militar de Minas Gerais. Em debate estão os principais obstáculos para o entendimento do militarismo do Exército na organização e as principais práticas desenvolvidas pela polícia. A cultura como conjunto de símbolos e significantes toma nova roupagem e aparece muitas vezes com requintes de crueldade, falácia e violência.

Palavras-chaves: polícia – cultura - controle

Abstract: The article is an analysis of the (almost) military culture of the Military Police of Minas Gerais. Under debate are the main obstacles to understanding the Army's militarism in the organization and the main practices developed by the police. Culture as a set of symbols and signifiers takes on a new look and often appears with refinements of cruelty, fallacy and violence.

Keywords: police – culture – control

INTRODUÇÃO

O presente capítulo discute a polícia diante dos novos tempos abertos pela transição democrática (O`Donnel, 1990). Indubitavelmente, as organizações policiais vão se deparar com mudanças profundas que, provavelmente, atingirão três campos de ação.

Em primeiro, há muito que se fazer nas organizações policiais no sentido de mostrar ao público o seu papel, importância, legitimidade e lugar no jogo democrático. Esquecidas no passado,

^{1*-} Professor da UEMG e Doutor em Ciências Humanas pela UFMG. O artigo é uma versão resumida do sexto capítulo de minha tese de doutoramento defendida em 2005. Acreditamos na atualidade do debate.

Em segundo, coloca-se em questão o mecanismo da *responsabilização* das ações levadas a cabo pelos atores da organização.² Em tempos de democracia, é preciso deixar claro para os agentes - tal como nos informa O`Donnel (1996) - o nascimento, a maturação e o desenvolvimento de "novas institucionalidades". Novos mecanismos, regras e valores que controlam e transformam as organizações e instituições policiais nos países democráticos necessariamente serão revestidas por novas roupagens. Os órgãos repressores do Estado, como instituições vitalizadoras e garantidoras de direitos, são alvos importantes de políticas que avancem no sentido do controle democrático oriundo da sociedade civil. Em governos democráticos, trata-se de um caminho sem volta. Não cabem resistências, apegos a dogmas, "subculturas", normas e tradições.

Por último, e não menos importante, é preciso fazer a abertura do debate sobre a necessária e obrigatória revisão dos mecanismos administrativos e gerenciais das organizações policiais. Burocráticas, militarizadas, descontroladas e politizadas essas organizações parecem instituições "caducas", ingerenciáveis e fora de controle da sociedade civil.

Vejamos como os policiais entendem esses processos:

I A QUESTÃO DO CONTROLE E A POLÍCIA

No dia-a-dia com os PMs tem-se a percepção de estar participando de uma organização que funciona paralela à sociedade. Uma organização que caminha e se esforça para atuar sob a própria lógica de funcionamento. Parece se tratar de uma organização permeável aos desígnios e ordens de outros poderes, conforme já foi dito: "se há poder tem que ter controle". Como vimos, é perceptível, em relação aos atores da organização, uma certa autonomia tanto no interior como nas atividades preventivas e repressivas levadas a cabo pelos administradores do batalhão.

O problema da segurança é grande e todo mundo faz pouco. Nós tentamos fazer o possível aqui na polícia. O que eu acho engraçado é que quando querem mudar a gen-

²- Tornou-se comum no Brasil utilizar a palavra inglesa *accountability* para se referir à responsabilidade pelo controle e supervisão dos órgãos estatais. O sentido exato do termo é "prestar contas a". Ao meu ver o mesmo que dizer "responsabilizar algo ou alguém de". Nesse texto, entendo *accountability* como o ato de responsabilização das instituições. Ato este proveniente de atores externos às instituições prestadoras de serviços. Sobre a temática policial, consultar Bayley (2001) e Beato (2000).

te eles vêm e inventam um monte de coisas. Mas não tem jeito, a polícia não precisa deles não. Nós mudamos quando queremos e sabemos fazer o nosso trabalho. A polícia pode ser colocada em xeque, mas a cultura organizacional de nossa instituição sempre falou mais alto no momento de crise. Por isso, acho que o novo governo não vai trazer tanto problema. (Entrevista n° 25 – major com 25 anos de serviços prestados à PMMG).

O depoimento corrobora muitas afirmações reveladas nas viaturas, instruções, momentos de lazer, oração, refeição, instruções, esportes e em reuniões com autoridades. "A polícia não tem que pedir nada a ninguém para entrar em determinado lugar". "Todo mundo quer mandar na polícia, mas eles pensam que mandam. Não mandam é nada". "Eu já falei para o pessoal, nós temos muito poder. Difícil nos controlar, principalmente agora com os deputados então". Realmente é difícil ter o controle ou mesmo a avaliação das atividades policiais, principalmente as rotineiras. Contudo, não parece verídica a inexistência de mecanismos de controle. Se eles funcionam adequadamente é uma questão em aberto. Bayley, em *Padrões de Policiamento*, afirma com contundência que:

As interações deliberadas entre polícia e sociedade pertencem ao domínio da política e ocorrem primariamente através do governo. Elas consistem, de um lado, nas tentativas da comunidade em direcionar e controlar a polícia e, do outro, na pressão policial sobre a vida política. A primeira interação representa a questão da responsabilidade e a segunda do policiamento político. (Bayley, 2001, p. 173).

A questão da responsabilização das ações coloca-se como problemática, porque, segundo o mesmo autor:

A respeito da responsabilização, a pergunta mais importante a ser respondida é quão bem sucedidas as diferentes comunidades têm sido em conquistar um meio termo entre o que desejam e as ações policiais. Infelizmente, é impossível determinar isso com certeza. Para tal seria necessário saber não só o que as comunidades desejam, mas também o que a polícia está fazendo. (Bayley (2001: p. 173 e 174).³

³ Bayley (2001, 174 - 202) assinala com acuidade a existência de quatro "tipos ideais" de controle: (1) Externos-Exclusivos (controle governamental-próprio, unitário-múltiplo, político-burocrático e autoritário conservador), (2) Externos-Inclusivo (tribunais, promotores, legisladores, partidos políticos, mídia e ombudsman); (3) Internos-Explícitos (supervisão hierárquica, procedimentos disciplinares organizacionais, responsabilidade entre colegas e socialização) e (4) Internos-Implícitos (sindicatos e associações, vocação para a carreira, critérios de premiação e contato com a comunidade). De acordo com o autor, não há como encontrar todas as combinações em uma determinada localidade. Elas se encontram

Diante da impossibilidade de saber o que desejam as organizações policiais e a "comunidade", afinal muitas aspirações individuais e coletivas revelam-se disfarçadas (Bayley, 2001), é fato que a história de nossa polícia não é invejável. Desde o passado, a Polícia Militar e a Civil são coadjuvantes e, por vezes, protagonistas de atrocidades em uma estrutura de dominação fundamentada na hierarquia, repressão, discriminação, impunidade, corrupção e exclusão social (Holloway, 1997; Bretas, 1997; Canceli, 1993) É sabido que esse modelo de dominação ganhou força nos períodos ditatoriais e que deixou uma amarga memória sobre as organizações repressoras do Estado.

Conforme assinala Pinheiro (1996, 1997a, 1997b), resquícios do autoritarismo do passado ainda sobrevivem nas instituições repressoras do Estado. Mas ter como mecanismo de análise os princípios autoritários corre-se o risco de pouco responder à resistência da polícia - agora em tempos de democracia - aos determinantes de controle e responsabilização. Como controlar e responsabilizar o que, aparentemente, não possui o interesse em ser controlado? Os policiais entendem a "comunidade" e o "mundo da política": A ação institucional evidencia interesses políticos e organizacionais que ganham vida em determinadas conjunturas da história organizacional e que não deixam de produzir desconfianças e dilemas acerca do controle e da responsabilidade dos seus agentes. Em entrevista ao Jornal *Estado de Minas*, o estudioso e coronel da Polícia Militar de São Paulo, José Vicente da Silva Filho⁴ resume com acuidade a questão:

> Os governos não têm uma idéia clara de como deve se estruturar e funcionar uma polícia. O Ministério da Justiça deveria estar fazendo isso há muito tempo, montando um modelo de funcionamento da polícia. Exemplo: quais são as vantagens de ter uma corregedoria única ou ter uma em cada polícia? Aqui é preciso ter um helicóptero ou não? De quantos distritos policiais você precisa? Aí, sim, os governadores sabendo o que fazer teriam o controle da polícia. Hoje eles colocam um secretário da segurança para distanciar a polícia deles. "Cuida dessa porcaria aí para mim" – é como a coisa funciona, mais ou menos. Em Minas, há ainda um detalhe: o secretário de Segurança Pública é chefe apenas da Polícia Civil. O comandante da PM despacha direto com o governador.

O caso de Minas é atípico e a meu ver não somente pela característica mencionada pelo coronel. No batalhão em pesquisa, são vários os entrevistados que não aceitariam ser gerenciados

imbricadas e se modificam de acordo com a filosofia política, cultura social, abertura e possibilidade de regulação bem como a história e a tradição das instituições.

⁴ Conf. Vicente da Silva Filho, José. "As polícias pararam na década de 30". Entrevista ao Estado de Minas, segunda feira, 04 de fevereiro de 2002. p. 04.

por um civil. Em depoimento em meio aos policiais, um jovem sargento se expressou da seguinte maneira:

Eu vejo com muito medo esse negócio da unificação. Você acha que a tropa vai aceitar um civil? De jeito nenhum. Hoje o Comandante Geral da Polícia Militar conversa direto com o Governador. Numa unificação, como vai ser? Ele vai falar com o secretário de segurança? Com um civil? Duvido. (Entrevista n° 51 – terceiro sargento com 07 anos de serviços prestados à PMMG).

Ser administrado por um secretário "paisano", para os policiais, é muito mais que uma simples resistência às políticas de unificação das atividades ostensivas com as de investigação da Polícia Civil. Os PMs temem perder o prestígio do passado, carregado de tradições e apoio ao Estado. Revelam ter receio de ficarem de lado na política de segurança pública levada a efeito pelo Governo. A questão dos recursos e dos salários são temas muito recorrentes nessas discussões. Por último, os PMs apostam na existência de um espírito de corpo mantido somente por um comandante que tem a ciência do que é "ser polícia militar".

Mas o fato é que a PM, com ou sem um "comando policial militar", é assombrada pelo problema do controle externo. A meu ver a mobilização dos policiais militares em 1997 mostra esse problema no âmbito político. O episódio ainda está bastante vivo no imaginário de oficiais, sargentos, cabos e soldados. Vejamos.

1.1 O problema do controle político

A mobilização dos policiais militares, em Belo Horizonte, surgiu após uma *determinação política* do governador Eduardo Azeredo. Buscando atender à reivindicação dos oficiais de alta patente, que agregam aqueles indicados politicamente, o governador reajustou os salários dos oficiais em 11% da mesma forma que fez com os delegados da Polícia Civil.

Os praças, que não foram contemplados com a iniciativa governamental, sentiram-se "traídos" e "discriminados" ante a decisão do governo em aumentar de forma diferenciada os salários. Lideranças do governo denunciaram a falta de comunicação por parte do Comando Maior da PM, que acreditava possuir o controle da tropa. Contudo, uma

boa parte dos soldados, cabos e sargentos decidiram por desobedecer aos princípios de autoridade e hierarquia, partindo para a negociação direta com o governador.⁵

A greve teve início em junho de 1997 e, apesar da repressão, cabos, soldados, sargentos e subtenentes preferiram desobedecer aos regulamentos: deram entrevistas, queimaram contracheques, abandonaram postos de trabalho, cooptaram colegas e reprimiram "policiais companheiros" do Serviço de Informações Secretas da PM (os PM2) que insistiam em filmar e gravar os acontecimentos ocorridos. A imprensa escrita chegou a mencionar a participação de, aproximadamente, 4.000 policiais em todo o estado de Minas Gerais. O movimento terminou com a garantia do governo estadual de manutenção de um piso salarial de R\$ 615, 00 para soldados em início de carreira (este valor representava 48,19% de aumento salarial. Um soldado recebia, antes do movimento, R\$ 415,00) e às outras patentes ficou acordado aumento escalonado dependendo do grau hierárquico do policial. Os praças também conseguiram a garantia de participação na revisão do RDPM (Regulamento Disciplinar da PM) e no EPPM (Estatuto de Pessoal da Polícia Militar) da corporação e benefícios indiretos, como uma política habitacional e maior transparência das decisões na corporação.

O movimento de 1997 chama atenção para uma velha questão associada ao controle do poder dos militares: "Quem guardará os guardiães?". No caso em tela, o governo do Estado solicitou a intervenção do governo federal que deslocou tropas do Exército para a manutenção da ordem. O mesmo foi feito pelo governo federal em outros estados da federação. Não cabe maior demora nesse assunto, cumpre mencionar que as atribuições prescritas na Constituição não garantem o real controle das instituições policiais em nível estadual. Constitucionalmente, sabemos que a Polícia Militar está subordinada ao Governador do Estado e, longe dos princípios constitucionais, a Polícia Militar – principalmente após 1997 – encontra-se parcialmente sob comando do governador. Isso porque, mais do que antes, é perceptível o poder de negociação que os policiais conseguiram após as eleições de 1998.6 Mais de uma vez, o Governador Itamar Franco

⁵ As reivindicações dos praças consistiam em: 100% de aumento salarial, cujo piso para soldados seria de R\$ 800,00; reintegração à corporação dos policiais excluídos por atos administrativos em decisões consideradas arbitrárias; programa de habitação para os praças, revisão do Regulamento Disciplinar da Polícia Militar, do Estatuto da PM e um plano automático de promoção para os praças.

⁶ Desde o final dos anos 90 os policiais vem se organizando em Associações e levando a efeito pequenas mobilizações no intuito de fazer valer algumas reivindicações provenientes do movimento de 1997. De lá para cá, as Associações, em conjunto com os administradores da polícia, alcançaram bons índices de reajuste salarial, substituíram o *Regulamento Disciplinar da Policia Militar* (R = 116) pelo Projeto de Lei N.º 1.439/2001 - que dispõe sobre o Código de Ética e Disciplina dos Militares do Estado de Minas Gerais, cujo objetivo, muito próximo ao do RDPM, é definir, especificar e classificar as transgressões disciplinares e estabelecer normas relativas a sanções disciplinares, conceitos, recursos, recompensas, bem

foi obrigado a negociar aumentos salariais com os deputados eleitos pelos praças e oficiais. 7 O capital político conseguido pelos "policiais deputados" – que se apegam à imunidade parlamentar – tem modificado a agenda política da segurança pública e, por ressonância, o cotidiano policial.

O pessoal não percebeu ainda a importância dos nossos colegas lá no governo. É importante, rapaz. Eles estão lá. Estão sabendo o que o pessoal da política está fazendo com a gente. Mas eu acho que o pessoal aqui, na PM, nem sabe disso. Veja bem o monte de gente que saiu para vereador nas eleições passadas. Ninguém ganhou. Agora a mesma coisa. Mas eu vou votar em um só e no mesmo. (Entrevista n° 44 - terceiro sargento, com 12 anos de serviços prestados à PMMG).

Não são poucos os policiais no batalhão em pesquisa que acreditam que o grande "divisor de águas" e de profundas modificações na organização da Polícia Militar foi o ano de 1997. Nas linhas que seguem discuto algumas questões organizacionais e aspectos políticos que, inegavelmente, modificaram o imaginário e a prática da política e dos mecanismos de controle da polícia.

Tornou-se comum os policiais procurarem os deputados para a solução de problemas no interior da corporação. A possibilidade de o comando exercer "controle autoritário" sobre o pessoal comandado, de acordo com os policiais entrevistados, teria diminuído após o movimento de 1997. Oficiais de baixa patente, que comandam companhias, passaram a ter receio de administrar e fazer valer as normas vigentes no campo prescrito. Temem retaliações políticas, conchavos e produção de acontecimentos que possam colocar em xeque o comando. Quanto aos praças, os entrevistados afirmam se sentirem "mais cidadãos", pensam estar "melhor representados", "próximos ao governador" e acreditam "poder contar com os deputados em caso de problemas vividos na rua ou no quartel". Apesar das críticas, os PMs têm a mesma compreensão sobre as associações que representam os oficiais e os praças.8 Mais do que antes, apostam – apesar da pouca

como regulamentar o Processo Administrativo-Disciplinar e o funcionamento do Conselho de Ética e Disciplina Militares da Unidade – CEDMU -, e, logo depois os policiais conseguiram uma Lei Complementar que prevê a promoção de cabos e soldados por tempo de serviço.

⁷ As eleições de 1998 mostraram para o estado de Minas Gerais um forte rebanho eleitoral. A Polícia Militar, devido à própria natureza da organização, possui cerca de 40 mil homens e mulheres e está presente em cada um dos 853 municípios do Estado. Três candidatos venceram as eleições de 1998: dois no plano estadual e um no federal. Cabo Júlio, o deputado mais votado no Estado de Minas Gerais em 1998 (217.088 votos), saiu novamente vitorioso nas eleições para deputado federal em 2002. O mesmo aconteceu com o deputado sargento Rodrigues. Cabo Morais foi derrotado. Para maiores detalhes sobre a greve e a força política conquistada pelos praças, ver os depoimentos e as descrições, na abordagem unilateral, do próprio Cabo Júlio (Dos Santos - Cabo Júlio, 2002).

⁸ É no mínimo curioso e no máximo preocupante o poder das associações policiais. Bayley (2001) afirma que essas associações podem exercer controle interno sobre a polícia. O final da década de 90 tem demonstrado a possibilidade e a

participação – na importância da "luta sindical e política", "de como é importante saber que alguém está lutando por nós". Mas não deixam de afirmar "que tudo é muito novo" e "que não se deve a todo o momento pensar em greve, porque a sociedade depende muito de nós" (Barros et. al., 2006).

No que concerne à questão em análise não é preciso ir longe para afirmar que a questão do controle e da responsabilização das atividades policiais está diluída entre uma confusão/sobreposição de poderes. Esses exercem, direta ou indiretamente, influência sobre questões internas e organizacionais ou externas e políticas que se desenvolvem fora dos muros da corporação. Em tais circunstâncias, fazendo uso das análises de Bayley (2001), não é a sociedade, através de suas autoridades políticas, que exerce poder ou reivindica controle. Pelo contrário, é a polícia que exerce "pressão" sobre o mundo da política, forjando, por consequência, limites na possibilidade de responsabilização dos seus agentes.

1.2 O problema do controle social

Bayley (2001), em seus estudos, chamou atenção para as instituições que podem exercer controle externo e inclusivo sobre a polícia. Dentre os órgãos e atores mencionados pelo autor, estão os tribunais, os promotores, legisladores, partidos políticos, a mídia e o ombudsman. Na fala dos PMs aparecem algumas organizações que, não poucas vezes, são entendidas como "problemas". A fala de um sargento sintetiza algumas instituições que povoam o imaginário policial.

Na realidade, nem todas as organizações mencionadas exercem efetivo controle sobre as atividades policiais. Em geral, as ações, notadamente as que resvalam na violência desmedida com requintes de brutalidade, são apuradas por iniciativa da própria polícia⁹ que, não poucas vezes, é acionada pela mídia. Nas narrativas dos oficiais e praças, contudo, destacam-se as atividades da Ouvidoria de Polícia do Estado que tem por objetivo fiscalizar as ações da Polícia Militar e Civil, mas sem poder de decisão na instituição. Em entrevista ao jornal Estado de Minas¹⁰, a Ouvidora de Po-

articulação das associações na escolha do comando da Polícia Militar. Aos poucos, essas organizações tornaram-se depósitos de reclamações e, de uma forma ou de outra, tem interferido - muitas vezes em conjunto com os deputados - nas políticas internas de escolha do comando da corporação. Cito, como exemplo, a escolha do governador Itamar Franco que, de acordo com os PMs entrevistados, na época, soube agregar e "agradar" a tropa, colocando, no comando geral, o experiente coronel Álvaro Antônio Nicolau e o coronel Severo Augusto como chefe do Estado Maior.

⁹ A Polícia Militar de Minas Gerais, para verificar os excessos no trabalho, utiliza-se de relatórios dos serviços dos comandantes, supervisores e coordenadores de serviço, as ocorrências, bem como as queixas dos cidadãos em quartéis. Recebida a denúncia são quatro os procedimentos administrativos que podem se desenvolver conforme a veracidade dos fatos: (a) Inquérito Policial Militar (IPM), (b) Auto de prisão em Flagrante (APF), (C) Sindicância Regular (SR) e Sindicância Sumária (SS). Para maiores detalhes, conferir Barnabé de Souza (1998).

¹⁰ Conf. Estado de Minas. *Impunidade estimula o crime*. Belo Horizonte, 16 de setembro de 2002. p. 19

lícia em 2002 revelou que a organização recebia de 10 a 12 denúncias diárias contra as instituições policiais e que 70% delas se referiam à atuação da Polícia Militar. A Ouvidora culpou a "cultura" da PM, afirmando que "a violência sempre esteve presente, seja por omissão ou por ação. Quando um policial coloca uma arma na cintura, acha que é o dono da vida e da morte das pessoas". Segundo ela, 90% das denúncias encaminhadas ao órgão eram de pessoas entre 16 e 30 anos de idade, a maioria das vítimas (96%) era composta de pessoas pobres e, 20% de pessoas brancas. É preciso mencionar que tudo é muito novo nesse campo. A Ouvidoria do Estado completou quatro anos de funcionamento em 2002 e tudo parece muito precário no que respeita à fiscalização da Polícia Civil e Militar. A Ouvidoria funciona mais como um depósito de reclamações, muitas vezes infundadas, do que um órgão fiscalizador.

De acordo com os PMs, os profissionais dessa instituição, como tantas outras, desconhecem o trabalho policial. No dia da veiculação da notícia, através do jornal mencionado, eu estava presente no batalhão - "em tempo real" como diz Yin (2001) - e, indignados, os PMs mostraram ofícios da Ouvidoria pedindo averiguações e informações acerca de alguns episódios corriqueiros ocorridos com determinados cidadãos. Os policiais afirmaram que respondiam com base nos manuais e quando "o caso é sério a gente manda eles procurarem a Corregedoria da Polícia". A Corregedoria é um departamento novo na Corporação e foi fundada em setembro de 2000. Esse órgão, tal como a Ouvidoria, também atua com base em denúncias que, muitas vezes, retornam às unidades dos batalhões para averiguação.

A narrativa dos policiais retrata parte dos dados recolhidos pela Corregedoria da PMMG (Tabela 1). De setembro de 2000 a junho de 2002 esse setor computou 898 agressões e abusos de poder. Esse número corresponde a 63% do total, que é de 1.423. Os episódios de tortura, que somam 48 casos, correspondem a 3,4%. Os homicídios, que são os casos que chocam a corporação, aparecem com 2%. De acordo com os dados da Corregedoria, em 2001 a corporação expulsou 40 policiais e, em 2002, mais de 30.

TABELA 1 DISTRIBUIÇÃO DO NÚMERO DE DENÚNCIAS À CORREGEDORIA DA PMMG, NO PERÍODO DE SETEMBRO DE 2000 A JUNHO DE 2002*

Denúncias	Total	%	
Agressões e abuso de poder	898	63	
Lesões corporais	127	09	
Extorsão	15	1,5	
Tortura	48	3,4	

Homicídio	27	2,0
Diversas	308	21,55
Total	1423	100

Fonte: Polícia Militar, Corregedoria da PMMG e Clube dos Oficiais. *In* Estado de Minas. *PMs expulsos*. Belo Horizonte, 16 de set. de 2002.

* Elaboração do autor

É óbvio, mas complexo, que os cidadãos devem ter ciência das ações policiais. Provavelmente, o nosso déficit no campo da cidadania e dos muitos anos de repressão além de não permitir a maturação do conhecimento de nossas instituições deixou uma sombria história sobre a Polícia Militar. Em meio à população, encontram-se, ainda, instituições, muitas com poder de agenda no desenvolvimento de políticas públicas, que desconhecem o trabalho policial. Muniz, Proença Júnior e Diniz (1999) chamaram atenção para essa problemática e apontaram como é ingênuo e, por que não dizer, intencional, a não distinção entre o uso legítimo da força física e a violência policial:

É curioso que a percepção do problema do uso da força pela polícia e a discussão de sua propriedade no Brasil se dêem com base na ingenuidade perigosa que não distingue – ou não quer distinguir – o uso da violência (um ato arbitrário, ilegal, ilegítimo e amador) do recurso à força (um ato discricionário, legal, legítimo e idealmente profissional). Esta situação é agravada pela ausência de um acervo reflexivo cientificamente embasado e informado pela realidade comparativa com outros países, o que abre espaço para comportamentos militantes e preconceituosos. De fato, intervenções tecnicamente corretas do ponto de vista da ação policial têm sido lançadas à vala comum da "brutalidade policial" e erigidas em símbolo de uma mítica banalização da violência, que explicaria o atual estado da criminalidade em nossas cidades. O ônus desta indistinção é imenso, sobretudo para as organizações policiais, que se vêem na situação impossível de ter que tomar decisões em ambientes de incerteza e risco sem qualquer critério que as oriente quanto à propriedade das alternativas adotadas. (Muniz, Proença Júnior e Diniz, 1999, p. 01).

De acordo com os autores, a não distinção das atitudes policiais tem colocado uma roupagem negativa nas ações da polícia. Existe uma grande confusão e desconhecimento das atividades policiais. A população e suas instituições tampouco sabem que o policial tem o direito e está legalmente autorizado a utilizar a força física em casos de descontrole individual e social. As instituições policiais ostensivas têm, na verdade, essa dura função. E não creio ser exagero afirmar que é esta a própria razão de sua existência. A manutenção da ordem pública, a possibilidade constante do

uso legítimo e instrumental dos meios de violência são dois alicerces da natureza das instituições policiais (Bittner, 1990; Reiner, 1992; Paixão, 1993; Bayley, 1994, 2001).

No entanto, a quem os policiais devem prestar contas? Os dados da Ouvidoria Pública estão longe de serem comparados, com certa lógica, às informações da Corregedoria. Esta última, na realidade, fiscaliza, mas não controla. Trata-se de um órgão institucional e, como tal, não deve estar longe de corporativismos e particularismos que invadem as instituições que têm, por "interesse", responsabilizar os seus agentes (O`Donnel, 1996; Lembrugner, et all, 2003). Para ainda tecer algumas reflexões destaco a Tabela abaixo.

TABELA 2 DISTRIBUIÇÃO DO NÚMERO DE DENÚNCIAS CONTRA A POLÍCIA MILITAR DE MINAS GERAIS, NO PERÍODO DE JANEIRO DE 2001 A JUNHO DE 2002 (18 MESES)

Denúncias	2001	2002
Procedimentos remetidos à Justiça	23	17
N° de policiais indiciados	68	31
Procedimentos que geraram punição	09	06
N° de policiais envolvidos	12	08
Procedimentos em apuração	30	07
N° de policiais envolvidos	78	04
Procedimentos arquivados	92	43
N° de policiais envolvidos	97	100
Total de procedimentos	154	73
N° de policiais envolvidos	365	143

Fonte: Seção de Análise da Corregedoria da PMMG, Polícia Militar de Minas Gerais. Relatório de Direitos Humanos, setembro de 2002.

Como se vê, em todo ano de 2001, 154 procedimentos foram levados a cabo pela Corregedoria e até junho de 2002 foram contemplados 73. É provável que os dados estão subestimados, já que se tem em Minas Gerais cerca de 40 mil policiais militares. A despeito dos limites das informações, algumas considerações podem ser feitas. Do total de procedimentos apurados, mais da me-

^{*} Foram consideradas as denúncias que versam sobre a seguinte natureza: abuso de autoridade (agressão) e lesão corporal.

tade (92) foi arquivado em 2001, o mesmo acontecendo em 2002. O número de punições chegou a 09 em 2001 e 06 nos primeiros meses de 2002. Boa parte dos procedimentos está na Justiça (23 em 2001 e 176 em 2002) ou em apuração (20 em 2001 e 07 em 2002). As informações delineadas evidenciam duas possibilidades: (1) ou os números revelam policiais capacitados, qualificados e que se preservam longe das agressões e seguem os limites da força física, ou, (2) o que é mais plausível, o órgão institucional reflete o descontrole da própria polícia em relação às atitudes dos seus agentes.11 Há muito já se sabe que a polícia tem seu alvo preferido nas figuras de homens e mulheres negras, pobres e jovens. 12 Os policiais já rotularam os que devem ser perseguidos e, infelizmente, são esses que têm pouco acesso à justiça ou mesmo desconhecem os seus direitos.¹³

Contudo, é importante chamar atenção para algo que os dados revelam e que é patente no quotidiano policial. O número de PMs envolvidos nas denúncias mostra a natureza da ação policial. Raras são as vezes em que a responsabilidade por um ato ilegal não é distribuída entre os policiais que laboram em uma guarnição. Daí não serem poucos aqueles que estão respondendo a processos. Na realidade, a organização produziu uma curiosa bifurcação, os PMs que atuam nas ações repressivas, ao contrário da maioria dos PMs que trabalham nas atividades preventivas e de administração, são os protagonistas dos processos e já se acostumaram "com o homem da capa preta" 14 e com a organização das sindicâncias em casos com ou sem fundamento. Em uma das instruções de que participei no Batalhão em pesquisa não foi difícil perceber a indignação dos policiais que atuam "na ponta" quanto à falta de reconhecimento institucional diante do trabalho efetuado e, por ressonância, o não reconhecimento da sociedade.

Na realidade, poucos são os depoimentos dos policiais que não são emocionados quando em questão está uma operação de conteúdo repressivo, que resultou em perseguição, prisão, ou fuga do delinqüente. A Corregedoria, nesse caso, de acordo com os entrevistados que atuam "na

¹¹ A mesma reflexão pode ser feita em relação à violência policial. Do total de procedimentos em 2001 (11), cinco foram arquivados, dois remetidos à justiça e quatro em apuração. É preciso afirmar que muitas acusações, de acordo com os policiais entrevistados, sequer chegam à Corregedoria, ficando a cargo da própria unidade a apurarão dos fatos. Ademais, muitas denúncias não são apuradas simplesmente porque o reclamante desiste da acusação.

¹² Para uma análise sobre a temática no Brasil, ver Bandeira & Suàrez (2001). Uma boa análise sobre as denúncias oriundas dos negros nos EUA pode ser encontrada em Decker & Wagner (2002)

¹³ A despeito de boas iniciativas, como a criação do Juizado de Pequenas Causas Cíveis e Criminais, que agilizaram a prestação de serviços à população, é fato que a maior parte do judiciário não cumpre o seu papel. O acesso dos mais pobres à justiça é pequeno: a maioria da população não tem como pagar advogados, reivindicar presteza e arcar com os custos e a demora de um processo judicial. Esta temática tem sido ponto privilegiado em algumas pesquisas.

¹⁴ Termo pejorativamente utilizado para designar os juízes responsáveis pelos julgamentos das sindicâncias.

ponta", é criticada por aparecer como mais uma forma de "pressão sobre o nosso trabalho". 15 A indignação chega mesmo a caminhar para denúncias de oficiais que "não querem trabalhar na rua" ou "que ficam esperando por promoções". 16

Não tão distante dos constrangimentos internos, acredito que a própria desorganização e as dificuldades de reunir dados a respeito das atividades invisíveis e autônomas dos policiais (Bittner, 2003) revelam o descontrole civil ou a difícil tarefa de construção de formas de avaliação, transparência e controle do aparato policial (Reiner, 2002) que poderiam, inclusive, render pontos positivos para a polícia. Se existem dificuldades de controle por parte da própria organização, é possível afirmar que o "dilema brasileiro de alguns setores que discutem política de segurança pública" está longe de ser resolvido, já que ele consiste em "equacionar" "várias instâncias de controle sob o denominador comum do controle exclusivamente externo da polícia" (Beato, 1999, p. 19).

2 O PROBLEMA INTERNO DO CONTROLE DA POLÍCIA

O leitor pode argumentar que a Corregedoria é um órgão de fiscalização e controle interno. Contudo, os dados coletados e as observações do quotidiano policial revelam que, apesar de ser um elemento de controle interno e explícito, de acordo com as tipificações de Bayley (2001), no imaginário de boa parte dos policiais, notadamente dos que atuam ou que já atuaram "na ponta", a infante Corregedoria da PMMG ainda aparece como uma organização interna que exerce controle externo se configurando como mais um elemento de "alcagüetagem" do que de auxílio ao trabalho policial.

Nas linhas que se seguem discuto os seguintes eixos temáticos: a disciplina e a hierarquia, o regulamento interno, a "força moral" do comandante e o setor que tem por objetivo a investigação interna das atitudes dos policiais. Esses eixos foram retirados da observação, das narrativas e das representações que apareceram no dia-a-dia dos PMs. Eles foram desdobrados em outras categorias ou elementos de análise, tais como: "solidariedade", "companheirismo", "segredos", "controle", "autoridade", "segurança/insegurança", "militarismo" e "reconhecimento" interno e externo.

¹⁵ Entrevista n° 24 – capitão com 18 anos de serviços prestados a PMMG.

¹⁶ Entrevista n° 04 – capitão com 15 anos de serviços prestados à PMMG.

2.1 O (falso) problema do militarismo

Mais de uma vez é possível perceber nos estudos de polícia no Brasil a famigerada associação dos "desvios" da instituição policial com a história e "cultura" militar das forças armadas. Essa "cultura" teria sido incorporada - em todas as suas significações, normas e regras de conduta - pelas organizações de polícia. Não vou me ater aqui às questões históricas que tendem a reduzir a problemática da polícia ao militarismo e à arquitetura autoritária brasileira que deu mais vida e dinâmica às práticas militares. Creio que o importante a reter é que, se no passado essa concepção foi verdadeira, principalmente se nos reportarmos aos episódios ditatoriais, no presente, ela já não tem tanta força.

É complexo, e estou ciente disso, ter a pretensão de generalizar dados que encontrei em um quartel. O meu objetivo não é esse. Tenho por interesse somente delinear certos comportamentos, significados e percepções oriundas dos policiais que viveram a transição democrática e que estão vivendo os problemas que perpassam as instituições policiais em plena democracia. Vamos por partes.

Brodeur (2000), ao discutir as reflexões de Chevigny (2000), recupera uma já conhecida tese. As forças policiais, no continente europeu, principalmente na Inglaterra, foram constituídas no intuito de retirar de determinados agentes da sociedade o direito sobre a vida dos cidadãos. Os atores privilegiados possuíam forças militares que punham fim às rebeliões e conflitos coletivos, mas, paradoxalmente, produziam mais rebeliões do que efetivamente consentimentos coletivos.

> Meus próprios estudos para o governo canadense levaram-me a acreditar que há uma diferença fundamental entre o que eu chamaria de ética policial e ética militar. A ética policial é definida pelo uso mínimo da força para resolver problemas que requerem a imposição de uma solução. A ética militar consiste no uso de força esmagadora para ganhar a supremacia total sobre um inimigo num ataque e assegurar que o inimigo inflija o menor dano possível sobre seus atacantes (Brodeur, 2000, p. 98).

De acordo com o autor, a ética militar é utilizada para a guerra entre países que comungam interesses diferentes. No entanto, para lidar com os conflitos internos, a força militar "é completamente não apropriada para promover o respeito à lei numa sociedade". O contundente argumento do autor é concluído da seguinte forma:

O que define uma sociedade é precisamente seu desejo de colocar um fim na situação de guerra, segundo a qual cada pessoa está em conflito contra cada uma das outras. Desde que uma polícia militarizada atiça os ventos da guerra em uma sociedade, ela derrota o próprio propósito para o qual essa sociedade foi criada. (Brodeur, 2000, p. 98).

Hobbes (1588-1679), há muito, já mostrou as principais bases filosóficas que marcaram a conjuntura delineada. Homens e mulheres, livres no estado de natureza, e possuídos de "interesses egoístas" agem conforme desejos individuais, sem limites e constrangimentos. Para não se matarem, decidiram elaborar um pacto e criaram um corpo político artificial, o Estado (*Leviatã*), que tinha por função garantir a liberdade e o bem comum aos seres humanos. É certo que muitos anos se passaram para que as sociedades descobrissem que a força militar não possuía as mesmas competências que um poder policial. Em sociedades democráticas, notadamente as liberais, acreditase nas leis e nos poderes reguladores de conflitos mantidos pelo Estado.

Confiar nas forças policiais militares parece complexo e problemático em um país injusto e desigual como o Brasil. São muitos os exemplos de arbitrariedade, brutalidade e escassez de controle das instituições policiais. Contudo, modificar estas organizações utilizando somente diretrizes e mecanismos sócio-estruturais, tem se mostrado ineficaz. Pouco adiantou reduzir a atividade da Polícia Militar ao trabalho ostensivo e da Polícia Civil ao trabalho de investigação.

Em questão parece se encontrar a inexistência de um "padrão ideal de polícia" (Bayley, 2001). É desse desconforto que se produz toda a discussão da dicotomia de um policiamento voltado para a comunidade *versus* um policiamento tradicional orientado profissionalmente (Cerqueira, 2001a; Dias Neto, 2000). Curioso, mas o debate anda em linhas paralelas e, não é por acaso que "a Itália ainda dispõe dos *Carabinieri*, a Espanha da *Guarda Civil*, a França da *Gendarmerie*, e a Holanda da *Rijkspolitie*" (Beato, 1999, p.18). A possibilidade de reduzir a contenda à existência de dois "modelos" diferentes não equacionou o problema em saber qual o policiamento perfeito. O "modelo anglo-saxão" e o "modelo francês" são formas heurísticas, cognitivamente construídas para efeito de entendimento do mundo real¹⁷ e, obviamente, limitadas para efeito de reproduzir

¹⁷ De acordo com Lévy: "A imagem de dois modelos antagônicos, francês e inglês, alimenta ainda uma boa parte das discussões sobre a polícia apesar de seu caráter caricatural e em grande parte errôneo. Tradicionalmente, a polícia francesa representa o contra-modelo (não) liberal, instituição supostamente subordinada ao poder político, que se opõe, geralmente, ao pretenso 'modelo inglês' (londrino, na verdade), que seria benigno e estaria a serviço dos cidadãos. É num contexto polêmico que a própria idéia de 'modelo' aparece por ocasião de um debate que viria a provocar a reforma da polícia inglesa a partir da segunda metade do século XVIII e resultaria, finalmente, na instituição da 'New Police', em 1829. É aí, então, que surge o fantasma do 'modelo francês', isto é, uma polícia de estado ('Lieutenance de police' em Paris de 'Maréchaussée' no resto do território, posteriormente Ministério da Polícia), centralizada e com vocação para espionar os

as múltiplas realidades dos países (Monet, 2001). Até porque, se existe o modelo anglo-saxão, alicerçado nas experiências de Robert Peel, foi em função de os ingleses resistiram a implantação d'o "modelo francês", que também já foi contaminado com sua "versão de policiamento comunitário" (Lévy, 1997, p. 61).

O que parece razoável sustentar é a configuração, em muitos países, de "modelos" policiais "quase-militares" que oscilam na manutenção de forças preventivas e repressivas. 18 Essa, aparentemente, é a tendência que vigorou nos países, principalmente naqueles que não abriram mão de suas forças repressivas, ou que tenderam à manutenção do aparato policial sob o controle do poder executivo. Diante desse debate, a questão da cultura somente "militar" resiste pouco aos dados empíricos. No território brasileiro, até o final dos anos 60, as agências policiais militares, em todo o país, eram aquarteladas e tratadas como forças auxiliares do Exército, as quais tinham como função as manobras de infantaria, o corpo do Exército que, em caso de guerra, progride em terra tendo como privilégio o combate homem a homem. A Constituição de 1967 modificou este cenário e garantiu a função do "policiamento ostensivo" com o monopólio da farda às polícias militares estaduais. Essas regras foram confirmadas na Constituição de 1988, que nada modificou a estrutura dessas agências. É justamente nessa temática que começam os problemas.

2.2 O problema do (des) controle interno e externo da polícia

É um mito achar que a polícia está submetida ou mesmo controlada pelo Exército. No campo da prescrição constitucional, sabe-se que as instituições policiais dos Estados da Federação estão submetidas ao Exército. No campo da política e do quotidiano policial estamos longe dessa prática. Dois exemplos são suficientes para evidenciar o argumento.

oponentes políticos, considerada oposta às benévolas tradições inglesas". Conf. Lévy (1997, p. 71 (Notas) e seguintes - os grifos são do autor). Sobre o mesmo debate, ver Monet (2001). Sobre o que se convencionou denominar "modelo" anglo--saxão, vide Reiner (1992) e Monkkonen (1981).

¹⁸ Para maiores detalhes, ver Bittner (2001), Monkkonen (1981, 2003), Paixão (1993) e Beato (1999, 2000). De acordo com Paixão (1993, p. 05), o modelo quase militar equacionou também o problema da garantia da liberdade individual em relação à produção e os desmandos de um poder despótico. Este modelo apareceu como "alternativa organizacional a esse dilema: com sua ênfase sobre dimensões como o profissionalismo, o formalismo, a disciplina, a hierarquia de autoridade e comando, a polícia adquirira os atributos da neutralidade e do insulamento em relação tanto aos efeitos particulares da subordinação a poderes locais, quanto à possibilidade de captura pelo poder central. E mais: a imagem querreira da organização policial em luta quotidiana contra o crime permitiu à polícia legitimar-se frente a setores estratégicos do ambiente".

Em primeiro, retomo o episódio da mobilização reivindicatória de junho de 1997, iniciada em Belo Horizonte. A despeito de todo empenho no intuito de controlar os policiais, em muitas Federações, os PMs saíram às ruas abandonando o local e as prescrições da maioria das atividades policiais. Essa prática que se repetiu no ano de 2001 em alguns Estados da federação, muitas vezes ainda é utilizada como ameaça para trazer à luz novas e velhas reivindicações. Em 1997, se o Exército atuou de forma efetiva nas mobilizações policiais foi para manter a ordem, ou a "imagem" de "segurança" pública preservada pelo Estado. Imagem, no mínimo, enganosa, pois além de não serem treinados para a segurança pública no mundo civil, é preciso afirmar que os recrutas mal são treinados para a guerra (Barros et. al., 2006). Um argumento recorrente nessa discussão é a fracassada união que se verificou no passado ditatorial entre os órgãos de investigação da Polícia Militar e Civil e as forças armadas governamentais, notadamente, o Exército. Raras vezes, as informações não eram produzidas, direcionadas e maquiadas contra os "subversivos" e/ou pessoas que tampouco eram adversárias do governo no campo político-ideológico (Magalhães, 1997; Kucinski, 2001) Controle das instituições, nesse caso, era possível pensar somente com base no que um coronel reformado informou, "o que caia na rede era peixe". 19

O segundo exemplo a ser mencionado é o conflito ocorrido em setembro de 1999 entre o governador Itamar Franco e o Presidente Fernando Henrique Cardoso. O governador Itamar, no intuito de "defender o território" e a não privatização da Hidrelétrica de Furnas, construída em Minas Gerais, reuniu tropas da Polícia Militar para combater uma possível invasão da esfera federal no Estado. Em favor do que dizia ser "patrimônio nacional", centenas de policiais montaram abrigos, treinaram ordem unida e movimentos militares na região. Sob as ordens do governador, é possível afirmar "que ordem ilegal se cumpre", pois, se a Polícia Militar fosse realmente submetida aos imperativos constitucionais bastavam uma, duas ou três palavras para que um general – grau hierárquico inexistente na PM – equacionasse o problema. Dois exemplos, uma conclusão: a questão da submissão da Polícia Militar ao Exército é matéria somente constitucional²⁰ e, na prática, pouco funciona como mecanismo de controle ou de recomendações para mudanças nas agências policiais.

¹⁹ Entrevista n° 38 - coronel reformado da PMMG.

²⁰ À guisa de lembrete conferir Artigo 144 (§ 6°) da Constituição Federal, na qual se encontram as seguintes palavras, "As polícias militares e corpos de bombeiros militares, forças auxiliares e reserva do Exército, subordinam-se, juntamente com as polícias civis, aos Governadores dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios". Para maiores detalhes, ver Barros (2005).

Na esteira desse debate, é possível que exista uma certa confusão entre o que se entende por "ordem pública" e "segurança pública" (Soares, 2001; Cerqueira, 2001b), a ponto de ambas categorias revelarem a crise nas identidades tanto da Polícia (Muniz, 1999) como das Forças Armadas Brasileiras (Soares, 2001). Um dos argumentos que ganhou força nesse sentido, teve como pressuposto, as práticas policiais baseadas nos princípios de hierarquia e disciplina, treinamento militar, uso da violência "bélica", armamentos pesados, rituais simbólicos e ritos de passagem próprios da "cultura" das forças armadas (Castro, 1990; Leiner, 1997). Se no passado não muito distante essas práticas eram verdadeiras - afinal procurava-se um "inimigo interno" e se treinava "para a guerra" que, diga-se de passagem, nunca veio (Pinheiro, 1982, Carvalho, 2001) -, no presente o dia-a dia de um quartel revela novos e velhos comportamentos de uma instituição *quase militar*.

As entrevistas com os policiais veteranos - para muitos observadores contaminados pelo senso comum - podem parecer que serão momentos de aventura quando em tela estão os anos de ditadura. Somos levados a pensar em práticas constantes de combate, torturas aos montes e um complexo rigor de práticas assentadas no medo e na incerteza. Todavia, as informações resultantes de leitura de documentos e entrevistas revelam somente parte do problema. De acordo com os policiais, "a questão dentro quartel sempre foi mais dura e cheia de problemas do que na rua". "Tudo agui era muito difícil". "Não era permitido nem ser visto conversando com um civil". 21 "Nós éramos treinados para a guerra, mas nunca vimos que guerra era essa. Pensávamos que algo sempre ia acontecer. Quantas e quantas vezes figuei de prontidão".²² As imagens e representações daquele tempo voltam à memória dos "velhos policiais" como momentos de medo, incerteza, ignorância e emoção. No entanto, para economizar linhas, é preciso afirmar que muitos estavam distantes da realidade vivenciada naquele tempo.

Comparar a Polícia Militar às forças de uma infantaria é enganoso. Nos Batalhões de polícia inexistem carros de combate, morteiros, granadas de guerra (defensivas e ofensivas), Lança Rojões, metralhadoras potentes e fuzis 7.62. No passado e mesmo no presente, notadamente nas cerimônias, solenidades cívicas e rituais simbólicos, os policiais desfilam com mosquetões, um armamento que, no Exército, é utilizado em treinamento no meio de lamas e muita água suja. "A polícia vive de imagem", me disse um oficial.²³ Essa afirmação parece verídica tanto no passado como no presente. Se existe algo que sobrevive na polícia, e que veio do Exército no campo das "funções

²¹ Entrevista n° 06 – segundo sargento com 21 anos de serviços prestados à PMMG.

²² Entrevista n° 50 – soldado com 29 de serviços prestados à PMMG.

²³ Entrevista n° 26 – primeiro tenente com 10 anos de serviços prestados à PMMG.

militares", são algumas práticas de treinamento que se tornaram comuns, funcionais e obrigatórias no cotidiano das ações policiais. Por exemplo, é necessária a preparação física, o mínimo de capital cultural e político, práticas de defesa pessoal, exercícios de tiro com armas leves de diferentes calibres, treinamentos de abordagens e salvamento e movimento de tropas em um cenário urbano de desordem civil (atividade muito praticada na década de 80 em que no país se abriu um longo período de greve). Muitas dessas ações são próprias da natureza do trabalho de polícia no campo da prevenção e, principalmente, da repressão que lida com a imprevisibilidade, autonomia e discricionariedade dos acontecimentos no mundo real.

Distante disso, "muitas coisas foi a própria polícia que aprendeu na prática". E, "como na prática é outra coisa"24, coube às agências policiais redefinirem o seu quotidiano fora dos batalhões. A distribuição de viaturas em uma região nos dias atuais está, obviamente, longe do que ocorria no passado. Muito já se falou de um "inimigo interno" que a polícia substituiu na carência do inimigo externo e do "subversivo" dos tempos da ditadura. Já mencionei que esses são, em sua maioria, negros, pobres e "desviantes". Todavia, percebe-se a cada dia um número maior de policiais treinados nos mais básicos conhecimentos sobre direitos humanos e, já se tornaram matérias curriculares na academia, disciplinas como sociologia, relações humanas e direitos civis e sociais.²⁵ Em poucas palavras, as mudanças estão acontecendo, mas uma nova forma de fazer policiamento estaria em emergência?

Provavelmente, um dos principais obstáculos que a Polícia Militar terá que enfrentar diante das metamorfoses institucionais em tempos de democracia, são as modificações internas que pouco a pouco estão influenciando o cotidiano dos seus agentes. É possível salientar que reside nessa temática um dos maiores dilemas da polícia e dificuldades de estudo na instituição. Em relação ao controle das atividades policiais, elemento importante e imprescindível em países democráticos, é forçoso afirmar que muito do que resta no quartel de "militar" ainda é o que funciona como verdadeiro mecanismo de "controle" das ações dos policiais. Vejamos:

²⁴ Entrevista nº 09 – cabo com 18 anos de serviços prestados à PMMG. Sobre a temática de o trabalho policial ser na prática muito diferente da teoria, ver Muniz (1999).

²⁵ Para uma análise da mudança no perfil da formação pedagógica do policial, ver Santos (2000), no qual temos toda trajetória da criação do Curso Técnico em Segurança Pública da PMMG e afirma que o objetivo do currículo é "habilitar um novo técnico para fornecer segurança á comunidade, com competências adquiridas para atuar em prol da cidadania, e não mais simplesmente formar um policial, nos moldes do ensino militar do exército, para cumprir um dever do estado. Esse novo profissional, formado mediante o currículo proposto para o CTSP, deverá desempenhar melhor o seu cargo de garantir aos cidadãos o direito de usufruir o ambiente da segurança pública" (Santos, 2000, p. 40).

Há muito já caiu por terra a idéia de que o policial passa boa parte de sua vida aquartelado. Diferente dos recrutas do Exército – mesmo aqueles que servem ao CFO (Curso de Formação de Oficiais) – os soldados da PM são funcionários públicos de carreira, muito diferentes dos recrutas das Forças Armadas que, em menos de um ano, saem "formados" como força reserva para uso em caso de guerra. Com o "sonho" de uma carreira policial, o recruta da PM passa anos como praça ou como oficial e vive sua condição objetiva de vida tal como um civil. Logo, partir do pressuposto do aguartelamento como produtor de cultura e comportamentos militares/policiais - muitos vezes agressivos – não resiste aos dados empíricos e a observação no local de trabalho.

Normas, regras e condutas dos policiais no quartel não estão muito distantes do cotidiano de várias instituições públicas ou privadas que conhecemos. Como outras organizações, os quartéis seguem os mesmos elementos tayloristas de gerência e administração: horários e regras de jornada de trabalho, férias, benefícios indiretos e diretos, pagamento de salários e punições. Tal como as organizações públicas e privadas, também possuem os seus gerentes que, de uma forma ou de outra, alcançam lugar através de concursos ou méritos. Até aqui poucas novidades, salvo que os policiais trabalham armados e fardados e são entendidos como "pedaços do Estado em movimento". 26

Na realidade não é preciso ir longe nas argumentações. Weber (1991[1922]: p.141 e seguintes), em obra clássica descreveu com acuidade o que deveria ser um tipo ideal de organização burocrática, enumerando uma série de características organizacionais. Tratava-se de prescrever um mecanismo heurístico ideal, distante da realidade, mas que correspondesse a um potente instrumento de análise e comparação. Dos atributos que fazem parte da "organização burocrática legal" estão a cuidadosa divisão do trabalho, a hierarquia rigorosa dos cargos e normas de autoridade, sistema minucioso e homogêneo de disciplina e controle do serviço, regras fixas de competências funcionais, qualificação comprovada e certificada em diploma, separação entre administração e propriedade, remuneração salarial em dinheiro com direito à aposentadoria, promoção baseada na competência técnica com perspectiva de carreira e exclusividade funcional na profissão. Esse era o modelo burocrático de organização próprio de ser desenvolvido na sociedade moderna.

Condenar a estrutura militar como "problema" para as organizações policiais me parece embaraçoso, já que elas aparecem como "modelos ideais" de organização. Portanto, é razoável supor que declarar as organizações policiais usando tais argumentos não é mais que um "truísmo sociológico". As organizações são agências problemáticas, pois são elaboradas por atores que comungam interesses divergentes e que desejam influenciar os rumos da organização.

²⁶ A pertinente expressão não é minha, credito-a a um competente oficial da PM. Entrevista nº 23 – major com 25 anos de serviços prestados à PMMG.

2.3 A hierarquia e a disciplina como dilemas na corporação

Diante do exposto, o fato de alguns estudos apostarem que a "crise da polícia" reside em sua militarização.²⁷ No quotidiano policial, a despeito dos problemas forjados pelos agentes, atributos da organização militar parecem incorporados e já equacionados pelos PMs. Muitos são os elementos que aparecem na observação direta das práticas quotidianas e nas entrevistas. Observemos o que os policiais salientam sobre a disciplina e a hierarquia, princípios norteadores e centrais na instituição:

> É importante a hierarquia, a disciplina? Com certeza, porque em todo lugar você tem missões boas de cumprir e outras que ninguém quer cumprir. Se você não tem esse tipo de comando, esse tipo de coisa, você põe lá e as missões ruins nunca ninguém vai cumprir não. Vão estar sempre para serem cumpridas. O controle sobre a tropa. Se, em determinada ação, ela é correta - partindo do pressuposto "A" - e se a guarnição que você trabalha ela quer partir do pressuposto "B", e você sabe que aquilo não é correto... então essa hierarquia e disciplina vai te ajudar que você mantenha toda essa guarnição trabalhando no pressuposto do que é o correto, que é o "A". Tem um detalhe: a norma fala que: "ordem ilegal não se cumpre". Mas se você tiver que cumprir... que pelo menos a responsabilidade recaia sobre aquele que deu a ordem sabendo que é ilegal. Então é uma forma de controlar tanto os superiores e os subordinados para manter esse determinado controle e evitar alguns abusos. (Entrevista nº 35 – terceiro sargento com 16 anos de serviços prestados à PMMG).

> A hierarquia e a disciplina são a base para qualquer instituição. Não só na Polícia Militar, como em todas as empresas comuns. Tem que haver disciplina e hierarquia. Tem que haver coisas definidas. Mas o que eu observo principalmente é o seguinte: a força do exemplo. Eu acho muito mais fácil a gente ir pela força do convencimento, pelo exemplo de mostrar o caminho certo do que aplicar a hierarquia e a disciplina puramente simples como autoritarismo. (Entrevista nº 24 – capitão com 18 anos de serviços prestados à PMMG).

É praticamente unânime entre praças e oficiais a importância da existência clara de disciplina e hierarquia nas organizações. São muitos os que afirmam a relevância e o lugar desses atributos "na família", "na escola", "nas empresas", na "igreja" e "nos hospitais". "Sem hierarquia não tem jeito, às vezes vou até contra a idéia do sargento lá na quarnição, mas ele sabe mais do que eu, e tem

²⁷ A crise não se revela somente na Polícia Militar, estudos revelam que a crise há muito se manifesta nas práticas cotidianas da Polícia Civil (Bretas, 1997; Mota, 1995). A despeito de não serem militarizadas, muitos são os elementos constitutivos dessa polícia que mostram existir embaraços organizacionais também encontrados na Polícia Militar.

muito mais experiência. Fico calado e vejo que as coisas sempre ocorrem tudo bem"28, informou um jovem soldado. Na verdade, sabemos da importância da hierarquia e da disciplina nas organizações. Técnicas disciplinares implicam a criação de várias maneiras e tecnologias de "controle" e ordenação das "multiplicidades corporais". Corpos disciplinados parecem ser mais úteis, oferecem personalidades "dóceis", atitudes controladas de postura, ação e energia (Foucault, 1999 [1975]). A disciplina aparece como um mecanismo indispensável para o funcionamento das organizações. Não é por acaso que a encontramos em fábricas, conventos, prisões e escolas. O que diferencia a Polícia Militar de outras instituições no campo prescrito e manifesto é, logicamente, a possibilidade do uso legítimo da violência, e os mecanismos de autoridade e hierarquia manifestos no armamento, fardas, distintivos e símbolos.

No que concerne à ação cotidiana do policiamento, é importante frisar o funcionamento da hierarquia. No quartel, as insígnias manifestas nas fardas, as normas que garantem o poder dos gerentes e a possibilidade de punição aparecem como elementos de controle interno (Bayley, 2001). São esses imperativos que definem as atividades prescritas e a linha de comando que devem ser seguidas. Tem-se certeza de "que o capitão é o oficial do comando da seção, ou da Companhia. Ele é treinado para comandar, e nós, praças, para obedecer".²⁹ Se no passado ainda recente os policiais reclamavam do excessivo poder dos oficiais garantidos através do princípio da hierarquia, nos dias atuais, notadamente, após a mobilização de 1997, a disciplina e a hierarquia se transformaram em elementos obrigatórios e necessários para a manutenção do *esprit de corps e o esprit de finesse* (espírito de fineza, gentileza e elegância) na polícia, que teriam sido gravemente ferido após a revolta dos praças.

Depois dessa greve (1997), tiveram várias modificações na polícia, como por exemplo: teve a greve, isso adquiriu uma força muito grande para os policiais militares, cabos, soldados, sargentos, os praças, vamos dizer assim. Teve uma força maior muito grande. Os oficiais de modo geral passaram a respeitar o praça, que eu quero dizer é do subtenente para baixo. Então passou a respeitar mais. Porque antes não. O oficial, o graduado de modo geral, quando ele via um soldado se apresentando ele achava que era um animal e tratava-o com casca e tudo. Hoje não. Hoje está bem mais harmonioso. Voltaram a respeitar os praças, né? (Entrevista n° 36 – terceiro sargento com 30 anos de serviços prestados à PMMG).

²⁸ Entrevista n° 45 – soldado com 04 anos de serviços prestados à PMMG.

²⁹ Entrevista n° 02 – segundo sargento com 22 anos de serviços prestados à PMMG.

Nota-se, nesses e em outros depoimentos, inexistir resistência em relação aos princípios de hierarquia e disciplina. Ao contrário, muitos são os relatos de como esses valores se manifestavam positivamente no quartel. Para os PMs, é no interior da organização que os problemas deveriam ser equacionados. Sargentos, cabos e soldados, incluindo os oficiais que defenderam a mobilização dos praças, várias vezes denunciaram a "falta de comando" da oficialidade de alta patente e o descrédito que ganharam "por não dar o exemplo" e salvaguardar o espírito de corpo que não é "militar". Distante da questão da greve, o problema da gerência apareceu de diversas formas nas narrativas dos policiais. Muitos chamaram atenção para as "alterações" e o que chamam de "incompetência" de determinados comandantes.

Na realidade, oficiais e praças que estão em posição de comando (no caso sempre o mais graduado ou o mais antigo, se, porventura, os policiais possuírem a mesma graduação ou posto) muitas vezes são colocados em xeque pelos subordinados. Os comportamentos manifestos no "você que se vire. Você não nasceu quadrado", ou "ordem não se discute cumpre-se", "no galinheiro, quem canta é o galo", "isso explica, mas não justifica", "você certo, já está errado", "a corda sempre arrebenta para o lado mais fraco", "não adianta: lagartixa jamais será jacaré", "não vale à pena nadar contra a maré", "a água do rio sempre vai para o mar", "manda quem pode, obedece quem tem juízo", são elementos perversos da hierarquia e da disciplina que contaminaram o "bom policiamento" e o cotidiano intramuros do quartel. As relações sociais que chamo de "negativas", carregadas de preconceito, discriminação e deslealdade empurraram a organização para a ingerência, o retrabalho, a estagnação das informações, o mau uso dos equipamentos disponíveis e, provavelmente, para atividades brutais e assédios no campo moral e da violência.

Tem oficial que não tem jeito. Olha, eu não tenho nada contra eles. Mas, às vezes, o cara não sabe é trabalhar mesmo. Se o pessoal percebe que o sujeito é babaca, então, meu filho... Não quer dizer que ele sofre não. Mas ele vai contar e muito pouco com a ajuda do pessoal. O policial vai lá faz o que deve ser feito: cumpre os horários, faz o que o oficial manda. Mas acabou o horário ele vai embora. Às vezes, ele vê até coisa errada vinda do oficial, mas nem avisa, fica quieto. Não é obrigação dele. Se o oficial fosse gente boa ele até falaria. Mas como é babaca os caras não falam e deixam pra lá. Faz tudo direitinho e vai embora. Faz apenas o serviço diário, mas não dá o sangue, tal como estamos dando aqui entendeu? (Entrevista n° 08 – soldado com 08 anos de serviços prestados à PMMG).

Aqui na polícia as coisas sempre acontecem muito é no subterrâneo, no reservado. Se tem que sair um serviço o policial, o praça, tem que dar conta. Se ele não conhece um outro praça e tem amizade com ele, não sai nada. O negócio é muito difícil. Às vezes, o

oficial pede e diz "te vira" e a única formar de se virar mesmo é buscar ajuda, a amizade, porque tem que dar conta do serviço e ele nem quer saber como a gente deu conta não. Isso é ruim, pois desgasta muito as relações. (Entrevista nº 02 – segundo sargento com 22 anos de serviços prestados à PMMG).

É razoável apontar para a configuração de uma cultura "quase militar" (ou mesmo híbrida) porque, na organização, o quotidiano policial - além de ser marcado por relações sociais próprias do "mundo civil" - alimenta e preserva elementos, símbolos, rituais, estratégias e comportamentos da cultura militar (Castro, 1990; Leiner, 1997). Denuncia-se, por exemplo, que a hierarquia militar pode retirar a autonomia e a criatividade do policial que atua "na ponta", principalmente, no que diz respeito às atividades do policiamento comunitário (Bayley e Skolnick, 2001; Beato, 2001). Segundo os PMs entrevistados, pelo contrário, "se não existirem hierarquia e disciplina, o sujeito lá *na ponta* pode fazer o que ele quiser. Tendo alguém que o controla, as coisas saem muito melhores". O que aparentemente incomoda os policiais, não é a estrutura organizacional militar, mas como ela foi ou está sendo utilizada. Mais do que antes, os praças afirmam ter maior acesso e contato com os oficiais. Outrora, tal como ocorre nos corredores dos quartéis do Exército, para reivindicar ou tentar solucionar um problema...

... o "pracinha" deveria seguir toda a linha de comando: o soldado falaria com o cabo, que fala com o terceiro sargento, ou mesmo o segundo, que vai e fala para o tenente, que depois vai e fala para o capitão e assim por diante. Até, dependendo do caso, chegar em quem está lá no comando. (Entrevista n° 29 – subtenente com 25 anos de serviços prestados à PMMG).

Após 1997, os praças e os oficiais têm se esforçado para flexibilizar e dar maior velocidade às informações no batalhão. Contudo, as observações efetuadas e as entrevistas indicam que estas se limitam às questões internas e pessoais e, raramente, dizem respeito à comunidade, a melhor forma de gerenciar o policiamento ou os entraves políticos que fazem parte da carreira ou da mudança das atividades do policial. Novas técnicas de gerenciamento, controle de recursos, informações e novas tecnologias certamente dariam maior resultado para a polícia do que mudanças constitucionais que, na realidade, não passam de prescrições longe do mundo real (Beato, 2001, 2002).

³⁰ Entrevista n° 02 – segundo sargento com 22 anos de serviços prestados a PMMG.

3 A POLÍCIA E SUA CULTURA "QUASE MILITAR"

Creio ainda que existem dois argumentos que fortalecem minha argumentação acerca da importância da estrutura militar para os policiais e da existência de uma cultura³¹ "quase militar". Em primeiro destaca-se a aversão que os PMs têm da organização das atividades da Polícia Civil e das organizações públicas e privadas que "não funcionam direito". É comum ouvir dos PMs críticas e mais críticas sobre as atividades da Polícia Civil que "quase não é percebida pela população". Nas comparações, os policiais tendem a reduzir a "Polícia à paisana" "a uma força menor" que não segue a hierarquia, não tem autoridade e nenhum controle sobre os seus agentes. Enfim, "é desorganizada" e "todo mundo manda".

É possível argumentar que a unificação da Polícia Militar com a Civil certamente reduziria custos e forjaria novas formas de combate à criminalidade, a violência e novos dispositivos comunitários de manutenção da paz e da ordem, já que técnicas de investigação, comando e banco de dados ainda não são utilizadas de forma conjunta. Contudo, é manifesta a resistência dos policiais militares à organização civil. E não são poucas as incertezas e efeitos do que poderia acontecer com a possibilidade da unificação. Certamente, muitos obstáculos enfrentarão as autoridades públicas, pois as instituições policiais são reticentes às mudanças (Beato, 2000). Apega-se a falsos rituais, socialização de práticas e "segredos", causas e ideais dramáticos, tradições e práticas conservadoras próprias de "culturas" que se protegem do público que podem produzir conflitos e profundas metamorfoses em seu cotidiano. (Monet, 2001, cap. 08).

O segundo argumento em favor de uma cultura "quase militar", distante do que poderia ser mencionado de "espírito militar" (Castro, 1990), tem por base as ações policiais no cotidiano fora das estâncias do quartel. A hierarquia e a disciplina resistem até o momento em que o trabalho "está tudo nos conformes", "tudo positivo", "sem alteração" ou "na normalidade". Nas ações policiais existem acontecimentos nos quais a hierarquia se dissolve, mas não a disciplina. É comum os PMs afirmarem que "na prática é outra coisa", "não existe uma ocorrência igual a outra" e "nunca se sabe quando algo está para acontecer". Em tais circunstâncias, configuram-se momentos de solidariedade, controle tácito da situação, relações de "segredo", "macetes" e "espertezas":

³¹ Por "cultura" seguimos a interpretação Clifford Geertz ([1973] 1989), que a compreende como o conjunto dos comportamentos, crenças, símbolos, significados, saberes e saber-fazer característicos de um grupo social. Cultura aparece em sua obra como uma teia de significados que os seres humanos tecem no intuito de coordenar, organizar e estabilizar sua existência social. Diferentemente do que ocorre no mundo natural, criamos relações sociais produtoras de símbolos e significados. Estes são forjados em nosso imaginário. Produzidos nas relações sociais, são utilizados, transformados, adaptados e passados às outras gerações na medida em que nos defrontamos uns com outros e com as condições de nosso meio ambiente. Sobre o debate acerca do conceito de cultura, ver Barros (2004).

Na rua a coisa é totalmente diferente. Às vezes, quem sabe mais é o soldado. O oficial ou o sargento têm mais é que agüentar e ficar calado, pois ele sabe que o que está falando mais alto é a universidade da rua, da vida. (Entrevista n° 06 – segundo sargento com 21 anos de serviços prestados à PMMG).

O que acontece realmente na prática? O que acontece na prática é que o aspirante, o oficial, ele não tem experiência de rua. Ele não tem tato e nem maturidade. Falta conhecimento específico na área operacional que é a área que realmente nos interessa. Ele fica perdido quando entra numa rádio patrulha. Ele se sente literalmente perdido. Se ele não tiver uma boa equipe ali, para orientá-lo, ele não desenvolve o papel dele. (Entrevista n° 24 – capitão com 18 anos de serviços prestados à PMMG).

É preciso frisar que a atividade policial está distante das operações desenvolvidas em um Batalhão do Exército. Lidar com o imprevisto e com a autonomia "é sair da viatura berrando e já dividindo o trabalho da melhor maneira possível".

Você quer ver a hierarquia ser diluída e sumir, é o trabalho na rua. Na hora de uma ocorrência, principalmente as perigosas, ali não tem oficial nem praça. Somos polícia. Temos que nos preocupar com todos. Quando temos que abordar é muito interessante: quem tem mais facilidade de palestrar com o cidadão, palestra. Quem tem maior capacidade de fazer vigilância, presta atenção no que está ocorrendo para que as coisas não saiam do controle. Dependendo do local e do tipo de pessoa que estamos lidando, combinamos antes quem vai fazer o papel de mal. Aí o fulano dá uns gritos "AAAAAAAA", para assustar o caboclo. Então agente comenta. "Calma! Está vendo rapaz. Meu amigo está bravo. Vamos depressa com isso". Nesse momento um dos policias ganha a confiança do cidadão e ele passa a entender melhor o que está acontecendo. Se for algum bandido, nós descobrimos na hora. (Entrevista nº 08 – soldado com 08 anos de serviços prestados à PMMG).

Na realidade é uma *mise-em-scène* – muitas vezes com bons resultados – que os policiais armam nas situações de abordagem. É bem verdade que os PMs com facilidade "para lidar com as pessoas", "para palestrar", "para falar" e "espírito de liderança", tomam lugar privilegiado em uma abordagem, independentemente de sua graduação ou posto. Os PMs chegam a se colocar - em plena encenação, e com muita criatividade - uns contra os outros para assumirem o controle de uma determinada situação. Gritos, movimentos de nervosismo e emoção, deslocam o olhar do abordado retirando-lhe o controle da ação. Os mais "espertos" e competentes em uma abordagem

rapidamente tomam o lugar, ao mesmo tempo em que trocam palavras com o abordado em conjunto com outros policiais que levam a cabo outras práticas como o de "segurança", "observador", "apaziguador", "calmo" ou "nervoso". Tudo indica que operam na possibilidade de "pegar alguma confusão nas palavras do cidadão". As ações são em equipe.

As atividades em equipe são facilitadas pelas relações que os policiais tecem no Batalhão. Como a prática está longe das ações prescritas nos manuais existentes nos cursos das academias, os policiais tratam de garantir o bom trabalho nos corredores do quartel. Em tais circunstâncias, os PMs, comandantes das guarnições, procuram trabalhar com policiais conhecidos, pessoas em quem confiam há muito tempo, ou indicados por amigos e policiais veteranos. A confiança é um elemento importante entre os policiais. É ela que fecha o elo da amizade, do segredo, dos "macetes" e atitudes de solidariedade entre os PMs que trabalham nas ações preventivas e, principalmente, nas operações de repressão. O mesmo é percebido nos profissionais que atuam na administração. Se o policial é entendido como "muxiba", "pau de vira bosta", "bisonho", "carne de pescoço", "mosca morta", "W2" ou "X9", é possível que se torne um homem ou uma mulher que não consegue um lugar fixo para trabalhar na polícia, seja nas ações repressivas ou preventivas, seja no trabalho cotidiano da administração. O destino desse policial é ficar "voando" entre seções, companhias ou mesmo batalhões. As observações e as entrevistas revelaram um bom número de policiais nessa situação, cabendo assinalar, entretanto, que observei PMs serem trocados simplesmente porque "eram mais velhos", precisavam de promoção, ou que acreditavam que "o oficial não foi com a minha cara", "ele faz isso só porque sou DFM", ou "porque ele não tinha capacidade de comando e nós é que fazíamos o trabalho".

Tais relações são forjadas independentemente de regras gerenciais formais, postos e graduações. Elas se desenvolvem no piso do batalhão e no cotidiano das ruas. As relações face a face mostram o imaginário, as representações, os valores e as percepções de vida dos policiais militares. Os comandantes, na escolha do pessoal para atuar ao seu comando, "capta" o comportamento, o "jeito de ser do camarada" e, de acordo, com o seu "saber fazer", escolhe e constitui um grupo com aqueles que seguem mais ou menos os seus interesses. Para utilizar os termos de Paixão (1993, p. 06) a "lógica em uso" dos policiais militares comandantes, utilizada para identificar os seus comandados, produzem grupos que, alicerçados na hierarquia e na disciplina seguem "regras e preceitos do trabalho policial, codificados no estoque de conhecimento da instituição e comunicados no

³² DFM – Dispensados de exercício físico. Diz-se dos policiais que, por doença ou problema físico não podem atuar nas atividades de prevenção ou de repressão. Em geral, são utilizados nos trabalhos internos de administração dos Batalhões.

ofício cotidiano e na sociabilidade dos quartéis e delegacias". É nesse contexto que se verifica a configuração de uma cultura "quase militar". Essa acepção nos permite não reduzir o problema da gerência, da violência, do ataque aos direitos humanos ao policiamento alicerçado a determinantes autoritários, incorporados da estrutura militar do Exército ou do que autores chamaram de "espírito militar" (Castro, 1990). Essa acepção nos abre outro caminho. A "lógica em uso" salientada por Paixão (1982, 1993)³³ é perceptível inclusive nas atividades da Polícia Civil. Kant de Lima (1995, p. 65) chamou atenção para a ética policial forjada pelos policiais nas delegacias que tinha por fundamento "o exercício de uma interpretação autônoma da lei e como tal imprimia à aplicação desta uma característica peculiar, própria das práticas policias". Os policiais civis criaram "malhas", redes de sociabilidade que garantiam poderes e recompensas simbólicas e materiais aos policiais em detrimento da sociedade, simplesmente porque era entendida como elemento exterior do aparato policial. Não é preciso uma estrutura militar para garantir a produção de grupos, "malhas" ou subculturas.

Não creio estarem distantes desse caminho as redes de sociabilidade que operam tanto no interior do batalhão como no trabalho "de ponta" dos policiais. Diferente das relações "éticas" produzidas nas atividades da Polícia Civil, entretanto, está a estrutura "quase militar" da Polícia Militar que se assenta na hierarquia, disciplina e um relativo controle do comando nas operações. As práticas dos policiais militares, que colocam em funcionamento relações informais de compadrio e apadrinhamento, são perceptíveis no cotidiano da PMMG. Kant de Lima (1995) percebeu o mesmo fenômeno em meio aos policiais civis. Obviamente nos quartéis elas recebem novos contornos, mas não se deve procurar a cultura policial ou mesmo a identidade em fardas, boinas ou mitos simbólicos (Souza, 2001).³⁴ As boinas substituíram capacetes. Os policiais já utilizaram quepes, cas-

³³ Em texto já clássico nos estudos acerca da criminalidade, Paixão (1981, p. 43 - Grifos do autor) descreve "a lógica em uso" do policial. "Ele trabalha armado de tipificações sobre indivíduos e atos que reduzem a complexidade do mundo criminoso, de informações geradas por informantes competentes deste mundo (cafetinas, bicheiros, mendigos, 'caguetes', amantes abandonadas); e o produto final desta atividade é tanto a categorização de criminosos em artigos do Código Penal (o inquérito) quanto a atualização e ampliação do seu 'arquivo' – o conhecimento acumulado e transmitido organizacionalmente sobre a natureza e a composição da clientela marginal, constantemente observada e onde possíveis autores de crimes serão identificados. (...) Assim, a definição social da realidade criminosa do policial independe da lei e, na medida em que a lei reduz a 'autonomia e flexibilidade' que o policial necessita para realizá-la cotidianamente, a lei se torna um elemento hostil, antagônico em relação aos padrões organizacionais de eficiência, um constrangimento e uma barreira à implementação do conceito policial de segurança pública. Daí a hostilidade do policial em relação a leis de proteção aos direitos civis, que 'manietam a polícia', na medida em que supõem uma igualdade moralmente irresponsável aos olhos do policial: se o 'bom cidadão' e o 'suspeito conhecido' compartilham do mesmo direito, este direito é incapaz de proteger eficientemente o 'bom cidadão'".

³⁴ De acordo com a autora: "Nota-se que a farda é muito importante na vida do policial militar. Ela é muito mais que um uniforme que se despe no fim de um expediente; ela parece simbolizar a introjeção da própria organização e de seus

quetes e outros apetrechos que os diferenciavam dos civis ou mesmo dos recrutas do Exército.35 E, quanto ao Alferes Tiradentes, na década de 80 ele ainda utilizava barbas, e nos dia atuais já virou motivo de piada e galhofa nos corredores dos batalhões. O que revela os dados empíricos são grupos que configuram culturas através de comportamentos "quase militares" aceitos e mantidos pelos policiais militares. Esses comportamentos que tecem uma complexa rede de sociabilidade - alicerçados na existência da hierarquia, da disciplina agregadas ao mérito, ao que os policiais chamam de "força moral", ao poder informal, ao estoque de conhecimentos dos mais veteranos e capacitados – diferenciam os policiais militares dos militares das forças armadas e dos policiais civis, e dão vida própria a uma organização que está em plena metamorfose, mas que não deixa de operar com certa continuidade no que diz respeito a algumas práticas no campo informal.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste capítulo, indiquei alguns percalços do que vem sendo chamado de mecanismos de accontability. Como responsabilizar e controlar os vigias? A conclusão é que a polícia é uma força à deriva. Ou melhor, é uma força que relativamente se esforça por um autocontrole, utilizando, para isso, princípios de autoridade e hierarquia, e que recebe, nos dias atuais, a ressonância de movimentos políticos que estão longe dos muros dos quartéis, mas muito próximos das mesas de bar, reuniões esporádicas, momentos de lazer, nas associações, tanto de oficiais como dos praças, e no trabalho efetuado na rua. A Ouvidoria Pública de Polícia, órgão estatal fiscalizador, não passa de um depósito de informações, e a Corregedoria, no imaginário dos policiais, notadamente dos que atuam ou apóiam o trabalho repressivo, aparece como uma organização ambígua: (1) atuando na defesa da "comunidade", apesar da possibilidade da constituição de corporativismos e (2) na garantia, para alguns policiais, da inviabilidade das ações repressivas "veladas" que, quando apuradas, podem render más notícias à corporação.

ideais. Como disse um dos entrevistados, ela é uma segunda pele. Corroborando com essas proposições, reescreveremos uma inscrição existente na parede do Batalhão de Polícia de Eventos, em Belo Horizonte: A farda não é uma veste, que se despe com facilidade e até com indiferença, mas uma outra pele, que adere à própria alma, irreversivelmente para sempre." (Souza, 2001, p. 78 - Grifos da autora).

³⁵ À quisa de provocação é possível afirmar que até mesmo o mito do Alferes Tiradentes, que já recebeu muitas páginas nos mais de 50 números da revista O Alferes da PMMG, já não oferece elementos de identidade ou de cultura organizacional. Outrora, cultuava-se um Tiradentes com barba. Atualmente, sem elas - que lhe garantia aparência próxima ao do Cristo moderno - o Alferes, que tinha como profissão "arrancar dentes", tornou-se motivo de piada e de gozação no meio dos policiais militares.

Além disso, apontei para o (falso) problema do "militarismo", demonstrando que para os PMs essa questão está resolvida. Para isso lancei mão dos imperativos que regulam com acuidade as estruturas militares, a disciplina e a hierarquia. Resolvidas no cotidiano policial como bons elementos de gerência e controle, demonstrei empiricamente a possibilidade da configuração de uma cultura "quase-militar". Cultura que mescla valores militares a técnicas e estratégicas de policiamento originadas e aprendidas pelos policiais nas experiências com o "mundo civil". Concordei com as possibilidades de mudança provenientes de medidas "minimalistas" em relação às modificações "maximalistas" que apostam em metamorfoses sócio estruturais (Beato, 2000). É óbvio que todo constrangimento oriundo da "sociedade", imposições de vida, controles, acordos tácitos e certas relações "nebulosas" que tecem os policiais com a instituição os levam a sentimentos e comportamentos que, muitas vezes, contribuem para ações difíceis de controle e que, não poucas vezes, podem resultar em ações ilegais e de excesso de violência.

Deve ser certo que esses comportamentos causam sofrimento e mal-estar (Amador, 2002; Faria, 2000). Entretanto, não existem organizações que não sofram mais ou menos os mesmos constrangimentos organizacionais. Argumentei que a estigmatização da corporação como "militar" não é um bom caminho para explicar a "crise" pela qual passa a organização policial. Muitos são os obstáculos, problemas, comportamentos e relações que, de uma forma ou de outra, impulsionam homens e mulheres à ação. Ações racionais que podem resultar em punições e desvantagens para os próprios agentes. Esses mesmos obstáculos produzem ações "veladas", "escamoteadas", tácitas e induzidas e "aceitas" pela própria corporação que, conivente, mantêm a roupagem institucional. Essa roupagem parte de princípios ainda muito vivos e perceptíveis no quotidiano policial. São imagens de um policial "super-homem", "macho", "com culhão", "comedor de mulheres", "que não leva desaforo para casa", "destemido", "incansável", "forte", "que não chora" e não fica "se lamentando para os comandantes". Obviamente, esses comportamentos não são produzidos somente em culturas militares. A polícia, na verdade, é mais do que "microcenas" de nossa vida cotidiana. Ela revela - tal como destaca Kant de Lima (1997, p. 04)³⁶ - valores e cultura autoritária "de uma sociedade fortemente preconceituosa, hierarquizada e socialmente excludente".

³⁶ Kant de Lima (1997b) afirma que o mesmo pode ser encontrado na cultura judiciária, na qual os procedimentos sequem regras tácitas de hierarquia social e punição sistemática daqueles que não conseguem negociar a veracidade diante dos tribunais - dos conflitos.

REFERÊNCIAS

AMADOR, Fernanda Spanier. **Violência Policial.** Verso e reverso do sofrimento. Santa Cruz do Sul / EDUNISC, 2002.

BANDEIRA, Lourdes & SUÀREZ, Mireya. Ordem pública, discriminação e repressão. In OLIVEIRA, Dijaci David de, *et all*. (Org.). **Violência policial:** tolerância zero? Goiânia: Editora da Universidade Federal de Goiás (UFG), 2001. pp. 129 - 150.

BARROS, Lúcio Alves de. Cultura: um conceito de difícil manejo. Brumadinho: **Caderno em Discussão.** Instituição Educacional Cecília Maria de Melo Barcelos. Nelo: Núcleo de Estudos Locais, nº 01, outubro de 2004. 57 p.

BARROS, Lúcio Alves de et. al. **Polícia em Movimento.** Belo Horizonte: Ed. ASPRA/MG, 2006.

BAYLEY, David H. **Police for the future**. New York: Oxford University Press, 1994.

BAYLEY, David H & SKOLNICK, Jerome H. **Nova polícia**. Inovações nas polícias de seis cidades norte--americanas. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo (Edusp), 2002a.

BAYLEY, David H & SKOLNICK, Jerome H. **Policiamento comunitário**. Questões e práticas através do mundo. Trad. Ana Luísa Amêndola Pinheiro. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo (Edusp), 2002b.

BAYLEY, David H. **Padrões de policiamento**: uma análise internacional comparativa. Trad. Renê Alexandre. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo (Edusp), 2001.

BEATO, Cláudio Chaves. Políticas Públicas de Segurança e a Questão Policial. **São Paulo em Perspectiva,** vol. 13, nº 04, out./dez. de 1999. p. 13-27.

BEATO, Cláudio Chaves. Ação e estratégia das organizações policiais. Belo Horizonte, 2000. (mimeo). Texto publicado em Revista **Alferes**, vol. 15, n.º 51, abril/junho 2000. pp. 37 - 62.

BEATO, Cláudio Chaves. **Reinventar a polícia**: a implementação de um programa de policiamento comunitário. Belo Horizonte, CRISP, UFMG, 2002. (mimeo).

BITTNER, Egon. **Aspectos do Trabalho Policial**. Trad. Ana Luísa Amêndola Pinheiro. São Paulo: Ed. EDUSP, 2003.

BITTNER, Egon. **Aspects of police work**. Boston: Northeastern University Press, 1990.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Publicada no Diário Oficial da União de 05/10/88.

BRETAS, M. L. & PONCIONI, P. A cultura policial e o policial civil carioca. *In* CARVALHO, J. M. de (*et. al.*). **Cidadania, Justiça e Violência.** Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas (FGV), 1999.

BRETAS, Marcos Luiz. O crime na historiografia brasileira: uma revisão da pesquisa recente. **BIB** (Boletim Informativo e Bibliográfico de Ciências Sociais), ANPOCS, n.º 32, 2° semestre de 1991. pp. 49-62.

BRETAS, Marcos Luiz. **Ordem na cidade.** O exercício cotidiano da autoridade policial no Rio de Janeiro: 1907-1930. Trad. Alberto Lopes. Rio de Janeiro: Ed. Rocco, 1997a. 221 p.

BRETAS, Marcos Luiz. Observações sobre a falência dos modelos policiais. **Tempo Social.** Revista de Sociologia da USP. São Paulo: USP, FFLCH - v. 09, n.º 01, maio 1997b.

BRODEUR, Jean-Paul. Comentário sobre Chevigny. *In MÉNDEZ*, J. E., O'DONNELL, G. & PINHEIRO, P. S. (Org.). **Democracia, violência e injustiça.** O Não Estado de Direito na América Latina. Trad. Ana Luiza Pinheiro. São Paulo: Ed. Paz e Terra, 2000. p. 89 - 104.

CANCELI, Elizabeth. 1993. **O mundo da violência.** A polícia da era Vargas. Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 1993. 227 p.

CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil.** O longo caminho. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 2001.

CASTRO, Celso. **O Espírito Militar:** um Estudo de Antropologia Social na Academia Militar das Agulhas Negras. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1990.

CERQUEIRA, Carlos Magno Nazareth (Org.). **Do Patrulhamento ao Policiamento Comunitário.** Rio de Janeiro: Ed. Freitas Bastos; Instituto Carioca de Criminologia, 2001a.

CERQUEIRA, Carlos Magno Nazareth. **O futuro de uma ilusão:** o sonho de uma nova polícia. Rio de Janeiro: Editora Freitas Bastos, 2001b. (Coleção Polícia Amanhã / Fundação Ford / Textos Fundamentais de Polícia).

CHEVIGNY, Paul. Definindo o papel da polícia na América Latina. *In MÉNDEZ*, Juan E., O'DONNELL, Guilhermo & PINHEIRO, Paulo Sérgio (Org.). *Democracia, violência e injustiça*. O Não Estado de Direito na América Latina. Trad. Ana Luiza Pinheiro. São Paulo: Ed. Paz e Terra, 2000. p. 65-87.

COTTA, Francis Albert. 1998. **Fragmentos da História da Milícia Mineira.** Centro Universitário de Belo Horizonte. 1998.(Mimeo).

COTTA, Francis Albert. De desclassificados a corpos dóceis. A organização militar nas minas setecentistas. **O Alferes**, Belo Horizonte, Vol. 15, n.º 52, julho/dezembro de 2000. pp. 61-96.

DECKER, Scott H. & WAGNER, Allen E.. Denúncias da família e dos cidadãos contra a polícia: uma análise de suas interações. *In:* GREENE, Jack R.. (Org.) **Administração do trabalho policial. Questões** e análises. Trad. Ana Luísa Amêndola Pinheiro. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo (Edusp), 2002. pp.119-136.

DIAS NETO, Theodomiro. **Policiamento Comunitário e controle sobre a polícia.** A experiência norte-americana. São Paulo: IBCRIM, 2000.

DOS SANTOS, Júlio César Gomes. **O dia em que a Polícia parou!** A verdadeira história da greve da polícia mineira que parou o Brasil. Belo Horizonte: Edição do autor, 2002.

FARIA, David Gaspar Ribeiro. **O profissional de segurança pública.** Desempenho de seu papel num cenário stressante, de violência e de riscos: um estudo exploratório. São Paulo: Universidade de São Paulo – USP. Dissertação de mestrado em Psicologia, 2000.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir.** Nascimento da prisão. 19a ed.. Trad. Raquel Ramalhete. Petrópolis, RJ: Ed. Vozes, 1999. 288 p. O original data de 1975.

GEERTZ, Clifford. **A Interpretação das culturas.** Rio de Janeiro: Ed. LTC (Livros Técnicos e Científicos), 1989. O original data de 1973.

GOFFMAN, Erving. **Manicômios, Prisões e Conventos**. 4ª ed.. Trad. Dante Moreira Leite. São Paulo: Ed. Perspectiva, 1992. 312 p. O original data de 1961.

GRYNSZPAN, Mario. Acesso e recurso à justiça no Brasil: algumas questões. *In:* CARVALHO, José Murilo de *et al.*. **Cidadania, Justiça e Violência.** Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas (FGV), 1999. p. 99-114.

HOBBES, Thomas. **Leviatã**, **ou Matéria**, **Forma e Poder de um Estado Eclesiástico e Civil**. Trad. João Paulo Monteiro e Maria Beatriz N. da Silva. Coleção Os Pensadores. São Paulo: Ed. Abril Cultural, 1979. O original data de 1651.

HOLLOWAY, Thomas H. **Polícia no Rio de Janeiro.** Repressão e resistência numa cidade do século XIX. Trad. Francisco de Castro Azevedo. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 1997. 344 p.

KANT DE LIMA, Roberto. **A Polícia da cidade do Rio de Janeiro.** Seus Dilemas e Paradoxos. 2ª ed. Rio de Janeiro: Ed. Forense, 1995.

KANT DE LIMA, Roberto. "Cultura Policial" em uma perspectiva comparada: Brasil/EUA. Texto apresentado no Seminário sobre segurança social e formação policial na Universidade do estado do Rio de janeiro (UERJ), 1997a.

KANT DE LIMA, Roberto. Polícia e exclusão na cultura judiciária. **Tempo Social.** Revista de Sociologia da USP São Paulo, v. 9, n. 1, p. 1 - 4, maio 1997b.

KANT DE LIMA, Roberto. Polícia, Justiça e Sociedade no Brasil: uma abordagem comparativa dos modelos de administração de conflitos no espaço público. **Revista de Sociologia e Política**, Paraná, nº 13: 23-38, novembro, 1999.

KUCINSKI, Bernanrdo. **O fim da ditadura militar.** São Paulo: Ed. Contexto. 2001. (Coleção: Repensando a História).

LEINER, Piero de Camargo. **Meia volta volver.** Um estudo antropológico sobre a hierarquia militar. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vagas, 1997. 128 p.

LEMGRUBER, J.; MUSUMECI, L.; CANO, I. **Quem vigia os vigias?** Um estudo sobre controle externo da polícia no Brasil. Rio de Janeiro/São Paulo: Ed. Record, 2003.

LÉVY, R. A crise do sistema policial francês hoje: da inserção local aos riscos europeus. **Tempo social.** Revista de Sociologia da USP. São Paulo: v. 9, n.º 01, maio 1997.

MAGALHÃES, Marionilde Dias B. de. A lógica da suspeição: sobre os aparelhos repressivos à época da ditadura militar no Brasil. Revista Brasileira de História, v. 17, n° 34, São Paulo, 1997.

MINGARDI; Guaracy. **Tiras, gansos e trutas:** cotidiano e reforma na policia civil. São Paulo: Ed. Scritta, 1992. 209 p.

MONET, Jean-Claude. **Polícias e Sociedades na Europa.** Trad. Mary Amazonas Leite de Barros. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo (Edusp), 2001.

MONKKONEN, Eric H.. História da polícia urbana. *In:* TONRY, Michael & MORRIS, Norval. Policiamento Moderno. Trad. Jacy Cárdia Ghirotti. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo (Edusp), 2003. (Série Polícia e Sociedade, n° 07).

MONKKONEN, Eric H. Police in urban America: 1860-1920. Cambridge University Press, 1981.

MOTA, P. P. **A polícia e os pobres:** negociação e conflito em delegacias de polícia do Rio de janeiro. Trabalho constitutivo da dissertação de mestrado intitulada "A Polícia e os Pobres: Representações Sociais e Práticas em Delegacias de Polícia do Rio de Janeiro". Rio de Janeiro: Mestrado em Serviço Social da Escola de Serviço Social, UFRJ, 1995.

MUNIZ, Jacqueline de Oliveira. **Ser policial é, sobretudo uma razão de ser:** cultura e cotidiano da Policia Militar do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Tese de Doutoramento, luperj, 1999.

MUNIZ, Jacqueline de Oliveira. **A crise de identidade das polícias Militares Brasileiras: Dilemas e Paradoxos da Formação Educacional.** Washington DC. Center for Hemispheric Defense Studies. REDES 2001. Research and Education in Defense and Security Studies, May 22-25, 2001.

MUNIZ, Jacqueline de Oliveira, PROENÇA Jr., Domício & DINIZ, Eugênio. Uso da força e ostensividade na ação policial. **Conjuntura Política** (Boletim de Análise n.º 06). Belo Horizonte, Departamento de Ciência Política / UFMG, abril de 1999b.

O'DONNELL, Guilhermo. **Análise do autoritarismo burocrático.** Trad. Cláudia Schilling. Rio de Janeiro: Ed. Paz e Terra, 1990.

O'DONNELL, Guilhermo. Uma outra Institucionalização. São Paulo: **Revista de Cultura e Polícia – Lua Nova,** n° 37, 1996. pp. 05-32.

PAIXÃO, Antônio Luiz. Crimes e Criminosos em Belo Horizonte, 1932-1978. In: PINHEIRO, P. S. (Org.). **Crime, violência e poder.** São Paulo: Ed. Brasiliense, 1981.

PAIXÃO, Antônio Luiz. A organização policial numa área metropolitana. *DADOS*: Revista de Ciências Sociais. Rio de Janeiro. 1982.

PAIXÃO, Antônio Luiz. **A política da polícia.** Estudos Implementares, Fundação João Pinheiro: Belo Horizonte, 1993. (mimeo)

PINHEIRO, Paulo Sérgio de Moraes Sarmento. Polícia e crise política: o caso das polícias militares. *In* Da MATTA, R. *et al.* **Violência Brasileira.** São Paulo: Ed. Brasiliense, 1982.

PINHEIRO, Paulo Sérgio de Moraes Sarmento. O passado não está morto: nem passado é ainda (Prefácio). *In*: DIMENSTEIN, Gilberto. **Democracia em pedaços.** Direitos Humanos no Brasil. São Paulo: Ed. Companhia das Letras, 1996. pp. 07 – 45.

PINHEIRO, Paulo Sérgio de Moraes Sarmento (et. al.) **São Paulo sem medo**: um diagnóstico da violência urbana. Rio de Janeiro: Ed. Garamond, 1998.

PINHEIRO, Paulo Sérgio de Moraes Sarmento. Polícia e consolidação democrática: o caso brasileiro. In PINHEIRO, Paulo Sérgio de Moraes Sarmento (et. al.) **São Paulo sem medo:** um diagnóstico da violência urbana. Rio de Janeiro: Ed. Garamond, 1998.

PINHEIRO, Paulo Sérgio de Moraes Sarmento. Violência, crime e sistemas policiais em países de novas democracias. **Tempo Social. Revista de Sociologia da USP**, São Paulo, v. 9, n. 1, p. 43-52, maio 1997a.

PINHEIRO, Paulo Sérgio de Moraes Sarmento. Violência, direitos humanos e democracia no Brasil. In ARAÚJO, Ângela Maria Carneiro (Org.). **Trabalho, cultura e cidadania: um balanço da história social brasileira.** São Paulo: Ed. Scritta, 1997b.

POLÍCIA MILITAR DE MINAS GERAIS. **Regulamento Disciplinar da Policia Militar.** Polícia do Estado de Minas Gerais / Estado Maior (R = 116). Minas Gerais, 1997.

REINER, Robert. **The politics of the police.** Toronto: The University of Toronto Press. 1992.

REINER, Robert.. Processo ou produto? Problemas de avaliação de desempenho policial individual. In BROUDEUR, Jean-Paul (Org.) **Como reconhecer um bom policiamento.** Problemas e temas. São Paulo: Edusp, 2002.

SANTOS, Marcos Antônio. **A formação básica do policial militar de Minas Gerais:** as especificidades do ensino militar em relação à educação profissional de nível técnico. Belo Horizonte: Dissertação de Mestrado. Programa de Mestrado em Administração Pública: Gestão de políticas sociais da Escola de Governo da Fundação João Pinheiro, MG, 2000.

POLÍCIA MILITAR DE MINAS GERAIS. Seção de Análise da Corregedoria da PMMG, **Relatório de Direitos Humanos**, setembro de 2002.

SOARES, Luiz Eduardo. **Meu casaco de general.** Quinhentos dias no front da segurança pública do Rio de Janeiro. São Paulo: Ed. Companhia das Letras, 2000.

SOARES, L. E. O PT e a segurança pública. **Teoria e Debate**, nº 47, fev/mar/abr, de 2001.

SOARES, L. E. PM: causas da crise e o salto para o futuro. **Folha de São Paulo**, 13 de agosto de 2001. p. 03

SOARES, Samuel Alves. Um novo profissional militar no Brasil pós-autoritário. **Revista Estudos de História**, São Paulo, Franca, UNESP – Universidade Estadual Paulista, v. 08, n° 01, p. 275-300, 2001.

SOUZA, Rosânia Rodrigues de. **Os processos de construção da identidade no trabalho do policial militar na atividade de policiamento ostensivo em Belo Horizonte.** Dissertação de Mestrado. Departamento de Psicologia, UFMG, 2001.

VICENTE DA SILVA FILHO, José. "As polícias pararam na década de 30". Entrevista ao **Estado de Minas**, segunda feira, 04 de fevereiro de 2002. p. 04.

WEBER, Max. **Economia e Sociedade**. Fundamentos da Sociologia Compreensiva. Brasília, DF.: Ed. Universidade de Brasília - UNB, 1991. (Vol. I). A primeira edição é de 1922.

YIN, Robert K. **Estudo de caso:** planejamento e métodos. Trad. Daniel Grassi. 2ª ed.. Porto Alegre: Ed. Bookman, 2001.

. . .

O POSITIVISMO DE HANS KELSEN E A JUSTIÇA COMO BASE PARA UMA JUSTIÇA OBJETIVA

Marcelo Moreno Gomes Lisboa 1

RESUMO

Esse artigo é fruto de uma reflexão após uma aula magna proferida pelo Prof. Alexandre Travessoni Gomes Trivisono na Faculdade Asa de Brumadinho, em 14 de setembro deste ano, com o tema justiça objetiva e justiça subjetiva. Nessa aula o professor Catedrático de Filosofia do Direito da Universidade Federal de Minas Gerais- UFMG alertava, com base em Kant e Kelsen, da necessidade de se ter critérios de justiça objetivos nas decisões judiciais.

Presenciamos hoje em dia vários julgados do poder judiciário brasileiro, os quais não apresentam qualquer critério para uma aplicação segura do ordenamento jurídico embora todos esses casos sejam devidamente regulados na lei. Tais decisões no mais das vezes estão calcadas unicamente no sentimento de justiça ou na aplicação da justiça como um valor moral,e por isso mesmo com um viés pessoal do julgador. Ora, este fato vai contra um valor muito caro ao Direito que é a segurança jurídica.

Refletindo sobre isso, pergunto: será que a ciência do direito, em suas várias teorias para explicá-lo tem a solução para o problema. Penso que sim e para uma solução temos que buscar analisá-la no sentido de se saber como se dá a construção dos valores e sua positivação em regras e princípios jurídicos nos termos do positivismo jurídico ou seja ao contrário do que muitos pensam o positivismo não rejeita as regras da moral, nem tampouco aceita qualquer conteúdo.

Dentre as várias teorias que explicam a moral e o direito temos como principal o positivismo jurídico, de Kelsen e Hart . O impacto do sucesso do método cientifico iniciado por René Descartes e das ciências naturais, sobretudo a física no entendimento e domínio do mundo que nos cerca teve reflexos profundos nas ciências humanas com o surgimento da sociologia e o desenvolvimento da filosofia, filosofia do direito e da teoria do Direito.

¹ – Mestre em Teoria do Direito e Professor na Faculdade Asa de Brumadinho.

Neste contexto de grande desenvolvimento científico nos séculos XIX e XX, surge na Áustria e na Alemanha o movimento positivista do Direito, na chamada escola de Viena, cujo culminar se deu com a obra Teoria Pura do Direito de Hans Kelsen. O objetivo do movimento era dar ao direito uma explicação o mais científica possível, separando-o da moral a fim que proporcionar ao direito uma atuação mais segura, eficaz e justa na sociedade.

Palavras chave: Teoria Pura, norma individual, Direito Positivo

ABSTRACT

This article stems from a reflection following a keynote address delivered by Professor Alexandre Travessoni Gomes Trivisono at Asa de Brumadinho College on September 14th of this year, focusing on the distinction between objective and subjective justice. During this lecture, the Professor, a Chair of Philosophy of Law at the Federal University of Minas Gerais (UFMG), underscored, drawing from Kant and Kelsen, the imperative need for objective justice criteria in judicial determinations.

Contemporary Brazilian judicial pronouncements frequently lack discernible criteria for a secure application of legal frameworks, despite the comprehensive regulation of these cases within the law. Often, these verdicts rest solely on an intuitive sense of justice or the application of justice as a moral value, thereby exhibiting a personal bias on the part of the adjudicator.

This reality conflicts with a fundamental legal tenet, namely legal certainty. Contemplating this, the question arises: does the jurisprudential discipline, within its various theoretical frameworks, hold the solution to this issue? I contend that it does, and to arrive at a resolution, we must scrutinize the construction and codification of values into legal precepts and principles in accordance with legal positivism. Contrary to common misconceptions, legal positivism neither disregards moral precepts nor adopts arbitrary content.

Among the manifold theories elucidating morality and law, the prominence of legal positivism, as propounded by Kelsen and Hart, is evident.

The impact of the triumph of the scientific method pioneered by René Descartes and the natural sciences, particularly physics, in comprehending and mastering our surrounding world, reverberated profoundly in the humanities, giving rise to sociology, the evolution of philosophy, jurisprudence, and legal theory.

In the epoch of substantial scientific advancement during the 19th and 20th centuries, the positivist movement in Law emerged notably in Austria and Germany, prominently within the Vienna School, culminating in Hans Kelsen's magnum opus, 'Pure Theory of Law.' The movement's objective was to endow law with the most scientifically rigorous explication possible, disentangled from moral considerations, ensuring a more secure, efficacious, and just societal role for law.

I POSITIVISMO JURÍDICO – TEORIA PURA DO DIREITO

1.1 DIREITO/CIÊNCIA DO DIREITO EM KELSEN

1.1.1 O DIREITO EM KELSEN

Antes de adentrarmos na reflexão do conceito de democracia na obra de Kelsen, devemos compreender os conceitos de Direito, Ciência do Direito e norma fundamental, estabelecidos na vertente jurídica da obra kelseniana, sob pena de termos uma visão turva de sua teoria política. Buscando a pureza metodológica, mas ciente da riqueza do Direito positivo, como obra da cultura humana que é, Kelsen concebe um conceito de Direito que busca resgatar a precisão e a especificidade do Direito no âmbito das ciências sociais sem, contudo, impermeabilizar o jurídico das influências que recebe do mundo da cultura, no sentido de que o Direito não se imuniza no contato com a moral, a religião ou as demais ciências sociais, mas também não pode ser abarcado pelos conteúdos da moral, da religião ou das ciências sociais. Para tanto, Kelsen procura responder a duas questões que considera primordiais:

- 1. "Os fenômenos geralmente chamados 'Direito' apresentam uma característica comum que os distingue de outros fenômenos sociais de tipo similar? " (KELSEN, 2003f, p. 7)
- 2. "[...] essa característica é de tal importância na vida social do homem que possa ser tomada como base na definição de um conceito útil para a cognição da vida social? " (KELSEN, 2003f, p. 7) 16

Kelsen responde que, como norma, o Direito se apresenta como um conjunto sistemático de enunciados prescritos pela ordem jurídica que obrigam, no sentido do dever-ser, determinadas condutas. (KELSEN, 2003g, p. 33-37)

Como ordem social normativa que é, o Direito apreende e regula as condutas humanas de interesse da comunidade, instituindo penas ou retribuições às condutas contrárias ou concordes. (KELSEN, 2003g, p. 33-37)

Caracterizando o poder regulador das ordens sociais normativas, Kelsen afirma: "Uma ordem social normativa que regula a conduta humana na medida em que ela está em relação com outras pessoas e uma ordem social. A moral e o Direito são ordens sociais deste tipo". (KELSEN, 2003g, p. 27-28)

Contudo, o que diferencia o direito de outras ordens sociais é que o Direito confere à ordem social um tegumento jurídico consubstanciado na centralização e na organização da coatividade e na sistematização lógica do conjunto normativo regulador das condutas humanas e na unidade que o Direito confere ao sistema mediante um processo específico de criação e aplicação das normas. Tal processo pressupõe uma norma original fundamental da qual deriva a validade de todo conjunto normativo. (KELSEN, 2003g, p. 25-44)

Ensina Kelsen:

Com efeito, quando confrontamos uns com os outros os objetos que, em diferentes povos e em diferentes épocas são designados como 'Direito', resulta logo que todos eles se apresentam como ordens de conduta humana. Uma 'ordem', é um sistema de normas cuja unidade é constituída pelo fato de todas elas terem o mesmo fundamento de validade. E o fundamento de validade de uma ordem normativa é - como veremos uma norma fundamental da qual se retira a validade de todas as normas pertencentes a essa ordem. (KELSEN, 2003a, p. 33)

Mais adiante, complementa:

Uma norma singular é uma norma jurídica enquanto pertence a uma determinada ordem jurídica, e pertence a uma determinada ordem jurídica quando a sua validade se funda na norma fundamental dessa ordem. (KELSEN, 2003g, p. 33)

Além do caráter sistêmico característico das ordens sociais, o Direito, segundo Kelsen, apresenta uma particularidade especial e exclusiva, a coatividade.

Afirma o autor:

Uma característica comum às ordens sociais a que chamamos Direito é que elas são ordens coativas, no sentido de que reagem contra as situações consideradas indesejáveis por serem socialmente perniciosas – particularmente contra condutas humanas indesejáveis – com um ato de coação, isto é um mal – como privação da vida, da saúde, da liberdade, de bens econômicos e outros – um mal que é aplicado ao destinatário mesmo contra sua vontade, se necessário empregando até a força física – coativamente, portanto. (KELSEN, 2003g, p. 35)

Kelsen considera essa característica (coercitividade) um critério decisivo de diferenciação do Direito de outras ordens sociais de caráter normativo. Para Kelsen, como ordem coativa, o direito distingue-se de outras ordens sociais.

O momento da coação, isto é a circunstância de que o ato estatuído pela ordem como consequência de uma situação de fato considerada socialmente prejudicial deve ser executado mesmo contra a vontade da pessoa atingida e – em caso de resistência – mediante o emprego da força é o critério decisivo. (KELSEN, 2003g, p. 37). Essa coercitividade é monopolizada e organizada pelo Direito, o que denota seu caráter – ressaltado por Kelsen – de técnica de controle social específica.

Para Kelsen,

como ordem coativa, o direito distingue-se de outras ordens sociais. O momento da coação, isto é a circunstância de que o ato estatuído pela ordem como consequência de uma situação de fato considerada socialmente prejudicial deve ser executado mesmo contra a vontade da pessoa atingida e – em caso de resistência – mediante o emprego da força é o critério decisivo. (KELSEN, 2003g, p. 37)

Essa coercitividade é monopolizada e organizada pelo Direito, o que denota seu caráter – ressaltado por Kelsen – de técnica de controle social específica.

Kelsen pergunta: O que o chamado Direito dos babilônios antigos poderia ter em comum com o direito vigente hoje nos Estados Unidos? O que a ordem social de uma tribo negra sob a liderança de um chefe despótico – uma ordem igualmente chamada "Direito" – poderia ter em comum com a constituição da república Suíça?. Responde mais adiante que há um elemento comum que justifica plenamente essa terminologia e que dá condições à palavra "Direito" de surgir como expressão de um conceito muito importante em termos sociais.

Isso porque, segundo Kelsen, a palavra se refere à técnica social específica de uma ordem coativa, a qual, apesar das enormes diferenças entre o Direito da antiga Babilônia e o dos Estados Unidos de hoje, entre o Direito dos ashanti na África Ocidental e o dos suíços na Europa, é, contudo,

essencialmente a mesma para todos esses povos, que tanto diferem em tempo, lugar e cultura: a técnica social que consiste em obter a conduta social desejada dos homens através da ameaça de uma medida de coerção a ser aplicada em caso de conduta contraria. (KELSEN, 2003f, p. 27)

O Direito, a moralidade, e a religião proíbem o assassinato. Só que o Direito faz isso estabelecendo que se um homem matar outro homem, então, um outro homem, designado pela ordem jurídica, aplicará contra o assassino certa medida de coerção prescrita pela ordem jurídica. Assim, a ordem jurídica monopoliza e organiza a atividade coercitiva conferindo poderes a determinadas pessoas que agem autorizados pelo Direito. Inferimos, pois, que o conceito de Direito para Kelsen consiste em uma ordem social coercitiva consubstanciada em um sistema de normas que tem uma origem comum na norma fundamental pressuposta, que embasa o processo de criação e aplicação de tais normas. Dessa concepção do Direito como ordem e sistema de 19 normas infere--se outra que concebe o Direito como uma técnica social específica de regulação de condutas e organização da sanção, que consiste em uma motivação indireta para o cumprimento da conduta legal. (KELSEN, 2003f, p. 21-69)3

Como mostra Cretella Júnior (1983, p. 226), com base em Cuvillier, sistema na filosofia geral, é o conjunto organizado cujas partes são interdependentes ou obedecem a lei única. Como se vê, a noção de ordem é inerente à noção de sistema. Segundo ainda o ensinamento de Cretella Júnior (1983, p. 230), transportada da filosofia geral para o campo do Direito, a palavra sistema conserva o sentido de ordem e interdependência, sendo, pois, o sistema jurídico definido como um bloco unitário de normas com características comuns. Por isso que para Cretella Júnior (1983, p. 231) só pode haver normas gerais de direito se este for concebido como um conjunto de normas de forma sistêmica e ordenada.

Por aí se vê a importância da visão sistêmica para uma teoria que visa dar ao direito caráter mais científico.

1.2 CIÊNCIA DO DIREITO EM KELSEN

Assim como Kant, com a Critica da Razão Pura, procura responder à questão de como é possível o conhecimento da Natureza, Kelsen procura, com sua teoria Pura, responder como é possível o conhecimento do Direito. Contudo, o Direito, como a ciência em Kant, deve ser conhecido racionalmente, em estado puro, destituído de elementos metafísicos ou, no dizer de Kelsen (2003g, p. 89), metajurídicos.

Alexandre Travessoni Gomes (2004, p. 114-115) exprime bem essa similaridade:

Essa busca em estabelecer a possibilidade da ciência aproxima muito Kelsen de Kant. O objetivo de Kant, em sua Crítica da Razão Pura, tinha sido o de estabelecer os limites do conhecimento, as condições de possibilidade da ciência (da Física e da Matemática). Com sua Teoria Pura do Direito, Kelsen quer estabelecer os limites de possibilidade da Ciência do Direito, estabelecendo contornos bem nítidos para a investigação jurídica. Kelsen usa o método Kantiano, neste ponto se aproximando do filósofo prussiano, [...].

Segundo José Florentino, tradutor da obra póstuma de Kelsen, Teoria Geral das Normas, a preocupação de dar pureza à Ciência do Direito procede do fato de que Kelsen era um matemático nato, somente chegando às letras jurídicas às instâncias de seu pai. Kelsen mesmo jamais quis ser jurista. (FLORENTINO. In: KELSEN, 2003b, p. XI)

Com base também no positivismo filosófico, bem como no sucesso e na precisão das ciências naturais, sobretudo da Física, Kelsen tem por objetivo conceber uma teoria de forma a lapidar o Direito eliminando desse tudo o que não for estritamente jurídico, separando o fenômeno jurídico de outros referentes a religião, demais ciências sociais, filosofia, arte, ou seja, conceber uma teoria que dê ao Direito uma pureza científica existente nas ciências naturais. Por isso Kelsen restringe seu objeto de estudo exclusivamente ao Direito positivo. (KELSEN, 2003g, p. 1)

Essa pureza metodológica almejada por Kelsen – que segundo Elza Maria Miranda Afonso (1984, p. 5, 172-181) tem como base o positivismo filosófico e como objetivo construir uma Ciência do Direito autônoma, extraindo as últimas consequências dos postulados positivistas – o levará a advogar uma neutralidade excessiva, no sentido de que, para ele, o direito como ciência, como conhecimento científico de seu objeto – a norma jurídica – tem caráter meramente descritivo da realidade jurídica: "Uma ciência normativa conforme entende Kelsen, tem unicamente a função de descrever as normas que são objeto de seu conhecimento [...]".(MIRANDA AFONSO, 1984, p. 205-206)

Dessa forma, Elza Maria Miranda Afonso (1984, p. 205) afirma que Kelsen aplica ao direito o modelo de ciência que se esgota na aplicação de leis, sendo, pois, a Ciência do Direito para Kelsen uma atividade descritiva cuja única função é de enunciar as normas jurídicas positivas ou proposições jurídicas. [...]". Também podemos entender a pureza metodológica na teoria de Kelsen como uma forte reação a doutrina do direito natural, isso porque Kelsen enfatiza que sua teoria trata exclusivamente do Direito positivo geral – em oposição ao Direito natural – ou seja, o direito constituído por atos humanos consubstanciados em normas jurídicas gerais como explica o próprio

Kelsen: "A Teoria Pura do Direito é uma teoria do Direito Positivo – do Direito positivo em geral, não de uma ordem jurídica especial". (KELSEN, 2003g, p. 1)

Devemos ressaltar com Costa Matos (2004, p. 96-97) que o sentido da pureza metodológica de Kelsen consiste na forma de se conhecer o direito, não o direito em si. Assim, a pureza metodológica é um requisito de construção de uma independência científica do direito em face de outras disciplinas científicas como História, Sociologia, Filosofia etc.

Ainda com base no ensinamento de Costa Matos (2004, p. 100-101), a metodologia kelseniana pressupõe três condições básicas para se ter uma Ciência do Direito independente:

- delimitação rigorosa do campo de estudos, no sentido de que o objeto de conhecimento do direito deve ser exclusivo da Ciência do Direito não podendo ser comum a outras disciplinas científicas;
- ausência total de juízos de valor: a ciência deve fazer uma descrição o mais fiel possível da realidade a ser conhecida sem se deixar contaminar por juízos de valor sobre essa realidade;
- neutralidade do cientista: o jurista não deve valorar o objeto de seu conhecimento, devendo haver uma separação entre o sujeito cognoscente e o objeto conhecido. O caráter de ciência social do Direito é ressaltado por Elza Maria Miranda Afonso (1984, p. 202), quando argumenta que Kelsen define a sociedade como uma ordem que rege a conduta dos homens sendo que as ciências sociais têm, pois por objeto a conduta dos homens.

Isso porque, para Kelsen, o direito como ciência social que é tem por objeto a conduta humana, mas seu objeto de estudo é a conduta humana enquanto determinada por normas jurídicas positivas, ou nas palavras de Kelsen "na medida em que constitui conteúdo de normas jurídicas" (KELSEN, 2003g, p. 79).

Contudo, ainda segundo o ensinamento de Elza Maria Miranda Afonso (1984, p. 202 e 203), Kelsen entende que algumas ciências sociais são causais, e a Ciência do Direito é uma ciência social normativa. Isso porque o Direito é regido pelo princípio da imputação pelo qual, a relação entre causa e efeito não se dá pela necessidade, como nas ciências causais, mas a relação "é estabelecida por atos humanos que estipulam se a condição se realizar a consequência deve ser produzida".

Posto que o objeto da Ciência do Direito é a norma reguladora da conduta humana ou a conduta humana regulada por normas, Kelsen divide sua teoria em duas vertentes procurando com isso estudar seu objeto em seus dois momentos sociais: a teoria estática e a teoria dinâmica do Direito. (KELSEN, 2003g, p. 79). Na teoria estática o Direito, é focado em seu momento estático, que se apresenta como um conjunto de normas em vigor. Na teoria dinâmica, o Direito é focado em seu momento de movimento, que se verifica quando do processo ou dos processos de criação e aplicação do sistema de normas. (KELSEN, 2003g, p. 79-80). Essa dicotomia conduz a outra, ressaltada por Kelsen e de extrema importância para o entendimento de seu conceito de Ciência do Direito, qual seja, a distinção entre proposição jurídica e norma jurídica.

Com efeito, Kelsen entende que a proposição jurídica consiste em um enunciado eminentemente descritivo do Direito, ou seja, que apreende o Direito como objeto de conhecimento; já as normas jurídicas são enunciados "produzidos por órgãos jurídicos dotados de autoridade conferida pela ordem jurídica e de obrigatoriedade destinados a serem observados pelos cidadãos regidos por aquela ordem". (KELSEN, 2003g, p. 80-81)

No dizer do próprio Kelsen, proposições jurídicas são juízos hipotéticos que enunciam ou traduzem que, de conformidade com sentido de uma ordem jurídica – nacional ou internacional - dada ao conhecimento jurídico, sob certas condições ou pressupostos fixados por esse ordenamento, devem intervir certas consequências pelo mesmo ordenamento determinadas.

As normas jurídicas por seu lado, não são juízos, isto é enunciados sobre um objeto dado ao conhecimento. Elas são antes, de acordo com o seu sentido, mandamentos, e, como tais, comandos, imperativos. Mas não são apenas comandos, pois também são permissões e atribuições de poder ou competência. Em todo o caso, não são – como, por vezes, identificando o Direito com a Ciência Jurídica, se afirma – instruções (ensinamentos). O Direito prescreve, permite, confere poder ou competência – não 'ensina' nada (KELSEN, 2003g, p. 80)

Como se vê, essa diferenciação entre norma e proposição jurídica apresenta o Direito sob dois aspectos: na proposição jurídica, temos o Direito descrito, observado, como objeto de conhecimento. É como se um observador estivesse "vendo" determinada ordem jurídica "de fora", por isso, suas afirmações a respeito da ordem jurídica observada são hipotéticas e descritivas.

Contudo, quando se está "dentro" da ordem jurídica, que já é um objeto dado ao conhecimento, o Direito já atua por meio de normas jurídicas que são enunciados que podem emitir um comando, uma permissão, atribuir um poder ou competência. Definido o objeto da Ciência do Direito, Kelsen se volta para responder à questão relacionada ao princípio lógico que rege as relações regidas pelo Direito.

Nas ciências naturais, a ligação lógica entre um fato e uma proposição que o descreve ou define, ou condição e consequência é feita pelo princípio da causalidade, que se expressa, segundo Kelsen, no seguinte enunciado, quando A é B também é ou será.

Na ciência jurídica, essa ligação é feita pelo princípio da imputação, o qual, também segundo Kelsen, está expresso no sentido de que se A é B deve ser. (KELSEN, 2003g, p. 100). Vê-se que os princípios são análogos no sentido de ambos exercerem uma ligação lógica entre fato e consequência, contudo são diferentes no significado da ligação.

Norberto Bobbio (2003, p. 138) esclarece bem o significado da imputação que rege o nexo entre A e B em uma lei jurídica, no sentido de que "a consequência B não é efeito da condição A, mas é imputada a A por um fato humano, mais precisamente por uma norma. "Com efeito, uma norma jurídica não é ligada à sua consequência de forma absoluta como na ciência natural, mas essa ligação se faz de maneira relativa e probabilística, de modo que "na proposição jurídica não se diz como na lei natural, que, quando A é, B é, mas que, quando A é, B deve ser, mesmo quando B porventura não seja". (KELSEN, 2003g, p. 100)

Assim, conforme um exemplo de Kelsen, sempre que um corpo é aquecido ele se dilata, mas nem sempre aquele que não paga uma dívida ou não cumpre um pacto é coagido a fazê-lo. Muitas vezes, apesar de a norma geral imputar certa conduta, o julgador se vê impossibilitado de impor a sanção pelo seu descumprimento pelas várias circunstâncias do caso. Daí o caráter probabilístico da imputação (KELSEN, 1998, p. 323-344.), ou seja, na causalidade a ligação entre o causa e efeito é absoluta, já na imputação essa ligação é relativa.

Pelos exemplos dados por Kelsen, podemos inferir que essa absolutividade da lei causal se refere à física clássica e o sentido dessa ligação absoluta é de que a exatidão ou não dos acontecimentos do mundo físico decorre da capacidade humana de apreensão dos fatos, ou seja, quanto maior a precisão pela qual se apreende a causa de um fato, mais precisa será a previsibilidade de seu efeito. Portanto, os fenômenos do mundo da física clássica são sempre objetivamente precisos porque, se os efeitos naturais decorrentes de determinada causa não se verificarem, a lei física que os descreve é invalida.

A imprecisão existente na física clássica, reconhecida por Kelsen, se dá pelos limites de nossa capacidade de apreensão e análise das causas dos fatos, e não da realidade em si. Mesmo se ponderarmos a respeito da relatividade dos pontos de referência tomados para se observar determinado fato a previsibilidade dos fenômenos do mundo da física clássica continua limitada apenas à sensibilidade pela qual o fenômeno é observado. O cientista continua a observar seu objeto de conhecimento "de fora", ou seja, o fato da observação não interfere no fenômeno observado.

Na física quântica, ao contrário, a relação entre causa e efeito é relativa por si mesma, em face do princípio da incerteza, pelo qual não se pode medir com precisão simultaneamente o movimento e a posição de determinada partícula.

Kelsen exemplifica (1998, p. 340):

"Essa relação significa entre outras coisas que a medição da velocidade de um elétron tanto mais inexata quanto mais exata é a medição de sua posição no espaço e vice-versa"; ou melhor, quanto mais preciso for o conhecimento da causa, mais incerta e aleatória se mostra a verificação dos efeitos, pois estes são probabilísticos, podendo acontecer de várias formas ou não acontecer. Essa incerteza se verifica porque, em face das diminutas proporções dos objetos do mundo quântico, as observações modificam o próprio objeto conhecido.

Segundo Kelsen (1998, p. 340), "[...] o objeto da observação é modificado pelo próprio ato da observação, por mais exata que possa ser essa observação. Ela constitui uma interferência causal no processo observado e, assim, torna impossível o discernimento do nexo causal do fenômeno observado".

Dessa forma, no mundo quântico, o observador nunca "vê" o objeto observado "de fora", sendo a causalidade, por isso, sempre relativa e probabilística. Podemos dizer também que entre a imputação e a causalidade a linha causal fática é diferente, no sentido de que na causalidade a linha causal dos fatos é ilimitada, ao passo que na imputação há sempre uma causa final objetiva.

No dizer de Kelsen (2003e, p. 33), "a série de imputação não tem, como a série da causalidade, um número ilimitado de elos, senão fundamentalmente dois membros".

Segundo Alexandre Travessoni Gomes (2004, p. 138), "o princípio da imputação, isto é, a atribuição de uma consequência (pena) a uma determinada conduta, está inseparavelmente ligado a maneira peculiar de se conhecer o direito: enquanto norma."

Segundo Kelsen (2003, p. 32), essa diferença na linha causal fática entre causalidade e imputação "consiste em que toda causa concreta tem de ser considerada como efeito de uma outra causa, e todo efeito concreto como causa de um outro efeito de maneira que a cadeia de causa e efeito – correspondendo à natureza da causalidade – é interminável em todas as direções".

Kelsen (1998, p. 331), entende que a diferença entre causalidade e imputação é que na causalidade a relação entre causa e efeito existe independentemente da vontade humana, pois decorre da natureza. Já na imputação essa relação só existe em função da vontade humana, não podendo existir sem ela. Kelsen afirma que é justamente esse significado específico da ligação entre condição e consequência ou causa e efeito é que expresso pelo termo "dever-ser". Assim, que a causalidade pertence ao mundo do ser e a imputação, ao do dever-ser.

Segundo Kelsen (1998, p. 331) (1986, p. 19), esse dualismo entre ser e dever-ser é um pressuposto lógico fundamental para a distinção entre ciências sociais normativas e naturais, embora muitas ciências sociais (não normativas) tenham por objeto elementos do ser, mas no sentido de um imperativo de habilidade kantiano de "ter de", o que não significa que tenha aí uma imperatividade, eis que não pressupõe norma alguma.

A especificidade do Direito como ciência normativa se dá pelo fato de que o dever-ser que faz a ligação entre o pressuposto e a consequência está sempre ligado a uma norma jurídica, e a natureza dessa ligação lógica é sempre jurídica. Como ressalta Fábio Ulhoa Coelho (2001, p. 55-56), a especificidade dessa ligação no sentido de o dever-ser denotar um ato de vontade faz com que o Direito, ao contrário de outras ciências sociais, assuma caráter constitutivo de seu objeto de conhecimento, qual seja, a constituição da ordem jurídica.

Conforme lembra Costa Matos (2004, p. 87-88) a respeito da especificidade do Direito, a norma jurídica, sendo um sentido objetivo do dever-ser, diferencia-se de outras normas pela forma peculiar com que a sanção se apresenta em relação à norma, no sentido de que a sanção se funda na norma jurídica e é organizada e aplicada pelo Estado, detentor da criação, produção e aplicação do Direito.

1.3 NEUTRALIDADE DA CIENCIA DO DIREITO EM KELSEN

Vimos que Kelsen busca, com a teoria pura do direito, dar à ciência jurídica o mesmo tratamento científico dado às ciências naturais, tanto no sentido de delimitar o objeto de conhecimento do Direito, analisando-o sobre o ponto de vista estritamente jurídico, como também permitindo ao ato conhecer o direito uma neutralidade essencial para conferir à ciência jurídica a mesma objetividade verificada nas ciências naturais. Essa neutralidade é consubstanciada na obra kelseniana pelo fato de Kelsen conferir à Ciência do Direito caráter meramente descritivo da realidade jurídica, ou seja, assim como o estudioso das ciências naturais descreve objetivamente o fenômeno natural observado, o estudioso do Direito descreve o fenômeno jurídico observado.

Segundo Travessoni Gomes (2004, p. 219), essa neutralidade decorre do fato de que a base da concepção de ciência de Kelsen está no relativismo filosófico que entende que não existem valores absolutos.

Como argumenta o autor, "se não existem valores absolutos, consequentemente não pode haver conhecimento destes valores absolutos e ao jurista cabe apenas descrever as normas sem emitir qualquer juízo de valor sobre seu conteúdo". Kelsen (1998, p. 23) manifesta várias vezes em sua obra o entendimento de que a concepção de valores absolutos só se pode dar na esfera religiosa, eis que "a razão humana só conseque compreender valores relativos".

Elza Maria Miranda Afonso (1984, p. 274) ressalta que a concepção positivista de que a Ciência do Direito deve ser acrítica e avalorativa como quer Kelsen, contudo, essa postura limita e isola a Ciência do Direito, prejudicando seu progresso: "Uma postura crítica é essencial a qualquer nível em que se processe o conhecimento jurídico e a Ciência do Direito não pode manter-se alheia perante o valor positivo ou negativo das normas jurídicas em relação à própria vida humana motivo e fim de todo o Direito". Realmente, o espírito crítico é essencial ao progresso da ciência e talvez a neutralidade kelseniana tenha sido excessiva.

Contudo, entendemos, com Travessoni Gomes (2004) que essa neutralidade pregada por Kelsen não seja apenas fruto do positivismo, mas também, de certa forma, do relativismo filosófico, e da defesa da liberdade, no sentido de que, a partir do momento em que se desse atenção ao conteúdo da norma, caminhar-se-ia para um absolutismo, considerando-se que determinado conteúdo constante da norma jurídica seja o mais justo. Por outro lado, conforme veremos mais à frente, se estudarmos a teoria política de Kelsen e a integrarmos com sua teoria jurídica, veremos que Kelsen talvez não tenha sido assim tão neutro.

Com efeito, veremos que no decorrer de sua obra política Kelsen elege a democracia como o regime político mais adequado à realização da liberdade, podendo a forma democrática de produção do Direito influenciar o conteúdo das normas jurídicas por meio dos direitos fundamentais que protegem as minorias do arbítrio das maiorias.

Conforme ressalta Costa Matos (2004, p. 325-326), a democracia kelseniana, bem como a democracia atual, é profundamente comprometida com a crítica. Podemos inferir ainda, com base

na autora citada, que só o fato de Kelsen ter como base filosófica de sua teoria o relativismo filosófico significa que o espírito crítico não foi desprezado.

Aliás, segundo Losano (in: KELSEN, 2003f, p. XVI), Kelsen esclareceu repetidamente que sua concepção de teoria pura não significa o direito desligado da realidade social. Afirma Losano: "Por conseguinte, o estudo da realidade social, da qual o direito nasce e para a qual ele retroage, não é negado, mas apenas distinguido da teoria do direito". Essa distinção se faz presente claramente quando Kelsen difere o jurista que descreve o direito da autoridade jurídica que o aplica. Contudo, afirma Kelsen (2003g, p. 89) que para aplicar o Direito é necessário conhecê-lo.

Assim, a Ciência do Direito em Kelsen é uma Ciência do Direito positivo, que tem por objeto a conduta humana enquanto regulada por normas jurídicas, ou seja, a conduta humana imbuída de valores sociais, aspectos psicológicos, econômicos e filosóficos, mas consubstanciada numa norma jurídica que faz parte de um sistema jurídico e apreendida e analisada numa perspectiva jurídica. Losano (in: KELSEN, 2003f, p. XIII) enfatiza essa concepção de ciência transcrevendo síntese de Ota Weinberguer:

> Esta asserção é entendida no sentido de que a ciência não descreve entidades como elas são, por si, mas de que o objeto do sistema científico é constituído pelo ângulo de visão que, por sua por sua vez, é definido pelo modo como o problema é formulado e tratado. A ciência, portanto, é um todo ordenado, um sistema de cognição correspondente à formulação do problema. O elemento central da ciência é, pois, o método e não o objeto; o cientista, portanto visa á construção de uma teoria formal, não substancial.

Assim, entendemos que a neutralidade da Ciência do Direito em Kelsen se dá não totalmente pela aversão radical aos valores ou pelas contribuições de outras ciências, mas visa tão--somente estudar esses valores e as contribuições de outras ciências sob uma visão jurídica.

Isso pode ser comprovado em sua teoria política quando Kelsen, ao analisar a democracia, lança mão de conceitos de psicologia, ciência política, ética, filosófica e antropologia, tratados de uma perspectiva jurídica.

2. NORMA FUNDAMENTAL

Kelsen (2003g, p. 215), ao elaborar o conceito de norma fundamental, procurou responder a duas perguntas:

- Se o Direito é concebido como um sistema de normas que regulam a conduta dos homens configurando uma ordem normativa, o que fundamenta a unidade dessa ordem?
- Por que uma norma vale? O que constitui seu fundamento de validade? Essas perguntas formuladas por Kelsen revelam dois aspectos da norma fundamental: norma fundamental como fator de unidade de um sistema de normas e norma fundamental como fundamento de validade da ordem normativa. Na ótica kelseniana, uma norma só pode obter sua validade, ou seja, só pode ser considerada vigente, por intermédio de outra norma de grau superior que lhe atribui esta validade.

No sistema jurídico elaborado por Kelsen (2003g, p. 215), "uma norma que representa o fundamento de validade de outra norma é figurativamente designada como norma superior, por confronto com uma norma que é, em relação a ela, a norma inferior".

No sistema jurídico kelseniano, essa diferença de graus entre normas confere autoridade de umas sobre as outras de acordo com uma hierarquia de normas que têm como pontos terminais a constituição e a as chamadas por Kelsen de normas individuais (decisão judicial, contratos).

Para entendermos melhor esse sistema, usaremos a figura da pirâmide. Assim, se tomarmos a ordem jurídica concebida por Kelsen como uma pirâmide, teremos em seu topo, como a norma mais alta, a Constituição. Abaixo da Constituição, teremos as normas infraconstitucionais (os códigos e as demais leis). Abaixo das normas infraconstitucionais teremos as normas individuais.

Estando posta a ordem jurídica a partir da Constituição, a norma fundamental lhe é pressuposta, conferindo-lhe o fundamento último de validade, eis que a validade da norma fundamental já não pode ser derivada de outra norma.

Dessa forma, todas as normas cuja validade pode ser reconduzida a uma e mesma norma fundamental formam um sistema de normas, uma ordem normativa. A norma fundamental é fonte comum de validade de todas as normas pertencentes a uma e mesma ordem normativa, seu fundamento de validade comum. O fato de uma norma pertencer a uma determinada ordem normativa baseia-se em que seu último fundamento de validade é a norma fundamental desta ordem. É a norma fundamental que constitui a unidade de uma pluralidade de normas enquanto representa o fundamento de validade de todas as normas pertencentes a essa ordem normativa. (KELSEN, 2003g, p. 217). Essa fundamentação normativa, hierárquica, baseada na autoridade (poder) de uma norma sobre a outra, é chamada por Kelsen de princípio dinâmico de normas.

Kelsen o diferencia do princípio estático de norma no sentido de que por esse princípio uma norma vale e pertence a um sistema de normas quando seu conteúdo é derivado dedutivamente do conteúdo da norma fundamental.

Como ensina Travessoni Gomes (2004, p. 236 e 237), [...] no sistema de normas do tipo estático, a conduta é considerada como devida por força de seu conteúdo, e a norma fundamental fornece não só o fundamento de validade, mas também o conteúdo de validade.

No sistema dinâmico de normas, a norma fundamental fornece somente o fundamento de validade das normas inferiores e não o conteúdo. Assim, temos que, no sistema estático de normas, a validade das normas é vinculada ao seu conteúdo. No sistema dinâmico, contudo, o conteúdo não está vinculado à validade da norma. Essa derivação é dedutiva nesse sistema porque o conteúdo da norma fundamental é, nesse sistema dinâmico, imediatamente evidente.

Pelo princípio dinâmico já esposado, a validade da norma fundamental não deriva de seu conteúdo, mas apenas de sua autoridade. (KELSEN, 2003a, p. 217-218) É com base nessa autoridade que Kelsen afirma que a norma fundamental é aquela norma que é pressuposta quando o costume através do qual a Constituição surgiu ou quando o ato constituinte produtor da Constituição posto conscientemente por determinados indivíduos são objetivamente interpretados como fatos produtores de normas; quando – no último caso – o indivíduo ou a assembleia de indivíduos que instituíram a Constituição sobre a qual a ordem jurídica se assenta são considerados como autoridade legislativa. (KELSEN, 2003g, p. 222.)

Assim, a norma fundamental é o ponto de partida para a criação da ordem jurídica ou, no dizer de Kelsen (2003g, p. 222), "é a instauração do fato fundamental da criação jurídica. [...] Ela é o ponto de partida do processo de criação do Direito positivo". Norberto Bobbio (1996, p. 58-59) explica esse aspecto de ponto inicial da ordem jurídica da norma fundamental de forma esclarecedora:

Dado o poder constituinte como poder último, devemos pressupor, portanto, uma norma que atribua ao poder constituinte a faculdade de produzir normas jurídicas essa norma é a norma fundamental. A norma fundamental, enquanto, por um lado, atribui aos órgãos constitucionais poder de fixar normas válidas, impõe a todos aqueles aos quais se referem as normas constitucionais o dever de obedecê-las. É uma norma ao mesmo tempo atributiva e imperativa, segundo se considere do ponto de vista do poder ao qual dá origem ou da obrigação que dele nasce. Pode ser formulada da seguinte maneira: 'O poder constituinte está autorizado a estabelecer normas obrigatórias para toda a coletividade, ou: 'A coletividade é obrigada a obedecer às normas estabelecidas pelo poder constituinte'.

Elza Maria Miranda Afonso (1984, p. 254) ressalta o caráter atributivo da norma fundamental afirmando: "Com a norma fundamental, Kelsen conferiu ao conhecimento científico do Direito a possibilidade de atribuir significado objetivo aos atos de vontade que se dirigem à conduta dos indivíduos, de descrevê-los como normas jurídicas". Temos, pois, que a norma fundamental é a base do poder normativo constituindo-se no fundamento de validade da ordem jurídica. Contudo, como ressaltado por Miranda Afonso (1984, p. 257), a norma fundamental só pode embasar uma ordem jurídica globalmente eficaz: "A Ciência do Direito só pode pensar a norma fundamental que legitima a constituição de uma ordem jurídica quando as normas dessa ordem jurídica são de modo global observadas e aplicadas".

Dessa forma, a eficácia assume um papel importante para a validade da norma jurídica, eis que ela legitima de certa forma a norma fundamental. Ainda com base em Miranda Afonso (1984, p. 258): "A eficácia manifesta-se plenamente como condição de validade da ordem jurídica, exigida pela norma fundamental [...]". De outro lado, no aspecto gnoseológico, a norma fundamental pode ser considerada também como um pressuposto lógico transcendental da Ciência do Direito, no sentido de representar uma condição de possibilidade do conhecimento do Direito. Ressalte-se que o termo "transcendental" é aqui empregado em seu sentido kantiano de condição de possibilidade do conhecimento. Kelsen, aliás, como já ressaltado, faz para a Ciência do Direito a mesma pergunta feita por Kant para a ciência em geral, qual seja: Como é possível o Direito, melhor dizendo, como é possível conhecer o fenômeno jurídico como tal. Essa transcendentalidade kantiana da norma fundamental é ressaltada por Kelsen ao caracterizar a norma fundamental como uma condição lógicotranscendental para a interpretação do Direito positivo. Kelsen faz uma analogia interessante: assim como para Kant só é possível entender a ciência desvinculada da metafísica através do conhecimento ordenador (da ciência), no sentido de transformar a natureza em um sistema unitário para Kelsen (2003g 81-82) só é possível entender o Direito (Direito positivo) como ciência desvinculada de concepções metafísicas por meio da pressuposição de uma norma fundamental como condição básica para se conhecer o Direito.

Segundo Kelsen na medida em que só através da pressuposição da norma fundamental se torna possível interpretar o sentido subjetivo do fato constituinte e dos fatos postos de acordo com a constituição como seu sentido objetivo, quer dizer, como normas objetivas, quer dizer como normas objetivamente válidas, pode a norma fundamental, na sua descrição pela ciência jurídica –

e se é lícito aplicar *per analogiam* um conceito da teoria do conhecimento de Kant – ser designada como a condição lógico-transcendental dessa interpretação:

Dessa forma, assim como Kant pergunta como é possível uma interpretação alheia a toda metafísica dos fatos dados aos nossos sentidos, nas leis 53 naturais formuladas pela ciência da natureza, a Teoria Pura do Direito pergunta: como é possível uma interpretação não reconduzível a autoridades metajurídicas, como Deus ou a natureza, do sentido subjetivo de certos fatos como um sistema de normas jurídicas objetivamente válidas descritíveis em proposições jurídicas?

A resposta epistemológica (teoréticognoseológica) da Teoria Pura do Direito é: sob a condição de pressupormos a norma fundamental – devemos conduzir-nos como a constituição prescreve, quer dizer, em harmonia com o sentido subjetivo do ato de vontade constituinte, em harmonia com as prescrições do autor da Constituição. (KELSEN, 2003g, p. 225) Como ensina Travessoni Gomes (2004, p. 49), "para Kant as condições de possibilidade da ciência são transcendentais porque estão implícitas, são a priori do conhecimento".

A pressuposição da norma fundamental como condição de possibilidade do Direito positivo, como Ciência do Direito, distinguindo-o de outras ordens normativas é decorrência do fato de que, segundo Kelsen, o princípio que ordena o conhecimento do Direito é o princípio da imputação, ao contrário das ciências naturais e das ciências sociais não normativas, que são regidas pelo princípio da causalidade. Como ensina Travessoni Gomes (2004, p. 138), "para Kelsen, a maneira de se conceber a Ciência do Direito está intimamente ligada à ideia de dever-ser e, consequentemente, ao princípio da imputação".

Discorrendo sobre o caráter epistemológico da norma fundamental Elza Maria Miranda Afonso (1984, p. 254) assinala: "Em sua natureza lógico-transcendental, a norma fundamental tem apenas uma função teorético-gnoseológica. Ela é condição do próprio conhecimento científico do direito. É a condição que legitima epistemologicamente o objeto do conhecimento científico do Direito.

Temos, então, que a norma fundamental é o ponto terminal da fundamentação que rege a Ciência do Direito no sentido de que [...] a indagação do fundamento de validade de uma norma não pode perder-se no interminável. Tem que terminar numa norma que se pressupõe como a última e a mais elevada. Como norma mais elevada, ela tem que ser pressuposta, visto que não pode ser posta por uma autoridade, cuja competência teria de se fundar numa norma ainda mais elevada. (KELSEN, 2003g, p. 217)

Sendo a norma fundamental condição lógico-transcendental do direito, estando, pois, na esfera do pensamento, surge a indagação se sua natureza é hipotética ou fictícia. Isso se deve ao fato de que muitos intérpretes de Kelsen entenderem que no decorrer de sua obra Kelsen mudou o conceito sobre a natureza da norma Fundamental.

Na Teoria Geral do Estado, de 1944, e na Teoria Pura do Direito, de 1960, Kelsen entende a norma fundamental como uma norma hipotética. Já na Teoria Geral das Normas, obra póstuma de 1979, Kelsen entende a norma fundamental como uma norma fictícia. Na verdade, como afirma Travessoni Gomes, com base em Elza Maria Miranda Afonso, a Teoria Geral das Normas é obra póstuma e não se pode precisar ao certo quando foram escritos seus textos, especialmente aqueles referentes à norma fundamental.

Desconsiderando a questão temporal, afirma Travessoni Gomes (2004, p. 252), com base em Garcia Amado, que o objetivo de Kelsen ao modificar o termo norma hipotética por norma fictícia é refinar o conceito de norma fundamental mantendo a coerência interna de sua teoria. Contudo, conforme ressalta Travessoni Gomes (2004, p. 251), ainda com base em Garcia Amado, Kelsen, ao conceber a norma fundamental como norma hipotética, o faz no sentido de norma pressuposta.

A ideia de hipótese aqui é no sentido de que quando se pressupõe a norma fundamental não se presume uma autoridade superior criadora da norma. Ainda com base em Travessoni Gomes (2004, p. 171), podemos inferir que o caráter fictício da norma fundamental é no sentido de que "a ideia de ficção significa que quando se pressupõe a norma fundamental, pressupõe-se uma autoridade superior que a cria".

Com efeito, conclui Travessoni Gomes (2004, p. 172) que a diferença entre a norma hipotética e a norma fictícia na doutrina kelseniana reside na forma de se pressupor a norma fundamental: pressupondo-se a norma fundamental com a consciência de que não existe uma autoridade que a põe, trata-se de uma norma fictícia.

De outro lado, considerando a norma fundamental sem essa consciência de que a autoridade dela decorrente não corresponde à realidade, trata-se de uma norma hipotética.

Concluímos, então, seja hipotética ou fictícia, a norma fundamental é sempre pensada, ou seja, pressuposta a partir do Direito positivo representando o marco inicial da criação da ordem jurídica conferindo-lhe a autoridade e a obrigatoriedade inerentes a qualquer sistema jurídico.

Na verdade, conforme ensina Travessoni Gomes (2004, p. 250-251), o termo hipótese (hypóthesis) na filosofia grega tem um sentido próprio de ponto de partida. Na filosofia de Aristóteles, significava os primeiros princípios indemonstráveis, os axiomas. Contudo, o sentido que quis dar Kelsen à palavra hipótese quando falou em "norma hipotética" é o sentido de pressuposição, de norma pressuposta em oposição à norma posta.

De outra parte, ainda com base em Travessoni Gomes (2004, p. 250), o sentido que Kelsen quis dar à palavra ficção ao falar em "norma fictícia" é o de que ela é contraditória em si mesma e em relação à realidade no sentido expresso de "como se" na filosofia vaihingeriana – ou seja, no sentido de ser contraditória à realidade, não existir como um ato real de vontade. No dizer de Kelsen (1986, p. 328).

A norma fundamental de uma ordem jurídica ou moral positivas – como evidente do que precedeu – não é positiva, mas meramente pensada, e isto significa uma norma fictícia, não o sentido de um real ato de vontade, mas sim de um ato meramente pensado. Como tal ela é uma pura ou 'verdadeira' ficção no sentido da vaihingeriana Filosofia do Como-Se, que é caracterizada pelo fato de que ela não somente contradiz a realidade, como também é contraditória em si mesma. Miquel Reale (2000, p. 475-477) observa que o sentido que Kelsen dá à norma fundamental pensada não é que ela está escrita no coração humano ou que se trata de algo intuitivo em nosso espírito, mas que a ordem jurídica tem em si mesma sua razão de validade, como técnica social específica de organização da coação. Bobbio (1996, p. 59) reforça o caráter lógico-transcendental da norma fundamental no sentido de que o único meio de dar unidade ao sistema jurídico que contém normas de diversas procedências e graus é pressupor uma norma fundamental. Bobbio (1996, p. 62) ensina, ainda, que a norma fundamental exerce no sistema normativo a mesma função dos postulados no sistema científico: Temos dito várias vezes que a norma fundamental é um pressuposto do ordenamento: ela um sistema normativo exerce a mesma função que os postulados num sistema científico. Os postulados são aquelas proposições primitivas das quais se deduzem outras, mas, que, por sua vez, não são deduzíveis. Os postulados são colocados por convenção ou, por uma pretensa evidência destes; o mesmo se pode dizer da norma fundamental: ela é uma convenção ou, se quisermos, uma proposição evidente que é posta no vértice do sistema para que a ela se possa reconduzir todas as demais normas.

José Luiz Quadros de Magalhães (1990, p.127), em sua análise da norma fundamental em face do poder constituinte, assinala que a norma fundamental conforme Kelsen a previa deve ser

negada pelo fato de que o direito não pode se afastar da realidade social, não podendo também se limitar à lei positiva.

Em verdade, como veremos mais adiante, o fato de o direito ter como fundamento de validade a norma fundamental não o afasta da realidade social, mesmo porque, numa visão ampla e integrada da obra política e jurídica de Kelsen, veremos que ele demonstra que a norma fundamental como fundamento lógicotranscendental do direito é produto do pensamento humano, fruto da cultura, e, embora não seja positivada, pode ser modificada por processos sociais, inclusive a revolução como Kelsen demonstra em sua obra política.

De outra parte, a limitação do direito à norma positiva é uma questão metodológica e epistemológica, o que não significa que o direito não seja permeável aos fenômenos sociais, psicológicos ou econômicos, o que também se pode inferir da integração da obra política e jurídica de Hans Kelsen como demonstraremos.

Assim, respondendo às duas questões formuladas por Kelsen no início, a unidade e a validade de um sistema de normas positiva só pode ser alcançada se pressupusermos uma norma fundamental.

3. A IDEIA DE JUSTIÇA EM KELSEN

Embora Kelsen tenha focado seu objeto de estudo no direito positivo, como se depreende de sua teoria jurídica, ele atribuiu muita importância ao que chamou 58 de "o problema da justiça". Segundo Mário G. Losano (in: KELSEN, 2003f, p. VII), Kelsen considerava "tal problema como de importância decisiva para a política jurídica.

Segundo Kelsen (1998, prefácio) nenhuma outra questão foi tão discutida e meditada tão profundamente, e por mentes tão ilustres.

Poderíamos, aparentemente, pensar que Kelsen se mostra contraditório no seu objetivo de "purificar" o Direito, retirando-lhe o caráter valorativo, perseguido em sua teoria jurídica, e incluir o valor justiça como objeto de sua análise.

Contudo, essa contradição é apenas aparente, porque o objetivo de Kelsen, ao tratar do problema da justiça, é aplicar a mesma metodologia usada para estudar o Direito, visando dar tratamento científico e, por conseguinte, não valorativo à justiça, visando incorporá-la em seu sistema, ou seja, a justiça passa a integrar a ordem jurídica, sendo o direito legal o direito justo.

Como afirma Losano (in: KELSEN, 2003f, p. XXV), ao considerar o tema justiça, Hans Kelsen aplica à teoria dos valores a mesma metodologia usada ao construir uma teoria do direito, ele identifica cientificidade com não-valoração. Isso significa que, ao tratar de modo não valorativo uma teoria do valor da justiça ele se propõe descrever todos os possíveis valores de justiça, sem propor um como preferível aos outros.

Além disso, como se depreende da obra de Costa Matos (2004, p. 125-127), a norma jurídica possui valores em seu conteúdo que são classificados pela doutrina kelseniana em subjetivos e objetivos, relativos e absolutos. Um valor é subjetivo quando instituído pela moral individual e objetivo quando instituído pela norma jurídica.

Como ensina Salgado (1986, p. 161), na doutrina kelseniana o valor decorre da norma, e não a norma do valor.

Primeiramente, Kelsen procura responder o que é justiça como meio de resolução de conflitos de interesses e valores, bem como o que é justiça no sentido de justificação das condutas humanas. Posteriormente, medita sobre o conceito de justiça em Platão, Aristóteles, nas Sagradas Escrituras e no Direito natural. Por fim, Kelsen constrói sua teoria da justiça situando-a em face do Direito positivo.

Para Kelsen (1998, p. 2), a justiça como valor não oferece uma solução universal para os conflitos de interesses ou de valores porque estes, sendo subjetivos, possuem caráter relativo. Em caso de conflito de interesses, inexistiria uma solução universalmente justa para todos os conflitos de interesse porque, essa pretensa solução, implicaria, necessariamente, uma opção por um valor ou um interesse em detrimento de outro.

Segundo Kelsen (1998, p. 2), mesmo se adotarmos a concepção platônica de que justiça é felicidade e uma ordem justa é aquela que proporciona felicidade a todos, o conceito de felicidade também é relativo: o que é felicidade para uns, muitas vezes, é infelicidade para outros. Kelsen (1998, p. 2) exemplifica dizendo: O amor é a principal fonte tanto de felicidade como de infelicidade. Suponhamos que dois homens amem a mesma mulher e que cada um – com ou sem razão – acredite que não poderá ser feliz se não tiver essa mulher só para si. Pela lei – e talvez, também por seus próprios sentimentos – a, mulher só poderá pertencer a um deles.

A felicidade de um é sem duvida a infelicidade de outro. Nenhuma ordem social pode solucionar esse problema de forma justa, isto é, de maneira que os dois homens sejam igualmente felizes.

De outra parte, infere-se da exposição de Kelsen que, mesmo se embasarmos o ideal de justiça em valores socialmente aceitos pela maioria dos seres humanos como mais importantes, tais como vida, liberdade, segurança econômica, etc., as várias situações da vida e a diversidade da personalidade humana se encarregam de relativizar esses valores, não se podendo, mesmo aí, haver uma justiça universalmente aceita.

Por exemplo, numa situação de guerra, muitas vezes, o respeito à pátria passa a valer mais que a vida ou, em outra, a vida vale mais que a liberdade. Kelsen (1998, p. 6) também exemplifica no sentido de que um homem de muita autoconfiança poderá preferir a liberdade individual ao passo que outro que sofre de complexo de inferioridade preferia a segurança econômica, sendo, pois, para esse mais justo um regime de economia planificada. Como se vê, a justiça não se presta a servir de paradigma para a resolução de conflitos por que é um juízo de valor subjetivo e relativo, dependendo do ponto de vista de quem julga.

Quanto ao conceito de justiça como um problema de justificação do comportamento humano, Kelsen (1998, p. 9) entende que ele decorre, principalmente, do caráter racional do ser humano, que procura justificar sua conduta de forma racional. Essa racionalidade tem como base a relação entre meio e fim, ou seja, o homem só tem necessidade de justificar racionalmente sua conduta se sua vontade (desejo ou temor) se relacionar a determinado meio pelo qual um fim será alcançado com aquela conduta.

Contudo, muitas vezes surge uma necessidade de justificar o fim, quando não se tem uma justificativa racional, mas, sim, uma justificativa emocional para o meio, ou seja, os meios não justificam os fins. Também muitas vezes a relação entre meio e fim é tão intensa que a não-justificação do fim invalida o meio. Kelsen (1998, p. 10) dá o seguinte exemplo:

A democracia é uma forma regime justa, pois assegura liberdade individual. Isso significa que a democracia é um regime justo somente sob a premissa de que de a preservação da liberdade individual ser o fim maior. Se, em vez da liberdade individual a segurança econômica for presumida como fim maior e ser for possível comprovar que ela não pode ser garantida sob um regime democrático, então uma outra forma de regime, não mais a democracia, deverá ser aceita como justa.

Também pode dar-se o caso no qual, empregando-se meios justamente adequados alcancemos fins duvidosos. Um exemplo disso é dado pelo próprio Kelsen (1998, p. 10): a bomba atômica. Segundo Kelsen (1998, p. 11), a consciência humana não se contenta em ter uma justificação de conduta condicionada aos meios e aos fins porque é difícil para nós lidarmos com justificações relativas; necessitamos de um meio ou um fim último absoluto, uma justificação incondicional. Kelsen (1998, p. 11) entende que a necessidade de uma justificação incondicional é mais forte que qualquer reflexão racional. Por isso o homem busca um valor absoluto no âmbito do mundo metafísico, aí teremos uma justiça absoluta, mas deslocada para outro mundo, o mundo transcendental. Temos, portanto, que o conceito de justiça como justificação da conduta humana racional é sempre relativo.

Segundo Kelsen (1998, p. 9-15), essa necessidade de justificação absoluta foi mais forte na consciência humana do que a racionalidade das justificações relativas, que possuem um componente de incerteza muito forte, principalmente em sociedades mais dinâmicas. Essa necessidade do absoluto decorre de certa aversão do ser humano à mudança. Por isso que, desde a Antiquidade até os dias atuais, as teorias da justiça sempre buscaram valores básicos absolutos e imutáveis para embasar o conceito de justiça. Kelsen (1998, p. 11) ensina que essas teorias são de dois tipos básicos: metafísico-religioso e pseudo-racionalista.

Para Kelsen (1998, p. 12), os dois maiores expoentes das teorias metafísico religiosas da justiça são Platão e Jesus de Nazaré, que tentam responder a mesma pergunta: o que é e qual é a verdadeira justiça. Kelsen (1998, p. 12) afirma que Platão, para solucionar o problema da justiça, ou seja, para obter o conceito de justiça, elabora a sua doutrina das ideias. As ideias são substâncias transcendentais que habitam outro mundo além do nosso mundo material, um mundo inacessível ao homem, preso que está ao seu corpo e, consequentemente, aos seus sentidos, que são falíveis e não conseguem apreender o conhecimento das ideias. Embora, segundo Kelsen (1998, p. 2) as ideias representem, na filosofia de Platão, um conjunto de valores absolutos que podem ser concretizados no mundo material, estes nunca podem se concretizar totalmente.

Dentre estes valores, o mais importante segundo Kelsen é o valor do bem absoluto. Kelsen (1998, p. 12) ensina, ainda, que o bem absoluto representa para a filosofia de Platão o mesmo que Deus representa para a religião e que na ideia do bem absoluto está contida a ideia do que é bom e do que é justo, ou da justiça. Kelsen (1998, p.12) entende que para Platão a questão "o que é a justiça" se resume a questão do que é o bem absoluto. Segundo Kelsen (2003a, p. 408-409), Platão faz várias tentativas em seus escritos para responder às questões relativas ao que é o bem e o que é a justiça de modo racional, mas nunca chega a uma resposta. Platão simplesmente declara, pela boca de Sócrates, que é necessário fazer mais análises.

Apesar de Platão situar a justiça no mundo das ideias e afirmar que somente o conhecimento abstrato proporcionado pelo método dialético é suficiente para se ter acesso ao mundo das ideias, ele afirma que não pode haver resposta para a questão "o que é justiça". Esta, segundo Platão, consiste em um mistério divino que Deus revelaria a poucos escolhidos que não consequem transmiti-lo a outras pessoas. (KELSEN, 1998, p. 12)

Para Kelsen (1998, p.13), Jesus refuta a teoria da justiça reinante no Antigo Testamento baseada no princípio da retribuição, a chamada lei de talião – olho por olho, dente por dente –, criando um novo conceito de justiça baseado no amor ao próximo e na retribuição do mal como bem, no sentido de que devemos amar também os nossos inimigos ou aqueles que nos fazem mal. Kelsen afirma que, assim como na filosofia de Platão, a doutrina da justiça defendida por Jesus de Nazaré é feita para o mundo transcendental, no sentido metafísico do termo.

Segundo Kelsen (1998, p. 13), "essa justiça encontra-se além de toda e qualquer ordenação possível dentro de uma realidade social e o amor que essa justiça representa não pode ser o sentimento humano que chamamos amor". Kelsen (1998, p. 13), com lastro nas afirmações de Paulo, de que o conhecimento deste mundo é insensatez diante de Deus e que a filosofia, isto é, o conhecimento lógico-racional, não é o caminho para justiça de divina, contida na sabedoria oculta de Deus, conclui que o conceito de justiça apresentado por Jesus é baseado na fé, é um mistério da fé.

Kelsen define as chamadas por ele teorias racionalistas ou pseudo-racionalistas como aquelas que tentam explicar o problema da justiça com os meios da razão humana por meio de um conceito racionalmente absoluto de justiça. O conceito de justiça da primeira dessas teorias, que remonta à antiga Grécia, segundo Kelsen (1998, p. 14), baseia-se em uma fórmula atribuída a uma das sete sabedorias dos antigos gregos consubstanciada no princípio "a cada uma aquilo que é seu".

Kelsen (1998, p. 14-16) critica este conceito de justiça afirmando que consiste em uma formula vazia, eis que o problema está em definir o que é seu, pois muitas vezes o que é justo para uma pessoa pode não ser para outras, ou seja, a fórmula só funcionaria se a ordem social ou ordem jurídica definissem previamente o que seria de cada um.

Além disso, Kelsen (1998, p. 15) entende que tal fórmula permite que se considere justa qualquer ordem social, tanto democrática quanto autocrática, desde que tais ordens deem a cada Segundo Kelsen (1998, p. 15-16), tais princípios de justiça padecem do mesmo vício do principio grego: a ordem jurídica deve previamente fixar o que se deve fazer aos outros e, no caso de Marx, quais são as necessidades e capacidade de cada um, o que é impossível por mais homogênea que fosse a sociedade.

Temos, pois, que todos esses critérios são subjetivos, por isso impossíveis de corresponder a um conceito geral de justiça. Kelsen (1998, p. 19) afirma que Kant dá nova interpretação a esses critérios subjetivos atribuindo uma objetividade consubstanciada no imperativo categórico, que consiste em uma fórmula de ação moral pela qual o homem só pode agir moralmente (justamente) se a máxima de sua ação puder ser transformada em lei universal (em lei para todos).

Kelsen (1998, p. 19) afirma que o conceito de justiça kantiano padece do mesmo vício do conceito grego qual seja o de justificar como justa qualquer ordem 65 social, eis que em qualquer ordem social todos desejam que suas máximas se tornem normas gerais.

Após analisar o conceito de justiça kantiano, Kelsen se volta para o conceito de justiça na ética aristotélica, considerada por Kelsen (1998, p. 20) como "um exemplo bastante significativo da tentativa infrutífera de definir o conceito de justiça absoluta através de um método racional, científico, ou aproximadamente científico".

Segundo Kelsen (1998, p. 20), a ética de Aristóteles consiste em um sistema de virtudes dentre as quais a justiça é a virtude máxima, a virtude perfeita. A virtude é definida por Aristóteles, por intermédio do método matemático-geométrico, como o meio entre dois extremos – um por falta e um por excesso –, exemplificando com a virtude da coragem que consiste no meio-termo entre a temeridade (excesso de coragem) e a covardia (falta de coragem). Para Kelsen (1998, p. 124), Aristóteles define dois sentidos e dois conceitos de justiça: justiça no sentido geral e no sentido particular. No sentido geral, justiça, para Aristóteles, significa legitimidade ou imparcialidade.

No sentido particular, justiça significa a realização da igualdade. Legitimidade consiste na conformidade com o Direito positivo e igualdade significa o termo médio na distribuição do bem e a virtude de considerar o outro como igual. Seguindo seu método geométrico-matemático, Aristóteles divide a justiça particular baseada na igualdade em justiça distributiva e justiça corretiva.

Segundo Kelsen (1998, p. 125), a justiça distributiva é exercida na distribuição da honra, da riqueza e de outros bens divisíveis da comunidade pelo legislador.

A justiça corretiva é exercida como critério para as transações privadas e para solucionar conflitos de interesses e infligir punições. A crítica de Kelsen (1998, p. 118) ao conceito de justiça aristotélico é no sentido de que por mais que se tente com o mesotes obter um conceito absoluto de justiça, na prática, mesmo se levarmos em conta tal conceito, nunca se pode atingir o meio termo de modo preciso, pois sempre se pende para um dos lados. Além disso, os extremos da conduta devem ser fixados preliminarmente pela lei moral ou jurídica.

De outra parte, o justo ou injusto não pode ser aquilatado em graus, uma conduta não pode ser muito ou pouco, só pode ser conforme ou não conforme a uma norma da moral ou do direito. Kelsen (1998, p. 126-127) argumenta, ainda, que a justiça particular baseada na igualdade social é vazia, pois não há igualdade entre os seres humanos, mas muitas diferenças. Resta saber, então, quais dessas diferenças são relevantes ou não para se aplicar a justiça.

Segundo Kelsen, Aristóteles passa ao largo dessa guestão. Kelsen (1998, p. 126-127), procurando demonstrar a falácia da fórmula aristotélica da igualdade, argumenta que, por ela, tanto uma sociedade capitalista quanto uma sociedade comunista seriam justas. Também, uma ordem jurídica que concedesse direitos políticos a todos os cidadãos ou outra que concedesse apenas àqueles com determinada renda ou posição social seriam, ambas, ordens justas, pois, pela ética aristotélica, estariam aplicando corretamente a justiça ao conceder direitos iguais entre iguais.

Posteriormente, segundo Kelsen, Aristóteles abandona a ideia de igualdade e adota a ideia de proporcionalidade, sendo o justo, agora, não o igual, mas o proporcional. Também segundo Kelsen (1998, p. 131-132), Aristóteles transfere o poder de fixar o que é justo ao Direito positivo no sentido de que se a justiça é igualdade é igualdade perante o Direito. Com isso, Kelsen entende que Aristóteles abandona o valor moral justiça e o substitui por um valor lógico – a verdade.

Assim, segundo Kelsen, a questão do conceito de justiça em Aristóteles continua em aberto, isso porque a resposta de Aristóteles à questão da justiça é dar a cada um o que lhe é devido. Após analisar a concepção de justiça em Aristóteles, Kelsen (1998, p. 21) se volta sua atenção para o conceito de justiça predominante no direito natural.

Entende Kelsen que tanto o tipo metafísico quanto o tipo racionalista estão representados na escola do Direito natural predominante nos séculos XVII e XVIII. Isso porque, no Direito natural,

pode abarcar essas duas vertentes – a metafísica e a racional –, porque em ambas as concepções a natureza é apresentada como autoridade normativa, podendo-se deduzir as normas do Direito natural unicamente de sua observação racional ou se pressupõe uma razão divina que governa tudo. Kelsen (1998, p. 21) ensina que a doutrina do direito natural sustenta que há uma ordem de regulamentação das condutas humanas que parte da natureza em geral ou da natureza do homem como ser dotado de razão ou da natureza da sociedade.

Segundo Kelsen (1998, p. 137), sendo a natureza apresentada pelo Direito natural como uma autoridade normativa, um legislador, podemos inferir que a partir da análise dos fatos naturais podemos encontrar normas imanentes à natureza que prescrevem a conduta correta e justa para solucionar nossos problemas sociais. Por outro lado, Kelsen (1998, p. 138), outra vertente do Direito natural considera que a natureza foi criada por Deus, sendo, pois, uma revelação da vontade de Deus, de tal modo que examinar a natureza significa o mesmo que explorar a vontade de Deus. Assim, as leis da natureza são absolutas e imutáveis, pois decorrem da vontade todo-poderosa de Deus. Kelsen (1998, p. 141-143) critica a doutrina do Direito natural no sentido de sua incompatibilidade com o Direito positivo e com a moral porque a natureza corresponde ao mundo do ser, e as normas morais ou jurídicas ao mundo do dever ser.

Portanto, segundo Kelsen, não se pode, partindo do mundo do ser, deduzir normas que pertencem ao mundo do dever-ser porque esse mundo é regido por princípios deferentes.

No mundo da natureza impera o princípio da causalidade; no mundo do Direito e da moral impera o princípio da imputação, porque a moral e o direito são produtos exclusivamente da cultura humana. Kelsen (1998, p. 22) afirma que os valores morais e as normas jurídicas são relativos, ou seja, o que é certo na visão de um sistema moral ou jurídico pode ser errado em um outro sistema moral ou jurídico. Já as leis naturais são absolutas e imutáveis. Na natureza, o que ordinariamente acontece deve sempre acontecer, mas no mundo moral nem sempre é assim. Por exemplo, o fato de que todo indivíduo que comete um crime deva ser punido não significa, peremptoriamente, que ele será punido.

De outra parte, Kelsen (1998, p. 154-155) também aduz que a fórmula do Direito natural padece do mesmo mal das outras tentativas encontrar um conceito absoluto de justiça, qual seja a de justificar qualquer regime político seja democrático ou autocrático. Portanto, segundo Kelsen (1998, p. 175), o Direito natural também falha ao tentar determinar de forma absoluta o que é o justo.

Após criticar as principais teorias que conceituam a justiça como um valor absoluto, Kelsen elabora uma teoria da justiça definindo-a inicialmente como um atributo ou qualidade que pode ser afirmada com relação a diferentes objetos. Segundo Kelsen (2003d, p. 3), se dizemos que determinado indivíduo, especialmente um legislador ou juiz, é justo ou injusto, a justiça significa, nesse sentido, uma virtude do indivíduo, uma qualidade moral, que se exterioriza em sua conduta em face de outros indivíduos, ou seja, na conduta social. Portanto, afirma Kelsen que a conduta social do indivíduo é justa quando corresponde a uma norma que prescreve essa conduta, que a põe como devida, constituindo, assim, o valor justiça. Essas normas sociais que constituem o valor justiça Kelsen (2003d, p. 3) chama de normas de justiça.

A justiça de um indivíduo é a justiça de sua conduta social. Por isso, segundo Kelsen (2003d, p. 4), as normas de justiça são normas morais. Contudo, Kelsen pondera que nem todas as normas morais constituem o valor justiça, mas apenas aquelas que prescrevem determinado tratamento de um indivíduo para com outro indivíduo (alteridade), especialmente o tratamento dos indivíduos por parte de um legislador ou juiz.

Assim, Kelsen (2003d, p. 4) conclui que a justiça é a qualidade de uma conduta humana específica, que consiste no tratamento dado a outros seres humanos. O juízo segundo o qual esta conduta é justa ou injusta constitui uma valoração da conduta. Segundo Kelsen (2003d, p. 7), quando afirmamos a justiça ou a injustiça como qualidade do Direito positivo, julgamos as normas de Direito positivo segundo um padrão constituído por uma norma de justiça.

Contudo, esse padrão não é absoluto, tampouco o Direito positivo deve sempre para ser válido adotar como fundamento uma norma de justiça. Esse julgamento não caracteriza a dependência de validade do direito positivo para com a validade das normas da moral, mas, ao contrário, Kelsen afirma que a validade desses sistemas coercivos não depende da relação entre eles, eis que são independentes um do outro.

Assim, podemos ter normas morais válidas que contrariem o direito positivo e normas de direito positivos válidas que contrariem a moral. Por isso, não podemos ter um conceito de justiça aplicável tanto à moral como ao direito positivo. Kelsen (2003d, p. 69-70) esclarece que essa independência do Direito positivo em relação às normas morais de justiça não significa que o Direito positivo negue a existência do valor justiça, mas significa que como existem muitas normas de justiça diferentes e que podem ser contraditórias entre si, os critérios oferecidos por estas normas de justiça e tomados em conta pelo Direito positivo são sempre relativos. Além disso, segundo Kelsen, não se pode estabelecer uma preferência hierárquica entre as normas de justiça.

Conforme afirma Costa Matos (2004, p. 154), Kelsen sustenta que a tarefa primordial do positivismo jurídico é afirmar e provar racionalmente que a validade das normas de justiça é independente da validade do Direito positivo.

Dessa análise do conceito de justiça na doutrina kelseniana podemos inferir que a justiça, para Kelsen (1998, p. 25), é a "justiça da democracia", a qual, para Kelsen significa: relativismo, liberdade e tolerância.

- Relativismo Como mostrou Kelsen, o Direito positivo tendo como fundamento o relativismo axiológico e sendo produto da racionalidade humana, não pode aceitar um critério absoluto de justiça. Como lembra Costa Matos (2004, p. 129), para Kelsen, os valores são sempre relativos porque são produtos da cultura humana, e não de autoridades transcendentes. 71 • Liberdade – Kelsen (1998, p. 24) afirma que liberdade é democracia, ou seja, a democracia só pode ser considerada justa se significar liberdade: "O ser humano se submete à ordem jurídica por vontade própria não por uma vontade transcendente ou baseada no medo e no temor".
- Tolerância A tolerância só se realiza na democracia porque também tem como fundamento a liberdade. E a democracia só se realiza efetivamente no âmbito do ordenamento jurídico, como demonstra Kelsen, no sentido de que uma ordem jurídica justa para ele é aquela que, além de produzida democraticamente, respeita pacificamente as manifestações de opinião dos cidadãos, mesmo que sejam contrários a essa ordem. Kelsen (1998, p. 24) enfatiza a importância da tolerância como integrante principal de seu conceito de justiça afirmando que muitos dos mais altos ideais morais foram comprometidos pela intolerância daqueles que os defenderam e exemplificando, posteriormente, as muitas injustiças cometidas no passado pela intolerância na defesa desses altos ideais. Costa Matos (2004, p. 319), com base em Norberto Bobbio, relaciona quatro argumentos pelos quais a tolerância deve prevalecer:
- É a melhor forma de se exercer a prudência política, pois facilita a circulação das ideias políticas sem dar margem a radicalismos e violência; • É a melhor forma de convivência social, preserva a dignidade da pessoa humana, e facilita o descobrimento da verdade;
- Filosoficamente, a tolerância é um método universal e importante para a perquirição da verdade;
- Kelsen (1998, p. 24) mostra que um governo justo deve garantir a paz pela tolerância pela liberdade, pela democracia, inibindo qualquer violência, ou seja, a livre manifestação de

opinião só é permitida e assegurada se for feita de forma pacífica. Não temos, pois, em Kelsen um conceito objetivo e absoluto de justiça. Talvez por fidelidade ao relativismo filosófico, base tanto de sua teoria jurídica quanto de sua teoria política, Kelsen não nos tenha legado esse conceito. O próprio Kelsen, ao final de seu ensaio O Que É Justiça7 diz que não podia conceituar o que é justiça, mas apenas se satisfazer com um significado pessoal do que seja justiça. Assim, Kelsen (1998, p. 25) afirma que a justiça "é a justiça da liberdade, da paz, da democracia, da tolerância".

4. O CONCEITO DE INTERPRETAÇÃO E A CIENCIA DO DIREITO EM KELSEN

O conceito de interpretação em Kelsen. Na Teoria Pura do Direito, edição de 1960, Kelsen discorre sobre a interpretação em dois pontos: ao tratar da jurisprudência, a qual, para ele, consiste no estabelecimento da norma individual pelos tribunais, que representa um estágio intermediário de um processo que começa com a elaboração da Constituição, segue até a decisão judicial e se encerra com a execução dessa decisão judicial no final do livro, no capítulo VIII, dedicado exclusivamente à interpretação.

A interpretação, segundo Kelsen (2003g, p. 387), consiste em um procedimento intelectual que acompanha e auxilia a criação da norma jurídica. Para Kelsen, numa perspectiva dinâmica do direito, há dois tipos de interpretação: a interpretação autêntica e a interpretação não autêntica. A primeira é aquela produzida pelos órgãos responsáveis pela aplicação da lei, como o Poder Judiciário e os órgãos da Administração Pública. A segunda é aquela interpretação realizada por aqueles que vão cumprir a lei, os cidadãos. Kelsen (2003g, p. 387, 388, 395) classifica também a interpretação realizada pelo cientista do direito ao estudá-lo como uma interpretação não autêntica. Essa concepção de Kelsen foi objeto de críticas, como a de Marcelo Cattoni de Oliveira (2001), que passamos a analisar a seguir.

4.1A INTERPRETAÇÃO AUTENTICA E A TEORIA PURA DO DIREITO

Pretendemos, neste tópico, discutir a análise da teoria da interpretação de Kelsen elaborada pelo professor Marcelo Cattoni de Oliveira (2001), considerando a acuidade como foi feita e sua importância para uma compreensão mais completa da teoria do Direito kelseniana.

Basicamente, o autor entende que o conceito de interpretação autêntica elaborado por Kelsen sofreu um alargamento em sua versão definitiva na Teoria Pura do Direito, edição de 1960, revelando uma incoerência interna que coloca em risco toda a sua construção da Teoria Pura do Direito.

Para Cattoni de Oliveira, quando Kelsen afirma que por via da interpretação autêntica se pode produzir uma norma situada completamente fora da moldura que a norma a aplicar representa, promove um alargamento do conceito de interpretação autêntica, eis que tal interpretação não se restringe mais somente às possibilidades fornecidas pela Ciência do Direito. (KELSEN apud OLIVEIRA, 2001, p. 46)

Em sua análise acurada da teoria da interpretação kelseniana Cattoni de Oliveira, inicialmente, traça a evolução do significado do termo – usado por Kelsen,- interpretação autêntica nas várias edições da obra Teoria Pura do Direito, sobretudo as edições de 1934, 1953 e 1960.

Com base na edição de 1934 da Teoria Pura do Direito, Cattoni de Oliveira parte do entendimento de Kelsen de que a teoria da interpretação pressupõe uma teoria do ordenamento jurídico na qual o Direito é um sistema de normas em que a relação entre elas se dá por um critério hierárquico. Nas palavras de Kelsen, citado por Cattoni de Oliveira, a interpretação é uma atividade intelectual que acompanha o processo de criação do Direito enquanto este se move de um nível mais alto da estrutura hierárquica ao nível mais baixo governado por aquele nível mais alto. No caso modelo, que é o de interpretação das leis, a questão a ser respondida é como, na aplicação de uma norma geral (a lei) a um caso concreto, alquém chega à norma individual correspondente (uma decisão judicial ou um ato administrativo).

Há, contudo, interpretação da constituição, na medida em que a constituição é para ser aplicada no processo legislativo, ou na edição de regulamentos de emergência ou outros decretos fundados diretamente na constituição é para ser aplicada a um nível inferior da hierarquia. E há também interpretação de normas individuais – de decisões judiciais, diretivas administrativas, negócios jurídicos, etc.

Há, em suma, interpretação de todas as normas jurídicas aplicadas – isto é, na medida em que o processo de criação e aplicação do Direito se move de um nível do sistema jurídico para outro (KELSEN apud OLIVEIRA, 2001, p. 33)

Segundo Cattoni de Oliveira, a relação de aplicabilidade entre um nível hierárquico de normas superior e outro nível inferior não é uma relação de determinação completa e absoluta, mas, ao contrário, na aplicação da norma superior por intermédio de uma norma inferior, a vinculação entre essa norma superior aplicada e a norma inferior aplicada é incompleta e relativa.

Assim, afirma o autor, "por mais que a norma superior busque vincular formal e materialmente o modo de sua aplicação ou, em outras palavras, da produção de uma norma inferior com base nessa norma superior, ela terá de deixar vários detalhes fora de seu alcance. (OLIVEIRA, 2001, p. 34) Nas palavras de Kelsen, citado por Cattoni de Oliveira, a determinação, todavia, nunca é completa.

A norma superior não pode ser determinante acerca de todos os detalhes do ato que a põe em prática. Deve restar sempre um espaço de discricionariedade, às vezes maior, às vezes menor, já que a norma superior, em relação ao ato que a aplica (um ato de criação normativa ou simples implementação), tem simplesmente o caráter de uma moldura a ser preenchida pelo ato (KELSEN apud OLIVEIRA, 2001, p. 34)

Segundo Cattoni de Oliveira (2001, p. 34-35), essa indeterminação pode derivar diretamente da norma, no sentido de que a autoridade que elabora a norma indetermina seu conteúdo propositadamente, com o objetivo de conceder ao aplicador da norma uma discricionariedade maior ante a situação prática de aplicação, ou essa indeterminação decorre da aplicação da norma, a qual, ao ser confrontada com a situação prática de sua aplicação, encontra detalhes situacionais não previstos na norma. Kelsen, citado por Cattoni de Oliveira, afirma: "Em todos os casos de indeterminação, intentada ou não intentada, do nível inferior, várias possibilidades de aplicação da norma superior se apresentam. (KELSEN apud OLIVEIRA, 2001, p. 35)

Mais adiante, Cattoni de Oliveira cita outra passagem de Kelsen em que ele afirma: A norma a ser aplicada é simplesmente um quadro, uma moldura, no qual várias possibilidades de aplicação são dadas, e todo ato que esteja contido neste quadro, que em algum sentido possível preencha tal quadro, estará em conformidade com a norma. (KELSEN apud OLIVEIRA, 2001, p. 36)

O autor afirma que para Kelsen, na perspectiva do Direito positivo, não existe um critério com base no qual se possa saber se uma das possibilidades de aplicação da norma pode ser designada como correta. Segundo Cattoni de Oliveira, Kelsen, entende que essa escolha entre as várias possibilidades de aplicação da norma é um ato volitivo e seria, por isso, um problema não de teoria do Direito positivo, mas de política do Direito. Mais adiante, cita as palavras de Kelsen: A tarefa de obter da lei a decisão judicial correta ou o ato administrativo correto é essencialmente a mesma tarefa de criar a lei correta nos quadros da constituição. Assim como não se pode obter leis corretas a partir da constituição mediante interpretação.

Há, certamente, uma diferença entre esses dois casos, mas ela é somente quantitativa e não qualitativa, e consiste simplesmente no fato de que o legislador está menos materialmente do que o juiz, ou seja, o legislador desfruta de uma maior independência na criação da lei. Mas mesmo o juiz cria direito, mesmo ele é relativamente independente. Precisamente por essa razão, é uma função volitiva chegar à norma individual no processo de aplicação de uma lei, desde que a moldura da norma geral seja preenchida por meio desse. (KELSEN apud OLIVEIRA, 2001, p. 37)

Assim, Cattoni de Oliveira entende que, na visão kelseniana, o critério que alicerça a interpretação é político, pois tem o objetivo de influenciar o legislador, as cortes, ou os órgãos administrativos.

Segundo o autor, na aplicação da lei pode haver, ainda, lugar para uma atividade cognitiva para além da descoberta da moldura, na qual o ato de aplicação está confinado. Só que isso não é conhecimento do Direito positivo, mas cognição de outras normas, as quais podem agora fazer parte do caminho no processo de criação jurídica; normas nomeadamente da moral, de justiça - julgamentos de valor social caracterizados em frases de efeito tais como 'bem-estar do povo, 'interesse público', 'progresso' etc. (OLIVEIRA, 2001, p. 38)

Então, conclui Cattoni de Oliveira (2001, p. 38) que se o direito positivo não pode dizer nada sobre o modo de aplicação das normas, sendo a autoridade aplicadora livre para atuar "a certeza jurídica é uma ilusão que não pode ser mantida pela Teoria Pura do Direito".

Analisando agora a Edição francesa da Teoria Pura do Direito de 1953 Cattoni de Oliveira a compara com a edição de 1934, apontando suas principais diferenças:

- Na edição de 1953, Kelsen introduz a expressão "interpretação autêntica" para designar a interpretação realizada pelos órgãos de aplicação do Direito, ao mesmo tempo distinguindo esta da realizada pela Ciência do Direito.
- Se na edição de 1934 o critério de fixação da decisão de qual das possibilidades de aplicação da norma é o correto, é político "Kelsen apenas delineia as tarefas da teoria do Direito em face do processo de aplicação jurídica. Já em 1953, a divisão dos campos da interpretação realizada pela Ciência do Direito e da interpretação realizada pelos órgãos aplicadores do Direito está bastante clara". (OLIVEIRA, 2001, p. 39) Segundo o autor, cabe ao jurista

descrever o Direito traçando-lhe o quadro de interpretações possíveis ao órgão competente, cabendo a este a tarefa de determinar, mediante um ato de vontade, qual das interpretações possíveis é a justa ou a correta para a aplicação da norma. Essa é a interpretação autêntica, segundo Kelsen. (OLIVEIRA, 2001, p. 40)

Analisando a edição de 1960 da Teoria Pura do Direito Cattoni de Oliveira afirma que, nessa edição, o capítulo que trata da interpretação aparece modificado em sua estrutura e em seu conteúdo, sob o qual focaremos nossa discussão.

Segundo o autor, logo no início Kelsen faz a distinção entre a interpretação autêntica e a interpretação não autêntica, "que são introduzidas como sendo respectivamente, [...] a interpretação do Direito realizada pelo órgão que o aplica e a interpretação do Direito que não é realizada por órgão jurídico, mas por uma pessoa privada e, especialmente, pela ciência jurídica." (KELSEN apud OLIVEIRA, 2001, p. 42)

Segundo Cattoni de Oliveira, toda a argumentação de Kelsen sobre a interpretação autêntica girará em torno dessa diferenciação feita por Kelsen dos dois tipos de argumentação. Essa distinção, nas palavras de Kelsen citadas na obra de Cattoni de Oliveira, ocorre na forma seguinte: Quando o Direito é aplicado por um órgão jurídico, este precisa fixar o sentido das normas que vai aplicar, tem de interpretar estas normas.

A interpretação é, portanto, uma operação mental que acompanha o processo da aplicação do Direito no seu progredir de um escalão superior para um escalão inferior. Mas também os indivíduos, que têm não de aplicar, mas de observar o Direito, observando, ou praticando a conduta evita a sanção, precisam compreender e, portanto, determinar o sentido das normas jurídicas que por eles hão de ser observadas.

E finalmente, também a ciência jurídica, quando descreve um Direito positivo tem de interpretar as normas deste. (KELSEN apud OLIVEIRA, 2001, p. 43). Nesse ponto, afirma Cattoni de Oliveira que a partir dessa diferenciação Kelsen passa a analisar a interpretação do Direito por meio da interpretação autêntica. A princípio entende o autor que a análise de Kelsen nessa edição de sua Teoria Pura não acrescenta nada de novo às edições anteriores, de 1934 e 1953.

Contudo, há, segundo o autor, uma diferenciação no ponto 2ª da edição de 1960 no que concerne ao conceito de interpretação como ato de conhecimento ou como ato de vontade. (OLI-VEIRA, 2001, p. 43)

Segundo o autor, Kelsen entende que a interpretação como ato de conhecimento é aquela realizada pela ciência jurídica que estabelece as possíveis significações, o sentido da norma jurídica.

A interpretação como ato de vontade é aquela realizada pelos órgãos aplicadores do Direito os quais escolhem entre as possibilidades reveladas pela interpretação cognoscitiva produzida pela ciência, qual é a correta para a aplicação norma. Nas palavras de Cattoni de Oliveira (2001, p. 50), sintetizando as teses de Kelsen, na interpretação autêntica, a interpretação cognoscitiva, obtida por uma operação de conhecimento do Direito a aplicar, combina-se com um ato de vontade em que o órgão aplicador do Direito efetua uma escolha entre as possibilidades reveladas através da mesma interpretação cognoscitiva.

Segundo se infere da leitura desse ponto da obra de Cattoni de Oliveira, a grande diferença é que Kelsen aponta que, além do ato de vontade como aplicador de uma norma jurídica, existe o ato de vontade da autoridade que executa um ato de coerção estatuído na norma jurídica a ser aplicada. Contudo, é de maior relevância, tanto para a análise feita por Cattoni de Oliveira quanto para esta análise, a afirmação de Kelsen sobre a interpretação autêntica citada por Cattoni de Oliveira: A propósito, é importante notar que, pela via da interpretação autêntica, quer dizer, da interpretação de uma norma pelo órgão jurídico que a tem de aplicar, não, somente se realiza uma das possibilidades reveladas pela interpretação cognoscitiva da mesma norma, como também se pode produzir uma norma que se situe completamente fora da moldura que a norma a aplicar representa. (KELSEN apud OLIVEIRA, 2001, p. 46)

Infere-se daí, segundo Cattoni de Oliveira (2001, p. 47, 51), que o conceito de interpretação autêntica sofre, na edição de 1960, um alargamento, que "irá revelar toda a instabilidade dos pressupostos teóricos kelsenianos, bem como colocará em risco a própria coerência interna da sua teoria".

Cattoni de Oliveira divide sua análise crítica da teoria kelseniana em dois tópicos: o primeiro versa sobre o risco que o alargamento do conceito de interpretação autêntica representa para coerência interna da teoria jurídica de Kelsen. O segundo tópico aborda a insustentabilidade dos pressupostos teóricos kelsenianos em face da teoria da interpretação autêntica.

• Incoerência interna – Segundo Cattoni de Oliveira (2001, p. 51), o alargamento do conceito de interpretação autêntica coloca em risco a coerência interna da Teoria Pura do Direito porque aceitar, sob o ponto de vista de uma teoria do Direito, de uma ciência que descreve normas jurídicas e a dinâmica dessas normas jurídicas, a possibilidade de produção de uma norma de escalão inferior ou a realização de uma ato coercitivo que se processem fora do quadro de interpretações

possíveis de uma norma superior aplicada é, no mínimo, romper com o postulado metodológico da separação entre teoria e sociologia do Direito, entre 'ciência normativa 'e 'ciência causal'.

E continua o professor afirmando que [...] a aplicação jurídica passaria a ser tratada simplesmente como uma questão de eficácia do Direito, ou seja, da aplicação ou não das normas jurídicas, e não mais como uma questão de validade do Direito, ou seja, de como a aplicação do Direito, segundo o próprio Direito, deve dar-se uma total confusão entre o nível do 'ser' e o nível do 'dever-ser' que a teoria pura tanto quis evitar. (OLIVEIRA, 2001, p. 51-52)

Segundo o autor, a sentença judicial encontra seu fundamento de validade na lei, uma vez que o ato de vontade que a produz pode ser interpretado por intermédio da lei como tendo o sentido objetivo de uma norma individual, qual seja, uma sentença judicial. Se não for assim não se trata de uma sentença judicial. (OLIVEIRA, 2001, p. 53)

Cattoni de Oliveira (2001, p. 54) entende que esse conceito de interpretação autêntica da edição de 1960 da Teoria Pura do Direito enseja uma inversão da pirâmide normativa no sentido de que o Direito válido seria somente aquele que os tribunais superiores quisessem.

 Insustentabilidade dos pressupostos teóricos – Para demonstrar a insustentabilidade dos pressupostos teóricos da teoria kelseniana, Cattoni de Oliveira parte das seguintes indagações: - Se pela teoria da interpretação autêntica o órgão jurídico que deve aplicar a norma jurídica não apenas realiza uma das possibilidades reveladas pela interpretação cognoscitiva da Ciência do Direito, mas também pode produzir uma norma que se situa completamente fora do quadro que a norma a ser aplicada apresenta, quem garante que essa norma produzida esteja fora ou dentro da moldura? A Ciência do Direito? - Seria o cientista do Direito realmente capaz de descrever as interpretações possíveis da norma? – Haveria um método capaz de, por si só, traçar o quadro das interpretações possíveis e determinar qual a interpretação correta e justada norma ante a situação prática de aplicabilidade? È realmente possível traçar esse quadro? Segundo Cattoni de Oliveira (2001, p. 46), Kelsen considera que a atribuição de traçar um quadro das interpretações possíveis é da Ciência do Direito e que tal atividade é meramente de conhecimento. Mas Kelsen não detalha como essa "operação de conhecimento se dá".

Respondendo à segunda indagação, Cattoni de Oliveira (2001, p. 57-58) afirma que é impossível que o cientista do Direito consiga prever todas as interpretações possíveis da norma a ser aplicada, eis que para isso seria necessária uma consciência supra-histórica do Direito, e ninguém, dada a nossa própria condição de ser histórico, seria capaz disso. Para o autor, a interpretação da norma só pode se dar em seu contexto histórico.

Respondendo à terceira indagação, Cattoni de Oliveira concorda com Kelsen e transcreve um trecho da Teoria Pura do Direito no qual Kelsen (apud OLIVEIRA, 2001, p. 57) afirma: Não há absolutamente qualquer método – capaz de ser classificado como de Direito positivo – segundo o qual, das várias significações verbais de uma norma, apenas uma pode ser destacada como "correta" – desde que naturalmente, se trate e várias significações possíveis: possíveis no confronto de todas as outras normas da lei ou da ordem jurídica.

Para Cattoni de Oliveira (2001, p. 58), qualquer método de interpretação deve ser contextualizado histórica e culturalmente, por isso ele afirma que "o que é preciso para interpretar cientificamente uma norma é problematizar essas précompreensões advindas das tradições compartilhadas ou não à luz de reconstruções paradigmáticas do Direito presentes na própria história".

Segundo o autor, "não há como falar das interpretações possíveis, mas de interpretações possíveis, segundo este ou aquele paradigma do Direito, refletido na ordem jurídica em questão". Infere-se da análise do referido autor que o paradigma a ser adotado como base para a aplicação do direito é aquele consubstanciado no Estado Democrático de Direito.

Segundo Cattoni de Oliveira (2001, p. 59), o juiz não tem discricionariedade porque, "da perspectiva do juiz, aplicar o Direito é aplicá-lo a um caso concreto, caso este, como todo evento histórico, único, irrepetível.

Para ele, de fato, há várias interpretações possíveis para uma norma jurídica mas devemos ter um critério racional para que se possa dizer qual a interpretação é a correta para reger a situação de aplicação da norma. Este critério, segundo o autor, deve levar em conta o caso concreto - "e isso justamente Kelsen não faz" - e deve ser operacionalizado através de uma reconstrução do caso concreto, argumentativamente realizada através dos limites do processo jurisdicional". (OLIVEIRA, 2001, p. 59)

Mais adiante, justificando sua argumentação, afirma que, "afinal, o processo jurisdicional implica uma série de atos que, realizados em contraditório entre as partes, prepara a prestação jurisdicional". (OLIVEIRA, 2001, p. 59). Já vimos que a Ciência do Direito para Kelsen é uma ciência social normativa e descritiva do fenômeno jurídico.

O cientista do Direito, para Kelsen, realiza uma atividade de descrever o Direito, não de valorar o Direito como justo ou injusto. Por isso que se pode afirmar que a teoria do Direito kelseniana é avalorativa, ou seja, não estuda o Direito justo, mas o Direito positivo, consubstanciado numa ordem jurídica posta.

Como já foi dito neste trabalho, Kelsen buscou descrever o direito da mesma forma que um cientista das ciências da natureza descreve o seu objeto de conhecimento, com a maior precisão e imparcialidade possível. Assim, coerente com sua teoria da Ciência do Direito, Kelsen (2003g, p. 395) entende que "a interpretação científica é pura determinação cognoscitiva do sentido das normas jurídicas".

Para Kelsen (2003q, p. 395-396), a Ciência do Direito só pode estabelecer as interpretações possíveis – as possíveis significações ou sentidos da norma jurídica – , não podendo tomar qualguer decisão de escolha entre as possibilidades de sentido da norma por ela mesma revelada, porque essa escolha é um ato de vontade que só pode ser realizado pela autoridade competente para aplicar a norma.

Para Kelsen (2003g, p. 396), a interpretação jurídico-científica deve apenas elencar os possíveis sentidos da norma para evitar a ficção defendida pela 44 hermenêutica tradicional de que a norma jurídica apenas permite uma só interpretação correta.

Temos, então, que a dinâmica da interpretação kelseniana é a seguinte: a Ciência do Direito, por meio de um ato de conhecimento chamado por Kelsen de interpretação não autêntica, descreve o Direito estabelecendo os possíveis sentidos da norma jurídica.

A autoridade jurídica, ao exercer sua competência, conferida pela ordem jurídica, de aplicar a norma jurídica elaborada pelo legislador e tendo em vista a indeterminação imanente ao ato aplicador do Direito, escolhe, mediante um ato de vontade, uma dentre as muitas possibilidades de sentido da norma fixadas pela Ciência do Direito.

Dessa forma, para Kelsen a lei a ser aplicada consiste em uma moldura, dentro da qual há várias possibilidades de aplicação estabelecidas pela Ciência do Direito. Kelsen (2003g, p. 394) afirma que pela via da interpretação autêntica pode ser produzida também uma norma que se situe completamente fora da moldura que a norma a aplicar representa.

Mais adiante, Kelsen (2003g, p. 394-395) constata o fato de que uma interpretação desse tipo (fora da moldura) pode ter caráter geral se não for anulada pelo Tribunal Superior em última instância, e que é fato conhecido de que por essa interpretação pode-se criar um Direito novo.

Como se vê Kelsen não afirma, como quer Cattoni de Oliveira, que o julgador ao aplicar a norma deve criar uma norma fora da moldura, mas que este fato pode acontecer ou seja Kelsen não está justificando ou referendando como sendo cientificamente correta a existência de normas fora da moldura.

O que Kelsen faz é simplesmente constatar a possibilidade de existência desse fato. Ele afirma que pelo método da interpretação autêntica é possível que o órgão aplicador da norma produza uma norma jurídica da moldura ou, melhor dizendo, "fora da interpretação cognoscitiva da mesma norma". (KELSEN, 2003a, p. 394)

Disso se pode inferir que Kelsen (2003g, p. 263-273) quer dizer que o julgador pode não se ater às interpretações dadas pela Ciência do Direito. Aqui, ele está especulando sobre um fato do mundo do ser, e não do dever-ser.

Muitos cientistas sociais, como economistas, sociólogos, etc., assessoram governos e, com base em pressupostos teóricos de suas disciplinas, recomendam aos governantes políticas para a aplicação de muitas normas constitucionais.

Entretanto, muitas vezes os governantes, por vários motivos, aplicam essas leis constitucionais de forma totalmente deferente da recomendada pelos cientistas sociais que os assessoram e nem por isso os pressupostos teóricos dessas ciências estão ameaçados.

Por exemplo, os economistas recomendam, com base nos pressupostos da teoria econômica, que as taxas de juros devem ser baixadas de forma gradual. Contudo, determinado governante pode, com base na Constituição, baixar as taxas de juros até um patamar ínfimo mediante um único ato, sem que isso comprometa os pressupostos da teoria econômica.

Do mesmo modo, um juiz ou tribunal pode, na aplicação da norma ao caso concreto, desconsiderar a lei e as interpretações dadas pela Ciência do Direito e proferir o julgamento com base em uma interpretação deferente ou mesmo pessoal, e essa decisão pode ser referendada pelo tribunal de ultima instância. O fato de isso poder acontecer ou realmente acontecer não significa que tal fato seja juridicamente correto ou cientificamente correto, nem significa que os pressupostos da teoria jurídica positiva estejam revogados.

Assim, se ocorre o fato de o julgador, ao aplicar a norma, escolhe uma interpretação fora da moldura, esse fato pode e deve ser explicado pela Ciência do Direito, que pode referendá-lo como cientificamente correto ou não.

De outro lado, o fato de, segundo Kelsen, todo ato de aplicação do Direito carregar certa dose de incerteza e o fato de que nessa interpretação possa constar várias possibilidades não comprometem os pressupostos da ciência positiva do Direito, assim como a incerteza constante da física quântica e mesmo da clássica não desnatura seus pressupostos científicos. Prova disso é que toda essa física, digamos imprecisa, gerou toda a tecnologia avançada de que hoje dispõe a humanidade.

Não se pode dizer também, como faz Cattoni de Oliveira (2001, p 51/52.), que o chamado alargamento do conceito de interpretação autêntica reduziria a aplicação do Direito a uma questão de eficácia e não de validade, eis que vigência e a eficácia, para Kelsen, são dois conceitos diferentes, mas que se inter-relacionam no sentido de que a eficácia é condição de validade da norma jurídica, mas não se confunde com a validade. Assim, uma norma não é válida porque é eficaz, mas é eficaz porque é válida.

Nas palavras de Kelsen (2003f, p. 58), uma norma é considerada válida apenas com a condição de pertencer a um sistema de normas, a uma ordem que, no todo é eficaz. Assim, a eficácia é uma condição de validade, uma condição, não uma razão de validade. Uma norma não é válida porque é eficaz; ela é válida se a ordem à qual pertence é como um todo eficaz. Segundo Fábio Ulhoa Coelho (2001, p. 32-33), há na teoria pura dois tipos de eficácia: a eficácia da ordem jurídica e a eficácia das normas individualmente consideradas.

Assim, a ordem jurídica não perde a validade se uma de suas normas singularmente considerada for inválida, mas a mesma norma singular perde a validade se a ordem jurídica for considerada inválida.

Dessa forma, o fato de um julgador, pelo método da interpretação autêntica, produzir uma norma fora da moldura e essa norma for aceita pelo Tribunal Superior como valida ou inválida na aplicação da norma superior ao caso concreto, não significa que a ordem jurídica seja inválida.

De outra parte, a estrutura hierárquica que constitui o sistema jurídico kelseniano, cuja base é a norma fundamental pressuposta, e a partir da qual as normas do primeiro escalão, denominadas superiores, conferem validade e direcionam a aplicação das normas dos escalões inferiores sucessivamente, no sentido de que a norma fundamental direciona a criação e a aplicação da Constituição e esta valida e direciona a aplicação das demais leis gerais, as quais, por sua vez, validam e direcionam a aplicação das chamadas por Kelsen de leis individuais, que são as decisões judiciais proferidas pelos tribunais na resolução dos casos concretos e as decisões dos vários órgãos da Administração Pública na execução das leis, permite inferir que a aplicação do Direito é sempre histórica, eis que baseada na norma fundamental que longe de ser absoluta, é relativizada pelo processo histórico como demonstramos ao tratarmos da Norma Fundamental.

De fato, conforme veremos mais adiante, Kelsen demonstrou que, por força do relativismo filosófico, base de sua concepção jurídico-política, o fato de a norma fundamental poder ser mudada por meio de processos revolucionários demonstra que ela é histórica, assim como toda a ordem jurídica que tem nela seu fundamento de validade. Mesmo porque, como diz Kelsen sua teoria é uma teoria do Direito positivo que, pelo fato de ser positivo (posto), é histórico e mutável.

Assim, se numa visão integrada da teoria kelseniana considerarmos, com Kelsen, que a forma de estado é um caso especial de produção do direito (2003g, p. 309-310), o critério de validade da interpretação passa a ser jurídico e não político.

5- CONCLUSÃO

Ante o exposto, entendemos que a possibilidade de o Juiz decidir o caso concreto produzindo uma norma fora da moldura que a norma a aplicar representa, é para Kelsen apenas um fato, um fato possível de acontecer, mas não um fato cientificamente justificado pela Teoria Pura do Direito, isso porque como já se disse, o Direito é ciência humana cujo pressuposto de aplicação não é a causalidade, mas a imputação, que constitui um ato humano dotado de falibilidade.

Assim, os pressupostos teórico-científicos da Teoria Pura do Direito, continuam válidos e aptos a fornecer um critério de justiça o mais seguro possível baseado unicamente no sistema do Direito positivo, o qual contém em seu bojo todos os valores universalizados numa determinada sociedade e numa determinada época histórica.

Conforme se infere das lições de Miguel Reale, o ordenamento jurídico é o ponto culminante da experiência histórica humana na construção e universalização de valores, os quais uma vez construídos, se ligam aos fatos da vida humana numa implicação polarizada constituída numa bilateralidade atributiva entre a justiça subjetiva e objetiva cujo resultado dessa interação é a norma jurídica positiva.

O Direito positivo sempre será calcado em valores que só terão sua força normativa quando universalizados na sociedade. Essa interação fato valor é que provoca o surgimento da norma jurídica na tridimensionalidade ressaltada por Miguel Reale.

Nunca haveremos de ter uma justiça objetiva absolutamente segura e firme, ela sempre será sujeita as vicissitudes humanas será pois sempre imperfeita. O que o positivismo fornece para o Direito é uma ideia de justiça o mais objetiva e racional possível.

Na aplicação do Direito o julgador deve se nortear pelos critérios oferecidos pela ciência do Direito e do Direito positivo e não por critérios subjetivos calcados na moral subjetiva e numa ideia subjetiva do justo.

Assim o julgador ao julgar um caso concreto criando uma norma individual esta deve ser o reflexo do sistema jurídico vigente, partindo da norma fundamental como pressuposto lógico no vértice da pirâmide, onde o julgador começa a pensar o Direito, indo para a constituição norma base que confere validade a todas as outras normas infraconstitucionais. Nesse passo, a ideia de justiça é aquela que estando na constituição em seus princípios e normas perpassa todo o ordenamento jurídico.

Dessa forma, sob a ótica do positivismo jurídico o valor da justiça passa a ser estritamente jurídico e não político ou moral.

REFERÊNCIAS

AFONSO, Elza Maria Miranda. O positivismo na epistemologia jurídica de Hans Kelsen. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1984. AMADO Juan Antonio García. Hans Kelsen y la norma fundamental. Madrid: Marcial Pons, 1996.

BOBBIO, Norberto. Direito e estado no pensamento de Immanuel Kant. Tradução de Alfredo Fait. 3. ed. Brasília: Editora UnB, 1995. BOBBIO, Norberto. **O positivismo jurídico**: lições de filosofia do direito. Tradução de Márcio Pugliese. 2. ed. São Paulo: Ícone, 1999.

BOBBIO, Norberto. **Teoria da norma jurídica.** Tradução de Fernando Pavan Baptista e Ariani Bueno Sudatti. 2 ed. rev. São Paulo: Edipro, 2003.

BOBBIO, Norberto. **Teoria do ordenamento jurídico**. Tradução Maria Celeste Cordeiro Leite dos Santos. 8 ed. Brasília: Editora UnB. 1996.

BONAVIDES Paulo. Curso de direito constitucional. 7. ed. São Paulo: Malheiros 1997.

BOSON Gerson de Britto Mello. **Filosofia do direito**: interpretação antropológica. 2. ed. Belo Horizonte: Del Rey, 1996. 118

COELHO, Fábio Ulhoa. **Para entender Kelsen**. 4. ed. rev. São Paulo: Saraiva, 2001.

COSTA MATOS, Andityas Soares de Moura. A concepção de justiça de Hans Kelsen em face do positivismo relativista e do jusnaturalismo absolutista. 2004. Dissertação (Mestrado em Filosofia do Direito) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2004.

FERRAZ JÚNIOR, Tércio Sampaio de. **A ciência do direito**. São Paulo: Atlas 1995.

FERRAZ JÚNIOR, Tércio Sampaio de. Introdução ao estudo do direito. 4. ed. São Paulo: Atlas 1995.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Minidicionário da língua portuguesa**. 4. ed. rev. e ampl. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2002.

FRANÇA, Limongi. **Princípios gerais de direito como complemento da lei omissa.** São Paulo: Revista dos Tribunais, 1963.

GAVAZZI Giacomo. Introdução. In: KELSEN, Hans. **A democracia.** Tradução de Ivone Castilho Benedetti, Jefferson Luiz Camargo, Marcelo Brandão Cipolla e Vera Barkow. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

GOMES, Alexandre Travessoni. **O fundamento de validade do direito em Kant e Kelsen**. Belo Horizonte: Mandamentos, 2000.

GOMES, Alexandre Travessoni. **O fundamento de validade do direito em Kant e Kelsen.** 2. ed. ampl. Belo Horizonte: Mandamentos, 2004. 119

GONÇALVES, Aroldo Plínio. **Técnica processual e teoria do processo.** Rio de Janeiro: Aide, 1992.

GUSMÃO, Paulo Dourado de. **Manual de direito constitucional.** Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 1957.

KELSEN, Hans. **A democracia**. Tradução de Ivone Castilho Benedetti, Jefferson Luiz Camargo, Marcelo Brandão Cipolla e Vera Barkow. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

KELSEN, Hans. A ilusão da justiça. São Paulo: Martins Fontes, 2003a.

KELSEN, Hans. **Jurisdição constitucional.** Tradução: do alemão de Alexandre Klug; do Italiano, Eduardo Brandão; do francês, Maria Ermantina Galvão. Revisão técnica de Sérgio Sérvulo da Cunha. São Paulo: Martins Fontes, 2003b.

KELSEN, Hans. **O estado como integração**: um confronto de princípios. Tradução de Plínio Fernandes Toledo. São Paulo: Martins Fontes, 2003c.

KELSEN, Hans. **O problema da justiça.** Tradução de João Batista Machado. São Paulo: Martins Fontes, 2003d.

KELSEN, Hans. O que é justiça. Tradução de Luís Carlos Borges. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

KELSEN, Hans. **Problemas capitales de la teoría jurídica del estado**. Tradução de Wesceslao Roces, México: Porrua, 1987.

KELSEN, Hans. **Teoria geral das normas**. São Paulo: Martins Fontes, 2003e.

KELSEN, Hans, **Teoria geral do direito e do estado.** Tradução de João Batista Machado. São Paulo: Martins Fontes, 2003f.

KELSEN, Hans. **Teoria pura do direito.** Tradução de João Batista Machado. São Paulo: Martins Fontes, 2003g. 120 LEGAZ Y

LACAMBRA, Luis. Kelsen hoy. Boletim da Faculdade de Direito, Universidade de Coimbra, p. 233-252, 1972.

LOSANO, Mário G. Introdução. In: KELSEN, Hans. O problema da justiça. Tradução de João Batista Machado. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

MAGALHÃES, Luiz Quadros de. Poder constituinte e norma fundamental em Hans Kelsen. Revista de Informação Legislativa, n. 105, jan./mar. 1990.

MATA-MACHADO, Edgar de Godoi. **Elementos de teoria geral do direito**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1986.

OLIVEIRA, Marcelo Cattoni de. Direito processual constitucional. Belo Horizonte: Mandamentos, 2001.

PAULSON, Stanley L. Kelsen teórico delle política. **Diritto e Cultura**, anno IV, n. 1, gen./ giug. 1994. (Estatto).

REALE, Miguel. **Filosofia do direito**. 19. ed. São Paulo: Saraiva 2000.

SALGADO Joaquim Carlos. A idéia de Justiça em Kant e seu fundamento da igualdade e na liberdade. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1986. 121

SALGADO, Joaquim Carlos. O estado ético e o estado poiético. **Revista do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais,** Belo Horizonte, v. 27, n. 2, p. 37-68, ab./jun. 1998.

SANTIAGO, Marcus Firmo. **A constitucionalização do processo civil**. Disponível em: http://www. Tex.pro.br – Páginas de direito. SANTOS, Boaventura Souza;

TELLES JÚNIOR, Goffredo. Ética: do mundo da célula ao mundo da cultura. Rio de Janeiro: Forense, 1988. VILANOVA, Lourival. As estruturas lógicas e o sistema do direito positivo. São Paulo: Max Limonad, 1997.

. .

COMUNISMO:

sinônimo de ditadura ou uma democracia plena?

COMMUNISM: synonymous with dictatorship or full democracy?

Geraldo Newmann Barros Pereira¹ Rafael Barros Pereira Pinheiro²

RESUMO

Na segunda metade do século XVIII, com a Revolução Industrial, a Inglaterra e mais alguns países da Europa, passaram por mudanças em todas as camadas da sociedade. A partir desse acontecimento a economia desses países europeus passaram por significativas transformações sociais. Com o surgimento das máquinas em substituição ao modo artesanal, os produtos começaram a serem feitos em série e com isso, milhares de pessoas saíram do seu habitat natural e do seu modo de produção auto subsistente para trabalharem nas fábricas. As consequências para estas pessoas foram drásticas. O capitalismo passava a assumir a forma de um capitalismo industrial, onde a sociedade foi dividida em duas classes: a burguesia e o proletariado. Nesse interim, começaram a surgir ideias socializantes tentando harmonizar ou até mesmo eliminar as classes sociais. O presente artigo tem como intuito desenvolver um debate acerca do termo "Comunismo", criando um contraponto entre o termo e os princípios basilares de uma "Democracia plena" e analisando se há uma correlação entre eles.

PALAVRAS-CHAVE: Democracia, Socialismo, Comunismo,

¹ Graduado em Administração pela Faculdade Cecília Maria de Melo Barcelos. Graduando do 8º período de Direito pela Faculdade Cecília Maria de Melo Barcelos.

² Graduado em Ciências Biológicas, Mestre e Doutor em Ecologia, Conservação e Manejo da Vida Silvestre pela UFMG. Atualmente é pesquisador Pós Doutoral pela UNICAMP.

ABSTRACT

In the second half of the 18th century, with the Industrial Revolution, England and some other European countries underwent changes in all layers of society. Since this event, the economies of these European countries have undergone significant social transformations. With the emergence of machines replacing the artisanal method, products began to be made in series and with this, thousands of people left their natural habitat and their self-subsistent mode of production to work in factories. The consequences for these people were drastic. Capitalism began to take the form of industrial capitalism, where society was divided into two classes: the bourgeoisie and the proletariat. In the meantime, socializing ideas began to emerge trying to harmonize or even eliminate social classes. This article aims to develop a debate about the term "Communism", creating a counterpoint between the term and the basic principles of a "full Democracy" and analyzing whether there is a correlation between them.

KEYWORDS: Democracy.Socialism.Communism.

I INTRODUÇÃO

O Comunismo, de acordo com as ideias de Karl Marx e Friedrich Engels³, seria a última etapa, uma fase superior a uma breve "ditadura do proletariado", onde as classes operárias tomariam o poder através de uma revolução proletária e fariam as reformas estruturais econômicas, sociais e políticas do Estado.

Insta salientar que o primeiro ato revolucionário após a tomada do poder, seria a extinção da propriedade privada dos meios de produção e a sua transformação em propriedade coletiva, tendo o Estado como gestor único. Reformas seriam feitas: Reforma agrária, reforma urbana, reforma industrial, habitacional, bancária e educacional. Tudo, tudo seria público e comum a todos. Os produtos produzidos nas fábricas seriam para todos, para toda a população, independente de quem as produziu. A consequência seria a extinção das classes sociais, ficando só o Estado como representante de uma classe.

³ Karl Marx foi um filósofo, economista, historiador, sociólogo, teórico político, jornalista, e revolucionário socialista alemão. Nascido em Tréveris, Prússia, Marx estudou direito e filosofia nas universidades de Bon e Berlim.

Friedrich Engels foi um escritor, jornalista, economista, filósofo e teórico político alemão. Engels escreveu, em parceria com Marx, o Manifesto comunista. Foi um dos grandes teóricos do comunismo do século XIX, e teve como grande motivação para o estudo e contribuição a essa área a observação da condição dos operários em uma fábrica de sua família, em Manchester.

Esta fase de reformas e consolidação do proletariado, onde ainda haveria a presença marcante de um Estado forte, é denominado de Socialismo.

Portanto, o Socialismo é definido como uma etapa intermediária com vistas a uma consolidação de um sistema superior, o comunismo, onde nem mesmo haveria a necessidade da presença de um Estado como gestor. No Comunismo, o Estado seria extinto e a nação seria governado por comunas populares. Haveria igualdade de condições a todos. Total acesso à saúde, educação, habitação, as terras, fábricas e indústrias seriam compartilhados a todos, sem distinção. Haveria paz e justiça social.

Karl Marx (1848), previa que a nação onde se implantaria este período revolucionário de reformas, deveria ser um país altamente capitalista e desigual, onde haveria uma riqueza enorme nas mãos de pouquíssimas pessoas. Porém, a classe operária, obrigatoriamente deveria ter consciência de classe, ou seja, a consciência de que os trabalhadores são explorados pelos donos dos meios de produção e que as desigualdades existentes são fruto exclusivo dessa exploração e que o Capitalismo deveria ser destruído, dando lugar a um sistema compartilhador e socializante.

Entretanto, essa tese, dita por Marx como historicamente inevitável, se mostrou bastante controversa. Infelizmente a história tem demonstrado que a consciência de classe está longe de ser algo presente e unânime entre os trabalhadores e as desigualdades existentes em quase todos os países capitalistas, principalmente os emergentes, nunca será o estopim de uma reação revolucionária de tomada de poder pelos trabalhadores.

Anderson Serpieri (2016, p. 9 e 10), sintetizou muito bem a importância de Marx para a história:

Karl Marx foi, sem dúvida, o pensador que melhor compreendeu as mudanças e o mundo que estava por nascer durante todo o século XIX. Seu olhar foi capaz de observar e explicar as principais fundações do mundo em que vivemos hoje.

Ainda que desigualdades extremas se mantenha, o que vemos atualmente é uma interminável redução da aceitação dos ideais socialistas, principalmente após a queda do muro de Berlim e da União Soviética durante o triênio 89/90/91, no final do século passado. As pessoas, leigas por sinal, bradam que o Socialismo, que seria uma fase antecessora do comunismo, não deu certo em lugar nenhum, sem saber ao certo a definição, até mesmo literal, dos termos.

Portanto, e em consonância com o que já foi explanado, o presente artigo tem como intuito desenvolver um debate acerca do termo "Comunismo", criando um contraponto entre o termo com os princípios basilares de uma "Democracia plena" e analisando se há uma correlação entre eles.

Inicia-se este trabalho com a definição dos dois sistemas, Socialismo e Comunismo, a contextualização, sua origem histórica e seu desenvolvimento ao longo dos séculos XIX, XX e XXI, mostrando as diversas nuances, conceitos e convicções, erroneamente criadas, exclusivamente pelas classes dominantes. Como hipótese, entende-se que o intuito é a de manter o proletariado sempre passivo, não se sublevando contra a ordem capitalista pré-determinada.

No decorrer da pesquisa bibliográfica, serão abordados a opinião de diversos autores e especialistas, bem como alguns temas relacionados com o assunto principal: Democracia, Socialismo utópico e científico, Ditadura do proletariado, e também algumas experiências de tentativa de implantação do sistema, como a Comuna de Paris, União Soviética, Cuba e China.

Importante destacar que a temática possui caráter apartidário e as conclusões obtidas no final do artigo, não são frutos exclusivos do autor, haja visto a grande quantidade de outros autores que têm a mesma convicção.

Ademais, é extremamente importante a sua divulgação para os meios acadêmicos superiores, por se tratar de uma discussão bastante imprecisa, onde há várias versões, criadas quase sempre pelas classes dominantes, bem como pela mídia, o qual, devido à desinformação, muitos leigos e inocentes úteis espalham, feito uma diáspora fakeniana, sem se preocupar com as consequências. Afinal, "ouviram falar no whatsapp", ou "foi um rico que me falou, afinal, rico convence!" – Pensa o leigo.

2 DEMOCRACIA

O termo Democracia, filosófica e sociologicamente falando, é uma temática de extrema importância, e falar sobre democracia é falar sobre um dos regimes políticos mais antigos da humanidade, e que em tempos de contemporaneidade, muitas pessoas tendem a naturalizá-lo, procurando destacá-lo como a melhor forma de poder político.

Segundo o professor Francisco Porfírio (2019, [S.P.]), "Democracia é a prática que garante aos cidadãos o poder de participação nas decisões políticas/econômicas/sociais de seu país."

Já o Me. Cláudio Fernandes (2018,[S.P.]) destaca que, "democracia é um modelo político originado na antiga Grécia, mas que teve em seu desenvolvimento moderno a sua principal condição de adaptação mundial."

Interessante destacar que etimologicamente a palavra Democracia significa Demos= povos e Kratos= poder. Ou seja, o poder do povo ou o povo no poder. No entanto, estas definições literais, como se observa, são bastante abrangentes e não muito claras, além de vagas.

Entretanto, para que haja democracia não é necessário haver "pessoas no poder". A questão aqui é para que todos se atentem que a palavra grega Demos, pode significar, além de "povos", também uma pessoa, um cidadão, um indigente, um pobre, ou seja, qualquer um que pretenda ter, diante de um poder político, seus direitos garantidos. Também pode significar de um modo geral, um conjunto de uma parcela de um determinado grupo de pessoas, também lutando por seus direitos.

Por exemplo, na Grécia antiga, onde se originou o termo, a democracia era restrita a um grupo de pessoas na cidade de Atenas, onde as decisões eram feitas em Ágora, ou praças públicas. Pouquíssimas pessoas decidiam por outras milhares de pessoas. Ou seja, somente essas pouquíssimas pessoas eram ditas como cidadãos (GABRIEL, 2019).

Avançando com o entendimento e o significado do termo, elenca-se 3 tipos de democracia, desde as democracias mais clássicas até as mais contemporâneas. Estas um pouco mais complexas. Por exemplo, a democracia direta é aquela em que ocorre a participação direta, efetiva e ativa do cidadão. Na Grécia antiga, as decisões eram feitas em praça pública, a participação era efetiva, ainda que, como vimos, feito por poucas pessoas.

Presume-se que na democracia direta, há a participação ativa do cidadão nas relações de poder político, feito sem intermediários. Portanto, cidadãos são elegíveis por um certo período de tempo. Na democracia indireta, as pessoas são representadas por outras pessoas. Nos dois modelos de democracia, teoricamente, os eleitos trabalham para o bem estar da população. Porém, percebe-se que na prática a coisa é bem diferente. Temos também a democracia semidireta, através dos plebiscitos e referendos, onde os cidadãos são chamados a votarem em propostas que serão transformadas em leis e também aquelas que já são leis, cujo intuito, portanto, e á de confirmação, como é o caso do referendo.

Os ideais de liberdade, igualdade e fraternidade, palavras símbolo da revolução francesa, constituem atualmente, também expressões ícones da tal democracia. Entretanto, nos países onde, segundo constam, reinam os ideais democráticos, como os Estados Unidos, a liberdade, individual E por falar em Estados Unidos, país tido como exemplo de democracia, a liberdade de ir e vir⁴ é absoluta? As igualdades de condições são plenas? O acesso à saúde e educação é para toda a população, sem distinção? Há programas estatais de inclusão, específicos para a população negra norte americana? A resposta, definitivamente, É NÃO! O país é tido como altamente racista5, conservador, armamentista, imperialista, misógino, com leis arcaicas e com governantes quase sempre vindos das classes mais altas da sociedade. Ou seja, as classes mais baixas só são convidadas para votarem nas eleições e depois são praticamente descartadas.6

Jacques Anciere (1940 [2014]), em seu livro Ódio à democracia, faz um esboço sobre a crise democrática que tem assolado os países no século XXI. Segundo o autor o mundo age contra a democracia, colocando um certo medo no cidadão, um receio de que apenas a democracia seja o regime aceito por todos. Segundo o mesmo autor, a democracia pratica uma espécie de divisão na sociedade.

Não se pretende averiguar aqui se a "democracia" seria o melhor regime político a se adotar nos países. Entende-se que atualmente, há uma relativação do termo, ou seja, as pessoas enxergam como país democrático, qualquer nação onde haja eleições, empresas privadas, livre iniciativa econômica, empreendedorismo, liberdade econômica, liberdade de imprensa, liberalismo puro, sem nenhuma intervenção estatal. Segundo o professor de Sociologia, João Gabriel (2019), democracia é muito mais que ter uma mera liberdade de eleger seus governantes. É a participação de toda a população nas decisões políticas, econômicas, culturais e sociais de uma nação. Vê-se, portanto, que essa democracia está longe de qualquer país do mundo, mesmo os mais desenvolvidos.

2 O SOCIALISMO: Antes de Marx, apenas um sonho.

Os ideais de uma sociedade mais igualitária são bem mais antiga do que se imagina. Suas origens remontam às ideias de Platão, em "A república", no qual o filósofo grego descreve uma

⁴O governo do então presidente Donald Trump, quis a todo custo, construir um muro na fronteira do país com o México, para evitar a entrada de imigrantes.

⁵ A Ku Klux Klan é uma organização supremacista e terrorista que surgiu no sul dos Estados Unidos, que defendem correntes reacionárias e extremistas, tais como a supremacia branca e o nacionalismo branco.

⁶ Sem falar do último episódio fatídico do então presidente Donald Trump, o qual, não aceitando a derrota eleitoral para Biden, tentou dar um golpe de Estado. Isso tudo, no país "símbolo da democracia e da liberdade".

sociedade perfeita e ideal. Porém, Platão imaginava essa sociedade, somente para as classes superiores e não para toda a população.

A ideia principal do socialismo é a busca de soluções para os problemas sociais advindos do sistema capitalista. A Europa do século XIX, até mesmo antes, já vinha enfrentando problemas graves de uma exploração desenfreada da classe operária: trabalhadores sem direito a nada, longas jornadas de trabalho, não tinham férias nem descanso semanal, os salários eram baixíssimos, exploração do trabalho feminino e do trabalho infantil, gerando casos familiares curiosos: mesmo sabendo que seus filhos seriam explorados no trabalho, muitas famílias chegaram ao disparate de aumentar o número de filhos para complementar seus rendimentos. Ou seja, diante da necessidade e mesmo sabendo que seriam explorados ao máximo, preferiam entregar seus filhos ao trabalho.

Bem antes dos ensinamentos de Marx, vários filósofos e intelectuais já criticavam a sociedade em que viviam e já tentavam propor outros modos de produção que não seja a capitalista.

Esses intelectuais já desejavam uma sociedade menos desigual, onde não houvessem conflitos de classe. Alguns deles inclusive, chegaram a propor distribuir os produtos a quem deles necessitassem. Thomas Morus (1516 [2001]), em "Utopia", propunha que cada um dos necessitados recebesse dos armazéns sociais tudo que precisassem.

Mas por que esses intelectuais e pensadores não puderam tornar realidade as sociedades com que sonharam? Porque naquele período pré revolução industrial, o capitalismo estava apenas começando e as suas consequências nefastas eram insignificantes, e principalmente, não haviam as grandes migrações dos operários na zona rural para as cidades em busca de trabalho.

Além de Morus, outros pensadores também preconizaram buscas alternativas ao capitalismo recentemente implantado. Intelectuais como Saint-Simon, Charles Fourier e Robert Owen e outros, cada um à sua maneira já pensavam sobre como iriam atenuar os conflitos de classe. Mas tudo isso apenas no campo das ideias. Foram chamados de Socialistas Utópicos.

Observa-se que todos esses pensadores desejavam uma sociedade justa. Porém, seus pensamentos e desejos não eram muito claros. Acreditavam por exemplo, que as classes dominantes iriam aceitar facilmente à causa operária. Ledo engano.

Estes pensadores utópicos não tinham a luta de classes como um objetivo. Eles acreditavam que o ser humano, mesmo sendo burguêses, eram bondosos e que os interesses antagônicos produzidos pelo capitalismo haveriam de ser resolvidos por meios pacíficos e amistosos.

Nem seguer cogitaram que a máquina do Estado burguês, a eminência parda das classes dominantes, iria se opor ao estabelecimento de uma sociedade governada pelo proletariado. E por último, e não menos importante, o grande equívoco cometido pelos ditos sonhadores utópicos, foi a de usar apenas a propaganda, leis impostas e, lógico, a boa vontade, como arma para implantar a sociedade que tanto almejavam.

Para, Saint Simon⁷, os indigentes pobres também deveriam trabalhar, já que , como maioria da população, participavam obrigatoriamente de uma lutas de classes que não seja somente a nobreza e a burguesia. Ademais, Simon acreditava que toda a sociedade iria reconhecer que a melhor maneira de se evitar mudanças trágicas na sociedade seria a de compreender que, cada um pudesse contribuir segundo suas capacidades para a necessidade do próximo (SARGANT, 1858).

"A cada um segundo sua capacidade, a cada um segundo seu trabalho" (SARGANT, 1858, p. 37). Esta frase, posteriormente, foi empregada por Karl Marx: "A cada um segundo a sua capacidade, a cada um segundo a sua necessidade" (MARX, 1875, p.20).

Carlo Cafiero (1880), em seu artigo "Anarquia e Comunismo" sintetizou muito bem o pensamento da época, ao relatar que "o comunismo será o gozo de toda riqueza existente por todos os homens e segundo o princípio: de cada um segundo suas faculdades, para cada um segundo suas necessidades, quer dizer: de cada um e para cada um de acordo com sua vontade."

Na Inglaterra outro intelectual sonhador procurava também construir alternativas contra as mazelas produzidas pelo capitalismo. Seu nome: Roberto Owen8, um diretor de uma fábrica de algodões em New Lamarck, com cerca de 2500 funcionários. Engels (1886) o definia como um líder como poucos.

Owen propunha condições mais dignas a seus subordinados, como por exemplo, a redução drástica das horas trabalhada e também locais onde os filhos dos empregados pudessem ficar durante o trabalho.

Owen idealizou a criação de comunidades independentes dentro de uma sociedade maior. Porém, para Owen a igualdade deveria ser absoluta, sendo que o único tipo de hierarquia que deveria existir dentro dessa comunidade seria baseado na idade e a unidade de troca entre as pessoas seria a hora de trabalho. Por incrível que pareça, no começo, Owen conseguiu colocar as suas

⁷ Ideólogo e pensador socialista utópico.

⁸ Ideólogo e pensador socialista utópico

ideias em prática. Nessas comunidades, os empregados ganhavam altos salários e trabalhavam menos horas do que nos outros lugares. Além disso, em épocas de crise, os trabalhadores também eram sustentados por Owen e os seus sócios ganhavam um salário menor, justamente para sobrar dinheiro para os empregados.

Porém, o próprio Owen percebeu que as comunidades que ele criou só funcionava sob sua jurisdição. Com o tempo, as brigas entre os sócios aumentaram drasticamente, o que levou à sua auto extinção.

Sem apoio dos sócios e nem mesmo do Estado para seus projetos, Owen viu a ruína transfigurada na natureza concorrencial capitalista (ENGELS, 1886).

Já Charles Fourier9, propôs a criação de sociedades comunitárias independentes, ainda que dentro de um sistema capitalista maior. Essas comunidades viveriam isoladas do resto da sociedade, dependeriam do capital privado e não buscariam a igualdade absoluta, ou seja, teria alguma diferença de rendimento entre as pessoas, buscando eficiência industrial.

Mas essas diferenças de rendimento não seriam assim tão grandes se comparadas à sociedade capitalista. Ainda assim Fourier nunca conseguiu colocar suas ideias em prática.

De acordo com o pensamento cooperativista que lhe era peculiar, Fourier sonhava com uma sociedade onde os indivíduos propusessem uma ação coletiva entre todos eles. Segundo o próprio Fourier, a base dessa sociedade deveria ser estruturada em falanges constituídas em prédios denominados Falanstérios 10. Suas teorias seriam baseadas na aplicação prática das experiências desse Falanstério.

3 SOCIALISMO CIENTÍFICO: PERÍODO DE REFORMAS ESTRUTURAIS

Marx e Engels (SERPIERI, 2016) não se limitaram a apenas sonhar com uma sociedade mais justa e menos explorada. Eles queriam também pôr em prática tudo que aprenderam, apresentando o caminho a seguir, para se chegar a essa sociedade igualitária. Os dois realizaram um estudo

⁹ Ideólogo e pensador socialista utópico

¹⁰ Fourier denominava falanstério o edifício onde estaria instalada a falange experimental e chegou à dimensão de 1.620 pessoas de diferentes condições sociais, porém, assegurando a presença de uma minoria de capitalistas, artistas e intelectuais. A área deveria ser próxima a uma cidade, com terra fértil, colinas, bosques e rio. A remuneração de serviços e trabalhos circularia no falanstério e ajudaria a fazer o sistema funcionar (KONDER, 1998, p. 185).

amplo sobre o sistema capitalista, suas leis de produção e as consequências que a luta de classes e a exploração desenfreada que o capitalismo produziria.

Os dois ideólogos, através de vários estudos sobre a sociedade em que viviam, acabaram por encontrar divergências nos preceitos do capitalismo: o contraste entre a natureza social das forças de produção e a concentração altíssima da propriedade privada dos meios de produção na mão de poucos. Segundo os dois filósofos, esta seria a causa principal do colapso do sistema capitalista.

Marx (SERPIERI, 2016), iniciou os estudos a respeito da economia política como um todo e uma das suas principais conclusões diz respeito à separação das classes sociais e que um sistema econômico perfeito seria uma sociedade sem classes onde cada trabalhador seria dono daquilo que produzisse.

O capital monetário, segundo o filósofo, sendo um dos fatores de produção e juntamente com as máquinas e ferramentas, fariam parte da produção de bens e serviços para que a sociedade, posteriormente, pudesse adquiri-los. De acordo com Sandroni (1999), os operários são contratados pelos donos dos meios de produção para produzir estes bens e serviços.

Marx (1848), entendia que a sociedade se organizava pelo modo como os homens se ajustavam na produção social dos seus bens. Fucks (2021) menciona que Marx questionou acerca da auto regulação do sistema capitalista. Para ele, não havia um "ser supremo" que, com a sua mão milagrosa, faria com que as forças do mercado se ordenassem. As previsões de Marx e Engels para o capitalismo eram catastróficas.

> As armas com que a burguesia derrubou o feudalismo viram-se agora contra a própria burguesia. Mas, a burguesia não forjou a apenas as armas que lhe trazem a morte; também gerou os homens que vão usar essas armas – os operários modernos, os proletários. [...] o proletariado, a classe dos operários modernos, os quais só vivem enquanto têm trabalho e só têm trabalho enquanto o seu trabalho aumenta o Capital. Estes operários, que têm de se vender a retalho, são uma mercadorias como qualquer outro artigo de comércio, e estão, por isso, igualmente expostos a todas as vicissitudes da concorrência, a todas flutuações do mercado. (MARX & ENGELS, 1987, [sp])

Segundo Marx (SERPIERI, 2016), essas crises constantes conduziria o capitalismo para a sua total ruína, permitindo às classes trabalhadoras a tomada do poder e a implantação de um novo sistema econômico, onde os trabalhadores estariam unidos por um objetivo comum e, finalmente estariam libertos do jugo de seus patrões.

O crescimento alarmante das riquezas nas mãos de poucas pessoas, aumentava também o número de trabalhadores explorados. Percebe-se nesse interim, a grande concentração de operários em torno das indústrias e fábricas. E este fato pôde auxiliar os operários a adquirirem a tão sonhada consciência de classe.

Como visto, Marx (1867), através da compreensão do modo de produção capitalista, onde o dono dos meios de produção compra a mão de obra do operário, e dela tira mais valor do que o custo dessa mesma mão de obra, se apropriando desse excedente não pago, cria bases mais sólidas para se construir uma revolução proletária. Marx (1867)¹¹, em "O Capital", chamou este episódio de "Mais valia"!

Nesse ponto, Engels foi categórico:

Desse modo, o socialismo já não aparecia como a descoberta casual dum ou outro intelecto genial, mas como o produto necessário da luta entre as duas classes formadas historicamente (...). A sua missão já não era elaborar um sistema o mais perfeito possível da sociedade, mas investigar o processo histórico econômico de que, forçosamente, tinham que resultar essas classes e o seu conflito, descobrindo os meios para a solução na situação econômica assim criada (...). Com efeito, o socialismo anterior criticava o modo de produção capitalista e as suas consequências, mas não consequia explicá-lo nem podia, portanto, destruí-lo ideologicamente; nada mais lhe restava senão repudiá-lo, pura e simplesmente, como mau (Engels, 1985 [1880], p. 53).

Ou seja, Marx se propôs a compreender o sistema capitalista, com suas falácias e mazelas, antes mesmo de construir um programa de desenvolvimento do socialismo ou do comunismo. Vania Bambirra (1993, p. 19) destaca muito bem esse momento: "para os fundadores do marxismo, a temática da transição socialista não chegou a ser objeto específico de investigação!"

Os termos socialismo e comunismo podem causar grande confusão, até mesmo entre os discípulos pós Marx.

¹¹ O Capital: Crítica da Economia Política é um conjunto de livros escrito por Karl Marx, que constituem uma análise e crítica do capitalismo. Muitos consideram esta obra o marco do pensamento socialista marxista.

Para Sweezy (1973), o Comunismo, como uma etapa superior, se mostra com uma definição bem mais compreensível que o Socialismo. Para o autor, no Comunismo, as classes não mais existiriam; o Estado seria extinto; as divisões do trabalho seriam superadas; não existiriam mais as diferenças entre o campo e a cidade e entre o trabalho intelectual e manual e a distribuição dos bens seria de acordo com as necessidades das pessoas.

Marx (1848), numa de suas obras, relatou que a sociedade comunista justa que se quer construir não pode ser feita repentinamente. É um processo longo e por demais moroso. Antes da consolidação do comunismo como um sistema, há uma etapa inferior, onde ainda se processa atividades da sociedade capitalista, e uma fase superior, onde se coloca em prática todos os princípios da nova sociedade.

Lênin (HARNECKER E URIBE, 1981), denominou a etapa inferior como Socialismo e a fase superior, onde toda a sociedade seria plena e igualitária, com paz e justiça social, como Comunismo. As duas fases, Socialismo e Comunismo, teriam o mesmo modo de produção, com características de propriedade coletiva dos meios de produção.

Marx e Engels (1848) acreditavam que a transformação proletária viria no momento certo e que a causa seria as próprias mazelas geradas pelo capitalismo. As revoluções deveriam ser feitas por todos os trabalhadores dos países, cada um a seu modo, inclusive pela conquista da democracia.

> Se, em sua luta contra a burguesia, o proletariado necessariamente se constitui em classe, se por meio de uma revolução se converte em classe dominante e, como tal suprime violentamente as velhas relações de produção, então, junto com elas, suprime os antagonismos de classe se as classes em geral e, com isso, abole sua própria dominação de classe (MARX&ENGELS, 1848, p.46).

A necessidade de se construir um Estado proletário socialista, é uma das metas para se construir o Comunismo. Segundo Marx (1848), a explosão das revoluções proletárias advém da própria ruína da sociedade burguesa e o primeiro passo para esta revolução seria "a ascensão do proletariado à situação de classe dominante, ou seja, a conquista da democracia." (MARX, 1848, p. 129)

Como já demonstrado, os proprietários dos meios de produção, além de deter o poder econômico, também controlavam outros setores da sociedade. O Estado capitalista, sendo portanto, uma classe, sempre apoia a classe dominante, cujo poder econômico é bastante alto. O Estado burguês, um alicerce das classes dominantes, sempre colocam as forças de segurança para reprimir qualquer tipo de ameaça vindo dos trabalhadores contra esse sistema de dominação.

As classes dominantes dos países capitalistas adoram falar em democracia, adoram falar em eleições, segundo os especialistas, um dos pressupostos para a existência de uma democracia, mas se esquecem que é uma democracia para uma minoria rica. Uma democracia feita para que poucos tenham acesso irrestrito à educação, principalmente a superior, acesso à saúde, com planos de saúde altíssimos, de terem condições de viajar, de terem suas mansões para morarem, enquanto milhões moram em cortiços e favelas, sem um pingo de dignidade humana. Portanto, trata-se de uma "democracia" bastante limitada.

Daí a necessidade de uma "ditadura do proletariado" com a destruição de todo o aparato capitalista e burguês (MARX & ENGELS, 1848).

Uma vez alcançado o poder, a classe proletária faria as reformas estruturais de modo a eliminar os antagonismos de classes. Seria feito a abolição das propriedades privadas, transformando-as em propriedades coletivas de produção e todas as forças produtivas passariam a pertencer a toda a sociedade, e controladas pelo Estado proletário. Toda a economia seria planificada.

Ademais, se se perguntar a qualquer pessoa leiga o significado de "ditadura", logo ouviríamos a velha narrativa de se tratar de um regime tirano, onde não há democracia nem liberdade. Mas Marx (1848), enxergava a "ditadura do proletariado" com outros olhos. Para ele, a sociedade capitalista, sendo governada por uma minoria, representada pelo Estado burguês, exercia o seu domínio econômico, político e ideológico contra uma grande maioria proletária. A questão para o Marxismo era qual classe que deveria desaparecer, a de uma minoria, representada pelos burgueses capitalistas? Ou a da maioria, representada pelos milhões de trabalhadores? A "ditadura do proletariado" seria portanto, a "organização centralizada" contra uma minoria que, estando no poder, utiliza de todos os meios para explorar o povo (a maioria).

Segundo Lênin (1905 [1986]), a ditadura do proletariado acompanha os princípios da democracia, unindo a "ditadura" aos preceitos democráticos. A democracia da maioria proletária, portanto, é muito mais perfeita e plena que a tal da democracia de uma minoria burguesa, capitalista e exploradora.

Nas palavras de Karl Marx e Friedich Engels (1848 [2014], p. 155): "(...) nela, os proletários nada têm a perder, a não ser os seus grilhões. Eles têm um mundo a ganhar. Proletários de todo o mundo, uni-vos!"

Importante destacar que o Socialismo é uma fase anterior onde há reformas radicais em toda a vida econômica, social e política do país, procurando abrir caminhos para o estabelecimento do Comunismo.

4 COMUNISMO: JUSTIÇA, PAZ SOCIAL E DEMOCRACIA

Como vimos, para Marx e Engels (1848 [2014]), o Comunismo seria uma etapa posterior ao Socialismo, onde nem mesmo haveria a necessidade da presença do Estado. A palavra comunismo vem do latim, *communis*, que significa comum, ou aquilo que pertence a todos.

Os objetivos do sistema comunista são claros e objetivos: acabar com as classes sociais, com o próprio Estado e harmonizar toda a sociedade. Como o mundo em geral está longe dessa nova sociedade, não há a necessidade de precisar com um rigor científico a apresentação de suas presunções. Notadamente, deseja-se que a falta de produtos básicos de consumo dê lugar a uma abundância desses produtos. Sendo possível neste período pós ditadura do proletariado ou socialismo, haja visto que todos os meios de produção passaram a ter uma função compartilhadora e social.

Há portanto, uma planificação de toda a economia, tornando-a uma produção com uma função totalmente social. Desse modo, a produção pode ter um grande desenvolvimento, satisfazendo as necessidades de toda a população, sem que haja a exploração do trabalho de ninguém.

Como já destacado, o Comunismo foi lançado como um guia de ação que propunha uma revolução através do Socialismo, que levaria ao fim do capitalismo e a opressão proveniente dele. O Comunismo seria a grande meta síntese da revolução proletária. Nesta fase de plena consolidação, não existiria mais as classes sociais, sendo portanto, desnecessário a presença de um Estado, também as fronteiras nacionais seriam extintas, bem como os partidos políticos e a sociedade se organizaria em uma só gestão.

Enfim, seria a consolidação da sociedade ideal, sem desigualdades sociais, sem o Estado, sem lutas de classes e sem a propriedade privada. Tudo seria coletivo e público e haveria o pleno emprego.

No limiar de um comunismo consolidado, já não existiriam mais os meios de produção privados. Todas as fábricas, indústrias, terras, estradas de rodagem, Bancos, aeroportos, portos, estádios, galerias, fazendas, rios, barragens, matas, casas, prédios, adquirem função social e são de toda a população, indiscriminadamente. Também, desaparecem as contradições existentes nas

propriedades sociais e aquela produção incompleta, mediante a educação e a prática advindos dos trabalhadores na gerência das empresas públicas e sociais, também se supera.

Ademais, quando há uma planificação de toda a economia, nas empresas públicas, nos institutos regionais e nacionais, bem como em outros setores de vida social da população, os trabalhadores são vistos não como uma mão de obra banalizada, mas sim, como um fator de produção altamente técnico. Essa colaboração recíproca cria em todos, uma nova maneira de ver o mundo e de viver em comunidade, o qual possibilita aos trabalhadores se desenvolverem-se individualmente no trabalho e também auxiliar no desenvolvimento da sociedade como um todo. Como não há mais antagonismos entre as classes, as ambições individuais são vistas como um caminho para se alcançar os interesses sociais. Tudo é feito em prol de todo a população.

No comunismo, não existem apenas máquinas e ferramentas, ou seja, objetos, mas um contingente humano cuja função é obter através desses meios de produção, os bens essenciais e não essenciais, não só para a sua subsistência, como no capitalismo, mas para toda a sociedade.

Como os homens não são obrigados a trabalhar para a sua subsistência e sim, para toda a comunidade, automaticamente seu trabalho se torna um impulso para a descoberta de novas habilidades e possibilidades. Intelectualmente falando, vê-se que há um desenvolvimento sobremaneira do indivíduo operário, contribuindo para o enriquecimento social de toda a nação.

Mas, dentro de uma sociedade comunista plenamente consolidada, que condições são necessárias para que isso ocorra? Conforme os estudos de Marta Harnecker e Gabriela Uribe (1981, p.19-20), estas condições consistem em:

a) Dirigir o desenvolvimento das forças produtivas no sentido de libertar o homem do esforço do trabalho individual para satisfazer as suas necessidades. Os avanços da ciência e da técnica levam a um aumento da produtividade do trabalho. Este aumento da produtividade deve permitir um bem estar e uma riqueza sociais que não signifique um aumento do esforço dos homens(...); b) O desaparecimento da divisão entre o trabalho manual e intelectual e entre as diferentes especialidades. No comunismo, o trabalho produtivo, realizado fundamentalmente por máquinas, transformará as funções do trabalhador coletivo num conjunto de homens que controla e dirige a produção. Todos os trabalhadores terão a instrução necessária para realizar fundamentalmente trabalho intelectual de direção e controle, que não estarão separados da sua atividade manual (...); c) O desaparecimento da contradição entre campo e cidade. Para que os homens possam realmente escolher a sua atividade e contribuir para a produção no

seu conjunto, a forma e as condições do trabalho da indústria e da agricultura devem ser semelhantes. Isto significa que a produção agrícola, que tem estado atrasada em relação à produção industrial, deverá ter um desenvolvimento igual ao resto da atividade produtiva da sociedade. Esta transformação necessita da contribuição da ciência e da técnica nos métodos e processos de produção agrícola.

É evidente portanto, que em uma sociedade comunista já consolidada, a participação popular é completa. A democracia é plena e absoluta.

Nas palavras de Simone Biehler Mateos (2011, [s.p.]):

Para além dos direitos econômicos e sociais clássicos, como saúde, educação, emprego, salário e proteção social, a democracia participativa propiciou ainda, nos últimos anos, importantes avanços em direitos de segmentos sociais específicos. Dessa forma, desenvolveu-se uma ampla discussão e a adoção de medidas concretas, que incluíram diversas políticas afirmativas, em favor da igualdade racial, do reconhecimento de demandas próprias da juventude, de idosos, portadores de deficiência e minorias.

5 SOCIALISMO, ENQUANTO EXPERIÊNCIA HISTÓRICA NO MUNDO

5.1 Comuna de Paris

A primeira tentativa na história de se implantar um sistema socialista foi a Comuna de Paris. Em 1871, após a derrota da França na guerra Franco-Prussiana, e após um acordo que se mostrou bem vantajoso para a Prússia, os trabalhadores da França e principalmente de Paris, se revoltaram e tomaram o poder. O governo da Comuna de Paris, foi composto por 90 representantes eleitos e todos eles seriam de diferentes vertentes socialistas. Muitos desses representantes seriam da Secção Internacional de trabalhadores.

O principal objetivo da Comuna de Paris era melhorar as condições de vida dos trabalhadores. Algumas das medidas tomadas foram: Fixação de um salário mínimo para os trabalhadores; A redução das horas de trabalho diária; Declaração da **igualdade entre homens e mulheres;** O ensino gratuito para todos; Autogestão dos operários nas fábricas e a instituição de um Estado Laico. No entanto, essa experiência socialista durou apenas 72 dias. Quase todos os trabalhadores participantes da Comuna foram vigorosamente massacrados pela polícia parisiense.

5.2 União Soviética

Ocorreu na Rússia em 1917, e baseado nos ideais marxistas, o primeiro levante operário do século XX. A Rússia, já bastante desgastada pela guerra, necessitava com urgência de novos compromissos sociais com a população. Em 1922 transforma-se na URSS (União das Repúblicas Socialistas Soviéticas).

Ademais, a URSS não dispunha das condições para se implantar uma sociedade socialista e doravante comunista. A revolução industrial estava longe de se implantar no país e seu contingente operário era pífio, sendo que 80% da sua população era camponesa e mesmo assim, milhões eram privados de uma alimentação digna.

Portanto, a URSS a partir de 1922, implantou uma nova modalidade de socialismo permanente, tendo um partido único, altamente centralizado na figura de um ditador e, apesar de terem feitos algumas reformas marxistas, como reforma agrária, abolição da propriedade privada e planificação da economia, se manteve um país fechado, totalitário e que silenciava toda a oposição.

Apesar de tudo, a experiência socialista na União Soviética conseguiu transformar o país em uma super potência militar, com modernização da indústria e com um importante papel geopolítico. Porém, segundo os especialistas, devido à guerra fria¹², quase 40% do orçamento foi destinado para a infraestrutura armamentista e setores aeroespaciais. Isso fez com que os investimentos em produtos de consumo e bem estar da população diminuíssem drasticamente. O custo humano e material, como se vê, foi altíssimo, obrigando o país a entrar em um processo de decadência, a partir do governo do então presidente Michail Gorbatchev.

5.3 Cuba

A partir da revolução de 1959, setores essenciais como a educação e a saúde, foram priorizados pelo Estado cubano, além da garantia da geração de renda e emprego, a partir da reforma agrária e a estatização da propriedade, antes propriedade privada. Porém, com o fim da União Soviética, Cuba começou a passar por problemas sérios na economia e a manutenção das conquistas sociais passaram a se tornar mais difíceis.

¹² Guerra Fria foi um período de tensão geopolítica entre a União Soviética e os Estados Unidos e seus respectivos aliados, o Bloco Oriental e o Bloco Ocidental, após a Segunda Guerra Mundial. Considera-se geralmente que o período abrange a Doutrina Truman de 1947 até a dissolução da União Soviética em 1991.

Para muitos intelectuais, defensores de Cuba, o socialismo na ilha caribenha, não se concretizou para o comunismo, devido ao isolamento político e, principalmente aos embargos econômicos advindos dos Estados Unidos e dos países ocidentais.

Segundo Luiz Carlos Bresser Pereira (2011), o comunismo em Cuba não se consolidou, porque faltou condições que pudessem criar uma sociedade mais justa e livre neste país.

Entretanto, segundo Fábio Luiz Barbosa dos Santos (2017), no país os gastos sociais proporcionais ao PIB, nunca foram reduzidos, sendo que todos os cubanos tem acesso irrestrito à Educação, do primário ao superior, e à saúde. Os dois setores ficam entre os melhores do mundo.

5.4 China

A China é muitas vezes chamado de Socialismo de mercado, isto porque, a sua abertura comercial aproximou o país do capitalismo, o que parece uma contradição. Aí entra aquele argumento geral de que o socialismo não funciona em um país agrário, e o fato da China ter aberto sua economia ao comércio exterior seria uma prova disso.

Observa-se que o país está utilizando a economia capitalista para conseguir desenvolver suas forças produtivas e que isso estaria ainda alinhado com os estágios de desenvolvimento previstos pela teoria socialista marxista.

Além disso, sabe-se que a China apresenta um regime político bastante centralizador e controlador da vida social. A ausência da socialização das decisões políticas e das lutas de classes, levam alguns socialistas a dizerem que se trata da implementação de um socialismo por vias institucionais, ou seja, sem a revolução do proletariado. Entretanto, alguns críticos questionam se há uma verdadeira experiência socialista em países como a China, que vive um regime repressor e de partido único, afinal de contas, segundo Marx (1848), a liberdade de expressão fazem parte de qualquer experiência socialista.

O professor de ciência política, Joseph schwartz (2022), comenta por exemplo, que os revolucionários Rosa Luxemburgo e Victor Serge¹³, criticaram a ausência do pluripartidarismo na União

¹³ Rosa Luxemburgo foi uma filósofa e economista marxista polaco-alemã. Tornou-se mundialmente conhecida pela militância revolucionária ligada à Social-Democracia da Polônia, ao Partido Social-Democrata da Alemanha e ao Partido Social-Democrata Independente da Alemanha.

Soviética. Outro ponto, é que muitas pessoas associam o socialismo com uma ditadura, o que é algo equivocado.

Segundo o mesmo Schwartz (2022), o Socialismo tem a ver com os direitos políticos e civis da população. O autor aponta que os socialistas lutaram para democratizar o controle sobre a vida econômica e social através de direitos sociais ampliados e democracia no local de trabalho.

6- CONSIDERAÇÕES FINAIS

De acordo com o professor de história, Daniel Neves Silva (2022), o termo comunismo, foi apropriado ao longo dos tempos, por autores que procuraram ressignificar o termo. Cita-se como exemplo, o próprio Karl Marx, que ao longo do século XIX, aplicou conceitos novos ao termo comunismo, também os anarquistas, que criaram uma outra expressão baseado no comunismo, e até Lênin, deu outro significado diferente ao termo. E partindo para a contemporaneidade, para o século XXI, pessoas (leigas), que passaram a chamar de comunistas, cidadãos ou instituições, que nunca se autointitularam, ou que passaram longe de serem comunistas, como a ONU, a Globo, a OMS, o papa, o PT e outras instituições e pessoas.

Um outro problema teórico bem costumeiro, é a ridicularização da palavra "comunismo", porque trata-se de um conceito que representa uma expressão, um conjunto de teorias que tratam de construir igualdade entre as pessoas, e o homem, como ser humano, não tolera a ideia de distribuir seus bens em prol de uma igualdade. Daí o poder que a mídia, sendo uma força dominante e altamente influente, exerce sobre toda a população. A deturpação do termo estudado neste trabalho de pesquisa é constante e toda a propaganda é direcionada aos leigos, usuários de Whattsapp e espalhadores de fake News.

Interessante destacar que esses leigos mencionados, trabalham contra si, fazendo o jogo das classes dominantes. Isso tudo sem perceber que o fazem.

Se as pessoas pretendem, de alguma forma, entender o significado dos termos Socialismo e Comunismo, de uma maneira mais profunda e com todo o contexto histórico e cultural, construindo argumentos plausíveis, é imprescindível que procurem ler sobre o que os principais autores mencionam sobre o assunto. Este é o remédio contra a ignorância.

Victor Lvovich Kibalchich, conhecido por Victor Serge, foi um anarquista, revolucionário fecundo escritor, activo participante no processo revolucionário russo a partir da sua chegada a Petrogrado, em Fevereiro de 1919, trabalhando na recém fundada Comintern como jornalista, editor e tradutor.

Portanto, antes de se discordar sobre qualquer fato, é importante que se estude sobre o assunto, para com isso adquirir conhecimento e o poder de fundamentação, até porque, no caso, há um vasto recurso bibliográfico com inúmeros autores que poderão sanar qualquer dúvida sobre o assunto, por sinal bastante complexo, mas de fácil entendimento. Porém, não basta simplesmente fazer algumas pinceladas rápidas e, portanto, frágeis para entender sobre esses termos, o qual têm, no mínimo, 150 anos de história. É necessário um estudo profundo e por demais, constante, com dedicação exclusiva e atenção absoluta.

Mas será que aquilo que Marx escreveu e pregou durante longos anos sobre o Socialismo e comunismo, inclusive com várias obras escritas, foi rigorosamente, praticado nestes países já mencionados? A resposta é não. Segundo o professor Daniel Neves Silva (2022), os dois termos foram totalmente deturpados. O comunismo é visto pelos seus estudiosos, como um sistema que não apenas eliminou o capitalismo, mas também um sistema onde não há classes sociais e, principalmente sem um Estado dirigente, e nos países onde se tentaram implantar esse suposto socialismo e posteriormente, um comunismo, ainda que não haja a propriedade privada e a desigualdade entre as classes não seja tão proeminente como o capitalismo, a presença de um Estado forte ainda é notória. Sendo assim, nunca houve um país, em qualquer parte do mundo, com um sistema comunista.

Durante longas décadas pós Marx, criaram-se vários mitos e tabus a respeito dos termos. Pois bem, esses tabus podem ser quebrados com conhecimento e compreensão. E um desses, que inclusive, é uma acusação, é a de que, o "sujeito comunista", que vive em um país capitalista, seria um hipócrita, pois ele fala mal do capitalismo, porém ele mesmo se beneficia do sistema! Óbvio que há uma manipulação no entendimento. Se esse mesmo sujeito comunista não tem um trabalho ou meios de sobreviver ou até mesmo, se ele não tiver um conhecimento acadêmico, não tiver competência e nem talento, o quê que o capitalismo dará para ele? A resposta é, ABSOLUTAMENTE NADA.

Ademais, se o indivíduo, em um país capitalista (tendo um pensamento socialista) consegue ter boas condições de vida e deseja que o resto da sociedade também tenha um mínimo daquilo que ele tem, isso não traz consigo nenhuma obrigação social ou moral de que ele piore a sua própria vida para que outros também tenham melhores condições. A questão é distribuir a riqueza de todos em prol de todos e não distribuir ou generalizar a pobreza e a miséria em prol de todos. Portanto, a acusação de hipocrisia, a acusação moral, não faz o menor sentido. Se o indivíduo quer mudar as estruturas que geram a pobreza, ele não precisa se tornar pobre para mudar

essas mesmas estruturas. Um grande exemplo foi um dos fundadores do Socialismo científico, o próprio Friedrich Engels, filho de um abastado industrial alemão. Quando se lê a própria biografia de Engels, se nota que ele não tem nada desse estereótipo de um militante comunista. Ele foi um cara totalmente fora da curva. Mas, ele se tornou um homem rico não propriamente devido a ser filho de um burguês, mas principalmente devido ao seu próprio trabalho.

Outro tabu bastante comum, é o questionamento, quase sempre vindo de leigos: "Mas então, afinal, onde o socialismo deu certo?" Há resposta para esta pergunta, porém, antes de responder é imprescindível entender que esta pergunta, elaborada e feita, carrega dentro de si, dois pressupostos: Primeiro, uma certa concepção do que é "dar certo" e, segundo a convicção já enraizada, de que o Socialismo não deu certo em lugar nenhum.

Mas, o que significa um sistema social, um modo de produção "não dar certo?" Seria apenas o fato do sistema existir? Porque muitas pessoas entedem que o socialismo não deu certo por causa do retrocesso que os países do leste europeu e a União soviética sofreram. Países que abandonaram o sistema socialista em 1989.

Agora, se a questão é analisar apenas a existência do modo de produção, devemos também observar que a escravidão e o feudalismo, sendo também um modo de produção deram certo por muito tempo. Para aqueles portanto, que dizem que o sistema socialismo não deu certo sob essa perspectiva, eles devem estar dispostos a dizerem que o escravismo deu muito certo, e devem fazer essa comparação de uma maneira clara e aberta.

Outros vão dizer que o socialismo, se comparado ao capitalismo, não deu certo. E aqui nesse ponto então, deve-se trazer alguns dados e estatísticas sobre o capitalismo para se discutir se o sistema deu certo e que se pode tomá-lo como base para dizer se o socialismo deu certo ou não. Segundo dados da ONU¹⁴(2022), mais de 820 milhões de pessoas passam fome no mundo, sofrendo de desnutrição crônica; 2,3 bilhões de pessoas não têm saneamento básico; 230 mil mortes por ano acontecem devido às más condições sanitárias; cerca de 1 bilhão de pessoas não têm acesso a água potável. Cerca de 1% dos mais ricos no mundo têm o dobro da riqueza de 6,9 bilhões de pessoas do planeta; quase metade da população mundial vive com 5 dólares por dia. Hoje, há uma diferença de 18 anos na expectativa de vida entre os países capitalistas ricos e os países capitalistas mais pobres; nos países capitalistas mais pobres duas, a cada 10 crianças, não completam 5 anos de idade; Cerca de 40,3 milhões de pessoas estão trabalhando em regime de escravidão, e desse total,

¹⁴ Organização das Nações Unidas, órgão criado em 1945, imediatamente após a segunda guerra mundial.

cerca de 71% são mulheres e crianças. 250 milhões de crianças em idade escolar, não têm acesso às escolas; as desigualdades entre os gêneros são ainda piores: cerca de 25 dos homens mais ricos do planeta têm mais riqueza que toda a população de mulheres da África. Pasmem, isso tudo, em pleno século XXI.

Pois bem, todos esses problemas acontecem nos países ditos capitalistas. Neste momento, já se pode parar e perguntar se o capitalismo serve de base para usar como parâmetro na comparação com o socialismo! Quando se compara países capitalistas com países ditos socialistas, não faz o menor sentido comparar estes países apenas através do seu PIB - Produto Interno Bruto. Não tem cabimento por exemplo, fazer uma comparação dos Estados Unidos com Cuba. Os dois países tiveram histórias de colonização completamente distintas e são nações com um porte econômico totalmente diferentes. Em Cuba, por exemplo, apesar do baixo produto interno bruto, toda a população tem acesso irrestrito à saúde e educação, o que não acontece nos Estados Unidos. Este país, tem o maior Produto Interno Bruto (PIB) do planeta, porém, quem não tem meios financeiros, definitivamente, não têm acesso às escolas e muito menos, aos hospitais.

Portanto, respondendo à pergunta sobre onde o socialismo deu certo, a resposta seria, depende do que as pessoas consideram "dar certo". Depende da perspectiva de cada cidadão entender o que significa, num sistema político, econômico e social, num modo de produção, a expressão "dar certo"!

Depois de quase 3 séculos de existência do capitalismo, ainda existem 821 milhões de pessoas passando fome no mundo e cerca de 2,3 bilhões de pessoas não tem acesso a saneamento básico nos países capitalistas.

Isso é prova de um sistema que "dá certo"?

Portanto, em uma sociedade onde não há mais os interesses individuais, onde os objetivos são coletivos, onde o trabalho é realizado para toda a comunidade, e onde os bens produzidos são compartilhados para todos, entende-se que o verdadeiro sentido da expressão "democracia plena" é bem aplicado ao Comunismo, proposto por Marx.

Como já visto, apesar de ser um dos pressupostos para a sua existência, Democracia não se resume ao direito de votar. É muito mais que um mero voto. É a participação plena de toda a população em toda a estrutura social e econômica que envolve uma comunidade, com amplo acesso à Educação em todos os níveis, direito pleno à saúde, segurança, salários dignos, direito à

habitação, direito à terra, direito à participação popular, direito ao transporte e direito a uma vida digna a todos.

Vê-se que o futuro pertence àqueles que adquirem conhecimento. Conhecimento que se adquire através da participação popular de todos na direção de uma sociedade igualitária, onde haja uma Educação real, inclusiva e libertadora, com os trabalhadores adquirindo ampla consciência de classe. Feito isso, a possibilidade de uma sociedade comunista ser implantada no futuro, torna-se bastante real.

REFERÊNCIAS

BAMBIRA, Vânia. A teoria marxista da transição e a prática socialista. Brasília: Editora UnB, 1993.

BEZERRA, Juliana. Comunismo: **O que é Comunismo?** Disponível em https://www.significados.com.br/comunismo/. Acesso em 08 ago. 2023.

CAFIERO, Carlo. artigo Anarquia e Comunismo. 1880.Disponível em https://pt.wikipedia.org/wiki/De_cada_qual,_segundo_sua_capacidade;_a_cada_qual,_segundo_suas_necessidades. Acesso em 09 out. 2023.

ENGELS, Friedrich. **Do socialismo utópico ao socialismo científico**. 7. ed. São Paulo: Global Editora, 1985 [1880].

ENGELS, Friedrich. (1880). **Do Socialismo Utópico ao Socialismo Científico.** Marxistis Internet. Archive. Disponível em: https://www.marxists.org/portugues/marx/1880/socialismo/ Acesso em 08 out. 2023.

ENGELS, Friedrich. **Do Socialismo Utópico ao Socialismo Científico**. Biblioteca Marxista na Internet / Marxists. Janeiro-março de 1880. Disponível em: https://www.marxists.org/portugues/marx/1880/socialismo/index.htm. Acesso em 08 out. 2023

ENGELS, Friedrich. **A origem da família, da propriedade privada e do Estado**. Tradução Ciro Mioranza. São Paulo. Lafonte, 2020.

FERNANDES, Cláudio. **O que é democracia? Brasil Escola**.2018. Disponível em: https://brasilescola.uol.com.br/o-que-e/historia/o-que-e-democracia.htm. Acesso em 15 out. 2023

GABRIEL, João. **Democracia. Brasil Escola**. 2019. Disponível em https://www.youtube.com/ watch?v=shCNQfoQwqE. Acessado em 15/10/2023.

HARNECKER, Marta. URIBE, Gabriela. **Socialismo e Comunismo. Cadernos de Educação Popular**. Tradução: Grupo Aurora. São Paulo: Global Editora. 1981.

LEHOUCK, Emile. **Fourier o la armonia y el caos**. Barcelona: Labor.1973

LÊNIN, Vladimir Ilith Ulianov. **A ditadura democrática revolucionária do proletariado e do campesinato**. Tradução: Edições Avante. 5ª edição em russo. T 10. Pp.20-30. 1986.

Disponível em https://www.marxists.org/portugues/lenin/1905/03/30.htm. Acessado em 16/10/2023.

MARX, Karl. **O Capital. Crítica da economia política: O processo de produção do capital**. Tradução: Rubens Enderle. Editora: Boitempo Editorial. 2ª edição. 2011

MARX, Karl. Tradutor desconhecido. <u>Critica ao Programa de Gotha</u>. (PDF). <u>Portal Domínio Público</u>. Disponível em https://pt.wikipedia.org/wiki/De cada qual, segundo sua capacidade; a cada qual, segundo suas necessidades. Acesso em 08 out. 2023

MARX, Karl. **Contribuição para a crítica da economia política**. Lisboa: Estampa, 1973.

MARX, Karl. ENGELS, Friedrich. **Manifesto do Partido Comunista**. Tradução: Luciano Carvini Martorano. Editora Martin Claret Ltda. São Paulo. 2014

MATEOS, Simone Biehler. **Participação popular – A construção da democracia participativa.** São Paulo. 2011. Disponível em https://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=comcontent&id=2493:catid=28 . Acesso em 12 out. 2023

MENEZES, Pedro. **Comunismo. Toda Matéria**, 19 jan. 2021. Disponível em: ttps://www.todamateria.com.br/comunismo/ Acesso em 07 out. 2023

MORUS, Thomas. **Utopia.** Ed. Ridendo Castigat Mores. Fonte digital: <u>www.jahr.org</u>. 2001. Disponível em chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcglclefindmkaj/https://www.ebooksbrasil.org/adobeebook/utopia.pdf. Acesso em 08 out. 2023

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS – ONU – **Fome afeta até 828 milhões de pessoas no mundo.** CNN Brasil. Lucas Rocha. São Paulo. 2022. Disponível em https://www.cnnbrasil.

com.br/saude/fome-afeta-ate-828-milhoes-de-pessoas-no-mundo-alertaonu/#:~:text=A%20 Organiza%C3%A7%C3%A3o%20das%20Na%C3%A7%C3%B5es%20Unidas,afetadas%20 pela%20fome%20em%202021. Acesso em 03 nov. 2023

PEREIRA, Luiz Carlos Bresser. **Cuba e o Socialismo possível**. Estudos avançados. 2011. Disponível em chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcglclefindmkaj/https://www.bresserpereira.org.br/papers/2011/2011.Cuba_e_o_socialismo_possivel.pdf. Acesso em 12 out. 2023

PORFÍRIO, Francisco. **Democracia"**; Brasil Escola. 2019. Disponível em: https://brasilescola.uol.com. br/sociologia/democracia.htm. Acessado em 15/10/2023.

RANCIERE, Jacques. 1940. **O ódio à democracia**. Tradução Mariana Echalar. 1ª ed. São Paulo. Editora Boi tempo. 2014.

SANDRONI, Paulo. **Novíssimo dicionário de economia**. Editora Best Seller:

São Paulo, 1999.

SARGANT, W. L.(1858). **Social innovators and their schemes**.London: Smith, Elder and Co.

SANTOS, Fábio Luis Barbosa dos. **Para onde vai a revolução cubana? Dilemas do socialismo primitivo**. Contextualizaciones Latinoamericanas, ano 9, N.º 17, 2017.

SERPIERI, Anderson. **Karl Marx, pensamento e obra. Teorias sobre sociedade, economia e política.** Editora Geek. São Paulo. 2016.

SILVA, Daniel Neves. **Comunismo**. Brasil Escola. Disponível em https://brasilescola.uol.com.br/historiag/comunismo.htm. Acesso em 13 out. 2023

SOUZA, Isabela. Comunismo: 4 pontos para entender este conceito. Disponível em: https://www.politize.com.br/comunismo-o-que-e/. Acesso em 13 out. 2023

SCHWARTZ, Joseph M. O socialismo não termina sempre em ditadura? Tradução: Everton Lourenço. 2022. Disponível em https://jacobin.com.br/2022/10/o-socialismo-nao-termina-sempre-em-ditadura/. Acesso em 08 out. 2023

SWEEZY, Paul. Hacia un programa de estudio de la transición al socialismo". In: ______ et al. Teoria del proceso de transicion. Córdoba, 1973. (Cuadernos de Pasado y Presente).

Acesso em 08 out. 2023

. . .

WIKIPÉDIA. A enciclopédia livre. 2023. Disponível em https://pt.wikipedia.org/wiki/Comunismo.

116

SEÇÃO 2

ENFERMAGEM – INICIAÇÃO CIENTÍFICA – SAÚDE – DIAGNÓSTICO



A IMPORTÂNCIA DA INICIAÇÃO CIENTÍFICA NA VISÃO DOS GRADUANDOS DO CURSO DE ENFERMAGEM DA FACULDADE ASA DE BRUMADINHO NO PRIMEIRO SEMESTRE DE 2023

Conceição Maria Parreiras João Paulo da Silva Cruz Mariana Magalhães Silva

RESUMO

A iniciação científica baseia-se na introdução do graduando à pesquisa científica, adotando prática e teoria afim de ingressar o aluno a diferentes tipos de pesquisas científicas, possibilitando excelência na obtenção de conhecimento profissional. Este artigo científico terá por objetivo mostrar a importância da iniciação científica na visão dos graduandos do curso de Enfermagem da Faculdade ASA de Brumadinho, tendo como público alvo os alunos do terceiro, sétimo e oitavo períodos. Para tal finalidade foi realizada uma pesquisa quali-quantitativa e aplicado um questionário com 17 perguntas rendendo um total de 74 questionários, questoes essas voltadas a reflexão desses graduandos sobre o tema. A pesquisa enfatizou a importância da iniciação científica no desenvolvimento da escrita científica dos graduandos, e a inserção dos mesmos no campo da ciência e obtenção de um pensamento crítico. Como um dos principais resultados alcançados, destaca-se que a grande maioria dos graduandos de enfermagem possuem uma visão positiva da importância acerca da iniciação científica, parte dos graduandos possuem uma visão positiva acerca da iniciação científica, assim como o comprometimento com a produção do trabalho interdisciplinar agregado ao vínculo notório desse desenvolvimento em futuras atividades acadêmicas.

Palavras-chave: Importância. Iniciação Científica. Visão. Graduandos.

ABSTRACT

Scientific initiation is based on introducing the student to scientific research, adopting practice and theory in order to introduce the student to different types of scientific research, enabling excellence in obtaining professional knowledge. This scientific article will aim to show the importance of scientific initiation in the view of undergraduates of the Nursing course at Faculdade ASA de Brumadinho, having as target audience the students of the third, seventh and eighth periods. For this purpose, a qualitative and quantitative research was carried out and a questionnaire with 17 questions was applied, yielding a total of 74 questionnaires, questions aimed at the reflection of these undergraduates on the subject. The research emphasized the importance of scientific initiation in the development of undergraduates' scientific writing, and their insertion in the field of science and attainment of critical thinking. As one of the main results achieved, it is noteworthy that the vast majority of nursing students have a positive view of the importance of scientific initiation, part of the students have a positive view of scientific initiation, as well as commitment to work production interdisciplinary added to the notable link of this development in future academic activities.

Keywords: Importance. Scientific research. Vision. Graduates.

1.INTRODUÇÃO

A iniciação científica tem se mostrado cada vez mais importante no processode graduação de um estudante. Ela consiste na modalidade de estudo prático do conhecimento técnico-específico, buscando introduzir o graduando de ensino superior em diferentes tipos de pesquisas científicas, possibilitando excelência na obtenção de conhecimento profissional. Assim, torna-se imperativo a busca por um meio de fazer com que os graduandos tenham acesso a essa modalidade de estudo que se faz importante para a vida acadêmica e profissional. Este artigo científico terá por objetivo mostrar a importância da iniciação científica na visão dos graduandos do curso de enfermagem da Faculdade ASA de Brumadinho. Será usada a pesquisa descritiva quali-quantitativa para análise dos resultados, onde esperamos obter a visão dessa importância baseada na aplicação de um questionário voltado à reflexão desses graduandos sobre o tema deste estudo. A pesquisa será realizada com alunos do terceiro, sétimo e oitavo períodos, matriculados no primeiro semestre de 2023 no curso de Enfermagem da Faculdade ASA de Brumadinho.

É importante acrescentar que a pesquisa se justifica na medida em que a mesma possibilitará aos estudantes refletir sobre a importância da iniciação científica e do seu comprometimento na realização do mesmo. Este artigo e pesquisa científica possibilitará também que a Instituição Educacional Cecília Mariade Melo Barcelos através dos dados e pesquisa apresentada, possa buscar informações que possibilitarão maior conhecimento sobre a questão em estudo e apartir dos resultados obtidos pela pesquisa com os alunos, rever caminhos e meios para tomadas de decisões que sejam necessárias, para mudança e melhora do meio acadêmico e maior produtividade dos seus alunos.

2. DESENVOLVIMENTO

2.1 Revisão literária

Nesta seção serão apresentados conceitos de diferentes autores sobre a história da iniciação científica, os programas que surgiram através dela e sua importância para os alunos graduandos do ensino superior. Segundo Bridi (2015), a iniciação científica é uma metodologia prática para se obter um conhecimento científico através de buscas de uma pesquisa científica, seja um artigo, revista, monografia e livros disponibilizadas ao leitor. Desse modo, o autor Silva et al (2021) enfatiza que a pesquisa promove uma preparação do aluno para compreender as matérias subsequentes do curso, propiciando uma inserção no campo da ciência, além do desenvolvimento de uma escrita científica.

De acordo com Massi e Queiroz (2015), o surgimento da iniciação científica (IC) veio junto com a formação das primeiras universidades brasileiras em 1930, onde 21 anos após surgiu o primeiro programa de IC que foi denominado como Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Logo em seguida, este conselho criou outros programas de incentivo à pesquisa como PIBITI (Programa Institucional de Bolsas de Iniciação em Desenvolvimento Tecnológico e Inovação) e PIBIC (Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica) descritos por SANTOS, ANJOS E ALMEIDA (2015).

Levando em consideração os conceitos apresentados sobre o assunto, pode-se deduzir que graças a essas formas metodológicas, o investigador obtém um conhecimento verdadeiro, ampliando seu aprendizado além daquilo que é disponibilizado em sala de aula, adquirindo, portanto, um pensamento crítico sobre os fenômenos pesquisados durante toda a sua graduação. Ademais, além de conseguir compreender a parte teórica, desenvolve-se neles a interpretação da parte prática, sendo de suma importância para o desenvolvimento da conclusão do trabalho.

Vale ressaltar que a inserção do aluno à iniciação científica previne sua evasão da universidade, pois o estudante tem uma participação direta com o curso de forma com que ele seja o pesquisador que são apresentados pelos autores Santos, Anjos e Almeida (2015) e Silva et al (2021), desse modo, o graduando tem que desenvolver uma reflexão com base em uma revisão bibliográfica ou por meio de uma pesquisa de campo.

Para Campos (2008) o objetivo do pesquisador é se envolver com o objeto de estudo e não só usar a observação como um meio de análise da pesquisa. Conforme Severino (2007) existem diversas formas de se envolver com o campo de pesquisa, podendo ser diretamente ou indiretamente. Isso depende das intenções que o pesquisador vai ter com o meio. Sendo assim, Severino (2007) afirma que os meios de pesquisa disponibilizados para a escolha do autor estão relacionadas na pesquisa quanto a natureza, aos fins e aos meios.

Faz-se necessário, portanto, entender os conceitos relacionados a iniciação científica, já que graças a ela temos uma forma de comprovar experimentos, abordagens, informações cientificamente comprovadas, esquivando-se do senso comum. É de grande importância suas publicações, já que a partir delas são feitas novas pesquisas com outros diversos assuntos, englobando de maneira coesa ideias e autores diferentes em um único trabalho.

Para auxiliar o desenvolvimento de uma pesquisa científica, as instituições oferecem por meios de programas especializados no assunto, que inserem os alunos neste meio desde a graduação. Assim o estudante se desenvolverá um pensamento científico e não baseado em suas crenças e valores, devendo ter objetividade e neutralidade nas suas pesquisas para não comprometer os resultados.

2.1.1. Iniciação científica no Brasil

Os programas de iniciação científica tiveram início na década de 1930, originadas nas primeiras universidades brasileiras com base na pesquisa de Massi e Queiroz (2015). Seu financiamento ocorreu a partir do ano de 1951 com o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), principal órgão de incentivo à iniciação científica. Segundo Santos, Anjos e Almeida (2015), esse órgão desenvolveu o Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC), tendo como objetivo disponibilizar bolsas de incentivo à pesquisa para os estudantes do ensino superior matriculados em Instituições de Educação e/ou Pesquisa. Além disso, o CNPq promoveu o programa Programa Institucional de Bolsas de Iniciação em Desenvolvimento Tecnológico e Inovação (PIBITI), que tem como foco incentivar os alunos graduandos a buscarem um

conhecimento prático e metodológico relacionado ao desenvolvimento de sua sapiência através do uso de tecnologias e criatividade.

A distribuição das bolsas até 1988 eram solicitadas diretamente pelo pesquisador orientador. O estudante se insere na pesquisa científica onde recebe um valor durante o desenvolvimento de indagação aos temas.

O mecanismo de funcionamento desses programas possuem um controle de admissão dos estudantes onde são selecionados com base na vida letiva do graduando. O aluno que obtiver destaque tem grandes chances de ser selecionado, porém, como havia baixa procura, o CNPq criou neste mesmo ano o PIBIC, que era oferecido aos alunos pela própria Instituição de Ensino Superior (IES) e também aos Institutos de Pesquisa (IPq) que hoje é responsável pela administração das distribuição das bolsas (MASSI;QUEIROZ, 2015). A definição de iniciação científica de acordo com Bridi (2015), consiste na modalidade de estudo prático do conhecimento técnico-específico que inicia o graduando do ensino superior na execução de diferentes tipos de pesquisa, junto com o auxílio do professor orientador. Essa atividade inclui partes teóricas e práticas durante a vida acadêmica do aluno, possibilitando que o estudante tenha capacidade de iniciar uma vida profissional com uma visão ampliada da aréa atuante. Para Santos, Anjos e Almeida (2015), a IC consiste na inserção dos estudantes de ensino superior, estimulando à participação direta no meio científico, incentivando o aluno a ter determinação e vontade de se aprofundar no campo da ciência.

Um dos fatores que estimulam a evasão do aluno nos períodos iniciais de acordo com Silva et al (2021), inclui a falta de disciplinas ligadas diretamente à profissão, pois ao iniciar uma graduação as matérias que servem de base para o curso, trabalham diretamente na parte preparatória para compreender as disciplinas mais complexas que serão estudadas nos períodos posteriores. Dessa forma, a iniciação científica promove a inserção do aluno em âmbitos de pesquisa e escrita científica, tópicos nos quais são de grande importância na vida acadêmica e profissional.

Portanto, pode-se analisar através dos conceitos apresentados que a iniciação científica é uma atividade importantíssima no contexto atual da sociedade, incentivando o graduando a pesquisar a fundo sobre a questão-problema que beneficia o seu desenvolvimento profissional e pessoal. As pesquisas feitas fazem parte da nossa atual sociedade servindo como uma reflexão crítica, além de existir em diversas formas de modalidades de pesquisa científica que serão apresentadas nas seções seguintes.

2.1.2 Faculdade ASA de Brumadinho

A Instituição Educacional Cecília Maria de Melo Barcelos, mais conhecida como Faculdade ASA de Brumadinho, é uma das faculdades localizada na região metropolitana de Belo Horizonte. A faculdade tem o comprometimento de ter um ensino superior e técnico de qualidade buscando cumprir sua missão e valores com excelência. Em uma busca de informações pelo site nos é apresentada a instituição e onde se encontra as informações sobre missão, visão e valores que a Faculdade ASA tem para o meio acadêmico:



Figura 1-Informações sobre a missão, visão e valores que a Faculdade Asa de Brumadinho tem para o meio acadêmico

Com base em pesquisa feita no manual do aluno disponível no site da instituição, conseguiu-se coletar e analisar dados sobre a história da faculdade no município e o seu comprometimento com um ensino de qualidade. A Faculdade ASA foi idealizada e fundada, unindo o sonho conjunto dos irmãos Avimar, Sônia e Alcimar Barcelos (surge-se o nome "ASA") em trazer para Brumadinho um ensino de qualidade e excelência que pudesse beneficiar todas as pessoas na cidade de Brumadinho e região em iniciar o ensino superior, buscando o ensino e a profissionalização de pessoas capacitadas em diversas áreas de conhecimento e saber. No ano 2000 foram criadas as primeiras turmas de graduação da faculdade, antes localizada em um prédio no centro da cidade em 2003, a Faculdade ASA mudou-se para sua "casa" oficial, o campus localizado na MG 040, onde mantém sua estrutura principal com três prédios de salas de aula, biblioteca ampla e diversificada para estudo e pesquisa, pátio de socialização, galpões de ensino, auditório, laboratórios de informática, química e microbiologia, estacionamento próprio e campo de futebol para integralização social entre alunos, funcionários e membros da comunidade.

2.1.2.1 Cursos ofertados pela Faculdade ASA de Brumadinho

O ensino oferecido pela Faculdade ASA inicialmente era graduação em administração de empresas, ciências contábeis, letras , história e devido a mudança dos meios de trabalho atuais alguns cursos deixaram de ser ofertados e atualmente a faculdade oferece graduação em direito, engenharia civil, ciências contábeis, engenharia de produção, enfermagem e cursos técnicos de edificações, mecânica, segurança do trabalho, mineração e enfermagem. Essas graduações hoje fazem parte do processo de avaliação da instituição e possui nota 4 em 5 segundo avaliação do MEC (Ministério da Educação e Cultura). O curso de ciências contábeis possui nota máxima no MEC.

2.1.2.2 Curso de Graduação em Enfermagem

O curso de enfermagem ao qual daremos foco nessa pesquisa de artigo cientifico, foi iniciado pensando na necessidade em ter uma quantidade maior de profissionais na área e que tivessem um ensino de qualidade voltado para as ciências médicas e o cuidado do ser, e de acordo com informações obtidas na secretaria da Faculdade ASA, em janeiro de 2016 iniciou-se a primeira turma da graduação em enfermagem.

Sabendo que a publicação de artigos científicos tem grande importância para incrementar o curriculum lates, podendo ser critério de desempate em processos de seleção, a Faculdade ASA oferece na graduação em enfermagem diversos meios para pesquisa acadêmica e fomenta a cada período a importância da pesquisa científica e a importâcia do aluno se interessar em produzir artigos, textos, trabalhos e pesquisas científicas, sendo importante para conhecimento acadêmico científico e também para o currículo pessoal. Como incentivo a instituição possibilita a oportunidade de fazer publicações de pesquisas na revista ASA-PALAVRA, um periódico semestral que trás informações sobre a faculdade, graduações e artigos científicos em diversas áreas do saber. Em entrevista realizada com a bibliotecária responsável pelo acervo bibliográfico da Faculdade ASA de Brumadinho, foi informado que a revista ASA-PALAVRA teve a publicação do exemplar número 01 em janeiro de 2004 e até agosto de 2019 foi publicada em formato impresso finalizando com a edição de número 30, a partir da edição numero 31, a revista ASA- PALAVRA começou a ser publicada em formato on-line onde é veículada no site oficial da faculdade para qualquer leitor. O periódico proporciona a publicação de artigos científicos por professores da instituição, alunos com orientação de um professor de área especícida, convidados de outras instituições que enviam seus artigos para seleção e caso sejam aprovados, são publicados no número seguinte. Para a pesquisa acadêmica, fora livros particulares que o aluno adquire ao longo de sua jornada acadêmica, a Faculdade ASA disponibiliza atualmente em seu acervo nas áreas de saúde, enfermagem e medicina, um total de 726 títulos, 3.128 exemplares, 28 periódicos on-line e 18 periódicos impressos. Os laboratórios da Faculdade ASA são equipados com maquinários e instrumentos de qualidade para que todos os alunos tenham um bom desempenho escolar, é disponibilizado um amplo laboratório de microscopia e também laboratório de bioquímica e de pesquisa equipados com peças anatômicas humanas para estudo.

A Faculdade ASA também oferece Projetos de Extensão e desde 2011 um programa de apoio e incentivo a pesquisa juntamente com a Fundação de Amparo à Pesquisa de Minas Gerais - FAPEMIG – onde através de bolsas de pesquisa do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC) fomenta e incentiva a pesquisa entre os alunos de graduação que junto de seus orientadores se tornam "Pesquisadores FAPEMIG". De acordo com pesquisa realizada com a secretaria da Faculdade Asa de Brumadinho, atualmente não existe a parceria com a FAPEMIG (Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais) que extinguiu seu contrato com várias outras instituições.

2.1.2.3 Pesquisas acadêmico-científico da graduação em enfermagem

A Faculdade ASA de Brumadinho, apoia e incentiva seus alunos na produção de artigos científicos incentivando a produção de trabalhos interdiciplinares apresentados por grupos a partir do terceiro perido da graduação e se estende até a fase de início ao trabalho de conclusão de curso – TCC. Os alunos dos primeiro e segundo períodos durante as apresentações dos trabalhos interdiciplinares participam como convidados onde observam os pesquisadores na apresentação de seus trabalhos e ali já vão se familiarizando em como deve ser apresentado um trabalho, tanto escrito quando a parte oral apresentada para que a partir do terceiro período comecem a produzir suas próprias pesquisas. O trabalho interdisciplinar consiste em um artigo científico feito e apresentado por um grupo de alunos sob orientação de um professor do curso de enfermagem em determinada área da disciplina ofertada, o trabalho é de importância no meio acadêmico pois é através dele que o graduando aprende como deve ser feito uma pesquisa científica e como deve ser apresentado para avaliação, e é um metodo que a faculdade viu para ajudar aos alunos a se preparar para a apresentação do TCC.

2.2 Metodologia científica

A metodologia do presente estudo fundamenta-se na abordagem quali- quantitativa que tem por objetivo buscar a compreensão dos resultados dessa pesquisa e não somente os resultados, mas também para que se possibilite um melhor entendimento da pesquisa.

Em uma pesquisa científica, os tratamentos quantitativos e qualitativos dos resultados podem ser complementares, enriquecendo a análise e as discussões finais (MINAYO, 1997). Conforme Flick (2009), nos últimos anos vários pesquisadores de diversas áreas enfatizam em suas pesquisas as relações, combinações possíveis e também as distinções entre a pesquisa quantitativa e a qualitativa. Através desse abordagem, poderia assim obtiver resultados mais completos sobre a pesquisa.

A metodologia que será aplicada neste trabalho tem como base uma pesquisa quali-quantitativa que será realizada no primeiro semestre de 2023 na Instituição Educacional Cecília Maria de Melo Barcelos, tendo como público alvo os alunos do terceiro, sétimo e oitavo períodos de Enfermagem, com objetivo de obter resultados mais exatos sobre a importância da iniciação cientifica na visão dos alunos da Faculdade ASA de Brumadinho. Será aplicado um questionário sigiloso, individual que dispõe de 17 perguntas elaboradas com base nas questões abordadas neste artigo cientifico, para que ao analisar os resultados obtidos das respostas através de gráficos, mostrar uma análise geral e precisa sobre o conhecimento dos graduandos a cerca dos assuntos abordados ao longo deste artigo.

2.2.1 Modalidades e metodologias de pesquisa científica

O dever do pesquisador é se envolver com o campo de estudo. Vai muito além do que só observar os acontecimentos do local, envolve-se também interpretações e significados do objeto de estudo, para que seja possível a conclusão da pesquisa. Os dados também são uma fonte de modalidade de pesquisa, já que existem várias formas de se obter as informações necessárias para o resultado pretendido (CAMPOS, 2008).

Segundo Severino (2007), existem diversos tipos de modalidades e metodologias de pesquisa científica, que são basicamente técnicas de pesquisa que podem ser adequadas a qualquer trabalho científico dependendo de sua proposta, tendo um fundamento na filosofia da ciência, sendo conhecido como relação epistemológica. Essas técnicas são selecionadas pelo autor de acordo com o tema escolhido. Não necessariamente todas as técnicas devem ser usadas em um único texto científico e sim vão ser utilizadas somente aqueles que correspondem a ideia proposta pelo pesquisador. A seguir vão ser demonstradas os tipos de pesquisa quanto à natureza, aos fins e aos meios de pesquisa que são disponibilizados ao investigador conforme o seu método de observação.

2.2.1.1Quanto á natureza

2.2.1.1.1Pesquisa quantitativa, pesquisa qualitativa

Segundo Potter et al (2013) existem duas abordagens globais de pesquisa para a realização da metodologia dos trabalhos científicos: métodos quantitativos e qualitativos. Esses métodos de pesquisa não são privativos de um único tema. Podem ser mesclados e abordados em diferentes trabalhos, desde que apresentem dados de acordo com o conceito de cada uma das pesquisas (SE-VERINO, 2007). A abordagem do método qualitativo explica detalhadamente os conceitos e características dos objetos, como confirma Proetti (2018), está associado com os fatos sociais, culturais e suas interações com os membros da sociedade. "Ela realça valores, estuda crenças, representações culturais, opiniões e atitudes comportamentais de grupos de pessoas ou de casos e permite ao pesquisador a compreensão dos objetos estudados pelo alto grau de complexidade" (PROETTI, 2018 p.18).

Segundo Proetti (2018), os termos quantitativo e qualitativo podem ser explicados também conforme as palavras qualidade e quantidade encontrados no Dicionário de Filosofia, de Nicola Abbagnano. O conceito de "qualidade" é qualquer designação de um objeto. Possue vários conceitos em comum atribuídos, não podendo ser restrito a um único significado. Já o conceito de "quantidade" está relacionado à medida, sendo divisível em áreas determinadas ou determináveis atribuindo-se aos númerais. A pesquisa qualitativa tem o objetivo de apresentar o sentido lógico dado pelo contexto do pesquisador no campo ao fazer a coleta de dados para analisar e entender os resultados dos fatos. *Pesquisa quanto aos fins exploratório, descritivo e explicativa*

2.2.1.2.1 Pesquisa exploratória

Consiste na busca de informações sobre o tema proposto pelo pesquisador, tendo como introdução ao assunto que posteriormente vai ser desmembrado pela pesquisa explicativa onde o tema é elucidado (SEVERINO, 2007).

Gil (2002) declara que as pesquisas exploratórias têm como objetivo torná-las mais compreensíveis em desenvolver hipóteses tendo como princípio a idealização e intuições. Nessa pesquisa envolvem o descobrimento de diversas bibliografias, dialógos com pessoas que tiveram a experiência com o assunto proposto e a verificação de exemplos que vão torná-las mais compreensíveis.

2.2.1.2.2 A pesquisa explicativa

Ela propõe a identificação e análise dos fatores que constituem o assunto estudado, tendo como princípio a interpretação dos fenômenos através dos meios qualitativos ou por meio da pesquisa empírico/quantitativo para averiguar e obter o resultado da investigação. É considerado o tipo mais complexo, já que deve-se ter bastante dedicação e atenção para não fugir do tema proposto devido ao seu tipo de pesquisa que busca a realidade dos fatos (SEVERINO, 2007).

2.2.1.2.3 A Pesquisa Descritiva

Tem como objetivo principal a caracterização dos fenômenos, populações ou através de comparações das variáveis. Possui vários estudos que podem ser usados com essa finalidade de pesquisa, sendo na utilização de métodos padrões de recolhimento de dados, como o questionário e a observação sistematizada. Serão de maior destaque as pesquisas que estudam grupos socio-populacionais com o intuito informativo buscando popularizar as ideias adquiridas a partir do convivío social. Como exemplo, pode-se trazer estudos relacionado as corrupções políticas de uma população. As eleições são um dos exemplos de pesquisa descritiva pois faz uma análise do arquétipo populacional, onde o maior ideal comum escolhe o governador (GIL, 2002).

2.2.1.3 Quanto aos meios de pesquisa

2.2.1.3.1 Pesquisa bibliográficas

A pesquisa bibliográfica está relacionada ao desenvolvimento de trabalhos científicos por parte do pesquisador a partir de documentos já publicados, empregando como referência o levantamento de dados e informações de outros meios confiáveis (SOUSA,OLIVEIRA E ALVES, 2021).

"Os instrumentos utilizados na realização da pesquisa são: livros, artigos científicos, teses, dissertações, anuários, revistas, leis e outros tipos de fontes escritas já publicadas" (SOUSA, OLIVEI-RA E ALVES ,2021, p.68).

2.2.1.3.2 Pesquisa de campo

A pesquisa de campo tem origem a partir do protótipo de análise da situação de estudo no contexto antropológico onde estuda as relações sociais de um grupo ou comunidade. Atualmente este tipo de pesquisa também é utilizado em outras áreas, englobando diferentes âmbitos da sociedade, como saúde e educação. É definido um objeto de estudo a partir de uma comunidade, onde observamos suas interações sociais, de recreação, afazeres e várias outras atividades baseando-se nas ações humanas. Inicia-se a partir de uma interação do pesquisador nas atividades do grupo estudado, onde pode-se ocorrer questionários, filmagens e anotações dos dados coletados e várias outros meios de se obter informações, com o objetivo de compreender a visão dos indivíduos pertinentes no local (GIL, 2002).

Um de seus grandes benefícios além de uma relação interpessoal direta, seria a obtenção de dados de maneira realista e confiável, pois cria-se uma confidencialidade na região, entre pesquisador e pesquisado (GIL, 2002). Uma das difículdades de acordo com Durkheim (1999) é a observação dos fatos sociais sem ocorrer a influência de questões pessoais, como crenças e valores:

"(...) é preciso portanto considerar os fenômenos sociais em si mesmos, separados dos sujeitos conscientes que os concebem; é preciso estudá-los de fora, como coisas exteriores, pois é nessa qualidade que eles se apresentam a nós" (DURKHEIM,1999,p28).

Além dessa desvantagem, possui também uma demanda de tempo maior para a realização desta pesquisa, sendo a maioria das vezes realizada por um único investigador (GIL,2002).

2.2.1.3.3 Pesquisa documental

O estudo documental está relacionado a utilização de materiais que ainda não foram objetos de estudo ou passaram por uma análise crítica, servindo de insumo para o pesquisador explorar o documento e assim criar uma conclusão sobre ele, desenvolvendo dessa forma a sua pesquisa. Ela se assemelha à pesquisa bibliográfica por se tratar de documentos de uma mesma natureza, porém, a pesquisa bibliográfica utiliza dos materiais já trabalhados por outros autores sendo registrados formalmente (SEVERINO, 2007).

2.2.1.3.4 Pesquisa experimental

A pesquisa experimental parte de um objeto de estudo onde são selecionadas as variáveis, podendo ter como base a pesquisa científica. Desse modo, é importante determinar uma variável que seja manipulável e possa influenciar o objeto de estudo a fim de analisar a reação do mesmo sobre a situação imposta a ele. Nesse âmbito, pode- se dizer que as ciências naturais como aspectos físicos, químicos e biológicos são suscetíveis às váriaveis, já as ciências sociais se tratam de grupos de pessoas como escolas, locais de trabalho e lazer que torna a pesquisa limitada, visto que pode-se tratar de questões anti-éticas (GIL, 2002).

2.2.1.3.5 Pesquisa-ação

A pesquisa-ação é definida como um tipo de pesquisa que tem como base a participação do investigador que introduz um obstáculo a um determinado grupo, tendo como finalidade o estudo da reação coletiva ao problema através do senso comum (GIL, 2002).

2.2.1.3.6 Pesquisa participante

A pesquisa participante assemelha-se à pesquisa-ação, diferenciando-se por haver a participação direta do pesquisador no meio do grupo pesquisado. Inicia-se com pesquisador se introduzindo no campo estudado, onde assim poderá experimentar as sensações, atividades e trabalhos realizados pelo grupo de forma a compreender e aprender sobre o mesmo. Esse método permite uma ação interpretativo a realidade do outro com carácter humanista e religioso, pois desperta empátia ao próximo, geralmente os objetos de estudo são, de certa forma negligênciados pela sociedade (GIL, 2002).

2.2.1.3.7 Pesquisa Laboratorial

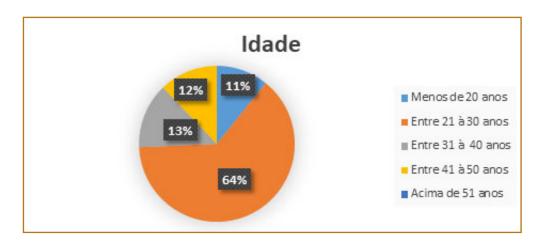
A pesquisa laboratorial necessita de um ambiente regulamentado e restrito para a aplicação de procedimentos onde possa ser utilizado materiais específicos para melhor sistematização do processo. Essa investigação adere uma ação controlada a fim de observar a ocorrência das supostas manifestações que acarretamno fechamento da pesquisa (FONTELLES et al, 2009).

2.3 Resultados

Para que o presente grupo pudesse avaliar, portanto, qual seria a visão dos alunos do curso de enfermagem da Faculdade ASA de Brumadinho sobre a relevância da iniciação científica, foi aplicado um questionário contendo 17 perguntas nas três turmas de enfermagem: o terceiro, sétimo e oitavo períodos.

A questão 1 a qual se deu início a pesquisa de campo para o artigo cientifico, teve como objetivo conhecer a faixa etária dos alunos do curso de enfermagem da Faculdade ASA de Brumadinho. Obtivemos como resultado que: 64% dos alunos possui entre 21 à 30 anos, 13% tem entre 31 à 40 anos, 12% corresponde quantidade de alunos de 41 à 50 anos e 11% corresponde à alunos com menos de 20 anos. Não obtivemos nenhum resultado correspondente à alunos acima de 51 anos.

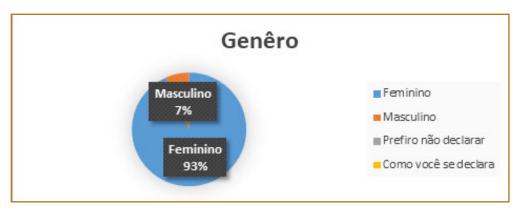
GRÁFICO 1-QUESTÃO I DO QUESTIONÁRIO



Fonte: Elaborada pelos próprios alunos

A questão 02, teve como objetivo saber qual o sexo predominante do público de alunos do curso de graduação em Enfermagem na Faculdade ASA de Brumadinho, através da qual obtivemos o seguinte resultado: 93% dos alunos de Enfermagem são do sexo feminino e 7% do sexo masculino.

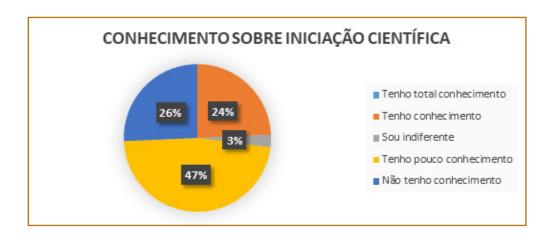
GRÁFICO 2-QUESTÃO 2 DO QUESTIONÁRIO



Fonte: Elaborada pelos próprios alunos

Com a questão 3 tivemos o intuito de saber se os alunos do curso de graduação em Enfermagem da Faculdade ASA de Brumadinho possuem alguma formação a nível técnico ou superior, antes de ter dado o início a graduação em Enfermagem. Foi obtido o seguinte resultado conforme o gráfico: 54% têm o curso superior incompleto, 36% têm curso técnico completo, somente 7% dos alunos possem curso superior concluído e 3% dos alunos tem o curso técnico incompleto.

GRÁFICO 3 -QUESTÃO 3 DO QUESTIONÁRIO



A questão 4 abordou como tema a Iniciação Cientifica onde foi questionado se os alunos possuem conhecimento sobre o assunto. Do total de alunos entrevistados, 47% informaram ter pouco conhecimento do que é uma iniciação científica e 26% informaram não ter qualquer conhecimento sobre o tema. Apenas 24% informou ter conhecimento sobre o assunto e 3% indicou não ter interesse sendo indiferente ao assunto. Houve 0% de alunos que tem total conhecimento sobre o que é uma iniciação cientifica.

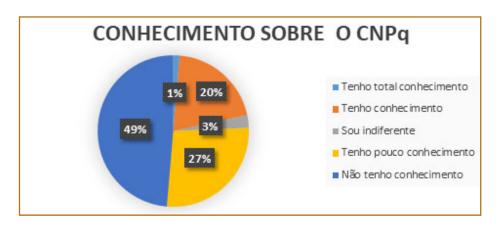
GRÁFICO 4-QUESTÃO 4 DO QUESTIONÁRIO



Fonte: Elaborada pelos próprios alunos

A questão 5 teve como objetivo observar se os alunos possuem conhecimento sobre a existência de bolsas de estudos e programas em pesquisas científicas que são ofertadas pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq. Dos dados analisados, pudemos perceber que 49% não tem nenhum conhecimento sobre o programa e 27% tem pouco conhecimento. Dos questionários analisados, vimos que 20% dos participantes têm conhecimento básico sobre os programas, 3% são indiferentes e apenas 1% tem total conhecimento sobre o assunto abordado.

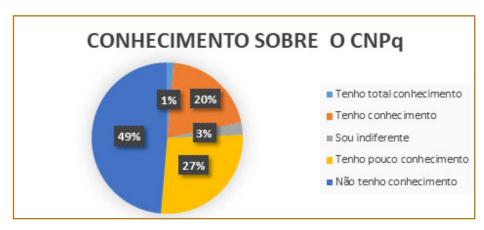
GRÁFICO 5-QUESTÃO 5 DO QUESTIONÁRIO FONTE:ELABORADA PELOS PRÓPRIOS ALUNOS



Fonte: Elaborada pelos próprios alunos

Com a questão 6 do questionário aplicado buscou saber se os alunos do curso de Enfermagem da Faculdade ASA de Brumadinho têm conhecimento sobre as entidades Fundação de Amparo à Pesquisa de Minas Gerais - FAPEMIG e do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica - PIBIC, entidades que buscam promover o conhecimento científico tecnológico. Os dados coletados mostram que 47% dos alunos não tem nenhum conhecimento sobre as entidades analisadas, já 35% tem pouco conhecimento, 12% tem conhecimento mínimo, 4% é indiferente sobre o assunto abordado e apenas 2% tem total conhecimento sobre as entidades que apresentam programas de amparo a pesquisa.

GRÁFICO 6 -QUESTÃO 6 DO QUESTIONÁRIO



A questão 07 buscou reflexionar sobre o nível de importância da realização do Trabalho Interdisciplinar de acordo com a visão dos alunos da Faculdade ASA de Brumadinho. O gráfico expõe resultado revelando que 46% dos pesquisados consideram a realização do trabalho interdiciplinar importante, 28% muito importante, para 12% não é importante, 11% afirmam ser pouco importante, 3% é indiferente à pergunta.

GRÁFICO 7-QUESTÃO 7 DO QUESTIONÁRIO



Fonte: Elaborada pelos próprios alunos

A questão 08 buscou verificar sobre a importância da disciplina de Metodologia Científica para elaboração do Trabalho Interdisciplinar e do TCC (Trabalho de Conclusão de Curso) de acordo com a visão dos alunos da Faculdade ASA de Brumadinho. O gráfico expõe o seguinte resultado revelando que 54% dos acadêmicos consideram muito importante, 28% importante, 15% pouco importante, 3% indiferente e 0% considera não importante.

GRÁFICO 8-QUESTÃO 8 DO QUESTIONÁRIO



A questão 09 buscou verificar, qual, o nível de importância da realização do TCC (Trabalho de Conclusão de Curso) na visão dos estudantes do curso de enfermagem. O gráfico apresenta o seguinte resultado: 40% consideram muito importante, 38% importante, 18% pouco importante, 4% consideram indiferente e 0% não é importante.

GRÁFICO 9 – QUESTÃO 9 DO QUESTIONÁRIO



Fonte: Elaborada pelos próprios alunos

A questão 10 revela sobre como cada graduando se avalia referente ao seu comprometimento para a produção de um artigo científico através do Trabalho Interdisciplinar. Os resultados apresentados foram: 19% muito comprometidos, 52% comprometidos ,19% parcialmente comprometidos, 7% não são comprometidos e 3% são indiferentes.

GRÁFICO 10-QUESTÃO 10 DO QUESTIONÁRIO



A questão 11 diz sobre a importância da revista ASA Palavra para a divulgação da pesquisa científica. Sendo assim, 37% se revelam que é muito importante, 47% relataram como importante, 9% são indiferentes, 4% relatam que é pouco importante e 3% dizem que não é importante.

GRÁFICO 11-QUESTÃO 11 DO QUESTIONÁRIO



Fonte: Elaborada pelos próprios alunos

A questão 12 busca conhercer se os graduandos têm conhecimento da possibilidade de publicação de artigos científicos pelos mesmos junto aos professores na Revista ASA Palavra. Dessa forma, 38% tem conhecimento, 35% tem total conhecimento, 16% tem pouco conhecimento, 6% são indiferentes e 5% não tem conhecimento.

GRÁFICO 12-QUESTÃO 12 DO QUESTIONÁRIO



O gráfico apresentado conta a questão de número 13 no questionário, manifestando os resultados sobre a avaliação do acervo bibliográfico da Faculdade Asa de Brumadinho do curso de enfermagem. O gráfico apresenta que 39% dos alunos graduando de enfermagem consideram o acervo excelente, 33% muito bom, 19% bom, 8% razoável e 1% ruim.

GRÁFICO 13-QUESTÃO 13 DO QUESTIONÁRIO



Fonte: Elaborada pelos próprios alunos

O gráfico abaixo consta sobre a pergunta de número 14 do questionário, apresenta o nível de concordância da respectiva frase "As pesquisas e as aulas práticas desenvolvidas nos laboratórios no curso de Enfermagem possibilitam o aprofundamento do conhecimento científico". Sendo que 60% dos alunos graduandos de enfermagem concorda totalmente, 31% concorda parcialmente, 4% são indiferentes, 4% discorda parcialmente e 1% discorda totalmente.

GRÁFICO 14-QUESTÃO 14 DO QUESTIONÁRIO



O gráfico abaixo apresenta a pergunta de número 15 do questionário mostrando o nível de concordância da respectiva frase "A pesquisa científica proporciona a resolução de problemas relevantes para a sociedade impulsionando o desenvolvimento da ciência". O resultado apresentou que 50% dos alunos graduando de enfermagem concordam, 35% concordam parcialmente,7% são indiferentes,7% discordam parcialmente e 1% discorda totalmente.

GRÁFICO 15-QUESTÃO 15 DO QUESTIONÁRIO



Fonte: Elaborada pelos próprios alunos

O gráfico da questão 16 está interpretando os resultados da seguinte afirmativa: "A pesquisa cientifica promove o desenvolvimento de quem a realiza", os dados obtidos com os alunos da graduação de enfermagem da Faculdade ASA de Brumadinho foram: Concordo totalmente 63%; concordo parcialmente 26%; sou indiferente 8%; discordo parcialmente 3%, discordo totalmente 0%.

GRÁFICO16-QUESTÃO 16 DO QUESTIONÁRIO



O gráfico da questão 17 está interpretando os resultados da seguinte pergunta: "Qual a importância da Iniciação Científica desenvolvida no curso de enfermagem da Faculdade Asa de Brumadinho?" Os dados obtidos com os alunos da graduação de enfermagem foram: muito importante 43%; importante 42%, sou indiferente 10%, pouco importante 5%,não é importante 0%.

GRÁFICO 17-QUESTÃO 17 DO QUESTIONÁRIO



Fonte: Elaborada pelos próprios alunos

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conforme apresentado ao longo desse trabalho, percebeu-se de fato a importância da iniciação científica e, consequentemente, os benefícios trazidos na vida de quem a pratica. Em prova disso, verificou-se nesse artigo que através dela há o desenvolvimento de uma escrita científica dos graduandos, a inserção dos mesmos no campo da ciência e obtenção de um pensamento crítico, fatores ímpares voltados à transcendência universitária de cada indivíduo, impactando diretamente a vida acadêmica dos alunos de enfermagem da Faculdade ASA de Brumadinho.

Dito isso, um dos objetivos propostos desse trabalho foi analisar qual a importância da Iniciação Científica na visão dos alunos da instituição mencionada, no primeiro semestre de 2023. Essa análise foi cumprida através da metodologia adotada com a aplicação de um questionário contendo 17 perguntas relacionadas ao tema em questão, rendendo um total de 74 questionários para a amostragem. Vale informar que o curso de Enfermagem é composto por 130 acadêmicos entre 3°, 7° e 8° períodos, onde foram o foco da pesquisa realizada. Como principais resultados dessa pesquisa, foi possível elencar que grande parte dos graduandos de enfermagem da Faculdade ASA de Brumadinho possui uma visão positiva acerca da iniciação científica. Isso se faz presente quando se referem à sua importância e o comprometimento do desenvolvimento do Trabalho Interdisciplinar, ou seja, conclui-se a partir desses dados que cada estudante percebe o crédito gan-

ho no aprofundamento em pesquisas, se estabelecendo fundamentalmente em suas vidas acadêmicas. Entretanto, o conhecimento sobre o tema é inferior à sua notoriedade, tendo um percentual de aproximadamente 24% sobre a compreensão do tema por si só e somente 20% conhecerem os programas de bolsas de estudo em pesquisas científicas, desproporcionalmente relacionado a mais de 80% terem a compreensão da importância da iniciação científica. Isso reflete diretamente na excelência acadêmica de cada graduando. Não basta apenas o saber da relevância das pesquisas, mas sim a consciência de como realizá-la da melhor forma e entender o seu universo, para que as pesquisas sejam feitas da melhor forma.

Além disso, 74% dos alunos relataram que é importante a realização do Interdisciplinar. Quando perguntados sobre a importância da realização do Trabalho de Conclusão de Curso também verificou-se muita positividade nas respostas visto 30 que 78% afirmaram a respeito disso. Logo, esses resultados escancaram a relevância da realização do Trabalho de Conclusão de Curso pelos acadêmicos. Ademais, 71% avaliam-se e se intitulam comprometidos em relação ao Trabalho Interdisciplinar revelando o compromisso da maioria dos estudantes neste quesito. Dito isso, deduz-se que existe de fato um grande interesse dos graduandos em realizar pesquisa científica. Contudo, percebe-se que, citando novamente os dados acima, a grande maioria dos graduandos não possuem conhecimento sobre as entidades cruciais desse processo.

Arremata-se, pois, a importância desse tema e recomenda-se o aprofundamento deste junto à mais pesquisas. Sugerem-se abordagens que considerem a elaboração de um programa próprio da faculdade ou a parceria com entidades, para que juntas possam oferecer apoio aos alunos através da distribuição de bolsas de estudo em pesquisa científica, para que, como foi citado na pesquisa feita através deste trabalho, os alunos realizem pesquisas e sejam privilegiados dos ganhos, já que foram percebidos os inúmeros benefícios tanto pessoal quanto profissional aos estudantes da referida instituição. Espera-se que dessa forma os graduandos sejam mais integrados e realizem ciências significativas. Além disso, vale sugerir a busca de apoio e incentivo da empresa VALE S/A (Companhia Vale do Rio Doce) para custear bolsas de estudo em pesquisa científica aos graduandos por meio de uma possível parceria com a Faculdade ASA de Brumadinho, visto que essa mineradora tanto prejudicou a cidade de Brumadinho e deixou graduandos cicatrizados, que almejam esperança e ciência. Dessa forma, haveriam mais estudantes incentivados, interessados e integrados em pesquisa.

REFERÊNCIAS

BRIDI, Jamili Cristina Ajub. A pesquisa nas universidades brasileiras: implicações e perspectivas. Iniciação científica: aspectos históricos, organizacionais e formativos da atividade no ensino superior brasileiro. São Paulo: Unesp, p. 13-35, 2015.

DE CAMPOS TOZONI-REIS, Marília Freitas. **Metodologia de pesquisa**. 2008.

DE CASTRO CABRERO, Rodrigo; DA COSTA, Maria da Piedade Resende. Iniciação Científica, Bolsa de Iniciação Científica e Grupos de Pesquisa. **Iniciação Científica**, p. 109, 2015.

DE SOUSA, Angélica Silva; DE OLIVEIRA, Guilherme Saramago; ALVES, Laís Hilário. A pesquisa bibliográfica: princípios e fundamentos. **Cadernos da FUCAMP**, v. 20, n. 43, 2021.

DURKHEIM, Emilé. As regras do método sociológico.2º. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

DURKHEIM, Emilé. Durkheim: sociologia. São Paulo, SP: Ática, 1998.Disponível em: http://www.consciencia.org/durkheim-e-a-sociologia. Acesso em: 23 abr,2023

FONTELLES, Mauro José et al. Metodologia da pesquisa científica: diretrizes para a elaboração de um protocolo de pesquisa. **Revista paraense de medicina**, v. 23, n. 3, p. 1-8, 2009.

GIL, Antônio Carlos. **Como classificar as pesquisas**. Como elaborar projetos de pesquisa, v. 4, n. 1, p. 44-45, 2002.

INSTITUIÇÃO EDUCACIONAL CECÍLIA MARIA DE MELO BARCELOS. **Manual do Aluno. Brumadinho**, 2019. Disponível em: https://faculdadeasa.com.br/regulamentos/. Acesso em: 20 de maio de 2023.

MASSI, Luciana; QUEIROZ, Salete Linhares. **Iniciação científica: aspectos históricos, organizacionais e formativos da atividade no ensino superior brasileiro.** 2015.

POTTER, Patricia A, et al. **Fundamentos de Enfermagem**.8 ed. Rio de Janeiro ,Editora Elsevier,2013

PROETTI, Sidney. As pesquisas qualitativa e quantitativa como métodos de investigação científica: Um estudo comparativo e objetivo. **Revista Lumen-ISSN: 2447-8717**, v. 2, n. 4, 2018.

SAKAMOTO, Cleusa Kazue; SILVEIRA, Isabel Orestes. **Como fazer projetos de iniciação científica**. Pia Sociedade de São Paulo-Editora Paulus, 2019. 32

SANTOS, VANESSA CRUZ; ANJOS, Karla Ferraz; ALMEIDA, Obertal Silva. Iniciação Científica a partir de Estudantes de Enfermagem. **Rev Bras Ci Saúde**, v. 19, n. 4, p. 255-60, 2015.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**.23 ed. São Paulo, Editora Cortez, 2007

SILVA, Paulo Henrique Liberato da et al. **Os benefícios da iniciação científica para o desenvolvimento dos alunos de graduação em engenharia segundo ex-membros.** 2021.

TREVIZAN, Maria Auxiliadora; MENDES, Isabel Amélia Costa. Iniciação científica: modalidade de incentivo à pesquisa em enfermagem. **Revista Gaúcha de Enfermagem**, v. 12, n. 2, p. 33-33, 1991.

. . .

CONTRIBUIÇÕES DO ENFERMEIRO E OBSTÁCULOS PARA A ASSISTÊNCIA INTEGRAL À SAÚDE DO HOMEM¹

Glaucia Lucia de Sales Alves² Jeovânio José da Rocha² Jessica Andrade Gobira³ Vanessa Elaine Soares da Silva⁴

RESUMO

O enfermeiro é o profissional que desempenha um papel importante para que o homem desenvolva o autocuidado, porém a baixa procura desta população aos serviços de saúde é uma realidade que gera prejuízos a sua própria saúde. A Política Nacional de Atenção Integral à Saúde do Homem - PNAISH visa facilitar e ampliar o acesso com qualidade da população masculina às ações e aos serviços de assistência integral à saúde, sendo importante que os serviços de atenção básica estejam preparados para receber homens da mesma forma que recebem mulheres, crianças e idosos, para que assim, os homens também se sintam pertencentes ao serviço que lhe é prestado.

Palavras-chave: PNAISH, enfermagem, homem, atenção primária.

Abstract: The nurse is the professional who plays an important role for man to develop self-care, but the low demand of this population for health services is a reality that generates losses. PNAISH (National Policy for Comprehensive Attention to Men's Health) aims to facilitate and expand quality access for the male population to comprehensive health care actions and services, being important that primary care services are prepared to receive men in the same way that they

¹ Artigo elaborado para ser apresentado no Trabalho Interdisciplinar do curso de Enfermagem, no 2º semestre de 2022, da Faculdade Asa de Brumadinho.

² Professores Orientadores do Trabalho Interdisciplinar. Professores da Faculdade Asa de Brumadinho. Professora Gláucia é especialista em Enfermagem. Professor Jeovânio é Mestre em Ensino de Biologia - UFMG.

³ Aluna do curso de Enfermagem da Faculdade Asa de Brumadinho

⁴ Aluna do curso de Enfermagem da Faculdade Asa de Brumadinho

receive women, children and the elderly, so that men also feel that they belong to the service provided to them.

Keywords: PNAISH, nursing, man, primary attention.

I INTRODUÇÃO

O presente estudo identifica a saúde do homem e reforça a importância do autocuidado masculino, da assistência de enfermagem na atenção primária e de políticas públicas que façam ele se sentir inserido nas unidades de saúde para que se sinta pertencente naquele local. (SEPARA-VICH; CANESQUI, 2013)

A presença majoritária nos serviços de saúde são de mulheres, crianças e idosos, sendo assim há uma invisibilidade de homens nessas unidades e, para que esse **número** aumente, é preciso um trabalho mútuo entre os profissionais de saúde, consciência coletiva do público masculino e da sociedade geral. (SEPARAVICH; CANESQUI, 2013)

Os homens apresentam uma vulnerabilidade em adquirir doenças se comparado com as mulheres e isso está ligado a alguns fatores comportamentais e culturais que desvalorizam os métodos de prevenção e de cuidados com a saúde e consequentemente tendo agravos pela não procura no momento certo das unidades de saúde. (ALBUQUERQUE; LEITE; BELEM; NUNES; OLIVEIRA; ADAMI, 2014)

O enfermeiro como profissional da Estratégia da Saúde da família tem papel de destaque no contexto da saúde do homem, podendo atuar com práticas assistenciais, preventivas e de promoção da saúde. (ALBUQUERQUE; LEITE; BELEM; NUNES; OLIVEIRA; ADAMI, 2014)

2 OBJETIVO GERAL

Realizar uma revisão de literatura sobre as contribuições do enfermeiro para saúde do homem e compreender o funcionamento dos serviços voltados para o público masculino na atenção básica, tendo em vista questionamentos sobre a invisibilidade masculina nos setores que buscam a prevenção, promoção e recuperação da saúde.

2.1 Objetivos específicos

Identificar a assistência de enfermagem e os desafios da atenção básica para o autocuidado e assistência integral a saúde do homem.

Avaliar o funcionamento dos serviços de saúde na atenção básica.

Analisar as contribuições da equipe de enfermagem para saúde do homem.

3 METODOLOGIA

Trata-se de um estudo exploratório cujo objetivo foi avaliar as evidências disponíveis na literatura sobre as contribuições do enfermeiro na saúde do homem e o autocuidado masculino. A busca eletrônica gerou um total de 26 estudos. Então 15 foram excluídos após a leitura do título e do resumo, e, portanto, onze estudos, foram potencialmente elegíveis após a avaliação do título e resumo, no qual o foco era o autoconhecimento do homem perante a saúde masculina.

Foram levantados artigos, nas bases de dados BVS e SCIELO. O material foi categorizado de acordo com ano de publicação, local do estudo e fatores relacionados à adesão.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

É importante que políticas públicas sejam cada vez mais inclusivas para a saúde masculina, para que assim, os profissionais de saúde possam trabalhar garantindo prevenção e promoção de saúde e consequentemente, que o paciente receba uma assistência de qualidade para preservação de sua saúde.

5 AUTOCUIDADO E ADOECIMENTO DOS HOMENS

O cuidado é um princípio fundamental do ser humano, sem ele desde o nascimento até o final da vida, o ser humano tem a tendência a se debilitar de alguma forma. (GARCIA; CARDOSO; BERNARDI, 2019)

O autocuidado emerge com uma função na qual possibilita aos indivíduos desempenharem um papel, de maneira autônoma, que promovam ações direcionadas à preservação da vida, saúde, evolução e bem-estar. O autocuidado é um processo de transformação e está

relacionado aos sentimentos individuais e também na retomada de um sentido para suas vidas, fornecendo assim um sentido para caminhar na direção de um futuro saudável. (GAR-CIA; CARDOSO; BERNARDI, 2019)

Historicamente o "cuidar-se" é reconhecido como parte do comportamento feminino, e não do gênero masculino. A cultura do homem em ser forte e viril remete ao pensamento de que homens não podem adoecer e com isso acaba não desenvolvendo o hábito de prevenção em saúde. A cultura machista na sociedade também indica que o homem é capaz de fazer tudo sem sofrer qualquer tipo de consequência, sendo ele o ser dominante que apenas determina e comunica o que quer fazer, enquadrando o homem numa espécie de máquina indestrutível, não admitindo entrar em contato com seus limites e com isso buscando ajuda somente quando o sintoma agudo se apresenta, ou seja, a visão curativa da saúde ficando à frente da preventiva. (GARCIA; CARDOSO; BERNARDI, 2019)

Para os homens a relação com o autocuidado está permeada por crenças patriarcais, estruturadas como correntes rígidas de masculinidades que ditam os papéis a serem reproduzidos e com isso os homens seguem com a crença de que não faz sentido procurar algo que possa estar errado com a sua saúde sem apresentar sinais ou sintomas, contribuindo para que fiquem expostos a situações que podem se agravar e que poderiam ser detectadas antecipadamente. (GARCIA; CARDOSO; BERNARDI, 2019)

A cultura machista contribui para que os homens não busquem atendimento em saúde, e isso dificulta que eles tenham atitudes direcionadas para o autocuidado. (GARCIA; CARDOSO; BERNARDI, 2019)

É imprescindível a necessidade de mudança na mentalidade da população masculina, para que possam aceitar a implementação de hábitos relacionados ao autocuidado. (GARCIA; CARDO-SO; BERNARDI, 2019)

Sendo assim, a saúde integral do homem não é preventiva, ou seja, não tem hábitos de autocuidado e parece estar perdida em um mundo distante do contemporâneo, o qual passa a demandar outro tipo de comportamento, um novo tipo de homem. A tendência é que essa população continuará aumentando nos índices de morbimortalidade até que consigam realizar avanços e mudanças comportamentais eficazes nos aspectos de prevenção e autocuidado. (GARCIA; CARDOSO; BERNARDI, 2019)

6 DESAFIOS PERANTE A SEXUALIDADE MASCULINA

Homens iniciam a atividade sexual cada vez mais precocemente, em que são motivados pela atração física e não possuem vínculo afetivo, na busca de provar a masculinidade e autoafirmação (visão machista que infelizmente ainda acontece). Com isso, são influenciados por valores e crenças que defende a superioridade masculina e as desigualdades de gênero. (SOBRAL; BIBIANO; TENORIO; SANTOS; FILHO; SILVA, 2019)

Os homens ao se relacionarem sexualmente, muitas vezes sem o uso regular do preservativo masculino, aumenta sua vulnerabilidade ao acometimento pelo Vírus da Imunodeficiência Humana (HIV) e IST's. Muitos justificam a não adoção do preservativo, pela diminuição do prazer no intercurso sexual, ausência da sensibilidade, desconforto na atividade sexual, risco de rompimento, entre outros. Por isso, as ações de educação em saúde são tão relevantes porque levam orientações na tentativa de reduzir comportamentos de risco. (SOBRAL; BIBIANO; TENORIO; SANTOS; FILHO; SILVA, 2019)

Discutir a sexualidade com o homem envolve diferentes questões como: o conhecimento sobre o corpo masculino, a importância da atividade sexual e a vivência do prazer para ambos os sexos, as concepções de gênero e sua importância no cotidiano dos relacionamentos (relações de confiança e fidelidade), bem como a prevenção das doenças. (SOBRAL; BIBIANO; TENORIO; SANTOS; FILHO; SILVA, 2019)

Assim, nos moldes da masculinidade ideal estão presentes noções de invulnerabilidade, comportamento de risco e uma sexualidade instintiva, associadas a dificuldades de verbalização das próprias necessidades de saúde e sexuais, pois falar de seus problemas pode significar uma possível demonstração de fraqueza perante os outros. (SOBRAL; BIBIANO; TENORIO; SANTOS; FILHO; SILVA, 2019).

7 RESISTÊNCIA DOS HOMENS NA PROCURA DOS SERVIÇOS DE SAÚDE

Historicamente o homem apresenta-se como o sexo forte, pilar estruturante da família na sociedade, dessa forma assume riscos que interferem em suas condições de saúde, pois o estereótipo também define a forma como os homens usam e percebem os seus corpos. (MAGALHAES; SOUZA; BEZERRA; CABRAL; MIRANDA; COELHO, 2018)

Na perspectiva de seus modelos de masculinidade, o homem, muitas vezes, assume comportamentos considerados pouco saudáveis, que estão relacionados a um modelo de masculinidade idealizada. (MAGALHAES; SOUZA; BEZERRA; CABRAL; MIRANDA; COELHO, 2018)

Nos modelos afirmados pela sociedade, o ser masculino é invulnerável, forte, e o seu adoecimento apresenta-se como demonstração de fraqueza. A percepção de invulnerabilidade e do modelo hegemônico de masculinidade faz com que o homem desvalorize o autocuidado com a saúde. Além dos homens terem dificuldade em reconhecer suas necessidades, cultivando o pensamento mágico que rejeita a possibilidade de adoecer, os serviços e as estratégias de comunicação privilegiam ações de saúde à criança, ao adolescente, à mulher e ao idoso. Os serviços de saúde ainda devem ser reestruturados para o atendimento dessa demanda, no que se refere aos profissionais e à própria comunidade. (MAGALHAES; SOUZA; BEZERRA; CABRAL; MIRANDA; COELHO, 2018)

Tais agravos geram consequências que conduzem a problemas de saúde pública, pois o acesso dos homens aos serviços de saúde apresenta-se em predominância na assistência especializada. A resistência masculina na procura dos serviços de saúde somada à fragilidade de programas de saúde pública, apresenta pesada influência financeira à sociedade. (MAGALHAES; SOUZA; BEZERRA; CABRAL; MIRANDA; COELHO, 2018)

A busca por atendimento em saúde requer, muitas vezes, que o sujeito falte ao trabalho, sendo mais um fator que dificulta o acesso da população masculina ao sistema de saúde. A captação da população masculina para a atenção primária deve ser realizada pela equipe da Estratégia Saúde da Família (ESF), composta, dentre outros profissionais, pelo enfermeiro. A partir da identificação das necessidades do homem e de seus problemas, algumas estratégias devem ser pensadas para facilitar a sua adesão às ações preventivas ofertadas pelo serviço. (MAGALHAES; SOUZA; BEZERRA; CABRAL; MIRANDA; COELHO, 2018)

8 PNAISH E OS DESAFIOS PARA SUA IMPLEMENTAÇÃO

A proposição da Política Nacional de Atenção Integral à Saúde do Homem (PNAISH) visa qualificar a saúde da população masculina na perspectiva de linhas de cuidado que resguardem a integralidade da atenção. O reconhecimento de que os homens adentram o sistema de saúde por meio da atenção especializada tem como consequência o agravo da morbidade pelo retardamento na atenção e maior custo para o SUS. É necessário fortalecer e qualificar a atenção primá-

ria garantindo, assim, a promoção da saúde e a prevenção aos agravos evitáveis. (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2008)

A política traduz um longo anseio da sociedade ao reconhecer que os agravos do sexo masculino constituem verdadeiros problemas de saúde pública. Um dos principais objetivos desta Política é promover ações de saúde que contribuam significativamente para a compreensão da realidade singular masculina nos seus diversos contextos socioculturais e político-econômicos. O respeito aos diferentes níveis de desenvolvimento e organização dos sistemas locais de saúde e tipos de gestão também estão incluídos nesse objetivo. Este conjunto possibilita o aumento da expectativa de vida e a redução dos índices de morbimortalidade por causas preveníveis e evitáveis nessa população. (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2008)

Mesmo com mais de 12 anos da criação da PNAISH, e desta política ser considerada um grande passo em direção ao aprimoramento do atendimento à saúde da população masculina, fato este que gerou um Plano de Ação Nacional com previsão de implementação entre 2009 e 2011, ainda não se tem percebido mudanças efetivas no Sistema Único de Saúde (SUS) com caráter preventivo da saúde dos homens. A ausência do homem, déficit de comportamento de autocuidado, sentimentos de temor vinculado ao trabalho, déficit na capacitação dos profissionais em saúde do homem e no conhecimento sobre a PNAISH, feminização desses serviços e incompatibilidade de horários são apontados como algumas dificuldades por parte dos trabalhadores de saúde. (DANTAS; FEITOSA; MORAIS; BESSA, 2020)

Isso traz para os profissionais da saúde, principalmente os que atuam na Atenção Primária à Saúde (APS), a necessidade de rever suas práticas nos serviços da Estratégia Saúde da Família (ESF) de forma interdisciplinar e multiprofissional, com o intuito de efetivar as políticas de saúde pública e evitar os agravos à saúde que envolvem a saúde dos homens. (DANTAS; FEITOSA; MORAIS; BESSA, 2020)

A PNAISH enfatiza a necessidade de mudanças na percepção da população masculina em relação ao cuidado com a sua saúde e à saúde de sua família, no intuito de favorecer uma visão e postura crítico-reflexiva para que a política efetivamente aconteça. (NOBRE; FREITAS, 2021)

As ações de promoção da saúde voltadas para população masculina são realizadas de forma precária, observando assim a carência de atos que priorizem as particularidades do sexo masculino, como descrito na PNAISH. (ASSIS; RODRIGUES; CHRISTOFORO; TACSI, 2018)

Atualmente o processo de trabalho dos enfermeiros encontra-se fragilizado, pois a política não está implantada em sua totalidade e os profissionais necessitam aprofundar seus conhecimentos por meio de capacitações e treinamentos. Então há uma necessidade de a gestão municipal discutir e promover ações de educação em serviço para implantar, de fato, a política nacional de atenção integral à saúde do homem. (ASSIS; RODRIGUES; CHRISTOFORO; TACSI, 2018)

9 ATENÇÃO BÁSICA

Os serviços de saúde podem ser considerados pouco aptos para absorver a demanda apresentada pelos homens, pois sua organização não estimula o acesso dos mesmos. Dessa maneira, percebe-se que poucas são as unidades de saúde que disponibilizam um atendimento ampliado, em turnos de 24 horas e aos fins de semana. Sendo assim, homens que estão trabalhando no mercado formal, com horários rígidos, não podem se ausentar com a frequência exigida, pois isso comprometeria a sua estabilidade no emprego. (MOREIRA; FONTES; BARBOZA, 2014)

É importante ressaltar que a pouca procura pelo público masculino aos serviços de saúde não se deve só a fatores ligados aos usuários, mas também à política de saúde praticada para este grupo de indivíduos. Este despreparo se dá devido à falta de estudos na área que contempla a PNAISH, tanto por partes dos profissionais quanto do público alvo. A necessidade do autocuidado são conceitos retratados bem antes da criação da Política ou até mesmo do homem ser foco de grandes ações em saúde pública. Tais necessidades são iguais e podem ser praticadas por todos os indivíduos, porém, podendo variar de acordo com as diferenças e manifestação em cada indivíduo. Múltiplos fatores interferem na manifestação e atendimento como: ambiente físico, cultura, nível de escolaridade, idade, sexo, fatores socioeconômicos. (VAZ; SOUZA; FILHO; SANTOS; CAVALCANTE, 2018.)

Para realizar uma assistência de qualidade à população masculina, é fundamental que, desde a formação, os profissionais de saúde tenham capacidade de desenvolver um olhar crítico para a população masculina. Diante disto, é necessário que auxilie os homens para que os mesmos possam identificar suas dificuldades e dessa forma aprender a cuidar de sua saúde. (NOBRE; FREITAS, 2021)

O aspecto apreendido como feminização da UBS está diretamente relacionado à cultura que é muito forte nas práticas e serviços com a priorização da atenção à mulher. Muito embora seja possível observar nas vivências cotidianas as transformações socioculturais e de gênero ocorridas

no país, a saúde dos homens apresenta uma abordagem generalista, superficial, fragmentada e bastante descontextualizada do ambiente sociocultural onde é incerido, sendo necessário estruturar os serviços de saúde em termos de organização e processo do trabalho a fim de atender à especificidade dessa população. (NOBRE; FREITAS, 2021)

A responsabilidade não é somente dos homens, mas da sociedade como um todo, visto que é necessária a superação da cultura machista patriarcal. Além disso, o governo também pode auxiliar esta população através do desenvolvimento ou aprimoramento de políticas públicas já existentes, as quais devem considerar o meio sociocultural no qual os homens estão inseridos. É importante que o atendimento seja diferenciado dentro de cada realidade cultural, e não universal e idêntico em todas essas regiões. O estabelecimento do vínculo entre o homem e o profissional de saúde é determinante para que ele construa o sentimento de pertencimento àquele serviço. (GARCIA; CARDOSO; BERNARDI, 2019)

10 ATUAÇÃO DA ENFERMAGEM NA SAÚDE DO HOMEM

O enfermeiro exerce papel fundamental na atenção primária, pois ele toma medidas e implementa condutas, de acordo com programas existentes, visando à promoção da saúde e prevenção de agravos da população masculina de forma efetiva. É importante salientar que, há um grande despreparo por parte de alguns profissionais, pois é notório o déficit de conhecimento sobre a política e a maneira adequada de implementá-la. Também há um despreparo político-governamental das instituições, pois nos currículos acadêmicos as questões relacionadas à saúde do homem não são enfatizadas como a Saúde da Mulher e da Criança. Para que esta situação seja revertida e que a saúde do homem deixe de ter tantas deficiências, é importante a criação de estratégias na atenção básica para que tenha uma melhor divulgação e em consequência uma maior aderência da PNAISH. Há uma necessidade de investimentos na formação dos profissionais de saúde, realizando abordagens específicas para o atendimento na saúde do homem com foco não somente nos agravos, mas em medidas de prevenção e promoção e proteção da saúde que serão de extrema importância na redução de agravos. (VAZ; SOUZA; FILHO; SANTOS; CAVALCANTE, 2018.)

A enfermagem possui papel primordial para prevenção, promoção e manutenção na vida do homem, porém os enfermeiros apontam como problema principal a falta de divulgação da PNAISH. O modo com que os homens são recebidos os afastam, pois não há uma metodologia de sistematização para implementar a política. Se houvesse capacitação de profissionais e investi-

mento na política, os profissionais seriam mais capacitados, e assim, a política seria mais abrangente e resolutiva. (VAZ; SOUZA; FILHO; SANTOS; CAVALCANTE, 2018.)

O desafio para os profissionais da enfermagem é vencer a resistência masculina ao cuidado preventivo consigo. Sendo assim, é preciso que os homens sejam incentivados a ter hábitos e costumes de cuidado individual contínuo, para que essa população não seja encaminhada ao nível terciário de atenção.

O processo de formação em enfermagem é dinâmico e deve estar em consonância direta com o setor da saúde, que é uma área que sofre constantes mudanças e avanços no conhecimento, através de pesquisa, introdução de novas tecnologias, etc. Por esta razão, é essencial que os profissionais de saúde, especialmente o enfermeiro, se atualize e complemente sua formação acadêmica, tendo como objetivo oferecer assistência de qualidade e uma prática baseada em evidências científicas. (NOBRE; FREITAS, 2021)

I I CONSIDERAÇÕES FINAIS

A revisão literária possibilitou identificar que é fundamental que o enfermeiro esteja capacitado para realização do adequado atendimento de homens nas unidades de atenção primária da saúde, da mesma forma que os serviços de saúde precisam estar preparados para receber a população masculina para que assim o sentimento de pertencimento exista do homem naquele local, sendo importante que haja um serviço de implementação de educação continuada para os profissionais através de seus gestores.

A resistência masculina na procura de serviços da atenção primária de saúde acarreta em uma sobrecarga em outros níveis de atenção e também um sofrimento emocional e físico maior no paciente e em sua família. Sendo assim, é importante que se tenha mudanças particulares e individuais no homem, mudanças nas unidades de saúde, nos profissionais e na sociedade de um modo geral.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, Grayce; LEITE, Monica; BELEM, Jameson; NUNES, Jeane; OLIVEIRA, Marcelo; ADA-MI, Fernando. **O homem na atenção básica: percepcões de enfermeiros sobre as implicações do gênero na saúde.** Santo André/SP, 2014.

ASSIS, Natalia de Oliveira; RODRIGUES, Juliana; CHRISTOFORO, Berendina E. Bouwman; TACSI, Yolanda R. Condorimay. **Atuação dos enfermeiros frente à política nacional de atenção integral a saúde do homem: um estudo exploratório.** Umuarama, 2018.

DANTAS, Wirlanda; FEITOSA, Rubia Mara Maia; MORAIS, Jocasta Maria de Oliveira; BESSA, Marcelino Maia. **Política de saúde do homem e assistência prestada pelos profissionais na atenão primária à saúde.** Mossoró/RN, 2020.

GARCIA, Luis Henrique Costa; CARDOSO, Nicolas de Oliveira; BERNARDI, Claudia Maria C. do Nascimento. **Autocuidado e adoecimento dos homens: uma revisão integrativa nacional.** Porto Alegre/RS, 2019.

MAGALHAES, Monalisa Chaves; SOUZA, Elza Maria da Conceição; BEZERRA, Sara Taciana Firmino; CABRAL, Riksberg Leite; MIRANDA, Karla Correa Lima; COELHO, Manuela de M. Figueiredo. **Atendimento à população masculina na atenção primária de maracanaú-ce: estudo documental.** Fortaleza/CE, 2018.

Ministério da Saúde. **Política nacional de atenção integral à saúde do homem.** Brasilia/DF, 2008.

MOREIRA, Renata L. S. Fonseca; FONTES, Wilma Dias; BARBOZA, Talita Maia. **Dificuldades de inserção do homem na atenção básica a saúde: a fala dos enfermeiros.** João Pessoa/PB, 2014.

NOBRE, Juliana de Pontes; FREITAS; Consuelo Aires. **Aspectos relacionados à implementação da política nacional de atenção integral à saúde do homem (pnaish) no brasil.** Fortaleza/CE, 2021.

SEPARAVICH, Marco; CANESQUI, Ana. Saúde do homem e masculinidades na política nacional de atenção integral à saúde do homem: uma revisçao bibliográfica. São Paulo/SP, 2013.

SOBRAL, Janaina P. C. Pereira; BIBIANO, Alana M. Brito; TENORIO, Marilia Martina G. de Oliveira; SANTOS, Taise Gama; FILHO, Roberto Firpo de Almeida; SILVA, Nivia Madja dos Santos. **A saúde do homem na perspectiva da sexualidade: um relato de experiência.** Maceió/AL, 2019.

VAZ, Cesar A. Mendes; SOUZA, Guilherme Barbosa; FILHO, Marciano de Moraes; SANTOS, Osmar Pereira; CAVALCANTE, Marcela M. F. Peres. **Contribuições do enfermeiro para a saúde do homem na atenção básica.** 2018.

. . .

DIAGNÓSTICO SITUACIONAL COMO FERRAMENTA ADMINISTRATIVA NA APS

Raphael Faria da Costa 1

Lorena dos Anjos Lourenço²

Micaele de Oliveira Abreu³

Stefane Amorim Ribeiro⁴

RESUMO

Esse estudo tem como objetivo expor o que é o diagnóstico situacional e suas contribuições para a Atenção Primária através de um ESF (Estratégia Saúde da Família), foi escolhido um ESF e coletado dados do mesmo descrevendo e avaliando pontos apontados por profissionais da unidade. A proposta metodológica baseia-se na construção de um diagnóstico situacional, que ocorreu no mês de abril de 2023 em um ESF, seu nome e localidade serão mantidos em sigilo. Para a realização e suporte teórico foi utilizado método de pesquisa em livros e artigos científicos. O diagnóstico situacional é um dispositivo importante para avaliação das Unidades Básica de Saúde (UBS) sendo de total necessidade na formação de acadêmicos, pois, é de fundamental importância como estratégia de intermediação entre as necessidades de saúde da população e organização dos serviços. A Estratégia Saúde da Família (ESF) é o modelo assistencial da Atenção Básica, baseado no trabalho de equipes multiprofissionais, esse modelo busca promover o acesso aos serviços, a aproximação e vinculo entre os profissionais e usuários para o cuidado da saúde. Através da pesquisa de campo no ESF para a construção do Diagnostico Situacional é possível analisar eventuais pontos a serem melhorados na unidade, pois apesar de ser uma unidade que oferece bom atendimento, sua estrutura deixa a desejar, com espaços muito pequenos e má distribuição dos locais. Esse estudo é de grande valia para a área da saúde, podendo ser aplicado em demais unidades existentes para a melhoria nos serviços da atenção primaria à saúde.

Palavras-chaves: Atenção Primária, Diagnóstico Situacional, Estratégia Saúde da Família.

ABSRACT

This study aims to expose what situational diagnosis is and its contributions to Primary Care through an ESF (Family Health Strategy), an ESF was chosen and data was collected from it, describing and evaluating points pointed out by professionals of the unit. The methodological proposal is based on the construction of a situational diagnosis, which took place in April 2023 in an ESF, its name and location will be kept confidential. For the realization and theoretical support, a research method in books and scientific articles was used. The situational diagnosis is an important device for the evaluation of the Basic Health Units (UBS) and is of total necessity in the training of academics, as it is of fundamental importance as a strategy of intermediation between the health needs of the population and the organization of services. The Family Health Strategy (FHS) is the care model of Primary Care, based on the work of multidisciplinary teams, this model seeks to promote access to services, approximation and bonding between professionals and users for health care. Through field research in the FHS for the construction of the Situational Diagnosis, it is possible to analyze possible points to be improved in the unit, because despite being a unit that offers good care, its structure leaves something to be desired, with very small spaces and poor distribution of places. This study is of great value for the health area, and can be applied in other existing units to improve primary health care services.

Keywords: Primary Care, Situational Diagnosis, Family Health Strategy.

1. INTRODUÇÃO

O diagnóstico situacional é um dispositivo importante para avaliação das Unidades Básicas de Saúde (UBS) sendo de total necessidade na formação de acadêmicos, pois, de forma geral ele proporciona o entendimento de questões a serem melhoradas, como exemplo as necessidades de saúde, educação, saneamento, segurança, transporte, habitação, além de compreender a organização dos serviços de saúde. ALVES e col. (2021)

Portanto, o diagnostico situacional nas unidades de saúde é de fundamental importância como estratégia de intermediação entre as necessidades de saúde da população e organização dos serviços. Ele ajuda a desenvolver ações de saúde mais efetiva, determinar prioridades e desenvolver atividades de acordo com as necessidades da região. BARBOSA e col.

(2019)

A Estratégia Saúde da Família (ESF) tem um papel fundamental na atenção primaria à saúde, pois é o primeiro contato, devendo trabalhar com uma base de estruturação das redes de atenção, com suporte dos serviços de apoio diagnósticos, assistência especializada e hospitalar. MALTA e col. (2013)

É evidente que todas as disciplinas são de grande importância para a construção de nossos conhecimentos e para execução de trabalhos acadêmicos. Para a elaboração desse artigo, a disciplina de Administração nos Serviços de Enfermagem na Atenção Primaria à Saúde e Enfermagem na Atenção Primária à Saúde agregou como base para o desenvolvimento do tema proposto, pois essas disciplinas nos auxiliam na abordagem do conceito de ESF, funcionamento e administração do local e o uso do Diagnostico Situacional para avaliação e melhorias da unidade de saúde.

2. DISCUSSÃO

2.1 Conceito de ESF

O Ministério da Saúde criou no Brasil a Estratégia de Saúde da Família (ESF), procurando acompanhar as diretrizes do Sistema Único de Saúde (SUS), sobretudo, colocando a família como epicentro a fatores condicionantes e determinantes no processo saúde-doença da população assistida. MARQUI e col. (2010)

A ESF procura a reorientação, modelo assistencial e é um projeto que promove as ações do SUS. Além de ser um novo modelo de estrutura, trata-se de uma reforma nos modos de trabalhos e nas relações entre profissionais e usuários. A ESF propõe atuar com uma equipe multiprofissional, esses profissionais devem planejar suas ações voltadas à realidade da família que serão atendidas. A atuação da equipe exige novas implementações de referências e organizações de processos de trabalho. CASTRO; ALMEIDA (2010)

Desta forma, a ESF pratica os princípios básicos do SUS, universalização, descentralização, integralidade e participação da comunidade, e se alicerça sobre três grandes pilares: a família, o território e a responsabilização, e também é respaldado pelo trabalho em equipe. MARQUI e col. (2010)

A Estratégia Saúde da Família (ESF) possui um vínculo primordial à Rede de Atenção Integral (AI), pois é nela que ocorre o primeiro contato dos indivíduos com a assistência, visando me-

Ihorias e com foco na família e naquela determinada comunidade. Com isso, as estratégias devem ser sempre pautadas nos princípios e diretrizes do Sistema Único de Saúde - SUS, pois é através deles que é gerado um compromisso e incentivo com aquele paciente, de estar sempre cuidando e acompanhando-os. (BLACKBOOK ENFERMAGEM, 2016)

Segundo a Politica Nacional de Atenção Básica (PNAB, 2017), é papel do enfermeiro gestor do ESF a realização do diagnóstico situacional, coordenando e propondo estratégias para melhoria do sistema, junto aos demais profissionais. A Política Nacional da Atenção básica - PNAB também orienta que a infraestrutura da localidade de saúde deve estar adequada ao quantitativo da população especifica, levando em consideração a densidade demográfica, composição, serviços oferecidos e o perfil populacional.

Segundo a portaria nº 2.436, de 21 de setembro de 2017 Art.3 da PNAB, estabelece a revisão de diretrizes para a organização da atenção básica, no âmbito do sistema único de saúde, a infraestrutura da atenção básica deve conter:

"(...) Consultório médico e de enfermagem, consultório com sanitário, sala de procedimentos, sala de vacinas, área para assistência farmacêutica, sala de inalação coletiva, sala de procedimentos, sala de coleta/exames, sala de curativos, sala de expurgo, sala de esterilização, sala de observação e sala de atividades coletivas para os profissionais da Atenção Básica. Se forem compostas por profissionais de saúde bucal, será necessário consultório odontológico com equipo odontológico completo". (PNAB, 2017)

Os profissionais que compõem o ESF avaliado são: 1 medico (preferencialmente especialista em saúde da família), 1 Enfermeiro (preferencialmente especialista em saúde da família), 2 técnicos ou auxiliares de enfermagem e 5 a 6 agentes de saúde, também estão incluídos nessa equipe multiprofissional os cirurgiões, dentistas, nutricionistas, psicólogos, psiquiatra, dentre outras especialidades. MALTA et al. (2016)

Para Starfield (2016) aponta que:

"(...) a acessibilidade (estrutura), a localização geográfica do serviço, os horários e dias de funcionamento, bem como o processo de utilização dos serviços por parte da população, são elementos essenciais para que a atenção primária seja considerada a porta de entrada do sistema de saúde. Entende-se que a atenção primária resolutiva implica

na ampliação do acesso às demandas dos usuários, o que inclui horários adequados de funcionamento das unidades, acolhimento e atendimento da demanda espontânea e a capacidade em resolver as demandas trazidas pelos usuários. A capacidade de resposta qualificada da atenção básica depende também da integração com os outros níveis de assistência do sistema de saúde".

2.2 Conceito de diagnostico situacional

O diagnóstico situacional é uma importante ferramenta para melhoria do sistema de saúde, informando a necessidade da tomada de decisões, ele pode ser realizado nos diferentes níveis de gestão, se espera que a partir dos seus parâmetros sejam desenvolvidas melhorias. CRUZ et al. (2022)

Devido a sua importância, é necessário que o profissional de enfermagem esteja capacitado para realizá-lo e encaminhá-lo para os responsáveis, permitindo um melhor desenvolvimento de ações mais focadas e efetivas em relação à melhora do serviço de saúde. ALVES e col. (2021)

2.3 Exemplo de diagnostico situacional

A presente pesquisa foi realizada em um ESF escolhido pelo grupo, a cidade dessa unidade de saúde possui uma população entre 5 000 e 15 000 pessoas e por normas legais o nome do ESF, localidade e população do município serão mantidos em sigilo, sendo apresentado como ESF X. O local onde se encontra o ESF X pertence à prefeitura, recebe uma grande demanda de pessoas e se localiza em um ponto estratégico próximo a outros postos de saúde, o mesmo está preparado para realizar atendimento clínico, pediátrico, ginecológico, odontológico e de enfermagem, a cidade apresenta IDH crescente. (IBGE, 2021)

A primeira etapa para o desenvolvimento da pesquisa foi à descrição de profissionais sobre o cotidiano da unidade de saúde, em seguida a identificação de pontos a serem melhorados para uma gestão mais eficiente.

3. RESULTADOS

A unidade é fruto de um trabalho em conjunto entre o governo federal, estadual e municipal para integrar o atendimento, sua proposta é auxiliar no descongestionamento do fluxo de

pacientes nos grandes hospitais, sua equipe é composta por 9 funcionários, sendo eles: 2 médicos, 2 enfermeiras, 2 técnicos, 1 auxiliar de vacinação, 1 dentista e 1 auxiliar de serviços gerais. O horário de funcionamento da unidade é 07:00 horas às 17:00 horas, é composta por 10 espaços funcionais, sendo eles: recepção com inclusão de banheiro para os pacientes, 2 consultórios de atendimento, sala de dentista, sala de curativos, sala de vacina, 2 salas para a triagem da UPA, cozinha e um banheiro para os funcionários.

Segundo a Universidade Federal de Minas Gerais, esses espaços tem sua finalidade bem estabelecida e deve conter todo aparato para funcionalidade total do serviço de saúde, bem como:

- A recepção: local destinado ao recebimento e direcionamento dos pacientes de acordo com a demanda do local, nesse local deve se encontrar os prontuários dos usuários;
- Consultórios médicos: são destinados às consultas médicas e de enfermagem e acolhimento;
- Sala de curativos: destinada a realização de curativos de feridas crônicas e agudas e retirada de pontos;
- Cozinha: destinada para que as profissionais possam ter um momento de alimentação.
- Almoxarifado: local de armazenamento de materiais e suplementos de saúde e administrativos;
- Sala de vacina: deve conter material para armazenagem e administração de vacinas;
- Consultório de odontologia: deve conter sala de espera, área de escovação externa ou interno, e necessário que o local desenvolva ações para promoção da saúde bucal.

A partir do desenvolvimento da pesquisa foi possível identificar as seguintes questões na unidade, como por exemplo:

Recepção pequena com banheiro unissex adaptado para cadeira de rodas, não tem profissional recepcionista para orientar os pacientes que acabam se direcionando para as salas erradas, os arquivos não permanecem dentro da recepção e não tem bebedouro para os pacientes, o que faz com que eles tenham que se locomover até a farmácia.

Na sala de curativo não tem suporte para a caixa de perfuro cortante, então o mesmo se encontra na pia onde ocorre o risco de ficar úmido, aumentando assim as chances de acidentes com perfuro cortante. Não tem sala para realização de eletrocardiograma, portanto, ele é realizado na sala de curativo.

Sala de vacina é uma sala muito apertada, não contem maca para realização do teste do pezinho e BCG e os procedimentos são realizados na balança pediátrica.

Os consultórios médicos possuem ar condicionado, pia dentro do consultório, um banheiro e armário.

O consultório de saúde bucal está com a cadeira odontológica quebrada, é um local pequeno e as pias são pequenas e uma possui um vazamento.

As salas de triagem possuem pouco espaço, não possuem pias, o mural de recados não está bem preso, portanto fica caindo e devido à falta do ventilador, a sala fica sem ventilação.

Já o telefone da unidade fica na cozinha, a qual é um lugar extremamente pequeno onde não é possível se alimentar, pois o local não abriga nem mesmo uma cadeira pequena, em caso de necessidade de abertura da porta da geladeira o local fica interditado, pois não tem como mais entrar, a geladeira dos alimentos dos funcionários é a mesma que ficam os gelox de vacina.

A unidade não possui expurgo, o material contaminado permanece guardado dentro de um balde no banheiro dos funcionários e depois é retirado pelo profissional de serviço gerais.

O atendimento da unidade é bem divido, tendo o horário de 8:00 horas às 10:00 horas da manhã mais cheio. O atendimento da semana é dividido da seguinte da forma:

- Segunda-feira: o atendimento inicia-se as 7:30 horas e é finalizado as 16:00 horas da tarde, atendendo as demandas que chegam ao ESF e os pacientes agendados;
- Terça-feira: folga do médico, o técnico de enfermagem sai para fazer curativos na zona rural e a enfermeira faz exames preventivos o dia todo;
- Quarta-feira: o médico vai para a zona rural prestar atendimento durante todo o dia nos pontos de apoio (escolas, igrejas). O atendimento ocorre de forma agendada e também é atendido as demandas que chegam no ponto de apoio, inclusive para mostrar exames.

No ESF X, nesse dia, é agendado para os acadêmicos de medicina as gestantes e exames de prevenção;

- Quinta-feira: atendimento das 7:30 h às 11:00 horas, atendendo agendados e demandas do dia. A partir das 13:00 horas da tarde, o médico juntamente com o enfermeiro ou técnico de enfermagem, fazem visitas domiciliares agendadas aos acamados da área de abrangência do ESF;
- Sexta-feira: atendimento das 7:30 h às 11:00 horas da manhã, atendendo agendados e demandas do dia. No horário da tarde é feito a renovação de receitas.

Além do atendimento diário, o ESF X também possui grupo para pacientes tabagistas. Esse grupo tem a finalidade de promover a saúde e a conscientização aos fumantes. A equipe para esse programa contém: psicólogo, nutricionista, fonoaudiólogo e fisioterapeuta.

Iniciando do ponto de que, o ESF X apesar de sua proximidade com os demais postos de saúde da unidade, é uma localidade pequena portanto seria necessário avaliar uma realocação ou ampliação da mesma, visto que os espaços designados para cada um dos setores é considerado pequeno para a quantidade de pessoas que o mesmo atende, seria necessário uma avaliação dos profissionais que após a realização do diagnóstico situacional pode apresentar para as autoridades da cidade vereadores, secretários e o prefeito, essa discussão pode ocorrer também nas reuniões de gestão do SUS com o apoio da comunidade, para que seja analisado a melhor opção, realocação ou ampliação.

Avaliando a recepção, vemos a falta de um bebedouro que pode gerar uma situação desconfortável para os pacientes causando desidratação, grávidas e pacientes como pouca ou nenhuma locomoção, que tem que se locomover para buscar um bebedouro em outro setor, sendo necessário o concerto ou compra de um novo bebedouro, e enquanto isso não é realizado, seria necessária uma melhor colocação dos bebedouros para que fique o mais próximo possível da recepção. Ainda na recepção, temos o banheiro unissex que incomoda alguns usuários e profissionais, visto que a situações que eles descrevem diariamente de reclamações e filas, desta forma, é necessário à construção de outro banheiro para separação de gênero. Além disso, o telefone da unidade não se encontra na recepção e sim na cozinha, o que dificulta o atendimento do mesmo, que muitas vezes toca e ninguém atende, além de que na recepção não tem um profissional especifico e o trabalho acaba sendo feito por várias pessoas, seria necessário uma reunião com RT e ava-

liação da contratação de um profissional para essa função, escala de trabalho incluindo a recepção ou realocamento de algum profissional.

Já no caso da sala de curativos, a falta de um suporte para a caixa de perfuro cortante é uma situação que deve ser corrigida urgentemente, visto que pode ocorrer acidente com profissionais e pacientes. Para diminuir esse risco, o indicado é que a caixa fique em um local onde não entre em contato direto com pacientes e não fique úmida, ou seja, deve ser retirada de cima da pia, após isso, é necessário informar o enfermeiro que deve também solicitar um novo suporte. Os eletrocardiogramas são realizados nessa sala, porém deveria ter uma sala específica para isso, pois essa sala não tem aparato suficiente para realização do mesmo, além de poder estar ocupada quando tiver a necessidade de um eletrocardiograma de urgência, prejudicando os pacientes, então é necessário a disponibilização de uma sala apenas para os eletrocardiogramas.

A sala de vacina não está suportando o atendimento, sendo pequena e faltando materiais básicos como uma maca infantil para realização de testes básicos como o teste de pezinho, seria indicado uma realocação da sala para melhor funcionalidade e a solicitação de compra de uma maca infantil.

No consultório odontológico, é necessário o conserto da pia com vazamento e a compra de uma maca odontológica, evitando assim os riscos de acidentes com os pacientes que podem cair da mesma.

Os profissionais entrevistados nos informaram que é necessário na sala de triagem a colocação de uma pia, para o processo de lavagem das mãos dos profissionais para evitar contaminação cruzada de pacientes, além de uma fixação do quadro de avisos, que está solto e fica caindo.

Informaram também a urgência de uma melhora no espaço de cozinha e refeitório, pois no mesmo não é possível se alimentar devido ao pouco espaço, que seria corrigindo com a mudança de local. Também os gelox que se encontram na geladeira dos funcionários deve ser movidos para sala de vacina, visto que a mesma contém três geladeiras, e caso não estejam sendo suficientes, é importante a solicitação de mais uma juntamente ao secretário de saúde.

A falta de expurgo para roupas contaminadas é uma questão que deve ser reavaliada já que as mesmas ficam no banheiro dos funcionários, onde alguém pode se contaminar, é necessário um cuidado com isso e a criação de um expurgo ou a realocação para um local onde tenha um espaço para essa finalidade.

A resolução dessas questões pode melhorar não só o atendimento, mas também a interação com os funcionários, e os mesmos satisfeitos com o local de trabalho se empenham mais em suas atividades, além de diminuir o risco de acidente, agravo e contaminação do paciente. É necessária uma boa relação entre o enfermeiro e os profissionais superiores, para que se possa repassar e cobrar as soluções necessárias, pois a licitação de empresas que façam esses tipos de consertos pode beneficiar também os cidadãos da cidade. As questões acima encontradas na unidade não impedem que o atendimento continue, porém, principalmente a longo prazo, podem gerar obstáculos ao atendimento na unidade e aos responsáveis, por isso a correção rápida deles é orientada antes que os mesmos sejam agravados.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho é resultado de esforços dos acadêmicos de enfermagem, e se constitui do levantamento das situações reais de uma organização, com o intuito de desenvolver melhorias, utilizando uma das mais importantes ferramentas de gestão, que é o diagnóstico situacional.

Em relação ao ESF X citado no artigo, é necessário à realização do diagnostico situacional, buscando melhorias dos pontos apresentados, faz-se necessário também um investimento para uma melhor unidade e prestação de serviços. Após o fim do trabalho, o diagnóstico foi entregue aos responsáveis pelo ESF X, que algum tempo depois entraram em contato informando que algumas das questões apresentadas já haviam sido solucionadas como caso da caixa de perfuro cortante na pia, e que outras estão sendo avaliadas.

Desta forma, pode-se concluir que o diagnóstico situacional, segundo a PNAB, é função do enfermeiro gestor, sendo uma ferramenta indispensável e de extrema relevância, servindo para reavaliação dos serviços de saúde e processos de trabalho, traçando estratégias, avaliando o desempenho das ações de serviços e buscando uma constante melhoria, para o local e o atendimento dos pacientes.

REFERENCIAS

ALVES, Ana Klara Rodrigues et al. **Diagnóstico situacional de uma Unidade Básica de Saúde: um relato de experiência**. Research, Society and Development, v. 10, n. 13, p. e274101321328-e274101321328, 2021. Disponível em: https://doi.org/10.33448/rsd-v10i13.21328. Acesso em: 02 abr, 2023.

BARBOSA, Rafaela da Silva Coelho et al. **Diagnóstico situacional: ferramenta para o planejamento de ações em fisioterapia na atenção básica à saúde. Revista Baiana de Saúde Pública**, v. 43, n. 3, p. 719-729, 2019. Disponível em: https://rbsp.sesab.ba.gov.br/index.php/rbsp/article/view/3159. Acesso: 02 abr, 2023.

CRUZ, Arthur Duarte Fantesia Costa et al. **Diagnóstico situacional do programa academia da saúde no estado de Mato Grosso do Sul**: relatório técnico 2022. Disponível em: https://docs.bvsalud.org/biblioref/2023/01/1401612/relatorio-tecnico-academia-da-saude-gpeis.pdf . Acesso em: 23 abr, 2023.

DE CASTRO, Regina Célia et al. **Diagnóstico Situacional da Unidade Básica de Saúde Barreiro de Cima**. Trabalho Científico-Grupo Tutorial Barreiro de Cima do Programa de Educação pelo Trabalho para a Saúde (PET-Saúde), Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, p. 1-62, 2010. Disponível em: https://www.ufmg.br/portalprosaudebh/images/pdf/BC_diagnostico.pdf . Acesso: 15 abr, 2023.

DE OLIVEIRA, Reynaldo Gomes et al. **Blackbook – Enfermagem**, 1.ed., p. 816, Belo Horizonte: Blackbook Editora. 2016. Disponível em: Biblioteca Valdemar De Assis Barcelos. Acesso em: 06 abr, 2023.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATISTICA (IBGE). **Censo Brasileiro de 2021**. [Minas Gerais], 2021. Disponivel em: https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg. Acesso em: 01 mai, 2023.

MALTA, Deborah Carvalho et al. **A cobertura da Estratégia de Saúde da Família (ESF) no Brasil, segundo a Pesquisa Nacional de Saúde**, 2013. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 21, p. 327-338, 2016. Disponível em: https://doi.org/10.1590/1413-81232015212.23602015 . Acesso em: 15 abr, 2023.

MARQUI, Alessandra Bernadete Trovó de et al. Caracterização das equipes da Saúde da Família e de seu processo de trabalho. **Revista da Escola de Enfermagem da USP**, v. 44, p. 956-961, 2010. Disponível em: https://doi.org/10.1590/S0080-62342010000400014. Acesso em: 25 abr, 2023.

. . .

SEÇÃO 3

CLIMATOLOGIA – URBANIDADE – DEVASTAÇÃO – MINERAÇÃO



LACUNAS INTERDISCIPLINARES ENTRE ESTUDOS DE BIOLOGIA E CLIMATOLOGIA URBANA:

um esboço da cidade de Ibirité, Minas Gerais

Rudieres Augusto da Silva¹ Vagner Luciano Coelho de Lima Andrade²

RESUMO

A climatologia citadina, desde o final do século XX, no Brasil, mais precisamente após a criação do Simpósio Brasileiro de Climatologia Geográfica, vem cooperando para com o progresso dos temas do clima urbano no Brasil. Mas não, unicamente a Geografia se tangeu pelo clima das metrópoles, sendo que os demais saberes que versam o meio urbano, igualmente como os arquitetos, meteorologistas, engenheiros, urbanistas, dentre outras ramos do conhecimento, tem-se apreendendo do contexto e usando modernas ferramentas e normas que a própria ciência Geográfica vem acrescentando. Duas importantes áreas são as Ciências Biológicas, quando versam sobre as áreas verdes ou naturais e sua relevância no clima, como a Física, ciência da qual parte toda instrumentação utilizada pera coleta de dados em campo, tanto de climatologia, quanto de meteorologia. O tema da transformação climática muito instigou o trabalho científico, mas o centro deste trabalho será defender concepções, apresentar os benefícios e males de algumas ferramentas e sistemas de campo para registro e tratamento das demandas no meio urbano. E como campo de uso dessas técnicas é a malha urbana, assentada no municipalidade de Ibirité-MG será importante como nossa configuração espacial servirá de fundamentos para abordar a ideia de áreas verdes, clima urbano e de ilha de calor.

¹ Professor e pesquisador em Gestão Ambiental.

² Guia de Turismo Regional e Nacional (SENAC/MG). Educador e Mobilizador da Rede Ação Ambiental. Pesquisador em Patrimônio Cultural, com formação inicial em Geografia (UNIBH/MG) e História (UNICESUMAR/PR), Pesquisador em Patrimônio Natural, com formação inicial em Ciências Biológicas (FIAR/RO) e Gestão Ambiental (UNICESUMAR/PR). Mestre em Direção e Consultoria Trística com área de concentração em Turismo Sustentável. E-mail: reacao@yahoo.com

PALAVRAS-CHAVE: Climatologia, Urbanidade, Biologia, Física, Meteorologia.

1. INTRODUÇÃO

Este artigo de revisão bibliográfica objetiva apresentar uma nova publicação que resuma, analise e discuta informações já publicadas se estruturando em cinco temas: a climatologia e sua subdivisões; a climatologia sob olhar da física; a climatologia sob o olhar das ciências biológicas; relações entre física e biologia, no âmbito da climatologia; análise climatológica de Ibirité para análise de um pequeno trecho da municipalidade. O Site Mundo Educação (2023, on line) diz que:

Nos últimos tempos, multiplicaram-se os registros meteorológicos que dão conta de um elevado aumento médio na temperatura das grandes cidades em todo o mundo. Mas ao contrário do que muitos possam imaginar, a principal causa desse fenômeno não se apresenta em larga escala, ou seja, não se trata de nenhum evento climático global, como o efeito estufa e outros elementos, mas sim de aspectos do clima urbano.

Muitas cidades apresentam uma dinâmica climática aparentemente diferenciada em relação ao ambiente de seu entorno, caracterizando um tipo de microclima. Isso ocorre em função da intervenção humana sobre o meio durante o processo de construção e transformação do espaço geográfico característico das áreas urbanas, o que é responsável pelas diferenças climáticas dessas localidades.

Em geral, as cidades constroem-se a partir da sobreposição de um meio natural preexistente através da remoção da cobertura vegetal para a instalação de bairros, ruas e casas. Com o tempo, as intervenções ampliam-se e alguns elementos geram fortes impactos, tais como a construção de grandes prédios (verticalização urbana), pavimentação asfáltica, remoção de árvores remanescentes, entre outros. Somam-se a essas intervenções as ações cotidianas, com destaque para a emissão de resíduos tóxicos na atmosfera.

O principal efeito dessas ações é a formação das ilhas de calor. Com a presença da grande quantidade de prédios nas áreas urbanas, o calor encontra dificuldade em se dispersar, além de o alcance da circulação dos ventos ser reduzido. Além disso, a ausência de árvores contribui para aumentar ainda mais as temperaturas nessas faixas, o que se soma à presença do asfalto e do espelhamento de carros e prédios, que intensificam ainda mais a ação dos raios solares e o aquecimento do solo.

Em alguns casos, áreas centrais de grandes cidades apresentam temperaturas superiores em vários graus centígrados em relação a pontos mais afastados, tornando a sensação do ambiente quase insuportável.

Outro problema climático das cidades relaciona-se com as chuvas ácidas. Elas ocorrem principalmente pela intensa emissão de poluentes na atmosfera, responsável por precipitações em áreas urbanas com pH abaixo de cinco, graças à junção da umidade do ar a gases tóxicos, principalmente os vários óxidos do enxofre.

Além de causar uma série de efeitos climáticos, a atividade urbana pode intensificar ou transformar eventos naturais em problemas ambientais, tal como ocorre com a inversão térmica. Naturalmente, esse processo existe em função da concentração do ar frio (mais pesado) próxima ao solo e do ar mais quente nas áreas mais altas da atmosfera, algo comum em tempos de inverno. O problema é que essa dinâmica inviabiliza a dispersão dos poluentes emitidos pelos veículos e indústrias, o que faz com que grandes massas de poluição permaneçam estacionadas nas cidades, ocasionando, assim, uma série de problemas respiratórios.

Por esse motivo, é necessária – além de uma maior conscientização por parte da população em reduzir as atividades nocivas ao ambiente – a adoção de políticas públicas para atenuar os efeitos da ação humana sobre o ambiente, através da construção de áreas verdes, a fiscalização de indústrias que poluem além dos níveis permitidos e de uma melhor organização do espaço geográfico, como o controle da expansão de grandes edifícios em certas áreas da cidade.

É de suma importância apresentar as probabilidades das relações interdisciplinares entre biologia e física nos estudos de climatologia, em especial, a urbana, apresentando um esboço da cidade de Ibirité, componente da Região Metropolitana de Belo Horizonte, Minas Gerais. A cidade é uma das mais populosas do conglomerado metropolitano desde sua inserção em 1974. A urbe cresceu no vetor Oeste em parte motivada pela Cidade Industrial Juventino Dias (1946) e encontrou seu ápice nos anos 1970/1980, dentro do contexto do distrito de Parque Durval de Barros. Assim essa ocupação veio recheada de remoção total da cobertura vegetal original, comprometimento dos recursos hídricos e ocupação de áreas geologicamente desaconselháveis para ocupação. Ibirité abriga hoje mais de 170.000 habitantes, estando entre as 10 maiores entre as 34 cidades da Grande BH. Dispõe de apenas seis parques ecológicos: Parque Cruzeiro, Parque Eldorado, Parque Estadual da Serra do Rola Moça, Parque Helena Antipoff, Parque Ibituruna e Parque Novo Horizonte. Parte do município cresceu influenciado pelo crescimento de Contagem. Para a Prefeitura Municipal de Contagem (2023, on line):

Em 1949, quando Contagem recuperou a autonomia política e administrativa, seu território era formado pela atual região da Sede e Cidade Industrial, em implantação.

A vizinhança com Belo Horizonte e a industrialização, garantida pela energia da Cemig a partir de 1952, trouxeram resultados positivos para a cidade. Contagem cresceu, prosperou, ganhou importância econômica e se transformou na segunda maior do estado em número de habitantes.

No entanto, o processo de urbanização e desenvolvimento econômico de Contagem, como de resto de todo o Brasil, se deu de forma bastante desorganizada.

A expansão urbana e a ocupação dos terrenos disponíveis, ocorreu a partir do loteamento de áreas de chácaras e fazendas sem o devido planejamento e regularização dos imóveis. Grande parte do município foi loteada sem as condições básicas para construção de moradias ou empresas (serviços de água, luz e esgoto, por exemplo). Por outro lado, a construção da Cidade Industrial valorizou a região, encareceu os terrenos e empurrou os migrantes, atraídos pela oferta de empregos nas industrias, para as áreas alto risco geológico – sujeitas a inundações, deslizamentos de encostas, afundamentos, etc.

Foi assim que apareceram as demais regiões de Contagem. A região Nacional é fruto do parcelamento de áreas de fazenda na área da Pampulha nos anos 50 do século 20; a região da Ressaca começou com o loteamento da fazenda do Confisco nesse mesmo período, e foi ainda mais estimulada pela chegada da CEASA; o Eldorado foi criado a partir de 1954, como uma extensão da Sede; a região do Petrolândia foi resultado da implantação da Refinaria Gabriel Passos, em Betim, no final da década de 1960; Vargem das Flores surgiu com a criação da represa e do bairro Nova Contagem no início dos anos 1970, etc.

Esse processo, caótico e determinado por razões as mais variadas, contribuiu para que Contagem se tornasse uma cidade onde não há boa ligação entre os bairros. Muitos deles estão mais voltados para a Capital, em termos de trabalho, de comércio e de lazer, do que para o município. É o caso daqueles da região da Ressaca, que surgiram a partir da valorização dos terrenos devido à ocupação da Pampulha, em Belo Horizonte.

Quanto às indústrias, elas poluíram a região da Cidade Industrial de diversas maneiras, gerando barulho, fumaça, mau cheiro, lixo e esgotos não tratados, além do tráfego intenso. Um caso típico é o da Companhia de Cimento Portland Itaú, fechada no início da década de 1970, depois de uma forte mobilização popular em torno das questões ambientais. No local onde era a fábrica, foi instalado, posteriormente, o Itaú Power Shopping, que preservou as chaminés e o prédio administrativo da antiga empresa.

A delimitação do tema, apresentado através do problema de pesquisa de TCC, apresentou a partir da eleição de um recorte espacial para possíveis respostas para o problema de pesquisa levantado, ou seja, as hipóteses: por que as comunidades de Guanabara, Ibituruna, Piratininga, Serra

Dourada, Sol Nascente, Vila Ideal e Washington Pires são mais afetadas por questões do climatologia urbana, em especial, pela ilha de calor e temas correlacionados. Qual o distanciamento que estas áreas tem de grandes áreas verdes ainda existentes no município. Quais soluções imediatas para se reverter a questão. Sobre o recorte espacial elencado para apresentação e problematização, o IBGE (2023, on line) versa que:

O povoamento da área correspondente ao município de Ibirité remonta aos séculos XVII e XVIII quando se iniciou as primeiras entradas e bandeiras nas áreas centrais da capitania das Minas Gerais com o intuito de descobrir ouro. A corrida do ouro ocasionou o surgimento de várias cidades como Vila Rica, Mariana, Sabará, Caeté e Congonhas das Minas do Ouro cidade conhecida atualmente como Nova Lima que foi palco de grande especulação aurífera onde se empregava grande contingente de mão de obra escrava. Conseqüentemente os escravos e as pessoas que se deslocaram para estas paragens precisavam de uma provisão de víveres para se manterem, evidenciando o surgimento de fazendas especializadas no cultivo de gêneros alimentícios e criação de gado. Com o sortimento, a proliferação das fazendas surgiu os povoados, como o de Ibirité.

As terras de Ibirité foram concedidas pelo imperador através da política sesmeira desencadeada por D. José I. As cartas de sesmaria eram concedidas aos cidadãos por meio de petição requerida ao governador da capitania. As cartas de sesmaria concedidas começaram no passado, ainda nos tempos do I Império, quando o alferes português Antônio José de Freitas recebeu de D. Pedro I uma carta de sesmaria, abrangendo do alto da serra do Rola Moça à Fazenda do Pintado e do Barreiro à cachoeira de Santa Rosa, incluindo a serra da Boa Esperança, região de Vargem do Pantana. Em 02 de junho de 1890, o povoado foi elevado a distrito de Sabará, criando-se então o primeiro Conselho Distrital de Vargem do Pantana (entidade com certa autonomia de governo para administrar os distritos), presidido por José Pedro de Souza Campos e formado pelo alferes Antônio José de Freitas e por Hilário Ferreira de Freitas. Este Conselho conseguiu fundar a primeira escola da Vila e adquiriu seis alqueires de terra para servir de logradouro público, lugar onde se podiam construir moradias com licença do Conselho.

Cinco famílias deram origem a Ibirité: Ferreira, Diniz, Pinheiro, Freitas e Campos. Em 1880, foi criado o povoado da Vargem da Pantana, na freguesia de Contagem, Município de Sabará.

O povoamento inicial de Ibirité ocorreu ao longo do ribeirão do Pantana, às margens da futura MG - 040 e da Estrada de Ferro Central do Brasil – EFCB. O funcionamento da EFCB e a inauguração da estrada de rodagem (que ligava a Capital ao sul de Minas e a São Paulo, canal de movimentação de pessoas e produção agrícola) promoveram o enriquecimento de Ibirité. Trouxeram novas famílias que trabalhavam em empreendi-

mentos diretamente ligados a essas vias de transporte e acabavam por residir na região com seus descendentes.

Na sequência apresentam -se os ingredientes fundamentais para o trabalho, os objetivos específicos e o objetivo geral. O objetivo geral do trabalho é promover uma análise climatológica de Ibirité para diagnóstico de um pequeno trecho da municipalidade. Os específicos, destinam ao estudo da climatologia e sua subdivisões conectadas às Ciências Biológicas e à Física, sendo o 1º, uma percepção da climatologia sob olhar da física; o 2º a climatologia sob o olhar das ciências biológicas; e o 3º relações entre física e biologia, no âmbito da climatologia. Apresentar a urgência e a relevância do trabalho acadêmico, identificando nele a importância para a sociedade ou comunidade científica, justificando-se com o planejamento urbano-ambiental, no que tange a climatologia e as alterações climáticas que assolam o mundo, conforme Objetivo 13 das 17 ODS (Instituto Legado, 2023, on line):

Em 2015 a Organização das Nações Unidas (ONU) propôs que os seus 193 países membros assinassem a Agenda 2030, um plano global composto por 17 objetivos (ODSs) e 169 metas para que esses países alcancem o desenvolvimento sustentável até 2030. Esse plano representa um marco na busca por um mundo melhor para essa e as futuras gerações e determina ações para acabar com a pobreza, promover a prosperidade e o bem-estar para todos, proteger o meio ambiente e enfrentar as mudanças climáticas.

Uma das missões do Instituto Legado é incentivar e capacitar organizações engajadas na construção de um mundo mais justo e sustentável. Durante as cinco edições do Projeto Legado mais de 80 instituições foram capacitadas e tiveram a expansão do impacto social e ambiental. Para o Instituto Legado o empreendedorismo social é capaz de transformar realidades. Os números mostram o quanto esse trabalho é necessário.

De acordo com a ONU, 836 milhões de pessoas ainda vivem na extrema pobreza e cerca de uma em cada cinco pessoas de regiões em desenvolvimento vive com menos de 1,25 dólar por dia. Além disso, 795 milhões de pessoas estão é subnutridas e 2,5 bilhões não têm acesso a serviços de saneamento básico, como banheiros ou latrinas. Nesse cenário, os 17 a busca pela concretização dos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável representam a busca por direitos humanos plenos e por um desenvolvimento que leve em consideração os âmbitos econômico, ambiental e social.

Conheça Objetivos de Desenvolvimento Sustentável:

Objetivo 1. Acabar com a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares

Objetivo 2. Acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar e melhoria da nutrição e promover a agricultura sustentável

Objetivo 3. Assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todos, em todas as idades

Objetivo 4. Assegurar a educação inclusiva e equitativa e de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos

Objetivo 5. Alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas

Objetivo 6. Assegurar a disponibilidade e gestão sustentável da água e saneamento para todos

Objetivo 7. Assegurar o acesso confiável, sustentável, moderno e a preço acessível à energia para todos

Objetivo 8. Promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo e trabalho decente para todos

Objetivo 9. Construir infraestruturas resilientes, promover a industrialização inclusiva e sustentável e fomentar a inovação

Objetivo 10. Reduzir a desigualdade dentro dos países e entre eles

Objetivo 11. Tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis

Objetivo 12. Assegurar padrões de produção e de consumo sustentáveis

Objetivo 13. Tomar medidas urgentes para combater a mudança do clima e seus impactos

Objetivo 14. Conservação e uso sustentável dos oceanos, dos mares e dos recursos marinhos para o desenvolvimento sustentável

Objetivo 15. Proteger, recuperar e promover o uso sustentável dos ecossistemas terrestres, gerir de forma sustentável as florestas, combater a desertificação, deter e reverter a degradação da terra e deter a perda de biodiversidade

Objetivo 16. Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis

Objetivo 17. Fortalecer os meios de implementação e revitalizar a parceria global para o desenvolvimento sustentável

Descreve-se, aqui, em poucas palavras, que metodologia utilizada foi pesquisa bibliográfica ou de campo. Foi especificando o procedimento de forma concisa e, por último, apresentado a estrutura do trabalho, sua divisão em capítulos. Para nível de conexão da Física com a Climatologia e Meteorologia descreve-se aqui as principais ferramentas e instrumentos utilizados em campo. É bom focar que a climatologia não se resume a aplicação de dados isolados ou uso aleatório de instrumentos em campo. Ela se baseia da medição meteorológica, para num intervalo superior a 30/60 dias comede a emitir seus laudos e verter suas aplicações em estudos teóricos. a meteorologia, po sua vez é a investigação diária, utilizando de ferramentas. O site portal do Rio São Francisco traz informações (2023, on line):

Os instrumentos meteorológicos são dispositivos utilizados pelos cientistas atmosféricos para provar o estado da atmosfera, ou o que está fazendo, em um determinado momento.

Instrumentos e equipamentos meteorológicos

A meteorologia é a ciência que estuda o comportamento dos fenômenos que ocorrem na atmosfera ao longo do tempo, para que possam prever sua evolução. E todo o estudo científico da atmosfera significa acima de tudo coletar dados climáticos precisos. Nossos sentidos e especialmente a visão e o toque nos permitem estimar um grande número de observações. Por exemplo, podemos ver a quantidade de nuvens no céu ou determinar a direção do vento pelo movimento das folhas ou por uma coluna de fumaça. Todas essas observações são chamadas de observações sensoriais.

No entanto, nossos sentidos não são suficientes e devemos recorrer aos instrumentos meteorológicos para colecionar os valiosos dados. Por exemplo, enquanto uma pessoa pode determinar se a pressão do ar está subindo ou caindo, você não pode saber o valor exato dela, para o qual você precisa consultar um instrumento. Neste caso, as observações são chamadas de observações instrumentais.

Alguns dos instrumentos podem ser incorporados em estações meteorológicas profissionais ou domésticas e outros são usados como dispositivos meteorológicos separados.

O que são os Instrumentos Meteorológicos?

Os instrumentos meteorológicos são instrumentos científicos utilizados no estudo do clima. Estudar o tempo requer o uso de equipamentos que podem medir coisas como direção do vento, umidade, pressão atmosférica, radiação solar, precipitação, temperatura, velocidade do vento, taxa de evaporação e assim por diante. Outros instrumentos auxiliam pessoas com observações visíveis, como o estudo de nuvens e sistemas de tempestade, registrando dados visuais que podem ser examinados ou estudados mais tarde e comparados com outros dados visuais de diferentes locais e horários.

Esses instrumentos científicos especializados são muitas vezes feitos por empresas que se concentram apenas nesse tipo de equipamento. Essas empresas constantemente conduzem pesquisas para aperfeiçoar e melhorar seus produtos e encontrar novos métodos de medição que possam ser úteis para cientistas.

Os meteorologistas podem solicitar instrumentos através de catálogos de fornecedores ou empresas individuais, e às vezes podem trabalhar no desenvolvimento de instrumentos personalizados especializados para aplicações específicas. O equipamento personalizado pode ser usado para investigações meteorológicas especiais, incluindo o estudo do clima em outros planetas, que podem exigir alguns dispositivos únicos.

Para uma estação meteorológica onde os cientistas realizam leituras e observações contínuas, alguns instrumentos meteorológicos podem incluir o seguinte:

Barômetros para pressão junto com barógrafos para registrar leituras de pressão;

Termômetros para temperatura;

Anemômetros para medir a velocidade do vento;

Actinómetro para medições de radiação solar;

Psicrômetros para umidade relativa;

Evaporímetros, também conhecidos como atmômetros, para medir a taxa de evaporação;

e palhetas meteorológicas para indicar a direção do vento.

Instrumentos Meteorológicos Barômetro

Instrumentos Meteorológicos

As palhetas meteorológicas indicam a direção do vento

Instrumentos Meteorológicos

Os termômetros fornecem leituras de temperatura

Instrumentos Meteorológicos

A velocidade do vento é medida por anemômetros

Instrumentos Meteorológicos

Os psicrômetros indicam a umidade relativa

Instrumentos Meteorológicos

O Actinômetro fornece medições de radiação solar

Os meteorologistas também lançam satélites para fazer observações meteorológicas a partir do espaço, classicamente, para registrar o movimento de nuvens e sistemas de tempestade. Eles também usam ferramentas como balões meteorológicos e radiosondas para fazer observações meteorológicas na atmosfera terrestre. Esses dispositivos

incluem pacotes de instrumentos que podem levar uma variedade de medições e que os transmite de volta para uma estação meteorológica ou armazená-los para que possam ser acessados guando o dispositivo é coletado.

Alguns instrumentos utilizados na meteorologia são muito antigos, enquanto outros são invenções mais recentes. Como outros instrumentos científicos, o equipamento meteorológico precisa ser mantido em boas condições para tomar medidas precisas. Como está exposto ao clima, deve-se ter cuidado especial para mantê-lo limpo e adequadamente calibrado. A falta de manutenção dos instrumentos pode resultar em leituras defeituosas, o que prejudicaria ou comprometeria os dados que estavam sendo coletados. As empresas de instrumentos muitas vezes as levam de volta para recalibração e reparo por acordo.

Os Tipos de Instrumentos meteorológicos e seus usos

Os meteorologistas usam uma variedade de instrumentos especialmente projetados para ajudá-los a prever e entender o clima, incluindo termômetros, barômetros, anemômetros, etc.

Um Termômetro mede a temperatura do ar. A maioria dos termômetros são tubos de vidro fechados contendo líquidos como álcool ou mercúrio. Quando o ar ao redor do tubo aquece o líquido, o líquido se expande e move-se para cima do tubo. Uma escala, em seguida, mostra qual é a temperatura real.

Um Barômetro mede a pressão do ar. Ele diz se a pressão está aumentando ou caindo. Um barómetro levantador significa condições ensolaradas e secas, enquanto um barómetro que cai significa condições tormentosas e úmidas. Um cientista italiano chamado Torricelli construiu o primeiro barómetro em 1643.

Um Psicrômetro mede humidade relativa, usando o efeito de refrigeração da evaporação. Dois termômetros são usados em um psicrómetro de funda. Molhe o pano de um dos termômetros e balance o psicrómetro cerca de algumas vezes. A água evapora do pano, fazendo com que as temperaturas desse termômetro sejam mais baixas na outra.

A Sensor de Chuva mede a quantidade de chuva que caiu durante um período de tempo específico.

Um Catavento é um instrumento que determina a direção a partir da qual o vento sopra.

Um Anemômetro mede a velocidade do vento. Os copos pegam o vento, girando um mostrador em anexo ao instrumento. O mostrador mostra a velocidade do vento.

Mapas meteorológicos indicam condições atmosféricas acima de uma grande parte da superfície terrestre. Meteorologistas usam mapas meteorológicos para prever o tempo.

Um Higrômetro mede o teor de vapor de água do ar ou a umidade.

Um Balão meteorológico mede as condições climáticas mais altas na atmosfera.

Uma Bússola é um instrumento de navegação para encontrar direções.

Satélites de tempo são usados para fotografar e acompanhar os movimentos de ar de grande escala. Então, meteorologistas compilar e analisar os dados ajuda de computadores.

1 DESENVOLVIMENTO

2.1. Município de Ibirité, Estado e Minas Gerais: histórico e contextualização

O povoamento de Ibirité remonta aos séculos XVII e XVIII quando se iniciou as primeiras entradas e bandeiras nas áreas centrais da capitania das Minas Gerais com o intuito de descobrir jazidas auríferas. A corrida do ouro fez surgir várias cidades como Caeté, Congonhas, Mariana, Nova Lima, Sabará e Vila Rica onde se empregava grande contingente de mão de obra escrava. Conseqüentemente os escravos e as pessoas que se deslocaram para estas paragens precisavam de alimentos se manterem, evidenciando a proliferação de fazendas responsáveis pelo surgimento de outros povoados, como Ibirité.



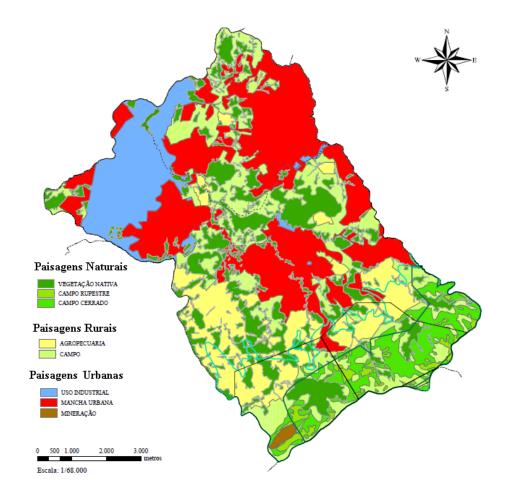
As terras de Ibirité foram concedidas pelo imperador através da política das cartas de sesmaria desencadeada por D. José I e concedidas por meio de petição requerida ao governador da capitania. O alferes português Antônio José de Freitas recebeu de D. Pedro I uma carta de sesmaria, abrangendo do alto da serra do Rola Moça à Fazenda do Pintado e do Barreiro à cachoeira de Santa Rosa, incluindo a serra da Boa Esperança, região de Vargem do Pantana. Cinco famílias deram origem a Ibirité: Ferreira, Diniz, Pinheiro, Freitas e Campos. Em 1880, foi criado o povoado da Vargem da Pantana, na freguesia de Contagem, Município de Sabará. Em 1890, passa a categoria de Vila, ainda pertencendo a Sabará. Em 02 de junho de 1890, o povoado foi elevado a distrito de Sabará presidido por José Pedro de Souza Campos e formado pelo alferes Antônio José de Freitas e por Hilário Ferreira de Freitas. Este Conselho conseguiu fundar a primeira escola da Vila e adquiriu seis alqueires de terra para servir de logradouro público, lugar onde se podiam construir moradias com licença do Conselho.

Em 1897, passou a pertencer ao Município de Santa Quitéria (Esmeraldas). Em 1911, passa para o Município de Contagem. Em 1923, tem sua denominação mudada para Ibiretê, palavra indígena que significa "Terra Firme" ou "Chão Duro". Em 1938, passa a figurar com o nome atual de Ibirité sendo um Distrito de Betim. Em 30/12/1962 emancipa-se sendo formado pelos distritos Sede e Sarzedo. Em 01/03/1963, o Governador do Estado "Magalhães Pinto" nomeia um intendente municipal o Sr. Chaffir Ferreira. Em 30 de junho de 1963, ocorre a 1ª eleição para Prefeito. Em 13 de agosto de 1965, com o advento da criação e crescimento da Cidade Industrial Juventino Dias, terras das fazendas do Professor Washington Pires³ e do Coronel Duval de Barros começam a ser parceladas dando origem à região do Duval de Barros. No ano de 1976 é criado o Distrito de Duval de Barros e em 1985 o Distrito de Mário Campos. Em 04/01/1988 através da Lei Estadual nº 9.548/1988 Ibirité, passa à categoria de Comarca implantada em 1º de junho de 1990. Em 21/12/1995 dá-se a emancipação dos Distritos de Sarzedo e Mário Campos. Neste ano, o Parque Duval de Barros também tentou a emancipação, porém sem sucesso.



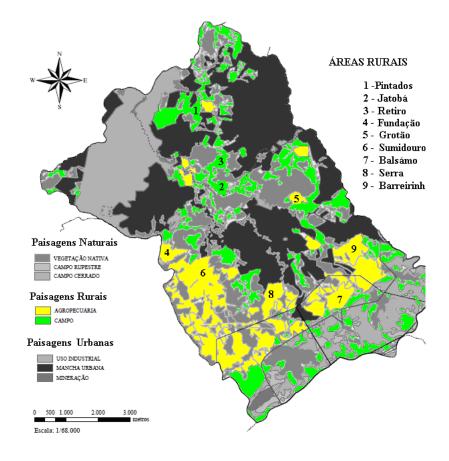
2.2. Município de Ibirité, Ibirité: uso e ocupação do Solo

Em termo de uso e ocupação do Solo, o município considerado uma das cidades-dormitório da RMBH basicamente se subdivide em 50% de paisagens urbanas, 30% de paisagens rurais e apenas 20% de paisagens naturais. Embora o município caminhe para uma diversificação da economia, principalmente no setor de serviços, o turismo poderá incrementar a economia local. Vários pontos turísticos podem contribuir neste sentido, como o Parque Estadual da Serra do Rola Moça, Fundação Helena Antipoff, Gruta de Nossa Senhora Aparecida, Estação Ferroviária datada de 1917. Esses atrativos fazem de Ibirité um destino alternativo que oferece grandes possibilidades de lazer e conhecimento. Um destino que deve ser explorado, pois é uma alternativa interessante diferente dos principais atrativos que Minas Gerais oferece.

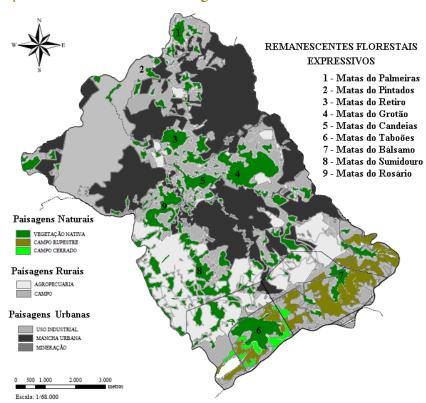


2.4. Município de Ibirité, Ibirité: Paisagens rurais

O povoamento inicial de Ibirité ocorreu ao longo do ribeirão do Pantana, num local de movimentação de pessoas e produção agrícola. O povoado se desenvolver as margens da antiga estrada que ligava Belo Horizonte à Oliveira, sul de Minas e São Paulo, hoje a Rodovia MG - 040 e da Estrada de Ferro Central do Brasil – EFCB. O funcionamento da EFCB trouxe novas famílias que trabalhavam em empreendimentos diretamente ligados a essas vias de transporte e acabavam por residir na região com seus descendentes. A produção agrícola absorveu parte da mão-de-obra, mas não contribui para gerar recursos públicos municipais, por ser uma atividade praticamente isenta de impostos.

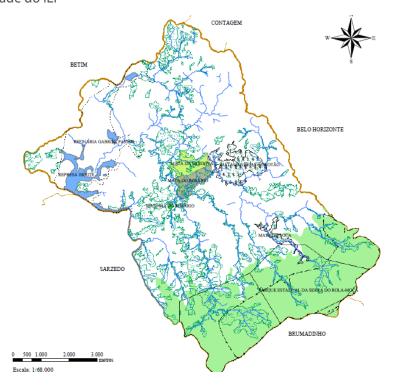


2.5. Município de Ibirité, Ibirité: Paisagens Naturais



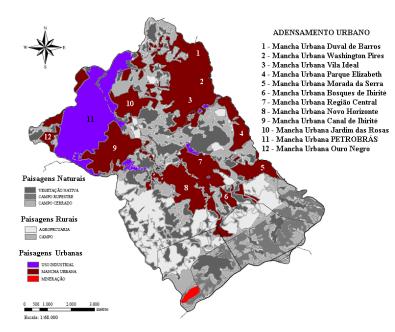
O município apresenta importantes onze áreas naturais legalmente reconhecidas como Áreas de Preservação Permanente:

- Área de Preservação Ambiental Mata do Rosário (Lei Municipal 1.527/1998)
- Área de Preservação Ambiental Matinha do Rosário (Lei Municipal 1.527/1998)
- Área de Proteção do Manancial Bálsamo (Decretos Estadual 22.109/1982 e 22.110/1982)
- Área de Proteção do Manancial Fubá (Decretos Estaduais 22.109/1982 e 22.110/1982)
- Área de Proteção do Manancial Tabuões (Decretos Estaduais 22.109/1982 e 22.110/1982)
- Área Particular de Preservação Ambiental Mata Candeias e Grotão (Lei Municipal 1.397/1996)
- Área Particular de Preservação Ambiental Mata do Soca (Lei Municipal 1.426/1996)
- Calha natural e matas ciliares do Ribeirão Ibirité, também relevantes áreas de preservação permanente
- Lagoa Ibirité (Represa da Petrobrás) uma área de preservação permanente que precisa de imediata recuperação ambiental
- Mata da Sandoval, área floresta nativa verificada e legitimada como de preservação permanente com base na Lei Federal 4.771/1965 e na Lei Estadual 14.309/2002)
- Região do Rola Moça, área de preservação permanente cuja proteção está sob responsabilidade do IEF

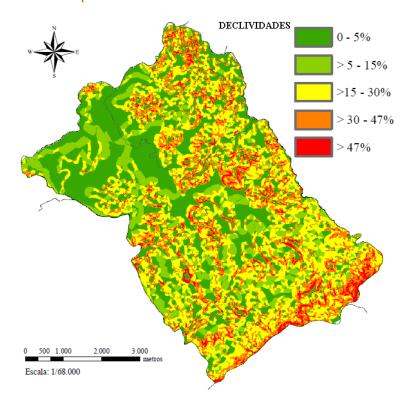


2.6. Município de Ibirité, Ibirité: Paisagens urbanas

Nas últimas décadas, Ibirité passou por grande e acelerado crescimento urbano. Com a instalação do Distrito Industrial em 1996, o município caminha para uma diversificação da economia, fortalecendo principalmente o Setor de Serviços.

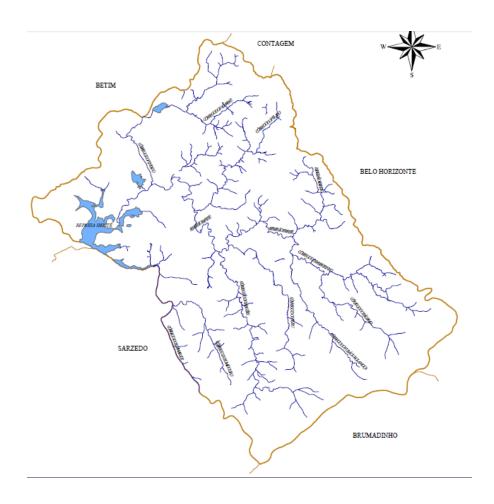


2.7. Município de Ibirité, Ibirité: Declividade



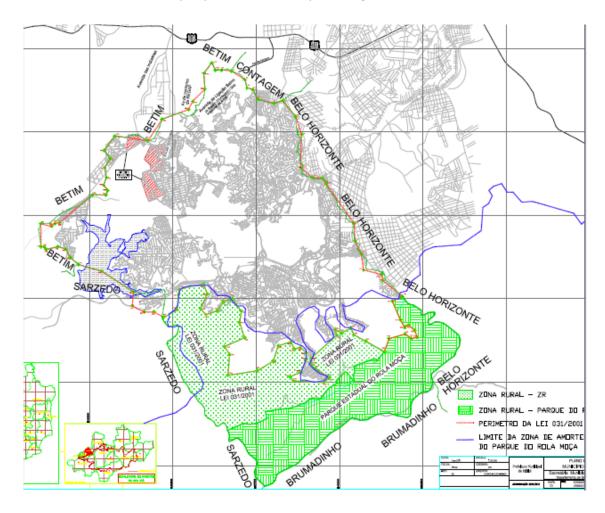
2.8. Município de Ibirité, Ibirité: Hidrografia

A rede hidrográfica em Ibirité é formada pela bacia do ribeirão homônimo, anteriormente designado Pantana que nasce na Boca do Túnel e recebe seis tributários na margem esquerda: o córrego do Barreirinho ou Bálsamo, o córrego do Fubá ou Rola Moça, o córrego do Urubu, o córrego do Taboão e o córrego do Sumidouro ou Camargos. Na margem direita recebe três contribuintes: o córrego do Retiro ou Jatobá, o córrego do Pelado ou Palmares, o córrego dos Pintados. Após receber estes córregos, na região do canal de Ibirité, o ribeirão foi barrado formando a Lagoa Ibirité, conhecida popularmente como represa da Petrobrás. Em 1979, estudos do PLAMBEL definiram a área de entorno da lagoa para implantação de um grande parque urbano metropolitano, que não se efetivou.



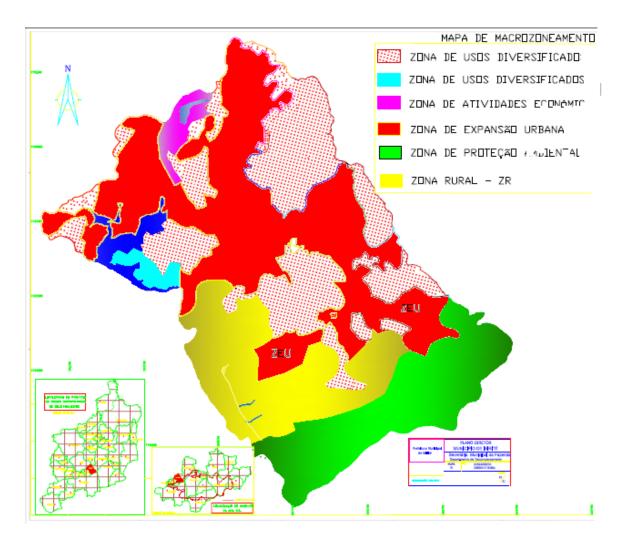
2.9. Município de Ibirité: Amortecimento

Parte do município de Ibirité se insere na Área de Proteção Ambiental APA Sul RMBH criada pelo decreto estadual 35.624/1994) na área perimetral do Parque Estadual da Serra do Rola-Moça (PEROLA MOÇA) criado pelo decreto estadual 36.071/1994. Ibirité é instrumento relevante no Amortecimento da área do parque e consecutiva preservação do mesmo.

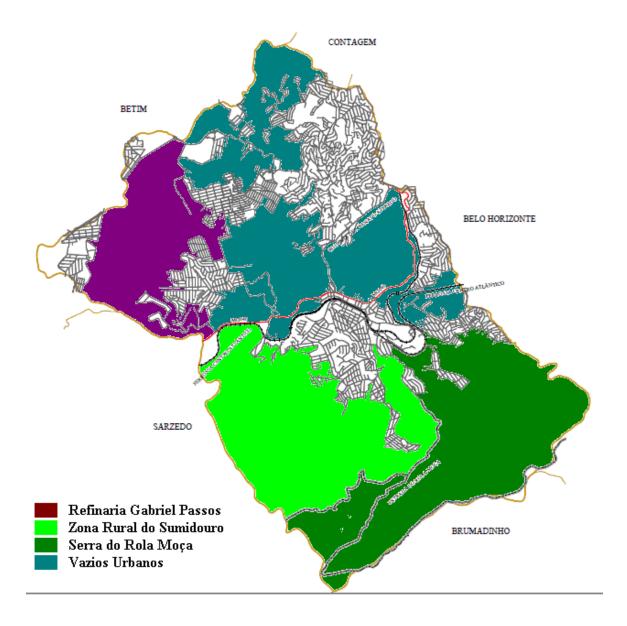


2.10. Município de Ibirité, Ibirité: Zoneamento

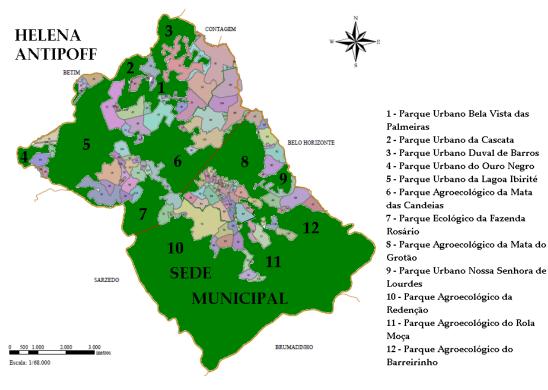
Com base no atual zoneamento, 70% da área municipal é zona urbana, incluindo também áreas de expansão urbana, área industrial e área de usos diversificados. Os 30% restantes se subdividem em zona rural e zona de proteção ambiental



Os vazios urbanos destinados à ampliação da cidade possuem áreas verdes significativas que serão impactadas se for considerado a perspectiva do zoneamento em sua plenitude. Com isso a calha natural e matas ciliares do Ribeirão Ibirité, a Lagoa Ibirité (Represa da Petrobrás), a Mata das Candeias, a Mata do Grotão, a Mata do Rosário, a Mata do Sandoval, a Mata do Soca, a Matinha do Rosário e a Região do Rola Moça (Barreirinho) estarão comprometidas e serão devastadas afetando a qualidade de vida local.



2.11. Município de Ibirité: Ecologia



Criação e implantação do Parque Urbano Agroecológico Bálsamo/Barreirinho
Criação e implantação do Parque Urbano Agroecológico Bela Vista das Palmeiras
Criação e implantação do Parque Urbano Agroecológico Duval de Barros
Criação e implantação do Parque Urbano Agroecológico Fazenda Rosário
Criação e implantação do Parque Urbano Agroecológico Gabriel Passos/Cascata
Criação e implantação do Parque Urbano Agroecológico Lagoa Ibirité
Criação e implantação do Parque Urbano Agroecológico Mata das Candeias
Criação e implantação do Parque Urbano Agroecológico Mata do Grotão
Criação e implantação do Parque Urbano Agroecológico Ouro Negro
Criação e implantação do Parque Urbano Agroecológico Rola Moça
Criação e implantação do Parque Urbano Agroecológico Senhora de Lourdes
Criação e implantação do Parque Urbano Agroecológico Senhora de Lourdes
Criação e implantação do Parque Urbano Agroecológico Vila Redenção

2. METODOLOGIA

O tipo de pesquisa a ser abordada foi a bibliográfica, do estilo documental, sendo que a delimitação e descrição dos instrumentos e fontes escolhidos para a coleta de dados foram artigos, legislação e doutrina, jurisprudência, etc. indica-se aqui o processo e o procedimento para a coleta de dados, para pesquisa bibliográfica: de seleção das leituras (analítica, crítica, seletiva ou reflexiva). O trabalho se subdivide em quatro eixos temáticos: Relações entre biologia e física nos estudos de climatologia urbana, Relações interdisciplinares entre biologia nos estudos de climatologia urbana e um esboço climatológico da zona nordeste da cidade de Ibirité, Minas Gerais. Basicamente deve-se indagar sobre o que é o clima, para se assim entender as contribuições Ciências Biológicas e da Física e suas contribuições aos estudos climatológicos. o site do Brasil Escola Uol (2023, on line):

"O clima é a síntese das condições atmosféricas observadas durante um longo intervalo de tempo em uma determinada localidade. Esse período é geralmente de 30 anos.

Os climas do mundo são classificados em tropical, árido, temperado, continental e polar de acordo com a classificação de Köepper.

O tempo, diferentemente do clima, é o estado atual da atmosfera e dos fenômenos atmosféricos em uma determinada localidade. Ele é analisado em um momento específico ou em um período muito curto de tempo, sendo muito instável.

Existem seis climas no Brasil: equatorial, tropical, semiárido, tropical atlântico, tropical de altitude e subtropical.

Os elementos climáticos são as grandezas atmosféricas que caracterizam um clima, como temperatura, umidade do ar, radiação solar e precipitação.

Os fatores climáticos atuam sobre os elementos do clima, podendo afetar a maneira como eles se comportam.

Latitude, altitude, maritimidade, continentalidade, relevo e vegetação são exemplos de fatores do clima.

Os fenômenos climáticos como ciclones, tornados, El Niño e La Niña acontecem naturalmente e são resultantes das dinâmicas da atmosfera. No caso das ilhas de calor, a ação antrópica interfere na sua ocorrência.

O que é clima?

Clima é uma síntese das condições de tempo em um determinado local durante um período longo de tempo, segundo a definição do professor Johnson Olaniyi Ayoade.

A determinação de um tipo climático específico depende da observação diária do comportamento da atmosfera em um intervalo de aproximadamente 30 anos, permitindo assim a identificação de determinados padrões que definem o clima daquela área. Tais padrões correspondem à variação da temperatura, umidade do ar, incidência de chuvas e de ventos, precipitação na forma de neve e outros aspectos característicos do clima."

2.1. Relações entre Biologia e Física nos Estudos de Climatologia Urbana

Embora a meteorologia e a climatologia façam parte dos estudos do 6º ano de Ensino Fundamental de Ciências, a disciplina é componente do curso de geografia sendo raramente encontrada em cursos presenciais e à distância de ciências biológicas. Na física também, tanto no bacharelado, quanto na licenciatura, inexistem abordagens específicas sobre o clima, mesmo dado sua importância em tempos de mudanças climáticas. Enquanto, na meteorologia, os estudos se desdobram num curto intervalo de tempo e num contexto de atmosfera mais baixa, já a climatologia se entrega à estudos mais profundos, num espaço temporal maior e numa complexidade maior. Quais as contribuições da Biologia e da Física enquanto ciências na ampliação e qualidade desses estudos.

Nas ciências biológicas, o tema que mais se aproxima é vegetação, mesmo assim esses estudos estão desmembrados em Fanerógamas e Criptógamas, ou ainda Anatomia, fisiologia e sistemática vegetal, sendo necessário pensar a biogeografia para a formação de biólogos futuros. Física Atmosférica é o uso da física na pesquisa da atmosfera e tem estreitas envolvimentos com a meteorologia e a climatologia, envolvendo o conhecimento e a constituição de equipamentos e perspectiva de elementos. Colaborando na alcance de referências mais inteligíveis sobre os essenciais sistemas físicos que particularizam a base e desempenho da atmosfera. Abarca variados campos de ação, no qual são essenciais regras de sistemas que são intensamente pertencentes com a matemática e a física nos estudos da atmosfera.

2.2. Um Esboço Climatológico da Zona Nordeste da Cidade de Ibirité, Minas Gerais

Para uma breve análise climatológica de Ibirité, é preciso apontar que a cidade não tem estudos regulares sobre a temática e que precisaríamos de estudos desde 1933, fato que inexiste na cidade: ou seja estudos exatos sobre a climatologia local, inviabilizando análises atuais. Resta-nos, buscar uma proximidade com a climatologia, ao trabalhar com urbanização e áreas verdes, temas

da biologia na cidade e suas tessituras. Ao se trabalhar a mancha urbana tem-se elementos de ilhas de calor, e, por conseguinte: inícios dos estudos de clima urbano no município. A região elencada para o estudo (zona nordeste de Ibirité) é desprovida de áreas verdes significativas e mergulhada num cenário de intensa urbanização. Para o estudo dividiu-se a municipalidade em oito regiões: Leste (Marilândia), Nordeste (Piratininga), Noroeste (Petrovale), Norte (Palmeiras), Oeste (Canal), Sudeste (Barreirinho), Sudoeste (Redenção) e Sul (Taboões). Destas zonas urbanas, elencou-se a zona nordeste, formada pelos bairros Guanabara, Ibituruna, Piratinininga, Serra Dourada, Sol Nascente, Vila Ideal e Washington Pires.

Pela análise das imagens de satélite nota-se uma região extremamente adensada, com nenhuma área verde e unidades de conservação, que não recebe nenhum benefício climático de áreas verdes de regiões vazias próximas como Durval de Barros e bairros próximos à Serra do Rola Moça. Carece emergencialmente de estudos meteorológicos e climatológicos, tão logo seja possível

3. CONCLUSÃO

Conclui-se pelo presente que as relações interdisciplinares entre biologia e os estudos de climatologia urbana precisam ser melhor definidas e delineadas, com ênfase na biogeografias e em estudos de vegetação e seus benefícios e implicações sobre populações, neste caso, em populações urbanas. As relações interdisciplinares entre física e os estudos de climatologia urbana também carece de evidências, demarcações e delimitações, desde a instrumentação no estudo de climatologia urbana até na socialização desses resultados tão significativos. Notou-se no trabalho muitas são as lacunas no que tange a climatologia urbana da região nordeste de Ibirité, passando por inexistência de estudos, até a mudança metodológica. precisa-se de estudos para a criação de parques urbanos para conter os avanços exorbitantes da mancha urbana

REFERÊNCIAS

BRASIL ESCOLA. **O que é Clima?** Disponível em https://brasilescola.uol.com.br/o-que-e-geografia/o-que-e-clima.htm#:~:text=Clima%20%C3%A9%20o%20conjunto%20de,radia%C3%A7%C3%A3o%20e%20ventos. Acesso em 15. jun. 2023

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Histórico de Ibirité.** Disponível em <<u>ht-tps://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/ibirite/historico</u>> Acesso em 15. jun. 2023

MUNDO EDUCAÇÃO **Clima Urbano.** Disponível em < https://mundoeducacao.uol.com.br/geografia/clima-urbano.htm Acesso em 15. jun. 2023

NATIONAL GEOGRAPHIC BRASIL Disponível em < https://www.nationalgeographicbrasil.com/ciencia/qual-a-diferenca-entre-climatologia-e-meteorologia#:~:text=Em%20termos%20gerais%2C%20a%20meteorologia,atmosfera%20e%20dos%20elementos%20atmosf%C3%A9ricos. > Acesso em 15. jun. 2023

PORTAL SÃO FRANCISCO. **Instrumento Meteorológicos.** Disponível em https://www.portalsao-francisco.com.br/fisica/instrumentos-meteorologicos > Acesso em 15. jun. 2023

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONTAGEM **A expansão urbana de Contagem.** Disponível em < https://www.portal.contagem.mg.gov.br/portal/servicos/1010/a-expansao-urbana/ Acesso em 15. jun. 2023

REVISTA GALILEU. CIÊNCIA. **O papel da física contra as mudanças climáticas, segundo laureados do Nobel.** Disponível em https://revistagalileu.globo.com/Ciencia/noticia/2021/10/o-papel-da-fisica-contra-mudancas-climaticas-segundo-laureados-do-nobel.html Acesso em 15. jun. 2023

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO. **A ciência do clima e o dilema de uma geração.** Disponível em https://portal.if.usp.br/imprensa/pt-br/node/2058> Acesso em 15. jun. 2023

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SEGIPE. **Climatologia Sistemática: Aula 1**. Disponível em < https://cesad.ufs.br/ORBI/public/uploadCatalago/14530824022014Climatologia Sistematica Aula 1.pdf Acesso em 15. jun. 2023

. . .

AS SERRAS DA TAPERA E OURO BRANCO E SEUS ENTORNOS:

referências geológicas de devastação minerária no sul/ sudoeste do Quadrilátero Ferrífero - MG

Vagner Luciano Coelho de Lima Andrade¹

RESUMO

Este texto trata de estudos impactos na área do Plano de Desenvolvimento Regional para o Alto do Paraopeba, organizados pelo Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional de Minas Gerais (CEDEPLAR), da Faculdade de Ciências Econômicas (FACE), sob a coordenação dos professores Ricardo Machado Ruiz e Alisson Barbieri. Exposto pouco tempo antes na Assembleia Legislativa de Minas Gerais, o plano sugere uma série de simulações georrefenciadas que cogitam, para a próxima década, aumento da população da região, impactos sobre a área ocupada e nova questões socioeconômicas e de infraestrutura urbana, como abastecimento de água, atendimento hospitalar, formação de escolas, geração de emprego e renda, habitação, mão de obra, rede de transporte, reflorestamento, entre outras. O estudo foi recomendado pelo CODAP, primeiro consórcio de direito público criado em 2005, no Brasil com status de ente federativo, sob os auspícios da Lei 11.107.

Palavras-chave: Ameaças, Devastação, Mineração, Patrimônio Cultural. Patrimônio Natural

ABSTRACT

This text deals with impact studies in the area of the Regional Development Plan for Alto do Paraopeba, organized by the Center for Development and Regional Planning of Minas Gerais (CE-DEPLAR), of the Faculty of Economic Sciences (FACE), under the coordination of professors Ricardo

¹ Guia de Turismo Regional e Nacional (SENAC/MG). Educador e Mobilizador da Rede Ação Ambiental. Pesquisador em Patrimônio Cultural, com formação inicial em Geografia (UNIBH/MG) e História (UNICESUMAR/PR), Pesquisador em Patrimônio Natural, com formação inicial em Ciências Biológicas (FIAR/RO) e Gestão Ambiental (UNICESUMAR/PR). Mestre em Direção e Consultoria Trística com área de concentração em Turismo Sustentável. E-mail: reacao@yahoo.com

Machado Ruiz and Alisson Barbieri. Exhibited shortly before at the Legislative Assembly of Minas Gerais, the plan suggests a series of georeferenced simulations that consider, for the next decade, an increase in the region's population, impacts on the occupied area and new socioeconomic and urban infrastructure issues, such as water supply. water, hospital care, training schools, job and income generation, housing, labor, transport network, reforestation, among others. The study was recommended by CODAP, the first public law consortium created in 2005, in Brazil with federative entity status, under the auspices of Law 11,107.

Keywords: Threats, Devastation, Mining, Cultural Heritage. Natural patrimony

Sumário: INTRODUÇÃO; ÁREA DE ESTUDO; METODOLOGIA E JUSTIFICATIVA; RESULTADOS E DISCUSSÕES; CONSIDERAÇÕES FINAIS; REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.

INTRODUÇÃO

Vinculam-se à esta questão, mineração, múltiplas possibilidades de degradação ampliando as temáticas da industrialização e urbanização ao sul do Quadrilátero Ferrífero (Figura 01), com ampliação do parque industrial minerário de Congonhas na direção do Morro do Coelho em Desterro de Entre Rios, legitimando ações conjuntas em prol da preservação das áreas ambientais, conforme relata a experiência do Instituto Estadual de Florestas de Minas Gerais (2018, on line):

Criado pelo Decreto 45.180 de 2009, O Parque Estadual Serra do Ouro Branco está situado nos municípios de Ouro Branco e Ouro Preto. Com área aproximada de 7.520,7888 ha hectares, o parque é constituído por vegetação extremamente variada e diversa com presença de Campos Rupestres e de Altitude, nas mais baixas altitudes; as Matas de Galeria, que ocupam as margens dos cursos d'água e os Capões, além de importantes remanescentes de mata atlântica. Abriga também importante divisor de águas de três grandes sub-bacias de importantes bacias hidrográficas federais: a sub-bacia do Rio das Velhas e a sub-bacia do Rio Paraopeba, pertencentes à bacia do Rio São Francisco e a sub-bacia do Rio Piranga, que pertence à bacia do Rio Doce. As principais micro-bacias abrangidas pelo Parque são: as dos Ribeirões Colônia, do Bule, do Charco e parte das cabeceiras dos córregos da Lavrinha (também conhecido como Ribeirão do Veríssimo), do Garcia e da Água Limpa.

FIGURA 01 – LOCALIZAÇÃO DA REGIÃO DO ALTO MÉDIO PARAOPEBA, NO ESTADO DE MINAS GERAIS



Fonte: http://urbanoaoredor.blogspot.com.br/2011/03/regiao-do-alto-paraopeba.html

Ao se analisar a conexão da mineração, em Alto do Paraopeba e região rural adjacente com a urbanização e a industrialização, a presente pesquisa, elencou como recorte espacial, o Parque Estadual da Serra de Ouro Branco, redenominado, neste estudo, como Parque Estadual do Lago Soledade (Figura 02).

A represa artificial, chamada lago Soledade, foi planejada pela antiga Açominas, adquirida posteriormente pela Gerdau. Com a temporada de seca, a água baixou mais de dez metros, expondo, além da torre, restos do telhado e parte da rudimentar alvenaria, feita de tijolos de adobe. Janelas e alguns pilares também podem ser contemplados. Próximo à margem, é possível notar encanamentos do que deveria ser um dos banheiros.

Morador de Ouro Branco, também na região Central, o historiador Jesu Joptemar Damacena tem reunido farto material sobre o templo religioso. As primeiras informações dariam conta de que a construção tem dois andares, com vários quartos de hospedagem. As acomodações eram utilizadas por seminaristas em férias ou por aqueles que participavam de cerimônias católicas em Miguel Burnier. Segundo ele, é provável que outras construções também tenham sido tomadas pela água da represa. "Há relatos de alguns historiadores locais de que lá existiam dois campos de futebol, uma piscina, outra capela e, nos fundos da casa de campo, passava um ribeirão", diz. Na época, o córrego seria conhecido como Garganta ou Funil.

FIGURA 02 - LAGO SOLEDADE



https://www.facebook.com/capelacasadecampo/photos/a.726424577432726/726424554099395

Perante a riqueza mineral do Alto Paraopeba (Figuras 03 e 04) e a crescente preponderância das atividades minero-siderúrgicas, alguns domínios tradicionais da economia regional, em particular a agricultura e a pecuária, têm registrado relevante decadência (CODAP, 2012). Caso estes polos industriais capitalistas se consolidem, a pressão urbana e seus múltiplos impactos se ampliarão sobre áreas geológicas, paisagens naturais e remanescentes rurais. Urge a adoção de políticas públicas voltadas para o fortalecimento da atividade, ressaltando a geração de trabalho e renda de forma a aprimorar a condição de vida no campo, impedir o êxodo rural e fomentar o agroturismo, o ecoturismo, o geoturismo e outras modalidades econômicas alternativas², com destaque da vocação turística da região, em especial o Parque Estadual Lagoa Soledade (CODAP, 2012).

No século XVIII era também conhecida como Serra do Deus-te-livre, em razão dos saques realizados por escravos fugitivos aos viajantes da Estrada Real e devido à dificuldade de travessia. A Serra do Ouro Branco é o marco inicial sul da Cadeia do Espinhaço. Tem aproximadamente 1.614 hectares e uma altitude que varia de 1250 a 1568 metros. Abriga ecossistemas dos mais ricos do mundo, os campos rupestres. É uma importante área de recarga das Bacias dos Rios Paraopeba e Doce, apresenta uma grande quantidade de nascentes e cursos d'água, que, em sua maioria, formam o Lago Soledade. Além disso, suas nascentes fornecem toda a água que é consumida pela cidade

² Por isso, uma das recomendações contidas no plano diz respeito à diversificação econômica. "É preciso que a região aproveite esse boom da mineração e da siderurgia e expanda sua base produtiva. O futuro dessas regiões não está nessas duas atividades, mas é a partir delas que ele pode ser construído", analisa o professor do Cedeplar. Ele vislumbra, inclusive, algumas iniciativas tomadas pelos gestores públicos que apontam nessa direção. Uma delas é a instalação, na Universidade Federal de São João del-Rei (UFSJ), de cursos não relacionados à mineração e à siderurgia. Ricardo Ruiz também acredita que planejamentos do gênero só surtirão efeitos se os gestores públicos deixarem de pensar em escala municipal para trabalharem numa perspectiva regional (ALMEIDA, 2010, p. 5).

de Ouro Branco. A vegetação presente em toda área que compõem a serra de Ouro Branco, é caracterizada por um mosaico de formações vegetacionais que se desenvolvem em solo arenoso e pedregoso de origem quartzítica. Esse mosaico é constituído de cinco formações: Grupos Graminóides, Afloramentos Rochosos, Matas de Galerias e Capões, Campos Brejosos e Campos de Velózias (Canela-de-Ema). Essa diversidade ambiental condiciona uma flora rica, diversificada e endêmica (ocorrência restrita). O maciço guarda sítios arqueológicos do caminho velho e do novo da Estrada Real, além de fazendas centenárias e diversos casarios da época.



FIGURA 03 - MUNICÍPIOS INSERIDS NO ALTO PARAOPEBA

Fonte: http://cme7.com.br/cme7/main.asp?op=2&codigo=37&area=Projetos&titulo=Projeto%20Jeceaba%20-%20Cod.%20LI106&cod_menu=1&idioma=1&subarea=Projetos%20de%20Ferro&cod_info=201

QUADRO I – MUNICÍPIOS DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO PARAOPEBA³ INSERIDOS NA ESORREGIÃO METROPOLITANA E NO COLAR METROPOLITANO

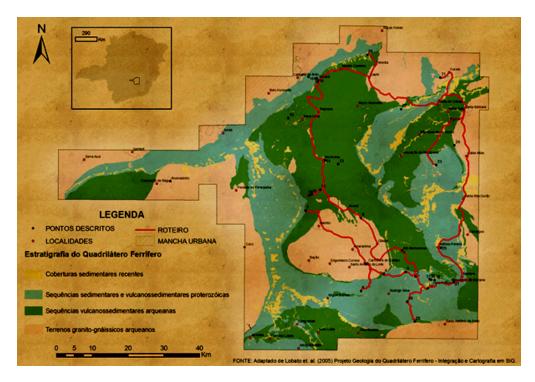
Vertente	Microrregião	Municipios da Calha
Alto Paraopeba	Conselheiro Lafaiete	Casa Grande, <u>Congonhas</u> , <u>Conselheiro Lafaiete</u> , <u>Cristiano Otoni</u> , <u>Desterro de Entre Rios</u> , <u>Entre Rios de Minas</u> , <u>Ouro Branco</u> , <u>Queluzito</u> , <u>São Brás do Suaçuí</u>
Alto-Médio Paraopeba	ltaguara⁴	Belo Vale(**), Bonfim(**), Crucilândia(**), Itatiaiuçu(*), Jeceaba, Moeda(**), Piedade dos Gerais, Rio Manso(*)
Médio Paraopeba	Belo Hori- zonte	Betim(*), Brumadinho(*), Esmeraldas(*), Ibirité(*), Igarapé(*), Juatuba(*), Mário Campos(*), Mateus Leme(*), São Joaquim de Bicas(*), Sarzedo(*),
Médio-baixo Paraopeba	Sete Lagoas	<u>Cachoeira da Prata</u> (**), <u>Caetanópolis</u> , <u>Fortuna de Minas</u> (**), <u>Inhaúma</u> (**), <u>Maravilhas</u> , <u>Paraopeba</u> ,

(*) Municipio oficialmente integrante da Região Metropolitana de Belo Horizonte e (**) Municipio oficialmente integrante do Colar Metropolitano de Belo Horizonte

³Com investimentos projetados de R\$ 23 bilhões nos próximos 15 anos nas áreas de mineração e siderurgia, sete municípios do Vale do Rio Paraopeba, na região central de Minas Gerais, buscam se estruturar para enfrentar os impactos que essa movimentação econômica provocará. Reunidas no Consórcio Público para o Desenvolvimento do Alto Paraopeba (CODAP), as prefeituras de Conselheiro Lafaiete, Congonhas, Ouro Branco, Belo Vale, Entre Rios de Minas, Jeceaba e São Brás do Suaçuí acabam de receber um valioso instrumento para balizar políticas e investimentos públicos (ALMEIDA, 2010, p. 4).

⁴ Itaguara tem território integralmente inserido na Bacia Hidrográfica do Rio Pará e código telefônico de área nº 37, ao contrário dos demais municípios de sua mesorregião que se inserem no Rio Paraopeba e tem código 31. A Microrregião, na verdade deveria ser denominada e centralizada em Brumadinho.

FIGURA 04 – LIMITES GEOGRÁFICOS E GEOLÓGICOS DO QUADRILÁTERO FERRÍFERO, AMPLIADOS PARA SUDOESTE DO TERRITÓRIO TRADICIONAL



Fonte: https://www.cprm.gov.br/publique/media/gestao territorial/geoparques/estrada real/mapa geologico.html

ÁREA DE ESTUDO

O Parque Estadual do Lago Soledade, em Ouro Branco, abriga no entorno, uma porção de cenários pessimistas e degradantes decorrente direta e indiretamente da expansão da égide urbano-industrial para além do polo de Congonhas numa área atualmente sob gestão do CODAP - Consórcio de Desenvolvimento do Alto Paraopeba⁵, conforme descrição institucional disponível

segundo o CODAP (2020, on line), os objetivos do consorcio são: Gestão associada de serviços públicos; Prestação de serviços (inclusive de assistência técnica), execução de obras e fornecimento de bens à administração direta ou indireta dos entes consorciados; Compartilhamento ou o uso em comum de instrumentos e equipamentos, inclusive de gestão, de manutenção, de informática, de máquinas, de pessoal técnico, de procedimentos de licitação e de admissão de pessoal; Produção de informações, projetos e estudos técnicos; Instituição e funcionamento de escolas de governo ou de estabelecimentos congêneres; **Promoção do uso racional dos recursos naturais e a proteção, preservação e recuperação do meio ambiente; Exercício de funções no sistema de gerenciamento de recursos hídricos;** Apoio e fomento do intercâmbio de experiências e de informações entre os entes consorciados; **Gestão e proteção de patrimônio urbanístico, ecológico, paisagístico, cultural e turístico;** Planejamento, gestão e administração dos serviços e recursos da previdência social dos servidores de qualquer dos entes consorciados (os recursos arrecadados em um ente federativo não podem ser utilizados no pagamento de benefícios de segurados de outro ente); Fornecimento de assistência técnica, extensão, treinamento, pesquisa e desenvolvimento urbano e rural; Ações e políticas de desenvolvimento administrativo, social e econômico da região; Exercício de competência pertencente aos entes consorciados nos termos

no site. A mineração chegou em 2014 à cidade de Desterro. Nesta contextualização, destaca-se a necessidade de discussão do parque, na direção do distrito de Miguel Burnier, incluindo no perímetro, o Lago Soledade. Sobre o CODAP (2020, on line):

O CODAP foi constituído oficialmente em 2006, com base na legislação federal que regulamentou a formação de parcerias dessa natureza (Lei 11.107/05). Mas a história da entidade não pode ser contada a partir desse momento. Com os olhos atentos para o futuro, os municípios iniciaram os entendimentos e firmaram a parceria antes da regulamentação da lei dos consórcios públicos, que se deu em 2007. O ponto de partida foi em 2002, quando o deputado estadual Padre João, em conjunto com o atual presidente do CODAP, Anderson Cabido, começou a articular juntamente com outros companheiros de partido e, igualmente, futuros prefeitos na região, um projeto inovador para as cidades do Alto Paraopeba. A proposta de criação de um consórcio público foi apresentada em 2004, ano de eleições municipais, quando esse tipo de associação ainda era um projeto de lei que dependia de votação na Câmara dos Deputados. O compromisso foi assumido e, após o pleito, levado a cabo pelos chefes dos executivos municipais.

FIGURA 05 - DOMÍNIO GEOLÓGICO E GEOMORFOLÓGICO DO QUADRILÁTERO FERRÍFERO

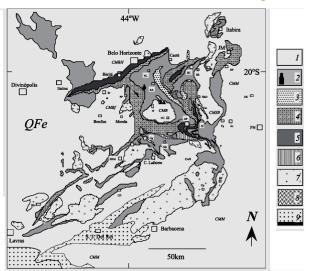


Figura 1. Esboço geológico do Quadrilátero Ferrifero e áreas adjacentes do escudo Mineiro. Legenda: 1 - Embasamer Arqueano retrabalhado ou não: CMBf - Complexo Metamórfico Bonfim, CMB - Complexo Metamórfico Baçit CMM - Complexo Metamórfico Baçit CMM - Complexo Metamórfico Baçit CMB - Complexo Metamórfico Belo Horizonte; 2 - Grupo Nova Lim. Barbacena; 3 - Grupo Maquiné; 4 - Supergrupo Minas e Grupo Dom Silvério; 5 - Grupo Sabará; 6 - Grupo Itacolo 7 - Granitóides Arqueanos e Paleoproterozóicos; 8 - Supergrupo Espinhaço; 9 - Grupos São João del Rei, Andreláne Bambui (mod. Machado et al., 1983; Schobbenhaus et al., 1984; Saores et al., 1994); BS - Bom Scos; Ib - Jibturu LD - Lagoa Dourada; ERM - Entre Rios de Minas; Jb - Jeceaba; Cg - Congonhas; Cp - Cipotânea; BP - Brás Pir P - Piranga; M - Mariana; OP - Ouro Preto; CC - Cachoeira do Campo; IT - Itabirito; PP - Piedade do Paraopet Br - Brumadinho; NL - Nova Lima; RA - Rio Acima; BC - Barão de Cocais; SB - Santa Barbara; SP - Sho - Santa Rita Duré Fq - Furquim; Ac - Acaiaca; PN - Ponte Nova; DS - Dom Silvério; RP - Rio Piracicaba; F - Florália.

Fonte: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0370-44672009000400003

A região do Alto Paraopeba agrega conjunto paisagísticos significativos entre Ouro Branco e Desterro de Entre Rios, passando por áreas naturais de Itabirito, Ouro Preto, Congonhas, Jeceaba, como a Serra de Calastróis, a Serra de Santo Antônio, a Serra da Casa de Pedra, a Serra do Esmeril, a Serra do Gambá, a Serra da Água Limpa, e em Desterro destaca-se a Serra do Gil, a Serra das Pedra de Cevar, a Serra da Tapera e a Serra do Brandão.

Em agosto de 2005, foi realizado o I Encontro Regional de Gestores do Alto Paraopeba. As propostas apresentadas versavam sobre obras públicas, transporte, meio ambiente, educação, saúde, cultura, desenvolvimento rural, defesa social e gestão administrativa. Nascia aí o primeiro Protocolo de Intenções do Consórcio Público da entidade que àquela época ainda não tinha um nome definido. No dia 4 de dezembro de 2006, após a aprovação do Consórcio pelas Câmaras Municipais de todas as cidades, realizou-se a assembleia de constituição do CODAP, que elegeu a diretoria. A parceria foi oficializada mais de um mês antes que a lei dos consórcios públicos fosse regulamentada. Inicialmente, o CODAP foi formado por cinco municípios: Congonhas, Conselheiro Lafaiete, Jeceaba, Ouro Branco e São Brás do Suaçuí. Mais tarde, em abril de 2009, ás cidades de Belo Vale e Entre Rios de Minas se incorporaram à entidade. De acordo com o deputado Padre João, os resultados da parceria apareceram rapidamente. As dificuldades, entretanto, não deixaram de existir.

Nestas paisagens serranas dessa região denominada de Alto Paraopeba (Figura 06), a mineração tem se ampliado para cidades como Entre Rios, Jeceaba e Desterro destruindo cenários em várias serras, em especial, a Morro do Coelho⁶, ou Serra da Tapera. O site do Geopark Quadrilátero Ferrífero (2020, on line), através da ferramenta Mirante Digital de Ouro Branco atesta estes conflitos na paisagem com destaque para:

A Serra Casa de Pedra está localizada no Município de Congonhas, sendo parte integrante da Microrregião Espinhaço Meridional. Uma porção da Serra Casa de Pedra recebe também a designação de Serra ou Morro do Engenho. O local denominado Casa de Pedra adquiriu esse nome em função de uma antiga casa, edificada em pedra, que foi construída na região citada. No que se refere à designação Serra ou Morro do Engenho, pode-se inferir que a denominação surgiu em função do pico de nome Engenho que se encontra a leste da Casa de

⁶ Refere-se a região dos Campos das Vertentes e parte do Quadrilátero Ferrífero, local de inserção do empreendimento e de grande importância econômica para o setor minerário. Com relação ao meio antrópico, apresenta-se os municípios de Piracema e de Desterro de Entre Rios. Ressalta-se que o presente diagnóstico ambiental refere-se a adequação dos estudos ambientais originais, quando do processo de LP+LI do empreendimento minerário Mina Morro dos Coelhos. Fonte: http://www.jmendes.com.br/informativos/Estudos%20ambientais/Projeto%20JMN%20Fase%202/EIA/EIA%20 MORRO%20DOS%20COELHOS_LOC_VOL%20II_FN.pdf

Pedra juntamente com o pico do Pilar. O pico do Engenho e o pico do Pilar integram a unidade da Serra Casa de Pedra. A Serra da Casa de Pedra configura importante testemunho da ocupação e formação do atual distrito sede do município de Congonhas, emoldurando e compondo o conjunto escultórico do Santuário Bom Jesus do Matozinhos. Em função deste valor, foi criada em 2 de maio de 2007 a Lei de nº 2.694 que dispõe sobre o tombamento municipal do conjunto paisagístico da Serra 'Casa de Pedra'. Há três quilômetros da área do limite do tombamento desta serra, encontram-se as Ruínas da Fábrica Patriótica, geossítio do quadrilátero Ferrífero e uma das primeiras siderúrgicas implantadas no Brasil. O conjunto das ruínas da Fábrica Patriótica é preservado pelo IPHAN como testemunho histórico da indústria siderúrgica do Brasil.

FIGURA 06 - BASÍLICA DE BOM JESUS MATOZINHOS, EM CONGONHAS, ALTO PARAOPEBA.



Fonte: https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2020-06/centro-historico-de-congonhas-sera-revitalizado

METODOLOGIA E JUSTIFICATIVA

Assim, a metodologia consiste basicamente numa revisão bibliográfica sobre os recortes espaciais na região de Ouro Branco (Figura 07), num enlace entre cultura, ecologia, geologia e turismo. A Prefeitura Municipal de Ouro Branco afirma que "é uma das serras com maior diversidade florística da Cadeia do Espinhaço, refúgio de várias espécies ameaçadas de extinção, algumas destas ocorrem apenas nesta serra", conforme registro da Revista Ecológico (2010, on line):

"Aqui é uma caixa d'água com várias nascentes. Uma área de recarga das bacias dos rios Paraopeba e Doce. São muitas nascentes e cursos d'água que, em sua maioria, formam o Lago Soledade. É da serra que brota toda a água consumida pela cidade de Ouro Branco", explica. O solo arenoso, oriundo de rochas quartzíticas, favorece a vegetação de Campos Rupestres, caracterizada por um mosaico de formações vegetais com afloramentos rochosos, matas de galerias, capões e campos brejosos. "Mas, são os campos de velózias (canela-de-ema) de mais de 300 anos que caracterizam a serra. O parque tem imenso potencial para a pesquisa científica, educação e interpretação ambiental e conectividade. Por isso, tem tudo para ser uma referência entre as unidades de conservação pelo seu potencial histórico e arqueológico. A cada dia vamos descobrindo novas facetas", comenta Diego. Nos quesitos história e ciência, o destaque é a Gruta da Igrejinha, cavidade natural em mármore dolomítico situada próximo à localidade de Hargreaves, em Ouro Preto. É a maior caverna conhecida do Quadrilátero Ferrífero. Pesquisas de espeleólogos sobre fungos, com 60 colônias já isoladas somam-se à recente descoberta de fósseis de mamíferos, atestando o enorme potencial científico da gruta.

FIGURA 07 - PAISAGEM DO PARQUE ESTADUAL LAGO SOLEDADE DA SERRA DO OURO BRANCO



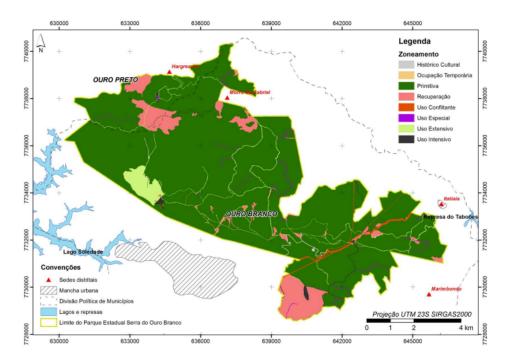
Fonte: http://www.ourobranco.mg.gov.br/detalhe-da-materia/info/parque-estadual-serra-do-o-branco-e-monumento-natural-est-de-itatiaia/6622

RESULTADOS E DISCUSSÕES

A apropriação turística e pedagógica do Parque Estadual do Lago Soledade (Figura 08), é força matriz motivadora de novas formas de apropriação sustentável das paisagens e patrimônios associados à história da mineração e à história ecológica e geológica do planeta disponibilizando a serra de Ouro Branco enquanto cenário e recorte com fins educativos que potencializem a preservação da biodiversidade, da geodiversidade e da sociodiversidade, com vistas à geoconservação e ao geoturismo. Sua grandiosa relevância está descrita no site do Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais (202, on line):

A serra do Ouro Branco com 1.568 metros de altitude faz parte da Cordilheira do Espinhaço, tendo seu marco inicial ao sul da Cordilheira, divisor das bacias hidrográficas do São Francisco e do Rio Doce. O tombamento estadual da Serra do Ouro Branco, no município de Ouro Branco foi aprovado em 1977 com inscrição no Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico. O tombamento estadual da Serra do Ouro Branco, no município de Ouro Branco foi aprovado pelo Conselho Curador do IEPHA/ MG em reuniões dos dias 14 de setembro de 1977 e 1º de março de 1978. Em 7 de novembro de 1978, o decreto n.º 19.530 dispôs sobre o tombamento e a inscrição da Serra de Ouro Branco no Livro de Tombo n.º I — Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico. A serra com 1.568 metros de altitude faz parte da Cordilheira do Espinhaço, tendo seu marco inicial ao sul da Cordilheira, divisor das bacias hidrográficas do São Francisco e do Rio Doce. A descoberta de ouro de cor amarelada por bandeirantes nos fins do século XVII fez com que surgisse o arraial de Santo Antônio do Ouro Branco. Referência dos viajantes que atravessavam a Estrada Real, aparecia nos mapas da Capitania Minas Gerais dos séculos XVIII e XIX, como Serra do Deus-Te-Livre. O seu tombamento deu-se em decorrência do rápido crescimento urbano, populacional e a instalação industrial nas suas proximidades.

FIGURA 08 - MAPA DO ZONEAMENTO DO PARQUE ESTADUAL LAGO SOLEDADE, OURO BRANCO



Fonte: http://biblioteca.meioambiente.mg.gov.br/publicacoes/BD/PESOB_Encarte2_FINAL.pdf

Conclui-se que a conservação do patrimônio geológico com vistas à cíclica visitação do mesmo por turistas e estudantes é marco civilizatório a romper com a degradante aliança socioeconômica e sociocultural da Mineiridade para com a mineração trazendo novas modalidades de desenvolvimento local. Olhares conservacionistas precisam se efetivar para Desterro e região. O site Conheça Ouro Branco, é uma iniciativa do poder público municipal destinado a divulgar o Turismo local, conforme afirmação a seguir:

O Parque Estadual da Serra de Ouro Branco tem uma área aproximada de 1.614 hectares, formada por um paredão com cerca de 20 km de extensão. Ela possui uma flora e fauna rica e diversificada. Além disso, é uma importante área de recarga das bacias do rio Paraopeba e rio Doce, por apresentar uma grande quantidade de nascentes e cursos d'água, que, em sua maioria, formam o Lago Soledade. Além disso, fornece toda a água que é consumida pela cidade de Ouro Branco. Podemos citar ainda as belezas artísticos-culturais, como os casarões do centro histórico e o conjunto arquitetônico e paisagístico da Capela de Santana e a casa-sede da Fazenda Pé do Morro, localizado a 4km da área urbana, aos pés da serra de Ouro Branco e às margens da Estrada Real. A origem do local é do século XVIII e pela importância patrimonial foi tombado pelo IEPHA em dezembro de 2009.

Localizado no Miguel Burnier, distrito de Ouro Preto, na Serra de Calastróis, encontram-se os Bens Imóveis do Patrimônio Arqueológico das Ruínas da Fábrica de Ferro Patriota Federal tomados pelo IPHAN em 30/06/1939. Nesta mesma área, localiza-se o Conjunto Arquitetônico Ferroviário de Miguel Burnier na Rua João Gonçalves - s/nº e tomado pelo Poder Público Municipal em 18/11/2010. Entre os dias 12 e 13/12/2012 foram tombados três bens móveis, todos na área rural:

- 1. Igreja Nossa Senhora Auxiliadora de Calastróis Usina de Barra;
- Igreja Nossa Senhora da Conceição do Chiqueiro dos Alemães no Acesso pela Estrada a Rodrigo Silva; e
- 3. Pedra e Gruta do Vigia.



FIGURA 09 - MIGUEL BURNIER, DISTRITO DE OURO PRETO

Fonte: https://www.brasildefato.com.br/2021/09/10/filme-mostra-historia-de-distrito-de-ouro-preto-mg-abandonado-pela-mineracao-assista

A Serra após cruzar o bairro de Pires, em Congonhas passa a se denominar de Santo Antônio, cujas nascentes encontram-se protegidas pelo Parque Municipal do Balneário Santo Antônio (Parque da Cachoeira)⁷, que segundo site da prefeitura (2022):

O Parque Ecológico da Cachoeira está recebendo milhares de congonhenses e turistas neste verão, que é também período de férias para muitos adultos, jovens e crianças. Cercado por uma natureza exuberante e banhado pela cachoeira de Santo Antônio,

⁷ O Parque Balneário da Cachoeira de Santo Antônio, criado pela Lei Municipal 1.114, de 21 de fevereiro de 1984, com área de 70.686 m2, tendo como centro do círculo a última queda da Cachoeira de Santo Antônio, num raio de 150 metros, administrado pela FUMCULT destinado a proporcionar lazer e recreação.

o balneário oferece a congonhenses e turistas uma estrutura completa para a prática esportiva e o lazer em geral. Além da própria cachoeira e as piscinas, o espaço conta com quadras poliesportivas, campo de futebol, área de churrasco, camping, estacionamento, restaurante e em breve a lanchonete deverá estar em funcionamento também. O Parque funciona das 8h às 18h, de terça-feira a domingo. O valor do ingresso de terça a sexta-feira é R\$ 8. No sábado, R\$ 10. Já aos domingos e feriados, a entrada custa R\$ 20. A área de camping pode ser utilizada durante 24h, ao preço de R\$ 25 por pessoa. Crianças menores de 12 anos e adultos com idade superior a 60 anos têm garantida a entrada gratuita. Estudantes e funcionários da Prefeitura de Congonhas pagam meia-entrada, mas é necessário apresentar os documentos de identificação na bilheteria.

FIGURA 10 - PARQUE MUNICIPAL DO BALNEÁRIO SANTO ANTÔNIO (PARQUE DA CACHOEIRA)



Fonte: https://vertentesdasgerais.com.br/dias-de-visitacao-no-parque-da-cachoeira-e-museus-decongonhas-serao-alterados/

A ação das mineradoras tem acirrado protestos por parte dos moradores da cidade por a serra proteger uma importante fonte de água potável, e ser tombado por uma lei municipal. Município, no estado brasileiro de Minas Gerais. Sendo parte integrante da Microrregião do Conselheiro Lafaiete. O Site da ABES-MG (2020, on line) atesta que:

Os Promotores de Justiça Vinícius Alcântara Galvão, Carlos Eduardo Ferreira Pinto, Paulo Cesar Vicente de Lima e Marcos Paulo de Souza Miranda, que assinaram a recomendação, afirmaram que a Lei Estadual 10.793/92, que dispõe sobre a proteção de mananciais destinados ao abastecimento público em Minas Gerais, veda a implantação

de atividades extrativas minerárias em áreas como a da Serra Casa de Pedra). Ainda segundo os Promotores, a degradação paisagística da Serra Casa de Pedra, moldura do conjunto dos Profetas e Passos da Paixão (obras do Mestre Aleijadinho) pode, eventualmente, implicar na revogação da concessão do título de patrimônio cultural da humanidade conferido pela UNESCO ao Conjunto Escultórico do Adro da Basílica de Bom Jesus de Matozinhos, por implicar em violação à Convenção para a Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural, da qual o Brasil é signatário e estabelece que a noção de patrimônio comum da humanidade implica o "reconhecimento da existência de certos interesses comuns e superiores que se sobrepõem aos objetivos imediatos e particulares dos Estados". A Recomendação foi encaminhada ainda à SEMAD, SECULT-MG, IEPHA, IPHAN. UNESCO e à Prefeitura Municipal de Congonhas.

Na Serra do Esmeril, onde encontra-se o povoado congonhense de Esmeril (Figura 11), o Decreto Federal nº 28148 de 24/05/1950 expedido e outorgado pelo Poder Executivo Federal, com publicação no D.O.U. de 25/05/1950, permitiu o cidadão brasileiro Thales Pacífico Peçanha a examinar ferro, manganês e associados, na divisa entre as municipalidades de Belo Vale e Congonhas, conforme descrição a seguir

Decreto nº 28.148, de 24 de maio de 1950.

Autoriza o cidadão brasileiro Thales Pacífico Peçanha a pesquisar ferro, manganês e associados, nos municípios de Congonhas do Campo e Belo Vale, Estado de Minas Gerais.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, nº I, da Constituição e nos têrmos do Decreto-lei nº 1.985, de 29 de janeiro de 1940 (Código de Minas), decreta:

Art. 1º Fica autorizado o cidadão brasileiro Thales Pacífico Peçanha a pesquisar ferro, manganês e associados em uma área de quatrocentos e noventa e sete hectares (497 ha) em terrenos de propriedade de Antônio Modesto, Mateus Gonzaga e outros na localidade Esmeril, distritos e municípios de Congonhas do Campo e Belo Vale, respectivamente, Estado de Minas Gerais, delimitada por um polígono que tem um vértice na foz do ribeirão do Esmeril no rio Paraopeba à margem esquerda e os lados, a partir dêsse vértice, os seguintes comprimentos e rumos magnéticos: mil e quatrocentos metros (1.400m), quatro graus nordeste (4º NE); dois mil novecentos e cinqüenta metros (2.950m), cinqüenta e um graus e quarenta e cinco minutos nordeste (51º 45' NE); mil e quatrocentos metros (1.400m), trinta e oito graus e quinze minutos sudeste (38º 15' SE); três mil e novecentos metros (3.900m), cinqüenta e um graus e quarenta e cinco minutos sudoeste (51º 45' SW); trezentos e cinqüenta metros (350m), trinta e oito graus e quinze minutos noroeste (38º 15' NW).

Art. 2º O título de autorização de pesquisa, que será uma via autêntica dêste Decreto, pagará a taxa de quatro mil novecentos e setenta cruzeiros (Cr\$4.970,00) e será transcrito no livro próprio da Divisão de Fomento da Produção Mineral do Ministério da Agricultura.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 24 de maio de 1950; 129º da Independência e 62º da República.

Eurico G. Dutra, A. de Novaes Filho





https://commons.wikimedia.org/wiki/File:lgrejinha_da_Comunidade_Esmeril.jpg

A Serra da Água Limpa insere-se na Localidade de Água Limpa, município de Jeceaba, onde o abastecimento coletivo de água potável é "realizado através de captação em uma nascente cuja vazão aproximada é de 0,066 l/s, após a captação a água é represada em uma pequena barragem" que em seguida "abastece um reservatório de polietileno com capacidade de armazenamento de 20 m³", a água após capturada é "distribuída sem nenhum tipo de tratamento para aproximadamente 25 residências". De acordo com a CODEMIG (2020, on line):

Com uma área de 235,55 km2, o município de Jeceaba é formado por dois distritos, Caetano Lopes e Bituri e oito povoados (Água Limpa, Dinizes, Lavapés, Machados, Mato Dentro, Mato Félix, Santa Cruz e Sapé). Os resultados do Censo Demográfico de 2000 indicaram um contigente populacional de pequeno porte para o município de Jeceaba, sendo que a população total registrada foi de 6.109 habitantes. Observa-se predominância de população rural, porém com um aumento relativo da população na área urbana em relação à rural. Essa que tinha 69,7% da população, passando a ter uma participação de 53,7% em 2000. A população do município vem se mantendo estável, exceto no período 1991/96, com perda de 1/7 de habitantes, registrando, assim, uma taxa de crescimento anual negativa (-2,7%).

A Serra do Gambá, mesmo com sua localização rural é destaque nas cidades, tanto de Entre Rios, quanto de Jeceaba, perpetrando a divisa com os dois municípios. São 1274 metros de altitude, e embora haja uma extensa subida até o seu cume, o panorama por si só já compensa. Recebe repetidamente visitantes que saem em caminhadas, romarias, trilheiros que cursam o caminho de bicicleta ou moto, além dos aventurosos que se divertem ao acampar na Serra, nos dias mais frios. Já foi usada para atividades radicais como passeios de voo livre. Para acessá-la sai-se de Entre Rios pela estrada de terra sentido a Comunidade Rural de São José das Mercês, de onde se percorre mais 4,5 km até a Serra. Segundo site do Arquivo Público Mineiro (2020, on line):

Entre Campo Alegre e Entre Rios fica, a legua e meia deste ultimo logar, sitio denominado Gambá de Pedra, digno por certo, da visita dos que admiram cousas que o perpassar dos seculos tornou respeitaveis. A sede do primitivo sitio foi ahi construida em 1701, e acha-se ainda em perfeito estado de conservação. Dois seculos e pouco já passaram por essa casa, sem lhe alterar a physionomia e sem lhe imprimir outro signal que não o da venerabilidade assegurada a tudo o que traz o cunho da vestutade. As portas e janellas, fechando as aberturas rasgadas nas pareces inteiramente de pedras, apresentam uma disposição curiosa, similhante aos gonzos das nossas porteiras comuns: cada parte movel da porta ou janella termina em cada ponta do eixo giratorio, em um espigão da propria madeira, encaixadas ambos em cavidades cylindricas abertas nas soleiras ou peitoris e nos frechaes também de pedra inteiriça. Não é essa disposição a simples resultante do atrazo dos construtores, pois que estes se mostravam até adeantados e experientes em outros generos de obras, a casa do Gambá de Pedra era verdadeiro palacio em meio das selvas virgens da zona do Suassuhy (que significa rio dos veados) tornando-se ´para a época actual, uma especie de reliquia que guarda as cinzas de dois seculos.

Na Serra do Gambá, o cenário é ideal para atividades de turismo ecológico e ecoturismo, atividades de lazer e aventura ao ar livre, caminhadas ecológicas, além de romarias. O Monumento

Natural Estadual Serra do Gambá, no município de Jeceaba foi criado pelo decreto estadual nº 45471, de 21/09/2010

O GOVERNADOR DO ESTADO DE MINAS GERAIS, no uso de atribuição que lhe confere o inciso VII do art. 90, da Constituição do Estado, e tendo em vista o disposto na Lei Federal nº 9.985, de 18 de julho de 2000, no Decreto-Lei Federal nº 3.365, de 21 de junho de 1941, e na Lei nº 14.309, de 19 de junho de 2002, DECRETA:

Art. 1º Fica criado o Monumento Natural Estadual Serra do Gambá, integrante do Sistema de Áreas Protegidas do Vetor Sul da Região Metropolitana de Belo Horizonte - SAP Vetor Sul, no Município de Jeceaba, com área de 442,2214 ha e perímetro de 15.946,12m.

Art. 2º Ficam declarados de utilidade pública e de interesse social, para desapropriação de pleno domínio, mediante acordo ou judicialmente, terrenos e benfeitorias necessários à implantação do Monumento Natural Estadual Serra do Gambá, observado o disposto no § 2º do art. 12 da Lei Federal nº 9.985, de 18 de julho de 2000.

(...)

Art. 4º São declarados essenciais aos objetivos do Monumento Natural Estadual Serra do Gambá os seguintes aspectos:

- I a conectividade biológica e hidrológica;
- II as nascentes e ressurgências;
- III o desenvolvimento do turismo sustentável; e
- IV a promoção da educação ambiental.

Art. 5º O Instituto Estadual de Florestas - IEF fica autorizado, na conformidade da legislação vigente, a promover a desapropriação de pleno domínio das áreas descritas no art. 3º, podendo, para efeito de imissão na posse, alegar a urgência de que trata o art. 15 do Decreto-Lei Federal nº 3.365, de 21 de junho de 1941.

Art. 6º Compete ao IEF implantar e administrar o Monumento Natural Estadual Serra do Gambá e, no prazo de cento e oitenta dias, contados da data da publicação deste Decreto, constituir o Conselho Consultivo da unidade de conservação.

Art. 7º O IEF, mediante instrumento próprio de cooperação, desenvolverá ações de parcerias com os municípios que integram o SAP Vetor Sul, bem como com organizações de natureza pública ou privada, para o desenvolvimento das atividades próprias da unidade de conservação de que trata este Decreto.

Art. 8º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio Tiradentes, em Belo Horizonte, aos 21 de setembro de 2010; 222º da Inconfidência Mineira e 189º da Independência do Brasil.

ANTONIO AUGUSTO JUNHO ANASTASIA, Carlos Alberto Pavan Alvim, Renata Maria Paes de Vilhena, José Carlos Carvalho

FIGURA 12 - SERRA DO GAMBÁ E CACHOEIRA DO GIL





Fonte: Site da Estrada real (2020)

Se não forem pensadas algumas opções de desenvolvimento e novos significados, numerosos lugares e paisagens estarão condenados a inúmeros conflitos como ocorridos no consequente topocídio da Serra do Coelho, nome popular dado à junção da Serra da Tapera com a Serra do Brandão, importante área de divisor de águas. Inserida na divisa de Desterro de Entre Rios e Piracema, esta serra marca o divisor de águas entre as bacias hidrográficas do Pará e do Paraopeba e foi passagem da rota de Fernão Dias no final do século XVII. segundo o site do Jornal Correio da Cidade (2020, on line):

Localizado a 84km de Lafaiete, encontra-se Desterro de Entre Rios, um município com pouco mais de sete mil habitantes. Sua história remonta ao século XVIII, com a construção de uma capela em homenagem à Nossa Senhora do Desterro, após a expulsão de um fazendeiro encrenqueiro da região.

Conhecida por suas belezas naturais, a região oferece opções de turismo rural, religioso, ecoturismo e a tradicional culinária mineira servida com a hospitalidade da população. Cercada de patrimônios naturais, destacam-se a cachoeira dos Carrinhos, das Pedras, do Gil e a Serra do Maludo.

Os cartões-postais da cidade ficam por conta da Igreja Matriz Nossa Senhora de Desterro de Entre Rios, cercada por um muro de pedras da região e a Igreja Nossa Senhora do Rosário, ambas tombadas pelo patrimônio histórico e cultural.

As celebrações locais são um atrativo para os visitantes. A festa da Padroeira Nossa Senhora do Desterro, em abril, conta com queima de fogos de artifícios. A festa do Rosário abre espaço para apresentações culturais, como grupos de congado e a festa do produtor rural que recebe desfiles de carros de boi, shows e concursos, abrindo a celebração de Corpus Christi.

FIGURA 14 - SERRA DA TAPERA COM LAVRA DA MINA DE MORRO DOS COELHOS (JMN MINERAÇÃO)



Fonte: JMN (2020)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao compreender a importância do Parque Estadual do Lago Soledade, localizado ao sul da Cordilheira do Espinhaço, preservando uma área de extrema relevância cultural e ambiental verifica-se o seu entorno um conjunto de conflitos e impactos precisam ser minimizados através de uma ação conjunta entre poder público e sociedade civil organizada e empresas privadas que atuam diretamente nos impactos observados na paisagem. Sabe-se que o homem com suas dinâmicas tem ocasionado muitas alterações no planeta e que essa percepção tem levado a comunidade científi-

ca discutir a validade ou não do conceito de Antropoceno. E para que essas unidades de conservação sejam ampliadas e que novas sejam criadas com o intuito de preservação dos remanescentes nativos que existem em que se encontram ameaçados, logo um projeto de lei, visando a ampliação do Parque Estadual do Lago Soledade e do Monumento Natural Serra do Gambá, são objetos de relevante discussão junto à comunidade local e em parceria com a comunidade científica

REFERÊNCIAS

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE MINAS GERAIS. **Decreto Estadual nº 45.180. Cria o Parque Estadual da Serra de Ouro Branco, nos municípios de Ouro Branco e Ouro Preto.** Publicação - Minas Gerais Diário do Executivo - 22/09/2009 Pág. 06 Col. 02. Retificação - Minas Gerais Diário do Executivo - 20/10/2009 Pág. 03 Col. 02

BRAGA, Caryne Aparecida de Carvalho. DRUMMOND, Leandro de Oliveira. PIRES, Maria Rita Silvério Inventário de pequenos mamíferos (Rodentia e Didelphimorphia) da serra se Ouro Branco: porção sul da cadeia do Espinhaço, Minas Gerais, Brasil. Oecologia Australis, v. 20, p. 69-80, 2016. Disponível em: https://revistas.ufrj.br/index.php/oa/article/view/8344. Acesso em: 26 Jan. 2020.

CODAP - CONSÓRCIO PÚBLICO PARA O DESENVOLVIMENTO DO ALTO PARAOPEBA. **Institucional: Quem Somos?** Disponível em: https://www.altoparaopeba.mg.gov.br/detalhe-da-materia/info/quem-somos/6509>. Acesso em: 26 Jan. 2020.

GEOPARK QUADRILÁTERO FERRÍFERO. **Serra de Ouro Branco** Disponível em: <<u>https://www.geo-parkquadrilatero.org/voo/?pg=serra-ouro-branco</u>> Acesso em 26. Jan. 2020.

JORNAL CORREIO DA CIDADE. **As belezas escondidas de Desterro de Entre Rios.** Disponível em https://www.jornalcorreiodacidade.com.br/noticias/23886-as-belezas-escondidas-de-desterro-de-entre-rios Acesso em 26. Jan. 2020.

HEMSING, Paula Katiane Boesing. **Melastomataceae da Serra do Ouro Branco, Minas Gerais, Brasil.** 2018. 135 f. Dissertação (Mestrado em Biologia Vegetal) - Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2019. Disponível em: http://dx.doi.org/10.14393/ufu.di.2018.1330 Acesso em 26. Jan. 2020.

INSTITUTO ESTADUAL DE FLORESTAS DE MINAS GERAIS. **IEF promove seminário de pesquisas no Parque Estadual da Serra do Ouro Branco** Disponível em: http://www.ief.mg.gov.br/

noticias/2538-ief-promove-seminario-de-pesquisas-no-parque-estadual-da-serra-do-ouro-branco> Acesso em 26. Jan. 2020.

INSTITUTO ESTADUAL DE FLORESTAS DE MINAS GERAIS. **Plano de Manejo da Serra do Ouro Branco**. Disponível em: http://www.ief.mg.gov.br/noticias/3306-nova-categoria/2288-plano-de-manejo-serra-do-ouro-branco> Acesso em 26. Jan. 2020.

INSTITUTO ESTADUAL DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO DE MINAS GERAIS. **Serra de Ouro Branco**. Disponível em: http://iepha.mg.gov.br/index.php/programas-e-acoes/patrimonio-cultu-ral-protegido/bens-tombados/details/1/102/bens-tombados-serra-do-ouro-branco?layout=print &tmpl=component> Acesso em 26. Jan. 2020.

INSTITUTO ESTRADA REAL. Disponível em: **Parque Estadual Serra de Ouro Branco**. http://www.institutoestradareal.com.br/servico/detalhe/atrativo/Parque-Estadual-Serra-do-Ouro-Branco/1081> Acesso em 26. Jan. 2020.

INSTITUTO FEDERAL DE MINAS GERAIS – CAMPUS OURO BRANCO. **IFMG sedia intercâmbio dos saberes do Parque Estadual da Serra do Ouro Branco.** Disponível em: https://www.ifmg.edu.br/ourobranco/noticias/ifmg-sedia-intercambio-dos-saberes-do-parque-estadual-da-serra-do-ouro-branco Acesso em 26. Jan. 2020.

INSTITUTO ITAÚ CULTURAL. **A Serra de Ouro Branco na província de Minas Gerais.** Disponível em: http://enciclopedia.itaucultural.org.br/obra2661/serra-ouro-branco-na-provincia-de-minas-gerais> Acesso em 26. Jan. 2020.

JORNAL ESTADO DE MINAS. **Incêndio segue descontrolado na serra de Ouro Branco**. Disponível em: https://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2017/09/10/interna gerais,899270/incendio-segue-descontrolado-na-serra-de-ouro-branco.shtml> Acesso em 26. Jan. 2020.

PEDRO, Vinicius de Avelar São. **Composition, site occupancy and sazonality of anurans in Serra do Ouro Branco, Cadeia do Espinhaço, Minas Gerais, Brazil**. 2008. 63 f. Dissertação (Mestrado em Biologia e Manejo animal) - Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, 2008.

PINTO, L. C. L. **Etnozoologia e conservação da biodiversidade em comunidades rurais da Serra do Ouro Branco, Minas Gerais.** 2011. 95 f. Dissertação (Mestrado em Ecologia de Biomas Tropicais) - Universidade Federal de Ouro Preto, Ouro Preto, 2011.

PORTAL GLOBO. Após cinco dias, incêndio é controlado na serra de Ouro Branco, em Minas **Gerais** Disponível em: https://g1.globo.com/minas-gerais/noticia/apos-cinco-dias-incendio-e- -controlado-na-serra-de-ouro-branco-em-minas-gerais.ghtml> Acesso em 26. Jan. 2020.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONGONHAS. Parque da Cachoeira: um dos destinos mais procurados neste verão. Disponível em https://www.congonhas.mg.gov.br/index.php/parque-a-ca- choeira-e-um-dos-destinos-mais-procurados-neste-verao/> Acesso em 26. Jan. 2020.

PREFEITURA MUNICIPAL DE OURO BRANCO. Parque estadual da serra do Ouro Branco e monumento natural estadual de Itatiaia. Disponível em: http://www.ourobranco.mg.gov.br/ detalhe-da-materia/info/parque-estadual-serra-do-o-branco-e-monumento-natural-est-de-itatiaia/6622> Acesso em 26. Jan. 2020.

PREFEITURA MUNICIPAL DE OURO BRANCO. Turismo. Disponível em: http://www.ourobranco. mg.gov.br/detalhe-da-materia/info/turismo/27941> Acesso em 26. Jan. 2020.

REVISTA ECOLÓGICO. Parque Estadual da Serra de Ouro Branco. Disponível em: http://souecologico.com/revista/edicoes-anteriores/edicao-20/parque-estadual-da-serra-de-ouro-branco/> Acesso em 26. Jan. 2020.

SANTOS, Matheus Fortes; SANO, Paulo Takeo. Flora fanerogâmica da Serra do Ouro Branco, Minas Gerais: Myrtaceae. In: Vol 7, No 5 (2011) Disponível em: https://www.biotaxa.org/cl/article/ view/7.5.671> Acesso em 26. Jan. 2020.

SERVIÇO SOCIAL DO COMÉRCIO DE MINAS GERAIS. Serra de Ouro Branco Disponível em: http:// www.descubraminas.com.br/Turismo/DestinoApresentacao.aspx?cod destino=853> Acesso em 26. Jan. 2020.

SITE MINAS GERAIS. Serra de Ouro Branco Disponível em: http://www.minasgerais.com.br/pt/ atracoes/ouro-branco/serra-do-ouro-branco> Acesso em 26. Jan. 2020.

SITE SERRA DO ESPINHAÇO. **Serra de Ouro Branco** Disponível em: http://www.serradoespinhaco. com.br/ouro-branco> Acesso em 26. Jan. 2020.

VIEIRA, Tiago Luiz and BARROS, Fábio de. Orchidaceae na Serra do Ouro Branco, Minas Gerais, Brasil. Rodriguésia [online]. 2017, vol.68, n.2, pp. 691-747. Disponível em: http://dx.doi. org/10.1590/2175-7860201768224. > Acesso em 26. Jan. 2020.

Passado mais de um ano do início da guerra entre Rússia e Ucrânia, a estabilidade mundial se vê abalada por mais um conflito: em 07 de outubro o Hamas efetuou um grave ataque terrorista contra o povo de Israel, ocasionando um grande contingente de mortos e reféns. Fundado no princípio da legítima defesa, o governo Israelense avançou sobre Gaza com fins de capturar os promotores e executores do ato como também de libertar os sequestrados. Contudo, como na terra dos Judeus, um grande saldo de mortos foi contabilizado. Infelizmente, poucas têm sido as vozes de lideranças mundiais que defendem a busca por uma solução pacífica para findar as contendas. A ONU, criada após a Segunda Guerra Mundial, com a finalidade de preservar a paz mundial, serviu de inspiração para a série de desenhos produzidos naquela época por Pablo Picasso, intitulados *Pomba pela Paz*, como o de 1961, que estampa a capa desta edição.

Essa esperança ecoa na letra de *Então é Natal*, de Simone, de 1995 - tradução de *Happy Xmas* (*War Is Over*) de John Lennon e Yoko Ono. A letra lembra que o natal é uma festa inclusiva, que congrega diferentes classes sociais, etnias e gêneros. Porém, ela faz mais sentido ainda para aqueles que promovem o bem, o amor e a paz. Pois Aquele cujo aniversário é comemorado é sinônimo de tudo isso e muito mais.

Assim, é alimentando a esperança de Picasso, Simone, Lenon e Ono pelo fim das guerras, que desejamos um mundo de paz: que amemos mais e façamos o bem, como o próprio Cristo. Que o espirito de natal traga esses presentes para todos os povos em 2024.

Esses são os votos do corpo editorial desta Revista que alcança a número 39, valorizando o diálogo dos diversos conhecimentos expostos em suas páginas.